



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Franca

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ZUREMA DOMINGOS MUTANGE

***O PERFIL SOCIOECONÔMICO E EPIDEMIOLÓGICO DA PESSOA IDOSA NO
LAR DE ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA (LAPI)-BEIRAL EM LUANDA***

FRANCA

2025

ZUREMA DOMINGOS MUTANGE

**O PERFIL SOCIOECONÔMICO E EPIDEMIOLÓGICO DA PESSOA IDOSA NO
LAR DE ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA (LAPI)-BEIRAL EM LUANDA**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” para obtenção do título de Mestre em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, na área de concentração Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nanci Soares.

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva.

Linha de Pesquisa: Estado, Políticas Sociais e Serviço Social.

Eixo temático: Políticas Sociais; Envelhecimento e velhice numa perspectiva crítica.

FRANCA

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

M992p	Mutange, Zurema Domingos O perfil socioeconômico e epidemiológico da pessoa idosa no lar de assistência à pessoa idosa (LAPI)-Beiral em Luanda / Zurema Domingos Mutange. -- Franca, 2025 198 p. : il., tabs. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca Orientadora: Nanci Soares Coorientadora: Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva 1. Perfil socioeconômico. 2. Perfil epidemiológico. 3. Lar de assistência. 4. Pessoa idosa. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Os resultados obtidos através desta pesquisa devem contribuir para desvendar a realidade concreta do envelhecimento e velhice das pessoas idosas residentes no LAPI, e a realidade da materialização dos direitos sociais acessado pelos/as mesmos/as sujeitos, deve ainda visibilizar a desproteção social vivenciada por estas durante todo seu processo histórico, pela precarização do trabalho mediante ideologia da empregabilidade. Esta pesquisa trouxe à tona a fragilidade e a precarização das políticas sociais existentes em Angola. Essa precarização se dá fundamentalmente pelo ínfimo investimento ao Setor Social, – já que o OGE angolano prioriza a dívida pública e o financiamento das atividades privadas – que compreende a educação, saúde, habitação e serviços comunitários, proteção social, recreação, cultura e religião e proteção ambiental. Assim, esta pesquisa enfatiza a necessidade de mais investimentos no setor social, através da emergência de políticas sociais amplas, inclusivas e continuadas, voltadas à prestação de serviços essenciais e de cuidado para população idosa da classe trabalhadora, uma vez que são essas pessoas que dependem destes serviços para o atendimento das suas necessidades – estas visam amenizar as desigualdades sociais geradas pelo modo de produção capitalista, pelas contradições capital e trabalho – e a necessidade de organização coletiva no sentido de pensar alternativas de construção de uma sociedade cujo objetivo visa atender as necessidades humanas e não a acumulação da propriedade privada dos meios essenciais de produção.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

The results obtained through this research should contribute to unveiling the concrete reality of the ageing and old age of the elderly people living in the LAPI, and the reality of the materialization of the social rights accessed by the same subjects, it should also make visible the social unprotection experienced by them throughout their historical process, due to the precariousness of work through the ideology of employability. This research has highlighted the fragility and precariousness of existing social policies in Angola. This precariousness is fundamentally due to the minimal investment in the Social Sector - since the Angolan State Budget prioritizes public debt and the financing of private activities - which includes education, health, housing and community services, social protection, recreation, culture and religion and environmental protection. Thus, this research emphasizes the need for more investment in the social sector, through the emergence of broad, inclusive and continuous social policies, aimed at providing essential services and care for the elderly working class population, since it is these people who depend on these services to meet their needs - these are aimed at alleviating the social inequalities generated by the capitalist mode of production, by the contradictions between capital and labour - and the need for collective organization in order to think of alternatives for building a society whose objective is to meet human needs and not the accumulation of private property of the essential means of production.

ZUREMA DOMINGOS MUTANGE

**O PERFIL SOCIOECONÔMICO E EPIDEMIOLÓGICO DA PESSOA IDOSA NO
LAR DE ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA (LAPI)-BEIRAL EM LUANDA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Franca, fevereiro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Nanci Soares

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e
Sociais, Câmpus de Franca

Profa. Dra. Josiani Julião Alves de Oliveira

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e
Sociais, Câmpus de Franca

Profa. Dra. Solange Maria Teixeira

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Dedico aos meus avós maternos, Maria Pambo Zemba e Domingos Zemba (em memória), e paternos Delfina Dala e Manuel Mutange Zuanga (em memória) e à todas as pessoas idosas da classe trabalhadora que por força da lógica da sociabilidade capitalista lhes foi negado o direito ao acesso à educação e à toda riqueza humana produzida.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Belarmina Maria Domingos Zemba e Raúl Manuel Mutange, pelo suporte material e espiritual e por serem o meu exemplo de força e determinação.

Aos professores, Simão João Samba, Anavilde Cassessa, Indira Félix por apoiarem e incentivarem a continuação dos meus estudos, a nível da Pós-Graduação, fora do meu país de origem, com certeza, sem esse apoio fundamental não teríamos, nesse momento, conquistado esse título.

À família Campelo e Paiva, Dra. Sálvea e Dr. Romero, aos filhos: Rodrigo, Renan e Vanessa por me acolherem aqui no Brasil e me fazerem sentir que tenho realmente uma família com quem posso contar, caso precise, com gratidão e amor por tudo que representam para mim!

Aos meus irmãos, Adilson, Vanilson, Delfa e Zambi Castanheira, Edson, Anaclésia, Josineide, Elizandro, Edvânia e Dallas Délcio Mutange pelo apoio incondicional e por serem os melhores irmãos que eu poderia ter. Nossa irmandade sempre foi além dos laços sanguíneos, nunca se esqueçam: amo-vos infinitamente!

Ao meu fiel e querido companheiro, José Dias Mateus, por todo suporte demonstrado durante os dois anos de Mestrado, pela paciência que teve comigo aquando da apreensão de uma nova visão de mundo, totalmente desconhecida por mim, com gratidão e amor.

Às pessoas idosas residentes no Beiral que se disponibilizaram a participar dessa pesquisa com as suas histórias de vida e por tornarem a minha pesquisa de campo realizável, o meu grande apreço e sentimento de gratidão.

Aos meus amigos, amigas e companheiros/as da pós-graduação, Laurindo Chieca, Ana Chissapa, Olinda Liliana, Fátima Caetano, Neide Domingos, Jacira Cassange, Kailane Miguel, Marieth Chongolola, Dorita João, Maria Morais, Adão Joaquim, Félix Abias, Mauro Augusto, Peiroteu Garcia, Miguel Jorge, Isaías Issenguele, Aires Caneca, Orlando Chaximbe, Jeremias Lourenço, Bernardino Cuteta, Jaqueline Ayello, Amabile Passos, Anny Ribeiro, Helena Silva, Cristiano de Carvalho, Eunice Chichava, Yadira Fernández, Fabiana Marques, Juliana de Melo, Diego Duarte, Rosa Aquino, Rafael da Silva e Laurita Bomdespacho, por caminharem

comigo nesse processo e servirem de suporte sempre que precisei, à todos, recebam a minha eterna gratidão.

Às queridas pessoas: Denise Monteiro, Solange Napolitano, Elineia Canoas, Carolina Figueiredo, Érica e Gilvan Souza, pelas quais eu tenho grande estima e consideração, sempre se mostraram disponíveis para me auxiliar no tratamento das minhas demandas e/ou necessidades enquanto pessoa e estudante, recebam por favor o meu muito obrigada!

Às professoras Fernanda Sarreta, Josiani de Oliveira, Eliana Bolorino, Maria José, Andreia Liporoni, Solange Teixeira, José Fernando Siqueira, com destaque imprescindível aos professores: Ivo Tonet, Nanci Soares, Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva, Jonorete de Carvalho Benedito, Dagoberto José Fonseca e Amor António Monteiro por todo conhecimento passado e por me ajudarem a enxergar a lógica da sociabilidade vigente, a descobrir seus fundamentos e assim direcionar os meus estudos na apreensão da realidade social, o meu muito obrigada e grande sentimento de apreço e estima.

Às minhas tias, Deolinda, Brisa e Ermelinda Zemba, Juliana Mutange pelo suporte demonstrado durante a minha ausência física no meio familiar, pelo apoio incondicional que recebi, o meu muito obrigada!

Aos meus tios, Guedes e Simão Domingos Zemba, Dallas, Mercy e Sousa Mutange, Muinga e Alberto Zuanga, Tomás e Capaxi Quissanga por incentivarem e aplaudirem as minhas conquistas sempre.

A todos e todas que não consegui citar, mas que participaram de forma indireta, o meu muito obrigada e sentimento de eterna gratidão!

Só existe uma pessoa mais invisibilizada que um homem negro trabalhador [idoso], uma mulher negra [idosa] da classe trabalhadora, aquela que se reproduziu mediante a unidimensionalidade da vida pelo trabalho precário na sociedade capitalista!

Zurema Mutange, 2025!

RESUMO

MUTANGE, Zurema Domingos. **O perfil socioeconômico e epidemiológico da pessoa idosa no lar de assistência à pessoa idosa (LAPI)-Beiral em Luanda**. Orientadora: Nanci Soares. Co-orientadora: Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva. 2025. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2025.

O perfil socioeconômico e epidemiológico da pessoa idosa no lar de assistência à pessoa idosa (LAPI)-Beiral em Luanda foi o tema de pesquisa que conduziu o debate da nossa dissertação. O presente trabalho visou analisar o perfil socioeconômico e epidemiológico da pessoa idosa residente no LAPI-Beiral em Luanda. Mediante este objetivo, apreendeu-se os fundamentos históricos do envelhecimento humano no mundo e na formação social capitalista angolana, tendo como base a dinâmica social do trabalho, questão social e políticas sociais. Para interpretar a realidade social recorreremos ao materialismo histórico dialético, às pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Quanto à abordagem foi do tipo quali-quantitativa, cuja recolha de informações foi realizada através da técnica entrevista semiestruturada, com uma amostra de 20 pessoas idosas das 146 residentes no Beiral. Diante disso, os resultados do nosso trabalho investigativo demonstraram, pela análise dos indicadores socioeconômicos, que as pessoas idosas residentes no Beiral, em Luanda, são parte orgânica da classe trabalhadora angolana, aquela que pela ideologia da empregabilidade, demandada pelo capitalismo, foram afastadas do trabalho formal, compõem, assim, a população de baixa renda. São pessoas que se reproduziram pelo trabalho informal e/ou sem proteção, e por isso, não dispõem de proteção social na velhice, uma vez que a mediação que viabiliza essa proteção é o acesso ao trabalho assalariado formal. Os indicadores do perfil epidemiológico demonstraram a existência de uma população envelhecida com boa capacidade funcional, porém, do ponto de vista físico, aparenta estar muito envelhecida. Se constatou também prevalência de doenças como lombalgia, reumatismo e trombose, doenças adquiridas – despoletadas, sobretudo, pelas condições precárias de subsistência – antes de serem consideradas idosas, pelo critério cronológico.

Palavras-Chaves: Perfil Socioeconômico, Perfil Epidemiológico, Lar de Assistência, Pessoa Idosa.

ABSTRACT

MUTANGE, Zurema Domingos. **The socio-economic and epidemiological profile of the elderly at the Beiral Home for the Care of the Elderly (LAPI) in Luanda.** Supervisor: Nanci Soares. Co-advisor: Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva. 2025. Dissertation (Master's in Social Work) - Faculty of Human and Social Sciences, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2025.

The socio-economic and epidemiological profile of the elderly at the LAPI-Beiral care home in Luanda is the research topic that led to the discussion in our dissertation. The aim of this study was to analyze the socio-economic and epidemiological profile of the elderly living at LAPI-Beiral in Luanda. With this objective in mind, we learned about the historical foundations of human ageing in the world and in Angola's capitalist social formation, based on the social dynamics of work, the social question and social policies. In order to interpret social reality, we used dialectical historical materialism, bibliographical, documentary and field research. As for the approach, it was qualitative-quantitative, and information was collected using a semi-structured interview technique, with a sample of 20 elderly people out of 146 living in the Beiral. The results of our research showed, through analysis of the socio-economic indicators, that the elderly people living in Beiral, in Luanda, are an organic part of the Angolan working class, those who, due to the ideology of employability demanded by capitalism, have been pushed out of formal work, thus making up the low-income population. These are people who have reproduced themselves through informal and/or unprotected work, and therefore do not have social protection in old age, since the mediation that makes this protection possible is access to formal salaried work. The epidemiological profile indicators showed the existence of an ageing population with good functional capacity, but from a physical point of view, it appears to be very old. There was also a prevalence of diseases such as back pain, rheumatism and thrombosis, which were acquired - triggered above all by precarious living conditions - before they were considered elderly by the chronological criterion.

Keywords: Socioeconomic Profile, Epidemiological Profile, Care Home, Elderly Person.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Países não Desenvolvidos, segundo o PNUD

<i>Quadro 2</i>	Distribuição do OGE-2024 para o Setor Social
<i>Quadro 3</i>	Distribuição do OGE-2024 para a Proteção Social de Base
<i>Quadro 4</i>	Dimensões, indicadores e linhas de privação, 2020
<i>Quadro 5</i>	Atribuições dos departamentos ministeriais na proteção e assistência à pessoa idosa em Angola
<i>Quadro 6</i>	Distribuição das categorias gerais que caracterizam as pessoas idosas residentes no LAPI-Beiral, participantes da pesquisa, 2024
<i>Quadro 7</i>	Distribuição da frequência das pessoas idosas/residentes por quarto e a qualidade das relações, Beiral, 2024
<i>Quadro 8</i>	Distribuição da frequência das pessoas idosas em relação às questões que incomodam sua vida quotidiana, Beiral, 2024
<i>Quadro 9</i>	Subjetividade dos/as sujeitos/as de pesquisa quanto às razões de residir no Beiral, 2024
<i>Quadro 10</i>	Fragmentos de relatos sobre encontro com familiares realizados pelas pessoas idosas entrevistadas, residentes no LAPI- Beiral, 2024
<i>Quadro 11</i>	Distribuição das respostas das pessoas idosas entrevistadas, residentes no LAPI- Beiral com relação à participação em movimentos sociais, sindicato, 2024
<i>Quadro 12</i>	Distribuição da frequência das pessoas idosas residentes no Beiral em relação ao acesso ao concurso público, 2024
<i>Quadro 13</i>	Distribuição da frequência das pessoas idosas entrevistadas tendo em conta a assistência médica, Beiral, 2024
<i>Quadro 14</i>	Distribuição dos depoimentos das pessoas idosas entrevistadas em relação ao programa de Acção Social que beneficiam, Beiral, 2024
<i>Quadro 15</i>	Distribuição dos depoimentos das pessoas idosas entrevistadas em relação a avaliação da sua vida em geral, Beiral, 2024

LISTA DE GRÁFICOS

<i>Gráfico 1</i>	<i>Classificação do PIB da Despesa por Função</i>
<i>Gráfico 2</i>	Principais Grupos de Produtos de Exportação em Angola
<i>Gráfico 3</i>	Taxas de privação não censuradas, Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) 2015-2016
<i>Gráfico 4</i>	Nível de escolaridade do chefe do agregado familiar por sexo
<i>Gráfico 5</i>	Faixa etária dos/as participantes da pesquisa
<i>Gráfico 6</i>	Número de filhos/as por sujeito de pesquisa, 2024
<i>Gráfico 7</i>	Distribuição dos indicadores de gênero das pessoas idosas residentes no LAPI-Beiral, 2024
<i>Gráfico 8</i>	Distribuição dos indicadores das pessoas idosas residentes no LAPI-Beiral, em função do nível de escolaridade dos sujeitos da pesquisa, 2024
<i>Gráfico 9</i>	Distribuição dos indicadores das pessoas idosas residentes no LAPI-Beiral em relação ao curso técnico-profissional, 2024
<i>Gráfico 10</i>	Distribuição da frequência das pessoas idosas residentes no Beiral por tempo estadia no Beiral, 2024
<i>Gráfico 11</i>	Distribuição das idades das pessoas idosas entrevistadas, residentes no LAPI- Beiral, tendo em conta o tempo de início ao trabalho, 2024
<i>Gráfico 12</i>	Distribuição da frequência das pessoas idosas residentes no Beiral tendo em conta a renda mensal, 2024
<i>Gráfico 13</i>	Distribuição da frequência das pessoas idosas entrevistadas em relação às patologias que carecem de cuidados continuados, Beiral, 2024

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AIDS/SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AOA	Código da moeda AOA é associado à entidade angolana
BM	Banco Mundial
BNA	Banco Nacional de Angola
CASI	Centro de Acção Social Integrado
CEIC	Centro de Estudos e Investigação Científica Centro de Investigação Científico da Universidade Católica de Angola
CFA	Comunidade Financeira Africana
CSU	Reforço do Cadastro Social Único
DMAS	Direção Municipal da Acção Social
ECP	Estratégia de Combate à Pobreza
EUA	Estados Unidos da América
FAZ	Fundo de Apoio Social
FCHS	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
GPASIG	Gabinete Provincial de Acção Social, Família e Igualdade de Género
HELPAGE	Organização Não Governamental, Internacional
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDL	Instituto de Desenvolvimento Local
IDREA	Inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego em Angola
IEA	Inquérito ao Emprego em Angola
IIMS	Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Inclusão Produtiva
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
KZ	Moeda angolana denominada (Kwanza)
LAPI	Lar de Assistência à Pessoa Idosa
MAS	Municipalização da Acção Social
MASFAMU	Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher
MINARS	Ministério da Assistência e Reinserção Social

MINFIN	Ministério das Finanças
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MPLA-PT	Movimento Popular de Libertação de Angola- Partido dos Trabalhadores
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	Países Menos Avançados
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
PNAS	Política Nacional de Acção Social
PNHAS	Programa Nacional de Humanização da Assistência na Saúde
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROPRIV	Programa de Privatizações
SEP	Sector Empresarial Público
TPA	Televisão Pública de Angola
TSM	Transferências Sociais Monetárias
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
USD	Dólar Norte Americano
WHO	World Health Organization

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS	39
2.1. Significado conceitual das principais categorias.....	39
1.2 Gerontologia Social Crítica e envelhecimento humano.....	43
2.2. O envelhecimento populacional no mundo.....	45
2.2.1. Envelhecimento e velhice no contexto angolano.....	58
3. TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS EM ANGOLA: NOTAS SOBRE A EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO PAÍS.....	80
3.1.1. Proteção Social à pessoa idosa em Angola	95
3.1.1.1. Linha de base da pobreza	95
3.1.1.2. Política de Acção Social	98
4. PERFIL SOCIOECONÔMICO E EPIDEMIOLÓGICO DA PESSOA IDOSA RESIDENTE NO LAR DE ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA, BEIRAL-LUANDA	125
4.1. Contextualização geográfica de Angola: espaço da pesquisa.....	126
4.2. Procedimentos Metodológicos.....	130
4.3. Resultados da pesquisa: Perfil socioeconômico e epidemiológico da pessoa idosa no LAPI, Beiral- Luanda.....	136
4.4. Perfil sócio-familiar.....	136
4.5. Perfil econômico.....	155
4.6. Perfil epidemiológico.....	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS	180
APÊNDICES.....	189
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	190
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	192
APÊNDICE C – CARTA DE SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE CAMPO	194
ANEXO.....	195
ANEXO A – PARECER DO CEP/UNESP-FRANCA	196

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se subordina ao tema *o perfil socioeconômico e epidemiológico da pessoa idosa no Lar de Assistência à Pessoa Idosa (LAPI)-Beiral em Luanda*, apresentado ao Programa de Pós-graduação de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP, Câmpus de Franca. Pertence à linha de pesquisa “Estado, Políticas Sociais e Serviço Social”, cujo eixo temático incide em Políticas Sociais, Envelhecimento e Velhice numa perspectiva crítica.

O envelhecimento demográfico passou a ser uma realidade concreta em vários países do mundo, porém, vale salientar “que a longevidade populacional ainda é uma conquista heterogênea, pois não está consolidada em todas as nações, além disso, anos vividos a mais não são sinônimo de qualidade de vida”. (Soares, et al., 2017, p. 174). Ainda segundo as autoras, o envelhecimento desse perfil “consolida-se como uma tendência mundial que, nos países de capitalismo central, ocorreu gradativamente e, naqueles de capitalismo periférico, vem ocorrendo de forma acelerada nos últimos anos, sendo mediatizado pelas expressões da questão social”.

No caso de Angola, – país africano, de capitalismo periférico e por isso dependente dos centros capitalistas – temos uma população majoritariamente jovem, onde o envelhecimento demográfico não se identifica de forma expressiva. Estima-se uma população geral de 34.094.077, cuja expectativa de vida é de 61 anos (Angola, 2024).

Neste sentido, segundo dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (Angola, 2024), a população com idade entre 55 a 64 anos possui uma taxa de desemprego de 18,2 %, ao passo que a população com idade igual ou superior a 65 anos possui a segunda maior taxa de desemprego do país, – quando comparado com outros grupos etários – de 39,4%, e a maior taxa de inatividade¹ (21,5%) onde as mulheres idosas ocupam a maior percentagem dessa taxa, conforme podemos

¹ A inatividade tem como critério o trabalho, ou seja, se refere a condição daquele/a que por condições quer físicas, mental e/ou sociais não se encontra apto para trabalho. No caso específico do nosso trabalho, a inatividade diz respeito, sobretudo, à condição de idosos/as que estão afastados do processo de produção e de qualquer atividade geradora de renda, como é o caso, por exemplo, dos aposentados.

observar nos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (Angola, 2024, p.14-15),

A taxa de inatividade apresenta valores mais elevados nos grupos etários de 65 ou mais anos com 21,5%, (grupo de idade em que muitas pessoas encontram-se reformadas e outras sem condições físicas para trabalhar devido a idade avançada), 55-64 anos 10,5% e jovens com 15-24 anos, representando 16,0% (grupo em que muitos jovens são ainda estudantes).

Dos dados supracitados, pode-se apreender que a população idosa, em Angola, é a mais inativa em termos de acesso ao emprego ou atividades de renda, tornando-a, desta maneira, exposta aos mais diversos mecanismos de privação de direito ao trabalho, condicionando as suas condições materiais como ser social na contemporaneidade. Por isso, concordamos com Lukács (2018) quando afirma que o trabalho é a categoria fundante do ser social.

Convém salientar que, esse trabalho ao longo do tempo vai sofrendo metamorfoses e adquirindo novas roupagens. Hoje, na sociedade em que vivemos, adquire a forma de *trabalho assalariado*, este que segundo Marx (1982) é o *fundamento da sociabilidade capitalista*, a compra e venda de força de trabalho. Portanto, como podemos imaginar, dessa relação social existem duas classes fundamentais, a burguesia – aqueles que detêm os meios de produção, necessários à produção de bens e serviços – e o *proletariado* – os que detêm somente a sua força de trabalho.

[...] para que surja e se desenvolva o modo de produção capitalista é preciso que se confrontem homens que dispõem de recursos para comprar a força de trabalho como mercadoria e homens que só dispõem da sua força de trabalho como a única mercadoria que têm para vender. (Paulo Netto; Braz, 2006, p. 59).

No caso específico de Angola, na visão de Monteiro apud Monteiro (2022, p. 213), “a formação social é hegemonicamente capitalista”. Porém o autor destaca que na mesma formação econômico-social angolana coexistem modos de produção não capitalista, como organização tribal e familiar. Aqui, citamos o caso, por exemplo, das organizações tribais khoisan, residentes no interior das províncias do Namibe, Huíla, Cuando e Cubango. Sendo assim, apesar de existir a combinação de mais de um modo de produção, a compra e venda da força de trabalho (ato fundante da sociabilidade capitalista) é a predominante, e que este subordina os outros modos de produção remanescentes.

Na sociedade em que vivemos, hoje, o acesso ao trabalho assalariado é a principal preocupação da classe trabalhadora, sendo que de um lado, possibilita a ampliação da emancipação política, mas por outro lado é expressão da alienação nas relações sociais vigentes. A inacessibilidade, nessa atividade, torna as pessoas dependentes e portanto, desprotegidas e isso acaba influenciando diretamente no processo de envelhecimento e velhice das pessoas idosas, da classe trabalhadora, uma vez que a única propriedade privada que esta classe detém é a força de trabalho, aquela que assegura a sua subsistência. E, quando estas não conseguem acessar ao mundo do trabalho, não conseguem realizar-se enquanto cidadãos, portanto, o trabalho vai ser a mais importante atividade do ser humano. Para legitimar essa afirmação, tomemos como exemplo, os/as nossos/as participantes da pesquisa. As pessoas idosas que compõem a nossa amostra, são segmentos da classe trabalhadora que não conseguiram acessar ao trabalho formal e protegido, que pela ideologia da empregabilidade se reproduzem mediante trabalho precário e sem proteção social, e por isso, hoje não têm acesso a proteção social obrigatória, uma vez que esta é destinada ao trabalhador/a formalmente empregado.

Segundo os dados do INE (Angola, 2024), a taxa de desemprego em Angola foi estimada em 32.30% da população geral, no segundo trimestre de 2024, sendo mais elevada em mulheres e com maior incidência na área urbana. Portanto, temos em Angola uma das maiores taxas de desemprego já registrada, num país onde a inflação apresenta uma subida considerada em cada semestre. Estamos nos referindo a um país onde o valor da cesta básica custa 9 vezes mais do que o salário-mínimo nacional, onde não existem políticas de assistência para a população em situação de desemprego (seguro-desemprego, por exemplo) ou qualquer outra condição que coloca em risco sua reprodução, situação de vulnerabilidade social, evidenciando a desproteção social dessas pessoas por parte do Estado (Van-Dúnem, 2024).

Esta cesta básica é composta por dezasseis produtos, nomeadamente arroz, feijão, carne, trigo, leite, batata, sal, açúcar, massa alimentar, óleo alimentar, peixe, coxa de frango, fuba de bombó e de milho, tomate e cebola, e é definido para um consumo mensal de uma família de seis membros (Van-Dúnem, 2024, p. 1).

Continuando, Van-Dúnem (2024, p. 1) esclarece que,

[...] nem mesmo os salários mínimos que o Governo pretende propor agora no âmbito das negociações com a concertação social, que aponta a um mínimo de 50 mil kz para as micro empresas, de 60 mil kz para as pequenas

empresas, de 70 mil para médias empresas e de 100 mil kz para grandes empresas vai conseguir suportar os custos para suprir as necessidades alimentares, às quais se juntarão outras despesas básicas como transportes e habitação, ou água e luz.

Portanto, estamos aqui referenciando que os salários mínimos nacionais não conseguem suprir as necessidades básicas dos elementos da classe trabalhadora, daqueles que estão inseridos no circuito do trabalho assalariado, uma vez que esses salários não garantem nem a reprodução da força de trabalho das pessoas trabalhadoras. Assim sendo, a situação se torna devastadora para os segmentos que estão afastados do mundo da produção, – superpopulação relativa – nos referimos às pessoas em situação de desemprego, às pessoas idosas que nunca tiveram acesso ao trabalho assalariado, às pessoas com deficiência, uma vez que o Estado angolano não tem nenhum tipo de seguro-desemprego, ou política de assistência via transferência de renda para esses grupos particulares.

Se os trabalhadores assalariados não conseguem se reproduzir tendo em conta os míseros salários-mínimo nacionais, como está a situação daqueles que não têm salário? Como esses trabalhadores e trabalhadoras que estão fora do sistema de produção, sem a possibilidade de penetrar nos circuitos informais de trabalho se reproduzem?

Nesse sentido, Marx (1982) afirma que “a força de trabalho é, pois, uma mercadoria que o seu proprietário, o operário assalariado, vende ao capital. Por que a vende ele? Para viver”. Diferente do trabalhador, o capitalista não compra a força de trabalho, mediante salário, para sobreviver,

A força de trabalho é comprada, aqui, não para satisfazer, mediante seu serviço ou produto, às necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contêm mais trabalho do que o que ele paga, ou seja, que contêm uma parcela de valor que nada custa ao comprador e que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadorias. A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago. (Marx, 2013, p. 841).

Assim sendo, estamos perante um sistema que para sua reprodução necessita incessantemente explorar trabalhadores livres, que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver, estamos nos reportando sobre a lei geral da acumulação capitalista.

Se impõem nessa realidade desafios complexos “[...] de difícil análise, sendo que o próprio lugar que Angola ocupa no capital mundializado, cria condições materiais, forças produtivas e relações de produção muito próprias à superexploração da força de trabalho na sua dimensão objetiva e subjetiva” (Mutange et al. 2024, p. 5706).

Nas sociedades de classes sociais antagônicas nas quais vivemos hoje – cuja essência é a (re)produção de mais-valia, por meio do trabalho assalariado – o acesso aos bens e serviços é condicionado, sobretudo, se é ou não produtor de mais-valia. Deste modo, Angola, país africano, cujo sistema capitalista é dependente e/ou periférico, vai ser atravessado pelos condicionantes que o sistema capitalista impõe para sua produção e reprodução.

Na sociedade do capital, tudo é considerado mercadoria, e tudo concorre para a sua produção e/ou reprodução. Uma vez que, nessa sociedade tudo é coisificado, até as próprias pessoas, tudo e todos vão concorrer para produção de riqueza, lucro. A pessoa idosa, uma vez que, por causa das condições sociais e, sobretudo, biológicas, é considerada improdutiva, e por isso, é afastada do sistema de produção, o que não significa que deixa de ser explorada.

Para nortear o leitor, achamos conveniente esclarecer alguns termos, como lucro e mais-valia, a fim de evitarmos qualquer equívoco, até mesmo para acompanhar toda nossa linha de pensamento.

Na sociedade de produção mercantil capitalista, onde a exploração do capital se objetiva sobre o trabalho, a riqueza humana, ou seja, a totalidade das objetivações genéricas (materiais e espirituais) produzida historicamente pelo conjunto da sociedade, produto da relação entre os homens e a natureza, foi capturada por uma pequena porção da sociedade, numa esfera contraditória, impedindo os humanos de se realizarem enquanto seres sociais (Paulo Netto; Braz, 2006).

Trata-se, de um contexto de alienação onde a exploração do trabalho pelo capital precisa existir, por ser este o fundamento (re)produtivo dessa forma de sociabilidade.

Por se tratar de um sistema de produção mercantil capitalista, sua lógica se universaliza, ou seja, se amplia ao ponto de fazer parecer as relações sociais como relações entre mercadorias, pois as relações sociais, nesse modo de produção, vão

se mover em função das mercadorias, por isso, se diz que o capital é uma relação social (Marx, 2013), na medida em que, só se pode gerar lucro se tivermos, de um lado, um indivíduo que possua somente sua força de trabalho, do outro lado, um outro indivíduo detentor de capital acumulado, e este último precisa comprar a força de trabalho do primeiro para gerar mais capital. É nesse sentido, que Marx apud Paulo Netto e Braz (2006) vai dizer que o capital é um *modo de produção de mercadoria*, uma vez que a força de trabalho é vista como uma mercadoria, a fundamental para geração de lucro, ou seja, até os próprios homens serão vistos como mercadorias e, todas estas – mercadorias – devem objetivar a acumulação do lucro.

Neste sentido, o lucro se torna, fundamentalmente, o cerne do modo de produção capitalista, uma vez que, os capitalistas produzem mercadorias para acumulação de lucro.

O lucro é, portanto, a “força motriz” da ação do capitalista, ou seja, do modo de produção mercantil capitalista, “mas o que interessa ao capitalista é a produção de mais valia”, sendo assim, o capitalista compra mercadorias (força de trabalho e meios de produção) para produzir novas mercadorias e vendê-las, e desta forma obter o lucro, portanto, é no processo de produção que se objetiva o lucro – nessa forma de sociabilidade – e não no processo de circulação. A questão que se coloca agora é, como se objetiva esse lucro, apropriado pelo capitalista, no processo de produção? (Paulo Netto; Braz, 2006).

Nesse processo, o capitalista, com o seu dinheiro, adquire meios de produção e força de trabalho daquele cuja propriedade privada é, somente, sua força de trabalho, que aqui aparece como mercadoria também, nesse processo, este último recebe um salário, seu valor, que não é mais do que o suficiente para ele se reproduzir enquanto trabalhador, ou seja, o preço da mercadoria força de trabalho – o salário – é medido em função do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de bens que viabilizam a reprodução deste. Dentre esses bens, Paulo Netto e Braz (2006, p. 68), salientam,

[...] devemos distinguir aqueles que atendem a necessidades fisiológicas (garantindo aos vendedores de força de trabalho a sua reprodução física: um mínimo de alimentação, vestuário, habitação) e aqueles que atendem a necessidades de natureza histórico-social, resultantes do desenvolvimento da sociedade (assegurando aos vendedores da força de trabalho educação, lazer etc.).

Nesse processo, ou seja, durante a produção, o trabalhador produz mais do que ele precisa para se reproduzir, só que esse excedente de produção é apropriado pelo capitalista, uma vez que ele comprou a força de trabalho, mediante salário. Esse excedente de produção, Marx chama de “mais-valia” ou “mais valor”, é daí que provém o lucro do capitalista, no interior do processo de produção, da relação entre capital constante (parte do capital destinado à compra/aluguel dos meios de produção cujo valor não se altera no processo de produção de novas mercadorias) e capital variável (parte do capital destinado à compra da força de trabalho, criadora de valor), porém sem esta última, o capital se anula.

O capital constante não produz mais-valia, nele já está objetivado um trabalho anterior, fruto de um processo de produção anterior e por isso é designado trabalho morto, sem o trabalho vivo (força de trabalho), o trabalho morto não produz mais-valia, ou seja, o lucro é inexistente, Marx (2013).

A mais-valia é criada exclusivamente pela força de trabalho (capital variável), porém sem o capital constante é impossível produzi-lá. A mais-valia nasce da objetivação do capital constante somado ao capital variável. Sem o capital constante não se produz mais-valia, portanto, este – capital constante – é condição indispensável, porém a mais-valia é produzida exclusivamente pelo capital variável, ou seja, pela força de trabalho do trabalhador.

O lucro, é o somatório do capital constante, do capital variável e a “mais-valia”, o excedente produzido pelo trabalhador, durante o processo de produção de novas mercadorias. Por isso, o modo de produção capitalista se funda na exploração e expropriação do trabalho pelo capital. Uma vez que o trabalhador produz mais do que necessário à sua reprodução e esse excedente é apropriado pelo capitalista, fonte de seu lucro.

É no interior da produção que se pode flagrar a causalidade das desigualdades sociais entre o trabalhador e o capitalista. O fenômeno gerador do pauperismo dos trabalhadores se encontra no interior do processo de produção, na medida em que o inverso da acumulação capitalista pela extração da mais-valia se constitui para o trabalhador, pela expropriação da riqueza produzida, o acúmulo da miséria nas suas condições de existência. Por isso, pela personificação do capital se estabelece uma relação de dependência entre o trabalhador e o produto de seu trabalho – a mercadoria apropriada pelo capitalista – já que o trabalhador deve vender e

disponibilizar sua mercadoria, a força de trabalho, à produção de mercadorias para sobreviver.

Se consideramos ser verdade que as pessoas vivem em condições desiguais, pertencem à classes sociais com interesses totalmente antagônicos, e por isso, o acesso aos bens e serviços socialmente produzidos pela classe trabalhadora é impedido à mesma classe que produz, então, concordamos que o processo de envelhecimento dessas classes será radicalmente desigual, sem deixar de lado que estas classes não são homogêneas, ou seja, entre elas há particularidades que as distingue entre si.

De um lado, se a classe burguesa, – detentora dos meios de produção – cujo interesse é produzir para o aumento do lucro, explora e expropria os bens materiais e imateriais produzidos pela classe trabalhadora – detentora da força de trabalho, necessária para a sua subsistência –, logo, não será equívoco afirmar que essas classes terão uma velhice extremamente desigual, pois as condições impostas para a sua reprodução é radicalmente desigual. O trabalhador vende a sua força de trabalho, como vimos anteriormente, para sobreviver, ao passo que o capitalista compra essa força de trabalho, mediante salário, para produzir e acumular riqueza, que é capturada pelo capitalista e impedida aos trabalhadores de acessarem.

Os estudos sobre o envelhecimento em Angola não consegue admitir – por causa da perspectiva ideológica dominante que dissemina as suas ideias – que vivemos numa sociedade de classes sociais antagônicas. Sendo assim, os estudos realizados sobre o processo envelhecimento não captam as particularidades essenciais do fenômeno. Não se consegue demonstrar que o envelhecimento é vivido de forma desigual pelas condições de acesso à riqueza humana, que se privatiza pela compra e venda do trabalho, e que como diz Teixeira (2008) “é a classe trabalhadora a protagonista da tragédia do envelhecimento” pois são as pessoas idosas da classe trabalhadora que vivenciam a velhice pobre e com ausências nas condições objetivas de reprodução.

Por isso, torna-se necessário conhecer o perfil das pessoas idosas residentes no Beiral, fundamentalmente, para entendermos quem elas são, em quais condições se reproduziram e se reproduzem, que condicionantes concorrem/concorreram no seu processo de envelhecimento e qual velhice elas estão tendo, uma vez que a velhice é

uma produção social, daí a necessidade de não homogeneizar as velhices, (re)produzida na sociedade capitalista universalizada.

Compreender isso nos fará não apenas aprofundar o nosso problema de estudo, como também propiciar alternativas que viabilizam a realização dessas pessoas, objetivando a efetivação e ampliação dos direitos socialmente conquistados, ao mesmo tempo, tendo em vista a construção coletiva de uma sociedade sem opressão ou dominação e/ou exploração do humano pelo humano através do trabalho.

Anteriormente, nas sociedades primitivas, era comum as pessoas idosas envelhecerem no meio familiar, e estas tinham um papel fundamental no que concerne à transmissão de conhecimentos e valores à família.

Parafraseando Tonet (2023, p. 43-44), com o surgimento da propriedade privada, das classes sociais e consequentemente com o surgimento da divisão social antagônica do trabalho, as pessoas pertencentes à classe trabalhadora, por causa das condições de trabalho e de vida (precárias) morriam com muita facilidade, uns sem mesmo conseguirem chegar à velhice, e as que chegavam eram encaradas como bibliotecas vivas, pois tinham consigo diversas informações, fruto da experiência de vida, por isso, era imprescindível a sua presença no seio familiar e da comunidade. Na mesma senda, “[...] ser idoso, nessas comunidades primitivas, era um privilégio e, como tal, era reconhecido pelo conjunto da comunidade” (Tonet, 2023, p. 44).

Sendo assim, com as metamorfoses no mundo do trabalho, antes coletivo (comunidade primitiva) agora, sob forma de trabalho assalariado, e a captura da subjetividade do trabalhador, as famílias que antes tinham como premissa acolher o/a idoso/a, agora se veem obrigadas a encontrar determinadas alternativas para garantir a sobrevivência deste grupo, e por isso, em determinado momento da história da sociabilidade capitalista, começam a existir os lares e centros de institucionalização para pessoas idosas. Estas que antes tinham uma importância fundamental na reprodução das comunidades, hoje, já vivem, muitas delas, afastadas das suas famílias e postas a residirem em lares de assistência às pessoas idosas como é o caso dos velhos/as residentes no Beiral em Luanda. Enquanto, por outro lado, existem pessoas idosas, em Angola, em condições totalmente diferentes e radicalmente desiguais destas. Por isso, urge a necessidade de se conhecer quem são as pessoas que residem no LAPI/Beiral em Luanda, e, fundamentalmente, em qual classe pertencem, se foram elas ou não que escolheram residir naquele espaço, uma vez

que para o africano/a, angolano/a, a pessoa idosa é parte da família, como tal, deve permanecer no seio familiar.

Consideramos que existem várias velhices – uma vez que a realidade não é homogênea – que o processo de envelhecimento não acontece da mesma forma para todos/as, por isso, justifica-se o fato de existirem várias velhices.

Portanto, se as classes sociais antagônicas não tiverem as mesmas condições de acesso aos bens e serviços produzidos, se a classe trabalhadora for expropriada do fruto do seu trabalho, se durante o processo de vida ativa ao trabalho, o/a trabalhador/a for dominado/a, e reduzido à mera mercadoria, a velhice do/a trabalhador/a será completamente desigual da velhice do indivíduo da classe burguesa, aqueles que detêm os meios de produção, “[...] não se trata do processo de envelhecimento humano em seu entendimento “natural”, “atemporal” e “global”, mas da velhice produzida no âmbito da sociedade moderna”. (Campelo e Paiva, 2014, p. 30, grifos da autora), dito de outra maneira, “no âmbito das sociedades de modo de produção capitalista, a velhice é também uma produção social”. (Campelo e Paiva, 2014, p. 34). Desta feita, é necessário que se olhe para o fenômeno como parte de um processo histórico, por isso, a importância em estudá-lo a partir da universalidade para apreender as suas particularidades.

Entendemos ser necessário conhecer o perfil da pessoa idosa residente no Lar de Assistência à Pessoa Idosa, Beiral. Saber fundamentalmente os processos sócio-históricos que viabilizaram a reprodução destas, uma vez que a realidade denuncia uma totalidade articulada, e fazer parte desta instituição é expressão da classe explorada pela precarização do trabalho, uma vez que as políticas sociais – resultantes sempre de lutas sociais – são respostas às demandas emergenciais da classe trabalhadora oprimida e explorada.

Essa tese pode ser comprovada e captada a partir dos indícios que a realidade angolana nos apresenta quando visitamos a historicidade, como é o fato de existir em Angola o trabalho assalariado, cuja emergência se deu no momento colonial – 15 anos antes da independência do país – pelo governo capitalista colonial português, na década de 60 do século XX. A emergência do novo modo de produção requisiava a eliminação do trabalho compulsório e a instalação do trabalho formalmente livre.

A instalação do trabalho livre no início da década de 1960, não tem outro sinônimo a não ser, a instalação do trabalho assalariado (Mendes, 1966; Monteiro, 2016). Este trabalho assalariado, que surge dentro dos parâmetros da superexploração da força de trabalho, ganha esta concretude pela necessidade de Angola ser compulsivamente integrado no mercado mundial, marcando sua presença e importância, desde que se contente com a sua posição de “dependente” dos centros capitalistas. Então Portugal, como intermediário dos centros capitalistas, deve desempenhar seu papel (Mendes, 1966; Monteiro, 2016, apud Mutange et al. 2024, p. 5697).

A instalação do trabalho assalariado em Angola significou, para os angolanos, a intensificação do processo de exploração, que culminou, conseqüentemente, com a intensificação dos problemas dos trabalhadores, – pobreza extrema, salários extremamente precários – originando a revolta de trabalhadores, que começaram a se articular em massas, contestando suas condições de vida e de trabalho. As revoltas se instalaram, colocando em xeque a ordem capitalista colonial, daí que em 1962 surge em Angola o Serviço Social, profissão requisitada pelo atual modo de produção para manter a ordem social estabelecida atuando nas diversas manifestações da questão social.

Por isso, Mutange et al. (2024, p. 5707) ao analisarem os fundamentos históricos das políticas de proteção social e de saúde, assim como a natureza do Serviço Social em Angola salientam que:

[...] trazemos a analogia feita por Pereira e Santos (2021, p. 86) salientando que tanto o Serviço Social quanto a Política Social são filhos da era urbano-industrial capitalista moderna. Este movimento que se deu desde o fim do século XIX da Europa, teve seu reflexo em Angola na segunda metade do século XX. Tanto as políticas sociais como o Serviço Social como profissão, estão relacionadas e unidas pelas suas contradições, portanto, apresentam um percurso dialético que tiveram uma razão de ser nos anos de 1960, que coincide com a mesma razão de ser na fase (neo) liberal do país, que se chama Angola.

Portanto, na sociedade burguesa colonial o envelhecimento dos segmentos da classe trabalhadora estava condicionado pelos determinantes político-econômicos sobretudo, mediatizado pela pobreza extrema e pela escassez produzida por esse mesmo modo de produção.

Estamos dizendo que a velhice pobre e sem condições de subsistência se configura como expressão da questão social, que em Angola emerge com o modo de produção capitalista – capitalismo industrial – pelo governo colonial português, através do assalariamento do trabalho. Esse modo de produção que começa na Europa, produz escassez, na medida em que se desenvolvem as forças produtivas, gera em

maior escala o pauperismo experienciado pelos trabalhadores. Portanto, o envelhecimento humano, nesse modo de produção, é condicionado pela posição do indivíduo no processo de produção de mercadorias, – se vendedor ou comprador de força de trabalho – trabalhador ou burguês. Quando analisamos a lei geral da acumulação, teorizada por Marx (2013) no capítulo XXIII do Capital, vemos que assim como a classe burguesa, a classe trabalhadora também possui refrações de classes, nessas refrações encontramos três formas, que que Marx (2013) chama de flutuante, latente e estagnada.

O envelhecimento humano experienciado pelos trabalhadores no modo de produção capitalista, é vivenciado de forma desigual até mesmo entre a própria classe trabalhadora, uma vez que as condições objetivas, que viabilizam a reprodução dos trabalhadores, na sociedade angolana e no mundo, são condicionadas não somente pelo acesso ao trabalho assalariado, mas também pela raça, se negro, branco, pela etnia e pela localização geopolítica do sujeito na divisão social e internacional do trabalho, se residente nos países da periferia do capital ou nos países imperialistas.

Tendo em conta o IEA (Inquérito ao Emprego em Angola), grande parte das pessoas em Angola se encontram empregadas no setor informal, cuja taxa é de 80,5%. Sendo assim, os homens são distinguidos com uma taxa de 72,2%, ao passo que as mulheres possuem a maior taxa, de 88,5% (Angola, 2024, p. 13). Essa taxa de emprego informal tem maior incidência na área rural.

Cerca de 19% das mulheres chefes de agregados familiares, não possui nenhum nível de escolaridade ao contrário de 24,4% para os homens chefes dos agregados familiares. Entretanto, 20,1% dos homens chefes de agregados familiares possuem o nível secundário ou o superior ao contrário das mulheres, que ficam em apenas 3,5% (Angola, 2020, p. 14).

Segundo o INE, “o meio mais utilizado para a iluminação nos agregados familiares liderados por mulheres é a lanterna, 37,4%, ao passo que para os agregados familiares liderados por homens é a luz eléctrica da rede pública, com 38%” (Angola, 2020, p. 14). Portanto, dentro da lógica capitalista existe uma divisão social, racial, sexual e étnica do trabalho, onde a posição da mulher, negra sobretudo, foi a mais subalternizada e/ou explorada por essa estrutura. Este debate traremos com mais detalhes no capítulo I da nossa pesquisa.

Para apreendermos quais os condicionantes que interferem/interferiram no processo de envelhecimento das pessoas idosas residentes no Beiral é necessário analisar esse processo partindo da categoria fundante do ser social, o trabalho.

As desigualdades sociais produzidas pela forma de sociabilidade atual – capitalista – “são capazes de modificar e interagir com os determinantes biológico-orgânicos previstos geneticamente para a espécie” humana (Teixeira, 2021, p. 77). Portanto, os condicionantes impostos para reprodução da classe trabalhadora modificam e alteram o processo de envelhecimento humano natural desta, fazendo deste heterogêneo e multidimensional, e ultrapassado pelas opressões de classe, gênero, raça e por diversas formas de violência.

Trata-se de uma realidade imbricada por uma totalidade de contextos sócio-económicos, políticos e culturais que Angola vive quer pelas suas particularidades de um Estado com políticas públicas que o tornam como tal, quer pela crise económica ocorrida em 2008 a nível mundial que devastou principalmente as economias dos países subdesenvolvidos dos quais Angola faz parte (Mateus, 2022, p. 13).

A submissão do trabalho concreto ao trabalho abstrato na sociedade capitalista afeta diretamente o processo de envelhecimento da classe trabalhadora – trazendo consigo várias implicações nas velhices dos/as trabalhadores/as – e desta forma, o processo se torna complexo, heterogêneo, ainda que cada situação carregue a mesma marca da universalidade do capital, e por isso, ser uma totalidade concreta.

Partindo do pressuposto de que, a universalidade é uma realidade concreta, então, é uma forma de irracionalismo afirmar que o envelhecimento humano é linear, ou seja, é único para todas as pessoas da sociedade. Se cada ser é ontologicamente complexo, é inconcebível alimentarmos a ideia de que a velhice é única para todos/as os/as pessoas. Por isso, concordamos com a proposta da Gerontologia Social Crítica, que segundo a qual, o envelhecimento humano é síntese de múltiplas determinações históricas, portanto, “uma construção social, dotado de um caráter multidimensional e heterogêneo” (Soares et al., 2014 apud Soares et al., 2017, p. 176).

Desta feita, apreender o envelhecimento humano como síntese de múltiplas determinações, é necessariamente capturar a categoria da totalidade inerente ao sujeito social que se fez/faz numa determinada história, ou seja, embora o envelhecimento seja um processo ontológico ao ser social, na sociabilidade atual, ganha uma peculiaridade ao modo de produção capitalista, que o modifica e o altera.

Apoiados em Marx nos Grundrisse (Dussel, 2012), o concreto só é concreto quando é síntese de múltiplas determinações. Portanto, explicar uma determinada realidade sem fazer recurso às suas múltiplas determinações é cair no erro da pseudoconcreticidade. Salienta Kosik (1976, p. 13) que a pseudoconcreticidade consiste em explicar as aparências fenomênicas desconsiderando a possibilidade de existir a essência.

Deste modo, explicar o processo de envelhecimento humano a partir da perspectiva da totalidade concreta, é ao mesmo tempo sair do abstrato para o concreto. Assim sendo, só conseguimos chegar ao concreto se abstrairmos do abstrato (da realidade) todas as suas particularidades (contradição), uma vez que o concreto não aparece à primeira vista nos nossos sentidos. Segundo Kosik (1976, p. 13), “a dialética trata da “coisa em si”. Mas a coisa em si não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar à sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *détour*”.

Desta feita, parafraseando Kosik, temos a convicção de que a essência nunca aparece num primeiro instante, senão as “aparências fenomênicas”, e só um ato analítico-reflexivo, a partir da categoria fundante – o trabalho – do ser social, torna a realidade concreta para o sujeito social (Kosik, 1976, p. 13).

Consideramos desta forma que, só entrando no fundo de um poço, por exemplo, de 12.262 metros, que por sinal é o mais alto do mundo, saberemos o que de fato ele carrega consigo, portanto, sem essa predisposição, em fazer esse esforço, cairemos sempre na intenção de explicar, por meio do achismo, aquilo que não conseguimos enxergar na sua plenitude, e só é possível enxergar essa plenitude se houver essa disposição da parte dos/as sujeitos/as sociais.

[...] a realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo pólo oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo e apartado do mundo. (Kosik, 1976, p. 13).

Concordamos com a ideia de Kosik (1976), de que o abstrato só se torna concreto para os/as sujeitos/as a partir do momento em que estes apreendem a realidade, porém esse processo só é possível se houver um conjunto de disposição analítico-reflexiva, uma vez que a essência não se manifesta de forma imediata para o homem. Assim, o fenômeno a que nos predispomos conhecer, só se vai tornar

concreto para nós, se apreendermos as suas múltiplas determinações. Partindo da concepção de que a realidade é dialética, só por meio da mediação conseguiremos atingir os objetivos a que nos propusemos, desta forma, apreender a realidade através da história social torna-se fundamental.

A nossa pesquisa foi de abordagem quali-quantitativa, quanto a apreensão da realidade enquanto totalidade, fizemos recurso ao materialismo histórico dialético, por entendermos que o padrão científico-filosófico criado por Marx é o método mais adequado, em termos de conhecimento da realidade, uma vez que este parte da realidade, nos apresentando as suas variadas contradições. Por considerarmos que é o objeto a ser estudado que demanda um determinado caminho para apreendê-lo, nós consideramos o fenômeno como síntese de múltiplas determinações, produto das relações sociais, este, ao nosso ver, demanda um onto-método que o compreende como tal, este método nos foi apresentado por Marx.

O crescente aumento da população idosa tem atingido níveis alarmantes em todo o mundo, em Angola, de modo particular, esse nível não é expressivo, uma vez que a população idosa é constituída por 2,4% da população geral, segundo o último censo populacional realizado em 2014.

Assim, o que denota a nossa preocupação é a forma precária que grande parte da população angolana envelhece, não obstante a isso, o fato de não se conhecer o perfil socioeconômico e epidemiológico dessas pessoas, com ênfase àquelas que residem nas instituições de longa permanência como o Beiral, nosso campo de pesquisa, e sobretudo, por se desconhecer os condicionantes que interferem no processo de envelhecimento dessas pessoas, logo, desconhecemos os desafios que este segmento populacional enfrenta na sua reprodução.

Considerando o fato de que todo problema científico é o primeiro passo para uma pesquisa científica, as questões de partida – enquanto expressões do problema a ser estudado – configuram-se como as inquietações iniciais que dão à luz a todos os passos subsequentes da pesquisa, deste modo, são essas indagações que vão motivar toda a pesquisa, e conseqüentemente a pesquisadora. Segundo Gil (2008, p. 33), “[...] problema é qualquer questão não resolvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento”.

Desta feita, para o nosso estudo tivemos como pergunta de partida a seguinte: Qual é o perfil socioeconômico e epidemiológico da pessoa idosa no Lar de Assistência à Pessoa Idosa (LAPI)- Beiral em Luanda?

Sendo assim, surgem ainda as seguintes reflexões, que podem se configurar como questões norteadoras à pesquisa: Quem são as pessoas idosas que residem no LAPI, Beiral? De onde vieram? Trata-se do envelhecimento da classe trabalhadora subalterna? Quais determinações concorrem/concorreram no processo de envelhecimento das pessoas idosas no LAPI, Beiral? e, por último, que velhice as pessoas residentes no LAPI- Beiral, em Luanda, estão tendo? São essas questões que vão nortear toda a nossa pesquisa, pois temos o discernimento de que, só fazendo essas mediações nos aproximaremos à essência da realidade a que nos propusemos apreender, uma vez que as aparências fenomênicas não é em si o concreto, mas, parte superficial – as manifestações – da essência.

Os objetivos norteiam o pesquisador e consequentemente a pesquisa, é o detalhamento dos caminhos que se vai percorrer no decorrer da pesquisa. Assim sendo, para a nossa pesquisa, definiu-se os seguintes objetivos:

Geral: Analisar o perfil socioeconômico e epidemiológico da pessoa idosa no Lar de Assistência à Pessoa Idosa (LAPI) -Beiral em Luanda.

Específicos:

- 1- Apreender os fundamentos históricos do envelhecimento humano no mundo e na sociedade angolana e os processos de trabalho, questão social e políticas sociais;
- 2- Conhecer o perfil socioeconômico e epidemiológico da pessoa idosa residente no Lar de Assistência à Pessoa Idosa, Beiral/Luanda;
- 3- Interpretar o perfil socioeconômico e epidemiológico da pessoa idosa residente no Lar de Assistência à Pessoa Idosa, Beiral/Luanda tendo em conta a dinâmica social do trabalho na sociedade angolana.

O nosso trabalho encontra-se organizado em três (3) capítulos. O primeiro responde ao primeiro objetivo específico do nosso trabalho, portanto, fez referência aos fundamentos históricos do envelhecimento humano no mundo e na sociedade angolana com maior realce, falamos também do processo de envelhecimento e velhice no contexto angolano, porém com destaque à velhice da pessoa idosa

residente no LAPI-Beiral, fazendo mediações entre a categoria trabalho na sociabilidade do capital e sua influência na estratificação da idade, nesta última analisamos como o trabalho influenciou a estratificação da idade na sociabilidade atual, e como se deu esse processo na realidade angolana, e analisamos ainda as mediações que influenciam esse processo.

No primeiro capítulo também examinamos a natureza da forma do trabalho atual na sociedade, de modo particular na sociedade angolana de capitalismo periférico e a sua relação com a questão social e políticas sociais dirigidas às pessoas idosas. Desta forma, nossa pretensão foi apreender a relação entre a forma do trabalho atual – assalariado – e a questão social, sem descurar da realidade concreta das políticas sociais, sua essência, e sua vinculação com o mundo do trabalho. Neste capítulo examinamos as políticas de proteção às pessoas idosas em Angola, o contexto histórico do seu surgimento e as formas de materialização dessas políticas, fazendo uma relação com o surgimento da profissão, Serviço Social, no contexto angolano.

O segundo capítulo apresenta os resultados do segundo objetivo específico. Este, fez referência a todo aporte metodológico, nomeadamente aos métodos e técnicas que foram utilizados na realização da pesquisa de campo, para conhecer o perfil socioeconômico e epidemiológico da pessoa idosa residente no LAPI. Fizemos também uma descrição dos processos que compuseram a parte metodológica da pesquisa, assim como o universo, a composição da amostra, o método de análise de resultados utilizado, e como foi encaminhado todo esse processo.

No terceiro e último capítulo foram apresentados os resultados da pesquisa de campo, realizada no LAPI – Beiral em Luanda, concretizando assim o terceiro objetivo específico e o objetivo geral do nosso trabalho. Neste capítulo, falou-se ainda das possibilidades e limites da humanização na assistência às pessoas idosas residentes no LAPI, evidenciando os desafios da humanização na materialização da política de assistência à pessoa idosa em Angola.

Por fim, tivemos as considerações finais, seguidas das referências, apêndices e anexos.

A relevância deste estudo se deve à necessidade e a urgência de se conhecer o perfil do idoso/a residente no Beiral, numa realidade onde as políticas sociais tendem

a privilegiar, essencialmente, a população que detém força de trabalho ativa à reprodução do capital, ou seja, aos trabalhadores assalariados, por conseguinte, a população idosa apesar de minoritária, nesse contexto, por se desconhecer o perfil dessas, acabam não tendo a atenção e o cuidado que precisam, logo são negligenciadas das agendas das políticas públicas. O estudo visou ainda abstrair as particularidades desse fenômeno enquanto expressão da sociabilidade capitalista. Visto que, apoiados em Marx (2013), Kosik (1976), entre outros, concordamos que não conhecemos a realidade concreta do fenômeno, já que este aparece de forma superficial. A realidade nos traz à tona somente as superficialidades da particularidade, assim, querendo apreender a realidade concreta achamos necessário fazer as mediações necessárias para abstrair da singularidade as determinações históricas para tornar o fenômeno – que é abstrato para nós – concreto.

No campo do envelhecimento, muitas são as teorias que abordam as velhices como expressão da idade, ou seja, trazem a ideologia de que a velhice dos/as trabalhadores/as – precária e subalternizada, condicionada aos limites impostos pelo capital – (enquanto expressão da questão social) é consequência do processo de envelhecimento humano “natural”, e que as condições sociais, econômicas, psicológicas e culturais não condicionam a velhice do/a “velho/a trabalhador/a”. Assim, entendemos que essas são apreensões que partem da aparência e terminam na aparência, ou seja, não chegam à essência do fenômeno. Pois para chegar à essência, implica abstrair todas as particularidades do fenômeno, sem descuidar da sua universalidade.

A nossa pretensão foi apreender o fenômeno enquanto construção histórica numa determinada realidade concreta, uma vez que ele – o fenômeno – não está alheio à realidade social, são fenômenos que se captam na realidade, mas que surgem num determinado momento da sociedade, e não é ontológico à sociedade. Dito de outra maneira, apreender o fenômeno,

[...] numa perspectiva ontológica, a categoria da substância, que não é concebida como algo fixo e imutável, mas histórico, é decisiva. A análise do processo de entificação do ser social, a partir do ato fundante do trabalho, mostra que a substância, a essência, a condição de possibilidade de todos os fenômenos que constituem o ser social é a práxis humana, que, em última análise, resulta sempre da relação entre a subjetividade e objetividade. (Tonet, 1995, p. 4).

Para o nosso estudo, torna-se importante o processo de mediação, categoria indispensável no materialismo histórico dialético, na medida em que, ela é o conjunto de disposições analítico-reflexivas que tornam a realidade concreta para o homem. Desta feita, o nosso estudo torna-se relevante para o contexto angolano, como em todas outras realidades cujo sistema de sociabilidade é capitalista, visto que queremos apreender a essência do fenômeno e difundir para toda a comunidade científica/académica.

A relevância pessoal incide-se no fato da pesquisadora fazer parte da classe trabalhadora – ser trabalhadora, pertencer à família de pais, tios/tias, avôs/avós, trabalhadores/as – por viver na “pele” a exploração, por meio do trabalho assalariado, as desigualdades sociais geradas pela (re)produção exacerbada do capital. Por viver de bolsa estudantil durante todo o seu percurso acadêmico², por saber que a única propriedade privada que detém é a sua força de trabalho. Por todos os motivos supracitados, se identifica e se afirma como parte integrante da classe, por isso, tem um comprometimento com essa classe, que por sinal é a majoritária e expropriada, no sentido de trazer a essência desse fenômeno, como forma política de fazer uma contra-hegemonia em oposição à classe burguesa-hegemônica. Nesse contexto, não se trata de tomar partido, trata-se de contribuir para a construção de uma sociedade igualitária (em termos de acesso às riquezas produzidas) para todos os humanos, onde não haja exploração, expropriação, tampouco a subalternização do humano para humano. Neste sentido, concordamos com Tonet (2023, p. 57), quando afirma que,

A defesa dos interesses dos trabalhadores idosos não é, obviamente, uma tarefa apenas e nem principalmente dos próprios trabalhadores em idade avançada. Afinal de contas, quem é, hoje, jovem, será, amanhã, velho.

O nosso estudo é pertinente, atual e necessário no contexto angolano na medida em que os resultados aqui advindos podem não apenas ajudar a apreender o processo de envelhecimento humano no contexto angolano, conhecer as velhices que aí se (re)produzem, mas também de propiciar estratégias e alternativas no sentido de enfrentar a dominação/expropriação e exploração que se universalizou.

²Entendemos que as bolsas disponibilizadas pelas universidades estatais/públicas são expressões das contribuições dos/as trabalhadores/as, ou seja, é a classe trabalhadora, via impostos de rendimento de trabalho, que financia essas bolsas.

É um estudo necessário que proporcionará aproximações para apreensão do fenômeno³, aprofundando assim, os aspetos mais profundos e obscuros da realidade concreta que não aparece a priori, que só por meio de uma disposição analítico-reflexiva do sujeito social se pode apreender, sem descorar a possibilidade de transformação da realidade no sentido de responsabilização do Estado angolano à efetivação e ampliação das políticas sociais.

Em termos académicos, o nosso estudo vai contribuir para a produção de mediações teórico-metodológicas sobre a temática no contexto angolano, onde se nota escassez de referências bibliográficas sobre o fenômeno (expressão de relações sociais precarizadas). Sendo assim, a relevância se justifica na medida em que o estudo visa contribuir para o acerto e conserto bibliográfico, uma vez que, não existem estudos sobre o perfil socioeconômico e epidemiológico da pessoa idosa residente no LAPI, Beiral em Luanda, e dos estudos científicos pouco ou quase nada existe sobre o envelhecimento humano numa perspectiva de totalidade.

Infelizmente em Angola, podemos afirmar que, até ao momento ainda não encontramos nenhum estudo que trata o fenômeno a partir da categoria fundante do ser social – o trabalho – tendo em conta as Classes Sociais, Estado, Contradição, que são fundamentais para apreender a realidade contemporânea (tornar a realidade concreta para os/as sujeitos/as sociais). Consideramos que, é a partir dessas categorias que podemos chegar à essência do fenômeno, portanto, consideramos fundamentais os estudos críticos sobre esse fenômeno.

Na realidade angolana, os escritos que encontramos sobre o processo de envelhecimento humano conseguem por um lado captar a aparência – expressão da essência – mas permanecem nela, naturalizando, por um lado, os problemas da velhice “*naturais à vida humana*”, outros com uma análise aparentemente “crítica”, porém muito superficial, que não chegam as raízes do fenômeno, (não sendo por isso, menos importantes, antes pelo contrário, são importantes na medida em que conseguem captar o fenômeno, – a aparência – mas não são capazes de abstrair as determinações históricas, logo desconsideram a universalidade). Por outro lado, o

³ São aproximações porque entendemos que a realidade é dinâmica, parafraseando Marx, logo, a essência não é estática, está em constantes modificações.

Hegel, ao falar da essência, diz que a essência é o que permanece na mudança.

referido estudo poderá servir de mediação teórico-metodológica para os profissionais que trabalham com este segmento da população.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

2.1. Significado conceitual das principais categorias

Este capítulo visa responder ao primeiro objetivo específico do nosso trabalho (apreender os fundamentos históricos do envelhecimento humano no mundo e na sociedade angolana e os processos de trabalho, questão social e políticas sociais). Nesse espaço examinamos os fundamentos históricos do envelhecimento humano no mundo e na sociedade angolana, para tal nos baseamos na pesquisas bibliográfica, recorreremos às obras completas publicadas, artigos científicos, teses e dissertações relacionadas ao tema, na pesquisa documental, através de documentos oficiais produzidos pelo Estado angolano e pelas Organizações Internacionais.

Antes de prosseguirmos com o nosso objetivo inicial, cabe-nos destacar o significado conceitual das principais categorias que o constituem. É desta forma que teremos de explicar sinteticamente os conceitos de perfil socioeconômico e epidemiológico, pessoa idosa e lar de assistência à pessoa idosa.

O conceito de perfil socioeconômico e epidemiológico é bastante complexo começando com a complexidade polissêmica do termo “perfil”. Para os fins deste trabalho, exploraremos o termo perfil como sinónimo de “retrato, característica ou situação”, na medida em que perfil socioeconômico e epidemiológico deva significar um determinado conjunto de características sociais, económicas que engloba a situação processual de saúde-doença dos/as sujeitos/as de pesquisa.

O perfil socioeconômico pode ser conceituado considerando as categorias sociodemográficas e educativas, processos de deslocamento, moradia, rendimento/salário, gastos domésticos, perfil laboral e habilidades profissionais, direitos, deveres e uso de serviços públicos, integração sociocultural (ACNUR, 2019), bem como a situação de saúde que neste projeto de pesquisa diz respeito à pessoa idosa.

Os estudos sobre o perfil socioeconômico e epidemiológico dos/as sujeitos/as sociais nunca são realizados sem considerar o contexto político, económico, social e cultural da sociedade contemporânea universalizada, da qual é possível apreender as particularidades da sociedade em que decorre a pesquisa, que no nosso caso é em Angola. Considerando a economia como base das condições de existência material, a sua configuração nacional manifesta-se em cada sujeito social.

Angola apresenta, assim, uma economia muito descompensada, tanto nos efeitos sociais que produz quanto nas vulnerabilidades existentes, bem como nos potenciais que não concretiza. Três aspectos interligados que definiram, durante algumas décadas, o “terceiro mundo”, e hoje definem o bloco que a ONU classifica de “países menos avançados” (PMA) (Gonçalves, 2010, p. 91, grifos do autor).

Salienta também o Relatório Económico 2019-2020 do Centro de Investigação Científico da Universidade Católica de Angola que,

[...] a economia nacional e o seu sistema de produção estão em zona de desperdício de recursos, sendo a taxa de desemprego da força de trabalho (32%) o indicador mais expressivo. Acresce que quando 55% dos jovens não conseguem encontrar emprego, prosseguir com políticas que verdadeiramente não afectam o nível geral de actividade, e, por arrastamento, o emprego, significa que toda uma geração pode estar condenada a perder os seus direitos a um futuro de progresso (CEIC, 2021, p. 71).

Trata-se de uma realidade que permeia a vida das pessoas idosas, de toda nação angolana, colocando em causa a sua situação política, económica, social, epidemiológica, toda uma forma de colocar em xeque os seus direitos como cidadãos e cidadãs.

Continuando na lógica da conceituação das nossas principais categorias, passamos agora para o conceito de pessoa idosa. Sendo assim, a mais vigente definição nos é dada pela Organização Mundial da Saúde que classifica como idosas as pessoas aquelas com 65 ou mais anos de idade em países desenvolvidos e com 60 ou mais anos nos países em desenvolvimento (Brasil, 2020).

Segundo o Decreto Presidencial nº 13/06 de 17 de Maio, de 2006, a

pessoa idosa, todo indivíduo de sexo masculino ou feminino com mais de 60 anos que por falta ou dificuldades de protecção familiar, económica, social ou por ter um rendimento abaixo do salário mínimo nacional necessite dos serviços de assistência social (Angola, 2006, p. 2).

Ao passo que, nos termos do Decreto Presidencial nº 180/12 de 15 de Agosto de 2012, entende-se por pessoa idosa como todos os indivíduos de ambos os sexos, com mais de 60 anos de idade, independentemente da sua condição sócio-económica (Angola, 2012, p. 3544).

Urge salientar que, há uma grande convergência entre os conceitos trazidos acima sobre a pessoa idosa, tratando-se da pessoa com uma idade igual ou superior a 60 anos, e que carece de mais atenção quanto às suas necessidades, porém todos

os conceitos deixam de mencionar, por exemplo, a questão do capitalismo e suas contradições na vida das pessoas idosas, sem deixar de considerar que a própria estratificação das idades é uma construção histórica, portanto, “[...] a ênfase na demarcação cronológica para designar etapas singulares da vida, numa perspectiva fragmentada do todo, é produto da modernidade” . (Almeida, 2003, apud Campelo e Paiva, 2014, p. 30). Sendo assim, torna-se fundamental (re)pensar esses conceitos e a forma como eles vão contribuir para a homogeneização das teorias sobre o envelhecimento e velhice, e, principalmente, na individualização e, possível, culpabilização das pessoas idosas pela sua condição.

O Lar de Assistência à Pessoa Idosa, segundo o Decreto Presidencial nº 148, de 2012, é uma resposta social desenvolvida em equipamento social de utilização temporária ou permanente para a pessoa idosa em situação de maior risco, de perda de independência ou autonomia ou ainda sem suporte familiar (Angola, 2012).

O LAPI- Beiral se configura como um equipamento social, no âmbito da assistência social à pessoa idosa, enquadrada na lei de base da proteção social em Angola, no nível de proteção social de base (aquele que engendra em si o “bem-estar” das populações em situação de desproteção social ou, como é familiar em Angola, em situação de vulnerabilidade social).

Achamos importante delimitarmos também as categorias envelhecimento e velhice, a fim de percebermos toda a problemática que dela decorre. Assim, achamos preponderante considerar e tratar esses conceitos a partir da categoria histórica, abstraindo todas as determinações históricas que influenciaram a sua emergência na sociedade à contemporaneidade.

Assim, segundo Beauvoir (1990), a velhice e consequentemente o envelhecimento sempre estiveram ligados à doença, desde o seu surgimento, a aparição dos fenótipos do segmento idoso, as questões biológicas manifestadas na fase cronologicamente considerada velha sempre estiveram associados à doença.

É imperioso salientar que o envelhecimento é um processo que vai se configurando durante toda a vida do indivíduo, ou seja, que o processo de nascer, crescer e desenvolver é intrínseco a ele, ou ainda, é o processo de negação do novo que dá a luz ao antigo, e este envelhecimento enquanto um processo, que a se configura como um processo biológico, psicológico e social, no campo da

Gerontologia Social, todavia a velhice se configura como uma produção social cujos determinantes biológicos e/ou cronológicos dialogam e se co-relacionam e com os determinantes econômicos, sociais, culturais podendo o alterar ou modificar o envelhecimento natural, intrínseco ao ser humano.

De modo geral, é absolutamente diferente envelhecer no campo ou na cidade; numa família rica ou numa família pobre; ser homem ou mulher; ter tido um emprego e se aposentar ou ter vivido apenas em atividades do lar ou informais e viver de forma diferente. Como para a população em geral, as categorias mais estruturantes da forma de envelhecer são a classe social, o gênero, a atividade social (emprego, trabalho) e a sociabilidade familiar, comunitária ou até religiosa (Minayo apud Teixeira, 2020, p. 137).

A Gerontologia Social tradicional, vigente, enquanto ciência considera o envelhecimento como um processo cujas manifestações são consideradas o cerne das pesquisas, daí a necessidade em cingir-se a descrever os efeitos produzidos no organismo humano. Apesar da gerontologia se desenvolver sob três perspectivas, biopsicossocial, que expressa um ganho, resultante de processos de lutas contínuas, “[...] em todos esses domínios ela é fiel a um mesmo posicionamento positivista; não se trata de explicar por que os fenômenos se produzem, mas de descrever sinteticamente, com a maior exatidão possível, suas manifestações” (Beauvoir, 1990, p. 32).

É esta visão, natural e biológica do processo envelhecimento que permeia no estudo de Pela (2023, p. 20) “[...] o envelhecimento é um *processo natural de diminuição progressiva da reserva funcional dos indivíduos*, que, em condições normais, não costuma provocar qualquer problema”. Norteada por uma corrente ideologicamente positivista, a autora naturaliza os problemas vivenciados na velhice pela classe trabalhadora angolana, não sendo capaz de enxergar que os condicionantes econômicos, sociais, culturais e psicológicos impostos pelo modo de produção capitalista angolano imbricam-se aos condicionantes biológicos podendo alterar o “envelhecimento humano natural”, já que da relação entre o momento objetivo e o momento subjetivo, a prioridade é determinada pelo momento objetivo. Dito de outra maneira, a realidade objetiva da classe trabalhadora, marcada pela ausência das condições de devir a ser, determina a velhice vivenciada pelos segmentos dessa mesma classe, sendo assim, as formas de acesso à riqueza humana produzida determinam a velhice que cada segmento da classe trabalhadora deverá vivenciar.

Resta, desta maneira, esclarecer que o envelhecimento “biológico” enquanto processo que permeia a vida de todo ser humano, os condicionantes econômico-sociais – impostos na sociedade de classes, que permeia toda a vida do trabalhador na ordem do capital – somam-se aos determinantes biológicos produzindo assim a velhice desigual do trabalhador, empobrecida e subalternizada em maior ou menor grau dependendo do gênero, da raça, da sua posição na estratificação social e da posição no comando da estrutura mundializada do capital, logo, “[...] é a classe trabalhadora a protagonista da tragédia no envelhecimento, considerando-se a impossibilidade de reprodução social e de uma vida cheia de sentido e valor, na ordem do capital, principalmente, quando perde o valor de uso para o capital” (Teixeira, 2009, p. 64).

Até ao século XIX, nunca se fez menção aos “velhos pobres”; estes eram pouco numerosos e a longevidade só era possível nas classes privilegiadas; os idosos pobres não representavam rigorosamente nada. A história, assim como a literatura, passa por eles radicalmente em silêncio. A velhice não é, numa certa medida, desvendada, senão no seio das classes privilegiadas (Beauvoir, 1990, p. 111).

Portanto, nesse trabalho reconhecemos e trazemos o conceito de velhice segundo Beauvoir (1990) “a velhice não é um fato estático; é o resultado e o prolongamento de um processo. Em que consiste esse processo? Em outras palavras, o que é envelhecer? Esta ideia está ligada à ideia de mudança” (Beauvoir, 1990, p.17).

1.2 Gerontologia Social Crítica e envelhecimento humano

Trazemos nessa discussão a proposta da Gerontologia Social Crítica para nortear a análise dos resultados do nosso estudo.

A sociedade contemporânea tenta homogeneizar a velhice, denuncia Simone de Beauvoir, no seu livro “A velhice” (1990). Assim, através do seu livro procuraremos dar visibilidade ao abismo intransponível que separa a velhice de ricos e pobres, assim recorreremos aos pressupostos da Gerontologia Social Crítica, mostrando a “velhice reproduzida nos limites das condições concretas no espaço e no compasso do tempo do capital, uma questão contemporânea para o Serviço Social” (Campelo e Paiva, 2014, p. 30).

Do “ponto de vista da teoria social crítica, o processo de envelhecimento e velhice constitui “[...] uma construção social, dotado de um caráter multidimensional e heterogêneo” (Soares; Poltronieri; Costa, 2014 apud Soares et al., 2017, p. 174, grifos das autoras).

Segundo Campelo e Paiva (2012, p. 36, grifos da autora), a Gerontologia Social Crítica se caracteriza por envolver análises do envelhecimento humano na perspectiva da totalidade, esta se utiliza da teoria social crítica, do materialismo histórico-dialético enquanto método para analisar os fenômenos decorrentes deste. Esta, considera a matéria social como produto das relações sociais, e não atemporal, ou seja:

(i) contemplam, na análise teórico-metodológica, o movimento histórico das relações sociais de produção e reprodução capitalista;

(ii) consideram a centralidade do trabalho, entendendo que o trabalho é o ato fundante do ser social; elementos *caros* à tradição marxista.

(iii) abordam a velhice enquanto uma produção social, tendo em vista que, na sociedade moderna, essa análise não pode ser apartada da ordem sociometabólica da reprodução do sistema do capital;

(iv) contextualizam a condição de adoecimento de homens e mulheres, velhos e velhas, associada às determinações sociais em saúde, enquanto uma expressão da questão social;

(v) adotam o ponto de vista da totalidade social, em contraponto à racionalidade do sistema do capital.

Sendo assim, as relações sociais, que vão permear a concreticidade do processo de envelhecimento dos velhos trabalhadores, condicionam a velhice destes, uma vez que, as condições de produção e/ou reprodução social é limitado se este for ou não produtor de mais-valia. Portanto, este pensamento converge, por suposição, com o apresentado por Campelo e Paiva (2014, p. 37, grifos da autora), sobre a proposta da Gerontologia Social Crítica que defende a velhice como uma produção social e que, desta maneira, vai ser

condicionada, então, pela inserção nos segmentos e classes sociais, a velhice, experimentada pela “espécie” que necessita vender a sua força de trabalho para sobreviver, traduz o resultado de um sistema que subordina as qualidades e necessidades humanas à ditadura do trabalho ditador de mais-valia (Campelo e Paiva, 2014, p. 37).

Por isso, concordamos que, “[...] a posição de classe de quaisquer grupos diferentes de pessoas é definida por sua localização no comando da estrutura de capital e não por características sociológicas secundárias, como o *estilo de vida*” isso implica em romper com a homogeneização a-histórica atribuída ao processo de envelhecimento e à população idosa. Assim, cabe-nos, agora, olhar para o processo de envelhecimento humano no mundo e contexto angolano, uma realidade onde as relações sociais são periféricas e as lutas sociais mais rebaixadas (Mészáros, 2002, apud Campelo e Paiva, 2014, p. 36, grifos da autora).

2.2. O envelhecimento populacional no mundo

Pensamos que, além disso, é observável que o aumento da população idosa no mundo é hoje uma realidade, – sobretudo, nos países que registraram melhorias significativas nas condições, pela inserção ampliada das políticas sociais – ao ponto deste ter sido considerado um marco histórico da humanidade. Desse modo,

A título de ilustração, dados fornecidos pelas Nações Unidas (2001, 2012, tradução nossa) revelavam que, no mundo, o número de pessoas com 60 anos ou mais foi estimado em 605 milhões no ano de 2000, 893 milhões em 2011, com probabilidade de atingir cerca de dois bilhões em 2050, tempo em que será tão alto quanto o da população infantil (0-14 anos). O crescimento da população idosa e o declínio da infantil irão marcar a primeira vez na história em que o número de crianças e pessoas idosas será semelhante. (Campelo e Paiva, 2014, p. 25, grifos da autora).

Ademais, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) em coautoria com a HelpAge International (2012), esclarecem que “uma em cada 9 pessoas no mundo tem 60 anos de idade ou mais, e estima-se um crescimento para 1 em cada 5 por volta de 2050”. Por isso, “o envelhecimento da população é um fenômeno que já não pode mais ser ignorado”. (UNFPA & HelpAge International, 2012).

Em todo o mundo, a proporção de pessoas com 60 anos ou mais está crescendo mais rapidamente que a de qualquer outra faixa etária. Entre 1970 e 2025, espera-se um crescimento de 223%, ou em torno de 694 milhões, no número de pessoas mais velhas. Em 2025, existirá um total de aproximadamente 1,2 bilhões de pessoas com mais de 60 anos. Até 2050 haverá dois bilhões, sendo 80% nos países em desenvolvimento. (World Health Organization, 2005, p. 8).

Na mesma senda, o envelhecimento populacional se universalizou, do mesmo modo que a lógica capitalista, o pior é que as condições impostas para a humanidade se reproduzir nesse modo de relação social capitalista é desigual e pior ainda nas

nações menos desenvolvidas, o que coloca em risco a vida de quem vende a sua força de trabalho para sobreviver. Deste modo,

O envelhecimento da população está ocorrendo em todas as regiões do mundo, em países com vários níveis de desenvolvimento. Está progredindo mais rapidamente nos países em desenvolvimento, inclusive naqueles que também apresentam uma grande população jovem. (UNFPA & HelpAge International, 2012, p. 3).

Não obstante a isso, o UNFPA & HELPAGE International (2012) destacam diferenças entre as regiões no que diz respeito à longevidade. Segundo dados fornecidos por estes, a população africana, da qual Angola é constitutiva, era a que menos envelhecia, uma vez que, (6%) da população do continente tinham 60 ou mais anos de idade, comparadamente aos da América Latina e Caribe (10%), (11%) na Ásia, na Oceania (15%), na América do Norte (19%) e na Europa (22%), porém, se estima que, em 2050, (10%) do segmento populacional africano estará com 60 ou mais anos, comparadamente aos (24%) da Ásia, na Oceania (24%), na América Latina e Caribe (25%), na América do Norte (27%) e na Europa (34%).

É imperioso salientar que, segundo World Health Organization (2005, p. 9), até 2005,

[...] o envelhecimento da população esteve muito associado às regiões mais desenvolvidas do mundo. Por exemplo, nove entre dez países com população maior de 10 milhões e maior proporção de habitantes idosos estão na Europa [...]. Espera-se pouca mudança nesta ordem até 2025, quando os indivíduos com 60 anos ou mais irão formar aproximadamente um terço da população de países como Japão, Alemanha e Itália, seguidos de perto por outros países europeus [...].

Diante das informações acima citadas, surgem algumas inquietações que, achamos nós, merecem alguma análise.

- Por que, durante muito tempo, só os países desenvolvidos é que envelheciam?
- Será que a longevidade é sinônimo de qualidade de vida?

Torna-se imperioso destacar que, o desenvolvimento da maior parte dos países considerados desenvolvidos se deu às custas do *fuzilamento* do continente africano. Logo, desde a invasão dos países de capitalismo central no continente africano, este nunca mais conseguiu alcançar *a mesa* dos países desenvolvidos. Tendo, desta maneira, visto seus recursos à serviço do “banquete” europeu, norte-americano e asiático, sobretudo. Além disso, as nações africanas continuam, até hoje, à serviço

dos países de capitalismo central, e os recursos produzidos nesse continente continuam a beneficiar “esses países” em detrimento da população do continente africano, da qual Angola é parte.

Dito de outra maneira, “[...] a África é hoje uma região subdesenvolvida em relação à Europa Ocidental e a algumas outras regiões do Mundo; e que a atual situação se deve não a uma evolução separada – África por um lado, Europa por outro – mas à exploração” (Rodney, 1975, p. 49).

Somado a isto, com os limites impostos na sociedade capitalista vigente para produção e /ou reprodução social, o envelhecimento da população, com destaque da população residente nos países subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento – onde o capitalismo é periférico – vai ser produzido dentro dos limites das condições concretas dessa forma de sociabilidade. A velhice, portanto, de acordo com Campelo e Paiva (2014, p. 30), é uma produção social, “[...] reproduzida nos limites das condições concretas no espaço e no compasso do tempo do capital”.

A lógica do capital implica uma crescente privatização da riqueza humana, mercantilização dos serviços, o que gera uma regressão gravíssima dos direitos socialmente conquistados, desse modo, o investimento para saúde e proteção social, por exemplo, nesses países de capitalismo periférico, como é o caso de Angola, é ínfimo, o que só agudiza a desproteção social do Estado face às pessoas mais carenciadas e vulnerabilizadas, como é o caso das pessoas idosas. Por isso, nos países africanos, a título de exemplo, as pessoas morrem antes mesmo de serem consideradas idosas, e quando estas conseguem alcançar a idade cronológica considerada velha, estratificada historicamente, essa velhice é “trágica”, como diz Teixeira (2008), pois as condições de reprodução impostas para esse segmento, cuja única propriedade privada que detém é a força de trabalho, são precárias e radicalmente desiguais.

Portanto, para nós, a longevidade tem uma relação muito estreita com as condições de vida – acesso aos bens materiais e imateriais socialmente produzidos – necessárias à existência humana. Por isso, o relatório da Organização Mundial da Saúde (2003)

[...] denunciava a deterioração das condições de saúde em países da África onde, nos anos 1990 e início do século XXI, a taxa de mortalidade superava a dos anos 1970. No referido documento consta que, enquanto uma criança nascida no Japão, em 2003, esperava viver, em média, 85 anos, contando

com pelo menos US\$ 550 gastos na saúde (por ano), uma criança em Serra Leoa provavelmente não viveria além dos 36 anos, sem contar com a certeza de ver um médico, durante esse curto tempo de vida, no país onde apenas US\$ 3,00 seriam gastos com sua saúde. (OMS, 2003, apud Campelo e Paiva, 2014, p. 27)

Explorar África, torna-se necessário para manter a hegemonia dos países desenvolvidos, mantendo, assim, o elevado índice de desenvolvimento humano das *grandes potências mundiais*, controlado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e desta maneira perpetuar a dependência das nações africanas que deve significar manter nelas os baixos índices de desenvolvimento humano. Não se trata, portanto, de “incompetência” dos Estados africanos no sentido de criar condições para os seus cidadãos chegarem à fase cronologicamente considerada velha, mas da dependência ontológica do Estado à uma classe dominante subserviente aos centros capitalistas, portanto, de uma burguesia interna subserviente, oprimida, dependente, estruturada e/ou articulada com os países desenvolvidos. Assim, a permanência das nações africanas à *mesa* do subdesenvolvimento está ligada às questões da economia política, intrinsecamente conectadas ao modo de produção capitalista, tendo como eixo central os EUA e a Europa Ocidental.

Acreditamos que não é novidade que a França é o país que mais colônias teve em África, foram ao todo 20 países africanos, nomeadamente, Senegal, República Centro-Africana, Djibouti, Marrocos, Togo, Guiné-Conacri, Tunísia, Benin, Camarões, Madagascar, Comores, Costa do Marfim, Níger, Argélia, Mauritânia, Mali, Gabão, Burkina Faso, Chade, Congo-Brazzaville, ou seja, quase metade do continente africano foi dominado por um único país, França. Porém, mesmo depois destes terem conquistado a *independência*, França continua mantendo dominação e controle sob muitas dessas nações africanas.

Após a segunda guerra mundial, em 1945, com o enfraquecimento da França, num período de protesto, lutas anti-colonialistas, reivindicações de independência das nações africanas, esta se sentiu obrigada a conceder as independências das nações colonizadas, porém para isso suceder, estas precisavam assinar *acordos de cooperação*, nesses acordos, a França disponibiliza auxílio nas áreas de Educação, Economia e Militar, em contrapartida, essas nações disponibilizam os seus recursos naturais, a permanência indeterminada de tropas militares e manter como moeda nacional monetária o Franco CFA.

A moeda monetária designada Franco CFA é impressa e supervisionada pela França, esta divide-se em duas moedas com o mesmo valor intercambiável, o Franco CFA Ocidental que circularia nos países como, Níger, Senegal, Costa do Marfim, Togo, Guiné Bissau, Benin, Burkina Faso e Mali, e o Franco CFA Central que circularia nos países como República Centro-Africana, Congo-Brazzaville, Chade, Camarões, Gabão, Guiné Equatorial. Os países citados são obrigados a entregar à França 50% das suas reservas, acrescentando, além disso, 20% em passivos financeiros, ou seja, essas 14 nações africanas restam apenas com 30% de toda sua reserva nacional produzida. Diante disso, não restam dúvidas que estamos diante de um neocolonialismo francês, sob o continente, às antigas colônias.

Sendo assim, embora a independência significasse que a França perdeu o controle sobre suas antigas colônias, ela manteve, tenuemente, os privilégios de que desfrutava nessas colônias por meio de relações políticas, culturais, econômicas e militares assimétricas, ou seja, relações radicalmente desiguais. Não obstante a isso, França estabeleceu um sistema de acordos de cooperação *assimétricos*, com muitas dessas ex- colônias, que favoreceu a subordinação efetiva, controle e expropriação de recursos dessas nações ao imperialismo francês. Esses acordos assimétricos favoreceram e continuam favorecendo a contínua “extração de recursos naturais (petróleo bruto, urânio e outros recursos naturais importantes) e na prestação de serviços por entidades empresariais francesas (automóveis, telecomunicações)” e outros. Portanto, esses acordos foram previamente pensados para manter e fazer perpetuar a dominação do continente a favor do imperialismo francês, ou seja, o desenvolvimento da França em detrimento do subdesenvolvimento do continente africano. Desta forma, convido ao/à caro/a leitor/a a saber sobre os recursos naturais que essas regiões dispõem, e mais, sobre a expectativa de vida ao nascer da população desses países, assim, veremos as tamanhas discrepâncias e/ou contradições dessa realidade.

Os países africanos são considerados os que menos envelhecem, de um lado porque as pessoas que ali residem não beneficiam dos recursos que aquele continente produz e reproduz, uma vez que estes servem ao banquete do desenvolvimento da Europa Ocidental, liderado pela França, da Ásia e o Norte-americano, – articulada com as classes dominantes internas à eles associados – já que as nações africanas ocupam uma posição de subordinação e/ou articulação com

o imperialismo, na divisão internacional do trabalho, tendo como premissa à produção e exportação de matérias-primas àqueles impérios. Não é coincidência que a esperança de vida ao nascer nesse continente é 56 anos (OMS, 2022), ou seja, a menor em relação ao mundo todo, porém, em contradição, é considerado o continente com mais recursos naturais e o menos explorado até hoje, recursos esses que davam para garantir boas condições de vida à população daquelas nações, se os mesmos servissem às necessidades humanas destas e não acumulado e posto à mesa do desenvolvimento do império francês, estadunidense e chinês, sobretudo, beneficiando, desta maneira, a classe burguesa dessas últimas nações e a burguesia interna das nações africanas.

É preciso que se enfatize isso, diferentemente do que foi posto no documento da OMS (2005), sobre o envelhecimento ativo, a diminuição da expectativa de vida em alguns países de África não é determinado pela AIDS, ou SIDA, como nós em Angola frequentemente pronunciamos, ou “devido ao aumento do número de mortes causadas por doenças cardiovasculares e pela violência em alguns Estados recém-independentes”, mas sim pelas relações sociais que os homens estabelecem entre si no processo de produção material, ou seja, no modo de produção capitalista vigente e universalizado, que prioriza o lucro em detrimento do ser humano. Dito isto, para a sua reprodução “[...] o sistema capitalista tem que manter a escassez, mesmo que milhões de pessoas sofram as mais terríveis consequências, uma vez que o seu “objetivo” é a sua reprodução e não o atendimento das necessidades humanas” (Tonet, 2009, p. 2, grifos do autor).

O modo de produção baseado na propriedade privada dos meios de produção, segundo Tonet (2009, p. 2), “necessita da escassez como um elemento vital para a sua reprodução” e isso implica, no caso de Angola, e da maior parte dos países africanos e da periferia do capital, uma crescente privatização cada mais grave da riqueza humana produzida, por isso, se verifica os pouquíssimos investimentos na saúde, condição indispensável para que as pessoas atinjam a longevidade, pobreza extrema e, portanto, a incapacidade de se reproduzir enquanto humano. É cientificamente comprovado que pessoas com AIDS podem viver muitos anos mesmo com a doença, se estiverem submetidas a condições de vida que viabilizam a sua reprodução. Desta feita, a afirmação da OMS acima referenciada, sobre a diminuição da expectativa de vida no continente africano, nos parece exprimir a necessidade que

o capitalismo tem de falsear a realidade, e encobrir de forma mais perversa a essência dos fenômenos sociais.

Recordando a definição de pessoa idosa, segundo a OMS, 65 anos ou mais em países desenvolvidos e 60 ou mais anos de vida em países em desenvolvimento e/ou subdesenvolvidos, significa dizer que o continente africano não chega sequer à idade considerada velha, visto que a população desse continente espera viver até 56 anos de vida, como podemos observar na informação acima. As pessoas em África, da classe trabalhadora sobretudo, não envelhecem, elas morrem antes mesmo de serem consideradas velhas, e quando algumas conseguem chegar à essa fase, a velhice é subalternizada, triste e empobrecida, pois as condições impostas para a sua produção e reprodução são precárias, os recursos naturais que deveriam estar à favor das necessidades dessa população servem para alimentar as grandes potências – claramente que sempre articulado e/ou combinado com as pequenas burguesias internas dessas nações – e para acumulação de mais riquezas de um grupo minoritário, usando estes, desta maneira, para dominação e exploração do grupo majoritário, ou seja, da classe trabalhadora da qual as pessoas idosas fazem parte.

Desde os primórdios, o envelhecimento demográfico sempre esteve atrelado às regiões mais desenvolvidas do mundo, obviamente que não se pode deixar de considerar os outros indicadores que o acentuam, como é o caso da queda da taxa da natalidade, morte prematura de crianças e jovens, porém com os avanços na ciência e tecnologia, o desenvolvimento das forças produtivas, nas sociedades onde as relações sociais são mais desenvolvidas, essas relações desenvolvidas contribuem significativamente para o processo de envelhecimento e velhice da população que nela reside, em contrapartida, teremos a degradação da velhice dos segmentos mais pobres da classe trabalhadora nas sociedades onde essas relações sociais são menos desenvolvidas ou em via de desenvolvimento como são referenciadas. Por isso, justifica-se o fato da longevidade se dar mais concretamente nas sociedades desenvolvidas.

Segundo a OPAS (2023, p. 1), em 2050, o número de pessoas com 65 anos ou mais no mundo inteiro será quase igual ao número de crianças com menos de 12 anos, ou seja, pela primeira vez na história, haverá mais idosos/as do que crianças. Estima-se que esse número tende a ser maior nos países em desenvolvimento, representando 70% da população idosa em todo o mundo, em termos de regiões, mais

dessa metade se encontram na Ásia. Daí a necessidade, a preocupação e o envolvimento das pessoas no que concerne à velhice das pessoas trabalhadoras nos países em desenvolvimento, da qual as políticas sociais devem incidir. Desta maneira, teremos em 2050 a inversão radical da pirâmide demográfica em todo o mundo, onde, “quase 4 em cada 5 pessoas com 60 anos ou mais viverão no mundo em desenvolvimento”. (UNFPA & HELPAGE international, 2012, p. 7).

Em termos comparativos, “os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, esses não têm acompanhado o ritmo rápido de envelhecimento da população em termos de desenvolvimento socioeconômico”. (Kalache e Keller, 2000, apud WHO, 2005, p. 12). Segundo estes, “enquanto a França levou 115 anos para dobrar a proporção de pessoas mais velhas de 7 para 14 por cento, a China levará somente 27 anos para atingir o mesmo aumento”.

Parafraseando Kalache e Keller (2000) apud World Health Organization (2005), em grande parte dos países desenvolvidos, o processo de envelhecimento do segmento populacional foi um processo gradativo e sempre acompanhado de crescimento socioeconômico contínuo durante muitas décadas e gerações. Ao passo que, nos países em via de desenvolvimento, este processo, de envelhecimento demográfico, está a ser reduzido há mais ou menos duas a três décadas. “Assim, enquanto os países desenvolvidos tornaram-se ricos antes de envelhecerem, os países em desenvolvimento estão envelhecendo antes de obterem um aumento substancial em sua riqueza”. (Kalache e Keller, 2000, apud WHO, 2005, p. 12).

Quanto mais desenvolvida for a sociedade, mais desenvolvidas são as relações sociais, mais contradições ela apresenta e mais complexas são as lutas de classe e consequentemente maiores são os espaços de lutas e conquistas da classe explorada. Portanto, a longevidade está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento das sociedades, é só reparamos que as primeiras aparições de um grande número de segmentos mais velhos/as e pobres se deram nos EUA quando o número de pessoas idosas “duplicou entre 1990 e 1930, e duplicou novamente entre 1930 e 1950” (Beauvoir, 1990, p. 31) aquando da industrialização nessa sociedade, não que as pessoas não estavam envelhecendo mas que o fenômeno só mereceu a atenção dos pesquisadores quando um grande um número de velhos/velhas se concentrou nas cidades do mesmo país e disso resultaram em diversos problemas. Não obstante a isso, nos países considerados desenvolvidos, o envelhecimento da população ocorreu

em uma conjuntura socioeconômica desenvolvida – esse desenvolvimento está e sempre esteve ligado à exploração das nações mais pobres, ou consideradas em via de desenvolvimento e subdesenvolvidas – o que favoreceu grandemente esse processo, e se expressou na ampliação dos sistemas de proteção social da classe trabalhadora.

Nesse sentido, parafraseando Soares et al. (2017) reconhece-se também aqui que a longevidade não é sinónimo de qualidade de vida, sendo assim, as pessoas que chegam à idade considerada velha não significa, necessariamente, que têm ou tiveram uma boa qualidade de vida, principalmente quando se trata dos segmentos populacionais mais pobres da classe trabalhadora, ou seja, daqueles que a única propriedade privada que detém é a sua força de trabalho, aquela que assegura a sua subsistência.

Sendo assim, a própria ONU, através do UNFPA & HELPAGE International (2012), reconhece que as pessoas idosas não são um grupo homogêneo, por isso, a necessidade de não padronizá-los como uma única categoria, antes, porém reconhecermos as características diversas, assim como os outros segmentos populacionais cronologicamente estratificados, e nessas diversidades, segundo este órgão, permeiam a idade, sexo, etnia, educação, renda e saúde, e aqui acrescentamos, a região, classes sociais e a qualidade das relações sociais que vão se constituir no interior dessas classes, não obstante a isso, o referido órgão propõe “programas e modelos de intervenção adequados a cada segmento”, ou seja intervenções/políticas específicas para cada realidade, o que para nós chega a ser uma crítica muito superficial, por não chegar ao cerne da questão (não reconhece as diferenças ontológicas das classes sociais existentes) e por se tratar de problemas complexos, achamos que os “programas específicos para cada segmento” que este traz como forma de resolução das demandas da população idosa vão *possibilitar atender somente à imediatividade* dessas demandas, já que, estes programas não têm como foco a mudança radical dessa realidade desigual, mas à imediatividade das necessidades básicas dessa população, em contrapartida, esses programas vão contribuir para fazer perpetuar as desigualdades sociais existentes e acentuar, em maior ou menor grau – dependendo da intensidade das lutas de classes – essas desigualdades. Temos a certeza disso porque “[...] a lógica do capital, teorizada, em sua essência, por Marx, implica, por sua própria natureza, que suponho conhecida,

não a diminuição gradativa da desigualdade social, mas, ao contrário, o seu aumento, cada vez mais rápido e intenso. Com todo o seu cortejo de perversas consequências para a humanidade, mas, especialmente, para os trabalhadores” (Tonet, 2023, p. 2).

Desta feita, podemos perceber que o fato da população estar a envelhecer, não significa que esse processo foi ou está a ser mediado pelas melhores condições, aquelas que permitem a satisfação plena das necessidades humanas, e principalmente quando se trata de pessoas idosas da classe trabalhadora residentes em países em via de desenvolvimento e/ou subdesenvolvidos, onde as relações sociais são mais precárias e os acessos às riquezas socialmente produzidas mais precarizados e burocráticos.

Não obstante às informações trazidas acima, vale mais uma vez deixar explícito “que a longevidade populacional ainda é uma conquista heterogênea, pois não está consolidada em todas as nações” (Soares et al., 2017, p. 174), nem todas as sociedades conseguem alcançar a longevidade, uma vez que, as condições impostas pela sociabilidade capitalista não permitem que segmentos da classe trabalhadora, da qual o/a proletário/a idoso/a faz parte, se realiza enquanto ser social na sua plenitude, produzindo a velhice do/a velho/a proletário/a desigual e condicionada nos limites das condições reais da sociabilidade capitalista. Por isso, trazemos “[...] o conceito de velhice, segundo define Simone de Beauvoir (1990), como o resultado e o prolongamento de um processo que completa o curso de vida humana”. (Beauvoir, 1990, apud Campelo e Paiva, 2014). Esse conceito rebate aquele trazido e aceito mundialmente pelo Hayflick (1996), que afirma que, “o envelhecimento é a manifestação de eventos biológicos que ocorrem ao longo de um período de tempo” (Campelo e Paiva, 2014, grifos da autora).

A nosso ver, a posição de Leonard Hayflick foi muito influenciada por sua profissão, enquanto médico, sua posição foi *traída* pelos aspectos biológicos que circundam sua intervenção profissional, desconsiderando outros condicionantes que perpassam a vida do/a proletário/a na sociabilidade do capital. Entretanto, é essa visão individual e homogênea sobre o envelhecimento e velhice que tem sido proliferada na atualidade e que muito influencia às perspectivas tradicionais sobre a Gerontologia Social. Por isso, entendemos que, como afirma Haddad (2016), os estudos sobre a velhice exigem o conhecimento da história nacional, e de toda a

humanidade, a rejeição aos esquemas explicativos abstratos da ideologia dominante, a leitura crítica do passado e do presente.

Portanto, as velhices no mundo de sistema capitalista que experimentamos atualmente são expressões das relações sociais que emergem dessa forma de sociabilidade e os condicionantes que emergem desse modo de produção vão se sobrepor “aos fatores biológicos e cronológicos do envelhecimento humano” (Campelo e Paiva, 2014, p. 35). Posto de outra maneira, o envelhecimento demográfico pode ser sinônimo de desenvolvimento na medida em que este for condicionado ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente, àquele que for produtor ou não de mais-valia, proletário ou burguês, mulher ou homem, negro/a ou branco/a, país de capitalismo central, por exemplo, EUA, ou de capitalismo periférico e/ou subordinado às “grandes potências”, como é o caso dos países africanos, dos quais Angola faz parte, isto é, dentro das estruturas das classes sociais antagônicas mundializadas.

Ademais, tomemos como exemplo a Serra Leoa, país africano localizado na costa oeste do continente africano, é considerado um dos países mais pobres do mundo, porém é muito rico em recursos naturais como ferro, bauxita, ouro, platina e principalmente diamantes. A esperança de vida de um serra-leonês é uma das mais baixas do mundo, sendo que desde a invasão colonial britânica, o país se configurou como um dos gigantes no que diz respeito a exploração de matérias-primas, uma vez que a mais predominante é a exploração de diamantes, um cristal cujo valor material foi historicamente construído como valioso, desta feita, “O valor de uma coisa/ é exatamente o quanto ela renderá”, ou seja, o lucro que ela produzirá. (Marx, 2013, grifos do autor). Desde 1930 que esse processo de exploração e exportação de diamantes se intensificou nesta região.

Atualmente, o país se configura como um dos que mais produz e exporta esses recursos. Torna-se importante sublinhar que esse processo (produção e exportação de recursos naturais e/ou matérias-primas) se constrói com a colaboração, articulação e dependência da burguesia interna desta nação aos países imperialistas. Não obstante a isso, o país é um dos piores no que diz respeito ao IDH do mundo, ou seja, Serra Leoa é um dos grandes países, no que concerne à produção mundial de diamantes, expressão de riqueza e/ou dominação, todavia, o país se constitui como um dos mais miseráveis do mundo atual, uma vez que as condições impostas para se

viver são extremamente precárias, ocupando, desta maneira, um dos últimos lugares na lista dos países com maiores IDH's do PNUD. Logo, temos a seguir a lista dos 46 países não desenvolvidos, segundo a ONU (2023). **33** países pertencentes à África, perfazem mais de 70% de todo o continente.

Quadro nº 1 – Países não Desenvolvidos, segundo o PNUD, 2024

Regiões	Países
Africanas	Angola , Benim, Burkina Faso, Burundi, República Centro-Africana, Chade, Comores, República Democrática do Congo, Djibouti, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malawi, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia, Togo, Uganda e Zâmbia
Ásiaticas	Afeganistão, Bangladesh, Butão, Camboja, República Popular Democrática do Laos, Mianmar, Nepal, Timor-Leste e Iêmen
Caribe	Haiti
Pacífico	Kiribati, Ilhas Salomão e Tuvalu

Fonte: Elaboração própria

Uma das grandes potencialidades do continente africano é a terra, um recurso econômico e político cuja importância é fundamental. Porém essa terra produz e reproduz preciosidades que despertam e expressam a essência do capital no mundo atual, com maior complexidade nos países imperialistas. Sendo assim, com a *benevolência* das burguesias internas nas nações africanas, – dominada, subordinada e articulada “umbilicalmente” – as grandes burguesias externas expropriam os recursos, a terra, cuja natureza é/era de satisfazer as necessidades humanas, ou seja, de todos, de modo particular, daqueles que vivem nesse continente. Parece, portanto, com a trágica história da *assim chamada acumulação primitiva* teorizada por Marx (2013), no capítulo XXIV do Capital.

Hoje, os 46 PMDs abrigam 1,1 bilhão de pessoas ou 14% da população mundial. E mais de 75% desses cidadãos vivem na pobreza. Mais que em outras nações, os Países Menos Desenvolvidos estão sob risco de pobreza aprofundada e de permanecer numa situação de menos desenvolvimento. Eles também são propensos a choques econômicos externos, desastres naturais produzidos por seres humanos e a mudança climática. (ONU, 2023, p. 1).

O subdesenvolvimento da África é expressão da lógica exacerbada do capital mundializado, que coloca em primeira instância o lucro em detrimento do ser humano. Portanto, ao capital, por melhores intenções que os humanos tenham, nada mais interessa senão a produção de lucro, ainda que isso signifique a destruição da humanidade. Logo, a eliminação dessa forma de sociabilidade com vista a emancipação de toda a humanidade torna-se uma tarefa de fundamental importância para a preservação da espécie humana e consequentemente de toda a natureza.

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista (Marx apud Paulo Netto e Braz, 2006, p. 60).

O envelhecimento humano que se impõe aos segmentos mais pobres da população que é expressão da classe trabalhadora é, diante do exposto, limitado a norte, sul, leste e oeste pelas condições de (re)produção impostas pela sociabilidade do capital. A classe trabalhadora, portanto, tem que se reproduzir dentro das condições impostas pelo capital, para sua produção e reprodução e nunca superando-o, por isso essa “velhice desigual”, explorada, (experimentada pela classe trabalhadora) produzida na sociedade capitalista, se expressa como uma das manifestações da questão social, como afirma Teixeira (2009, p. 64),

[...] o envelhecimento do trabalhador é a expressão da questão social, o que significa atribuir centralidade à problemática social do envelhecimento do trabalhador, e não uma condição inexorável que atinge a todo o grupo etário, indistinta e independentemente, conforme a força de trabalho é expropriada e explorada das condições de produção e da reprodução social, inclusive, do seu tempo de vida.

Portanto, a força de trabalho (nesse modo de produção) deve valer para o trabalhador o mínimo que ele precisa para se reproduzir enquanto trabalhador, perdendo o seu valor de troca, – sua força de trabalho, aquela que produz a mais-valia – por doença, velhice, acidente ou qualquer outro que o impossibilite de produzir, este fica descartado do sistema de produção, uma vez que sua “mercadoria”, a força de trabalho, perdeu o seu valor de uso para o capital, sendo explorado, agora, de outras formas.

2.2.1. Envelhecimento e velhice no contexto angolano

Ao contrário do que está acontecendo nos países considerados desenvolvidos e em muitos dos países em desenvolvimento, em Angola, o número de população idosa ainda é relativamente menor quando comparado com outros segmentos populacionais cronologicamente estratificados. Segundo resultados do censo populacional (Angola, 2016), 2,4% da população tinha a idade cronologicamente considerada velha. Não obstante a isso, hoje já se percebe um aumento dessa taxa para 4,06% da população geral, porém podemos considerar, ao nosso ver, que esse aumento se dá/deve, sobretudo, a um aumento considerável na taxa de mortalidade de crianças, jovens e adultos, ao aumento da expectativa de vida, que em 2022 passou a ser de 61 anos (INE, 2024). Assim, o envelhecimento populacional que era considerado “quase exclusivamente, à esfera privada, familiar, passou, sobretudo, depois dos anos 1960, nos países em desenvolvimento, como já ocorria nos países desenvolvidos, a se transformar numa questão de política pública” (Paulo Netto, 2000, apud Teixeira, 2008, p. 21).

Nos países africanos, em desenvolvimento e majoritariamente subdesenvolvidos, como é o caso de Angola, o envelhecimento populacional está ocorrendo em uma conjuntura socioeconômica de crises de direitos, crise econômica, política, índice de inflação elevado, salário mínimo miserável⁴ dívidas públicas, corrupção exacerbada e exploração/dominação – articulado com as burguesias internas – sob domínio dos países desenvolvidos, o que desfavorece o processo de envelhecimento da classe que detém sua força de trabalho como a única propriedade privada e acentua a inobservância dos direitos já conquistados historicamente, a pobreza e as desigualdades sociais desse grupo, especificamente do segmento idoso, do qual já não é possível explorar por meio do trabalho assalariado, já que cronologicamente atingiu a idade, estratificada historicamente, considerada ativa para o trabalho.

Angola está experimentando o que Mészáros (2002) chama de crise estrutural do capital, essa crise se intensificou de forma absurda a partir de 2014, sendo

⁴ Segundo o decreto presidencial nº 54/22 de 17 de fevereiro, o salário-mínimo em Angola nacional atual, (abril de 2024), varia entre 32.181,15 AOA a 48.271,73 AOA, o que equivale a 200,42 R\$ à 300,69 R\$ atualmente.

imperioso deixar explícito, como salienta Tonet (2009, p. 1), que “[...] a raiz mais profunda da crise que o mundo vive hoje está nas relações que os homens estabelecem entre si na produção da riqueza material” ou ainda, na atual forma de trabalho que implica a existência de relações sociais que os homens estabelecem entre si na transformação da natureza, continuando na mesma ideia, o autor salienta que há uma relação de determinação recíproca entre essa raiz e as outras dimensões da realidade social. Segundo o autor,

[...] a crise atual parece ter algo muito diferente das anteriores. Em primeiro lugar, porque se trata de uma crise global e não apenas de determinado local ou de algum setor específico. Em segundo lugar, porque, dada a completa mundialização do capital, este não tem mais como deslocar essa crise dos países centrais para os países periféricos. O mundo inteiro está, embora de forma diversa em locais diferentes, engolfado nela. Como resultado disso, essa crise atinge hoje as estruturas mais profundas da sociabilidade capitalista (Tonet, 2009, p. 1).

A crise na reprodução do capital em Angola se agravou de tal maneira que está produzindo de forma mais intensa as mais variadas formas de desigualdades sociais, como a fome, o desemprego, trabalho e salários precários, miséria, mercantilização dos serviços básicos/necessários como a educação e a saúde, pobreza, riqueza concentrada em pequenos grupos, emigração em massa da população jovem e adulta com idade ativa para trabalho e os mais diversos tipos de violências, dito de outra maneira, a crise estrutural do capital tem todo efeito devastador na vida dos trabalhadores, sendo assim, estamos falando da materialização propriamente dita da barbárie. Tudo isso, é expressão, produto, portanto, da “relação social que os homens estabelecem entre si”, no caso, da relação de produção fundada na propriedade privada dos meios de produção, ou se quisermos, do modo de produção capitalista, que nesse país foi transportado e inaugurado pelos colonialistas portugueses aquando da invasão e exploração no território. Segundo Dilolwa (2000, p. 15), “quando os colonialistas chegaram a Angola, as populações africanas encontravam-se num estágio de desenvolvimento bastante atrasado, que uns classificam de transição da comunidade primitiva para o escravagismo”.

A emergência das relações sociais capitalistas em Angola se deu na época colonial, aquando das invasões dos colonialistas no território, hoje, denominado Angola, todavia antes dessa altura, nessa sociedade, apesar de já existirem escravos, reinos e reis cuja propriedade privada eram os escravos, a partir da história, podemos dizer que, as relações de produção predominante era a escravista, porém estando,

ainda no seu estágio embrionário. Nessa forma social de se reproduzir, os homens ainda não sabiam o que era desemprego, fome extrema já que a terra tinha como fim último, a satisfação das necessidades humanas, portanto, esta – a terra – era coletiva e servia para atender as demandas familiares, sobretudo.

Em Angola as relações de produção poderiam ser caracterizadas como as da passagem do comunismo primitivo para a escravatura. Em todos os povos a sociedade estava organizada em clãs, fratrias e tribos (formas típicas do comunismo primitivo), mas ao mesmo tempo já havia escravos (típicos da escravatura). Nos primeiros tempos todas as lavras pertenciam a todo o clã; todos trabalhavam e o produto era dividido igualmente por todos; não havia escravos. Mas quando os colonialistas chegaram já não era assim:

- a) A propriedade das terras dos rios e das florestas era colectiva; pertenciam a todo o clã.
- b) Embora as terras fossem propriedade colectiva, cada família tinha uma lavra. Quer dizer, estava-se na transição do regime de *propriedade colectiva* para o de *propriedade privada* (Dilolwa, 2000, p. 16, grifos do autor).

Sabe-se que durante a época de colonização portuguesa em Angola, a barbárie se materializou de tal maneira que as pessoas sequer tinham o direito de envelhecer, uma vez que o trabalho, sobretudo o trabalho escravo, consumia toda a vida do trabalhador/a, e tampouco tinham o direito de envelhecer no seu país. Nesse processo de colonização e exploração, o escravagismo externo – a exportação de escravos de Angola para o exterior – serviu para o desenvolvimento de outros países, culminando com o esvaziamento do país pela sua população mais jovem, portanto, na visão de Dilolwa (2000, p. 19), “não há comparação possível entre a escravatura interna tal qual era praticada em Angola e o tráfico de escravos”.

Queremos com isso deixar registrado que desde o tempo colonial em Angola, que aqui caracterizamos o ano de 1575, a partir da segunda invasão, e ocupação da cidade de Luanda pelos colonialistas portugueses, – comandada por Paulo Dias de Novais – a economia angolana sempre esteve subserviente aos países de capitalismo central e grande parte dos países da Europa Ocidental e Ásia, as burguesias que se constituíram em Angola, – internas – primeiramente sob domínio dos colonialistas portugueses aquando da emergência do modo de produção capitalista, e após a independência dirigida pela burguesia nacional angolana, estiveram subordinadas, dominadas e alinhadas sempre a uma burguesia imperialista externa. Portanto, essa subserviência e articulação da burguesia interna angolana à burguesia internacional imperialista implicou a exportação de matérias-primas, e, portanto, o desenvolvimento desigual dos países imperialistas, fazendo, desta maneira, perpetuar a subordinação,

dominação, exploração e a subserviência do país, cujo sistema capitalista é periférico, aos países de capitalismo central.

Diferentemente das localidades onde houve o modo de produção feudal, a emergência do modo de produção capitalista em África e em Angola, sobretudo, não se deu devido a um desenvolvimento das forças produtivas que culminou com a destruição do modo de produção anterior, feudal, todavia foi transportada pelas potências colonizadoras estrangeiras durante a colonização daquelas nações. Em África, portanto, não houve feudalismo.

Em Angola, a população é majoritariamente jovem. Segundo o INE (2024) 4,06% da população geral correspondem à população com 60 ou mais anos de vida, ou seja, estimadamente 1.346.015 da população geral é considerada idosa.

O Estado angolano tenta invisibilizar o envelhecimento da população trabalhadora para justificar a falta de políticas de proteção social específicas destinadas à população idosa fora do circuito econômico, pois estas – as políticas sociais – são vistas como despesas, Segundo dados estatísticos (Angola, 2020) a população idosa em Angola ocupa a segunda maior taxa de desemprego.

Importa destacar que a lógica capitalista implica uma violenta degradação não apenas das condições de existências humana, mas também da natureza, uma vez que para o capital importa produção e reprodução do lucro, ainda que isso implique a destruição da natureza. A crise estrutural do capital se aprofundou em Angola com o governo do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), que governa o país desde 1975 – altura da sua independência – até hoje, e teve o seu ponto mais alto no ano de 2014 se arrastando inclusive à atualidade. O atual governo – MPLA – não tem poupado esforço em demonstrar o quanto o Estado não está e nunca esteve a serviço da classe trabalhadora, desde a sua emergência na forma atual de sociabilidade. A regressão de direitos socialmente conquistados através da precarização tem ocorrido em todas as esferas. Nota-se, portanto, a mercantilização do ensino, na medida em que atualmente, no país, aumenta o número de escolas privadas em detrimento da pública. As escolas públicas existentes não oferecem condições dignas para a facilitação do ensino-aprendizagem, *salários-mínimos miseráveis*, miséria, fome, verifica-se também a precarização dos serviços de saúde, uma vez que nos hospitais públicos falta até materiais gastáveis como luvas, máscaras, seringas, agulhas sem falar dos próprios fármacos. Os enfermos e seus familiares quando acessam aos

hospitais, muitas vezes precisam comprar esses materiais nas farmácias e levar ao hospital, sem falar do desemprego estrutural, ontológico à sociabilidade burguesa⁵, que vem se agudizando cada vez mais na sociedade angolana, chegando atualmente a uma taxa de 32% da população geral, segundo os dados do instituto nacional de estatística (2024).

A situação é ainda mais preocupante quando olhamos para os salários-mínimos nacionais atuais, onde o primeiro setor tem como salário-mínimo 32.181,15 Kwanza (207,51 convertidos em real brasileiro) em contradição, o preço da cesta básica em Angola, segundo Van-Dúnem (2024), custa 9 (nove) vezes mais do que os salários-mínimos nacionais. Sendo assim, os salários-mínimos nacionais em Angola não conseguem proporcionar sequer uma refeição mínima para as famílias trabalhadoras, tampouco proporcionar uma refeição de qualidade como a OMS recomenda. Com a elevada inflação proporcionada, principalmente, pela constante desvalorização do kwanza, a moeda nacional, face ao dólar norte-americano, o poder de compra das famílias diminuiu consideravelmente, uma vez que, o salário-mínimo nacional não é suficiente nem para suprir as necessidades básicas humanas. Portanto, nota-se mais uma vez a subserviência dos países periféricos aos países do centro capitalista. Convém salientar que estamos nos referindo a uma burguesia imperialista que tem o domínio do mercado internacional, que o manipula a favor dos seus interesses para perpetuar a dominação dos países periféricos e a desvalorização das moedas dos países da periferia do capital é sinal mais evidente dessa dominação e exploração.

A miséria se instalou em Angola, a crise profunda do capital universalizado impõe aos trabalhadores condições difíceis de sobrevivência, a reestruturação produtiva – alteração no modo de produção, de fordismo para toyotismo – que deve implicar o aumento da taxa de lucro para os capitalistas, tem suas implicações diretas na vida dos/as trabalhadores/as, uma vez que para o capital o que interessa com isso é, somente, o aumento da proporção do lucro. Portanto, temos vivenciado hoje em

⁵ “[...] O Pleno Emprego torna-se o maior pesadelo do sistema capitalista, já que, uma vez que toda classe trabalhadora é incluída no processo produtivo, a mais-valia fica ameaçada, criando fissuras na estrutura capitalista. O desemprego em grande escala alimenta ou contribui na reprodução do modo capitalista de produção” (Mateus, 2022).

Angola e em todo mundo uma enorme contradição entre o que os países produzem e reproduzem como recursos naturais e as condições impostas para a sociedade se reproduzir, uma que com os recursos naturais produzidos seria suficiente para a população viver com dignidade.

O indicador mais evidente da privatização da riqueza humana à subserviência das burguesias, internas e externas, em Angola, pode ser flagrado quando analisamos o orçamento geral do Estado do ano de 2023, neste ano, 46% do PIB angolano foi usado para a amortização das dívidas públicas, 24% foram destinados para o setor social, 13% para os serviços públicos e gerais, 10% para o setor econômico e 9% compõem a reserva e outras despesas de capital. Não obstante a isso, dos 24% destinados ao setor social em todo o país, somente 3,4% foi destinado à proteção social de base, ou seja, à assistência social, num país onde, segundo o INE (Relatório do Primeiro Trimestre de 2024), 32.40% da população geral é desempregada.

“É importante envidar esforços para consistentemente reduzir o peso da dívida no Orçamento, pois este retira espaço fiscal para a alocação de recursos ao sector social e económico que podem ter um impacto significativo na vida dos grupos mais vulneráveis” (UNICEF, 2023, p. 12). É possível perceber que a preocupação do Estado angolano consiste na redução, única e exclusiva, da dívida pública nacional, que por sinal só aumenta cada vez mais, com a desvalorização da moeda nacional face à moeda imperialista estadunidense, isto é, ao dólar norte-americano.

Ainda no que se refere a dívida pública, no documento publicado pela UNICEF, em 2023, sobre o Orçamento Geral do Estado (OGE) angolano, é possível verificar que nos últimos 5 anos a economia angolana duplicou, tendo, em 2023, atingido cerca de 20,1 bilhões de Kwanza, desse valor, 46% foi usado para amortização da dívida pública, interna e externa.

Em mais de 10 anos esta é a primeira vez em que, segundo a UNICEF (2023, p. 11), “o serviço da dívida pública vai reduzir em termos nominais no OGE. Em 2023, a despesa com juros e amortização da dívida irá contrair 5% e situar-se em cerca de Kz. 9,2 bilhões (46% do total OGE), inferior aos Kz. 9,6 bilhões do ano transato”.

Segundo dados publicados pelo MinFin (Ministério das Finanças, 2024), sobre o Orçamento Geral do Estado angolano, em 2024 a economia angolana registrou um aumento substancial de 22,9% comparadamente ao OGE 2023, o que implica dizer

que, este ano o OGE será de 24,7 bilhões (24.715.263.134.196,00 de Kwanza). Serão destinados ao pagamento da dívida pública, um valor equivalente à 33,75% do OGE que representa a dívida externa e 24,03% que representa a dívida interna, somado ao 1,22% relacionado à *Outros Encargos e Transferências da dívida pública*, fazendo, assim, um *total de 59%* do PIB (Angola, 2023).

O país, no ano de 2024, contará apenas com cerca de 41% do seu PIB (Produto Interno Bruto). A nossa pretensão ao trazermos esses dados é a analisar as contradições da economia angolana, tendo como ponto de partida o PIB, enquanto riqueza humana produzida, e o acesso à essa riqueza pela maioria da população, ou seja, pela classe trabalhadora no país, através das políticas sociais, com realce às de saúde e de proteção social, ou assistência social.

Como vimos no parágrafo anterior, a economia angolana, no presente ano, 2024, encaminhará cerca de 59% do seu PIB ao pagamento da dívida pública, nisso conseguimos notar a subserviência da economia angolana às burguesias internas e externas, o que coloca em cena a dependência e articulação da burguesia interna, configurada no aparelho do Estado angolano, às burguesias imperialistas externas, uma vez que, mais da metade do que o país produz é apropriado por um grupo minoritário.

No que respeita as alocações funcionais da despesa este orçamento é marcado por um elevado serviço da dívida concentrando cerca 57,8% do total da despesa orçamental, com um montante total de Kz 14,3 bilhões. O Sector social concentra a segunda maior fatia do orçamento, com um peso de 20,1% (Kz 4,9 bilhões), seguido dos Serviços Públicos Gerais com 8,9% (Kz 2,2 bilhões), Defesa Segurança e Ordem Pública com 7,0% (Kz 1,7 bilhão) e, finalmente, o Sector Económico concentrando 4,9% do total da despesa, isto é, Kz 1,2 bilhão e que contará ainda com recursos igualmente previstos neste orçamento para apoio à iniciativa privada visando dinamizar-se a economia, através de um pacote financeiro no valor de Kz 477,26 mil milhões, dos quais Kz 147,26 mil milhões para capitalização do BDA, FACRA, FGC e FADA e Kz 330,00 mil milhões para emissão de garantias soberanas de promoção de investimento privado (Angola, 2023, p. 9).

Ainda sobre o OGE 2024, será destinado um valor equivalente a 20,14% do PIB para o setor social. Quando analisamos o valor destinado ao setor social, é preciso ter em conta que este tem as suas ramificações. Compreendem essas ramificações, a educação, saúde, habitação e serviços comunitários, proteção social, recreação, cultura e religião e proteção ambiental. Os 20,14% do OGE 2024 para o setor social estão distribuídos da seguinte forma:

Quadro nº 2 – Distribuição do OGE-2024 para o Setor Social

Orçamento Geral do Estado 2024 para o Setor Social		
Educação	<i>1.574.304.441.781,00</i>	6,37%
Saúde	<i>1.359.401.430.443,00</i>	5,50%
Habitação e Serviços Comunitários	<i>1.058.163.928.092,00</i>	4,28%
Proteção Social	<i>868.213.928.572,00</i>	3,51%
Recreação, Cultura e Religião	<i>105.818.379.915,00</i>	0,43%
Proteção Ambiental	<i>11.250.635.409,00</i>	0,05
Total		20,14%

Fonte: elaborada pela própria autora com base nos dados do Minfin (Angola), 2023.

No que diz respeito ao setor social com ênfase à saúde e proteção social, o que nos propusemos analisar neste espaço, temos um péssimo investimento nas políticas, o que denota a precarização dos serviços de saúde e assistência em todo país. Uma vez que é a classe trabalhadora que demanda os serviços públicos de saúde e assistência social, a precarização desses serviços implica, em situações severas, para os trabalhadores e trabalhadoras a negação da sua reprodução enquanto trabalhador/a, ou seja, da negação da reposição da força de trabalho, condenando esta classe à doenças e mortes prematuras.

Quanto à proteção social, no OGE 2024, ela tem uma percentagem de 3,51%. Importa ainda referir que a *proteção social* está organizada em níveis, nomeadamente: Família e Infância; Velhice; Habitação; Outros Serviços de Proteção Social.

Os 3,51% do OGE 2024 para proteção social estão distribuídos da seguinte forma:

Quadro nº 3 – Distribuição do OGE-2024 para a Proteção Social de Base

Proteção Social		
Família e Infância	13.422.973.297,00	0,05%
Velhice	2.420.301.251,00	0,01%
Habitação	32.865.593.080,00	0,13%
Outros Serviços de Proteção Social	819.505.060.944,00	3,32%
Total	868.213.928.572,00	3,51%

Fonte: elaborada pela própria autora com base nos dados do MinFin (Angola, 2023).

Desses dados, podemos ver que dos 100% da riqueza humana produzida em Angola, no ano de 2024, somente 3,51% foi previamente destinado à assistência social, ou seja, às pessoas em situação de vulnerabilidade social, evidenciando a desproteção social dessas pessoas, num país onde a pobreza monetária corresponde a 40.60% (Angola, 2024), com a inflação descontrolada e “um dos salários um dos salários-mínimos mais absurdos do planeta (um valor abaixo de 100 usd)” (Mutange, et al., 2024). A situação torna-se ainda mais severa quando vemos que dos 100% da PIB angolano, somente 0,01% será atribuído à proteção social das pessoas idosas, numa realidade onde se evidencia a maior taxa de inatividade para esse segmento populacional (Angola, 2016), fato que nos remete à lógica capitalista vigente, onde as políticas sociais são vistas como mercadoria que visam valorizar o capital, sendo o seu acesso restrito.

Concordamos com Behring e Boschetti (2016), que *o trabalho assalariado é o critério para o acesso à política de proteção social, sendo assim*, aos indivíduos despidos dessa mercadoria, – força de trabalho – necessária à acumulação capitalista, as políticas sociais *minimalistas*, aquelas destinadas à proteção social dos segmentos vulnerabilizados, servem apenas para darem as condições *mínimas* de subsistência, sendo muitas vezes insuficientes para garantir a reprodução do velho/a trabalhador/a, como é o caso, por exemplo, das idosas pessoas residentes no Lar de Assistência à Pessoa Idosa (LAPI), Beiral em Luanda, onde se nota um mínimo nas condições objetivas que viabilizam sua reprodução.

Ao trazermos essas informações nesse espaço, o nosso foco é de analisar as contradições existentes na produção e distribuição da riqueza humana em Angola, uma vez que analisar essa relação nos faz clarificar a posição de Angola na divisão internacional do trabalho. Sendo assim, com dados supracitados é possível apreender que quanto mais cresce a economia angolana, mais a moeda nacional se deprecia em relação à moeda imperialista – dólar americano – e mais altas são as despesas relacionadas ao pagamento da dívida pública nacional.

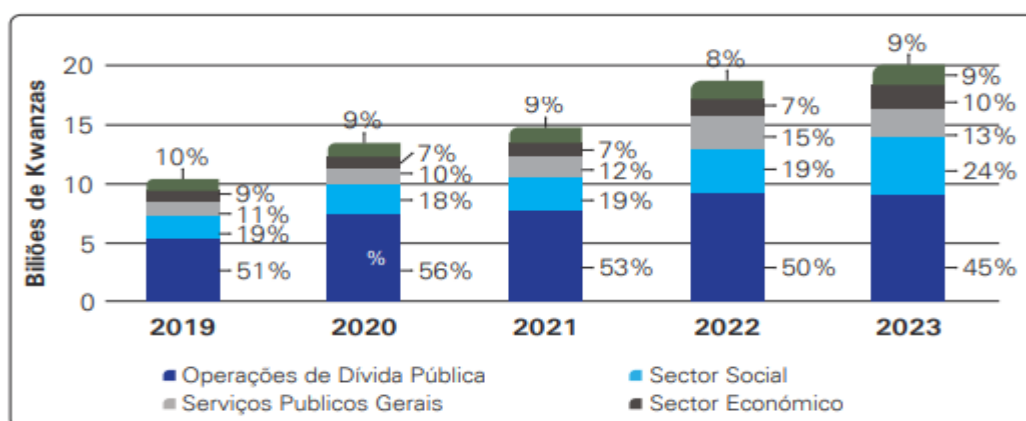
Dados preliminares das contas públicas indicam que até finais de Setembro de 2023, os rácios das dívidas governamental e pública atingiram os 83,8% e 87,8% do PIB, respectivamente; e as recentes projecções fiscais de fecho apontam que o ano de 2023 deverá encerrar com rácios 79,9% para a dívida governamental e de 83,9% do PIB para a dívida pública (Angola, 2023, p. 22).

No que diz respeito ao crescimento da dívida pública, o Ministério das finanças (MinFin), (Angola, 2023, p. 23) diz o seguinte,

A actual estrutura da dívida é caracterizada por elevada exposição às oscilações da taxa de câmbio e das taxas de juros, particularmente no respeitante à dívida externa, e não obstante os esforços fiscais de criação de superávits primários, factor atenuante ou dissuasor de aumentos do rácio da dívida, do ponto de vista macroeconómico, o agravamento do rácio da dívida pública é impulsionada por (1) uma taxa de câmbio mais fraca, considerando a depreciação cambial entre o final de Maio e Junho e (2) um diferencial menos favorável entre taxa de juro e crescimento em virtude de um crescimento do PIB menos vigoroso (revisto em baixa).

Segundo o INE (Angola, 2023), o “rácio da dívida cresce, impulsionada pela depreciação cambial e pelo diferencial menos favorável entre a taxa de juro e o crescimento do PIB”.

Gráfico nº 1 - Classificação do PIB da Despesa por Função



Fonte: Ministério das Finanças, OGE 2019-2023 por Função apud UNICEF (2023).

Ao analisarmos o PIB dos últimos 5 anos, verificamos que em todos os anos há um aumento substancial do OGE angolano, na mesma medida, se verifica também um aumento exponencial da dívida pública nacional, tendo como fator determinante a depreciação do kwanza angolano ao dólar norte-americano. Portanto, os dados dos OGEs dos últimos 5 anos nos mostram que apesar de se verificar, em todos os anos, crescimento na economia angolana, a classe trabalhadora angolana não sente os impactos desse crescimento, uma vez que as condições de vida dos angolanos não melhoraram, antes pelo contrário, tem se verificado com maior expressão as desigualdades sociais, onde a maior parte da população não usufrui da riqueza produzida naquele país. Nesses últimos, nota-se também corte nos investimentos do setor social. Desses, dados é possível ainda verificar que quanto mais alto é o valor

da dívida pública, maior é o investimento no sector econômico e menor o investimento destinado ao setor social, nota-se aqui, portanto, a disputa pelo fundo público.

Portanto, o fundo público está tendo como prioridade não a redução das desigualdades sociais geradas pelo próprio sistema de produção capitalista, fundamentalmente via políticas sociais, mas sim garantir a acumulação capitalista a partir dos investimentos no setor econômico, priorizando as transferências de recursos públicos para a esfera privada e dos encargos relacionados à dívida pública. Como exemplo desse fenômeno é só vermos a partir dos dados acima referenciados, onde maior parte do OGE angolano tem sido encaminhado para estreitamento da dívida pública, valorizando em primeira instância a acumulação capitalista internacional e nacional. Inclusive há toda uma legislação legitimando essa prioridade, basta olharmos para o orçamento geral do Estado de 2024, o relatório de fundamentação.

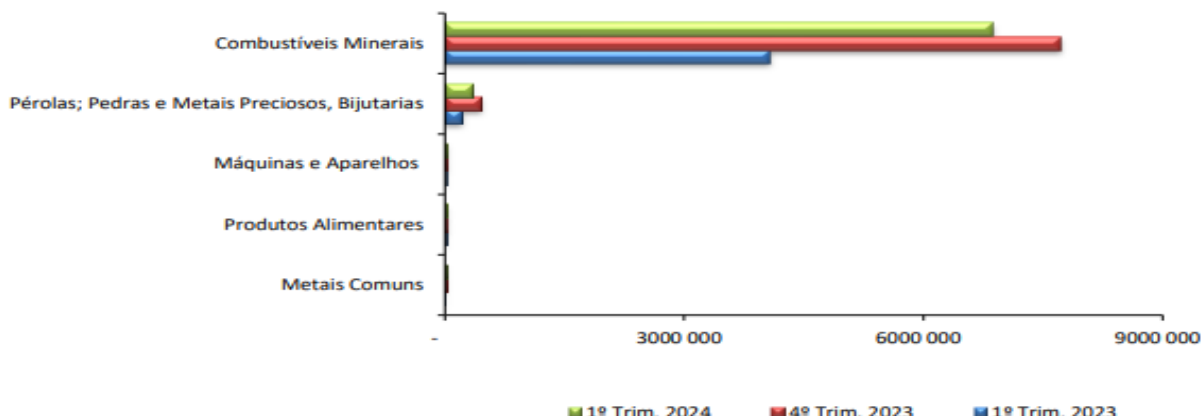
As necessidades brutas de financiamento do Orçamento Geral do Estado 2024 estão avaliadas em Kz 10,02 bilhões, correspondendo a 13,7% do PIB, e justificam-se, por um lado, pelas necessidades de capitalizações de fundos e empresas públicas no montante de Kz 300,4 mil milhões (0,4 % do PIB) **no âmbito da estratégia do Executivo de estimular a retoma do crescimento por via de um apoio mais forte ao empresariado privado nacional, e também pelo reembolso de dívida num montante total de Kz 9,7 bilhões (13,3% do PIB), dos quais Kz 4,2 bilhões referentes à dívida interna e Kz 5,5 bilhões referentes à dívida externa,** despesas essas que não podem ser pagas com receita ordinária nem mesmo pela exiguidade do superavit fiscal previsto de 0,02% do PIB (Angola, 2024, p. 49, grifos nossos).

De acordo com Mészáros (2002) o capital é um sistema incontrollável de controle sociometabólico. Desde 2014, a crise estrutural do capital se agudizou em Angola. Convém salientar que as crises sistêmicas (Paulo Netto, 2012) são próprias do modo de produção capitalista e que crises se dão no interior do sistema de produção, na medida em que há uma excessiva produção de mercadorias, se verificando o subconsumo dessas mercadorias pela classe trabalhadora, evidenciando a queda na taxa de lucro. Para maximizar a taxa de lucro, o capital precisa intensificar a exploração dos trabalhadores “com todas as suas consequências, de que dever-se-ia deixar ao mercado a responsabilidade pelo equacionamento dos problemas da humanidade” (Tonet, 2009, p. 2). Para atingir esse fim houve a necessidade de reestruturar o modelo de produção, primeiramente na Europa ocidental, (do fordismo ao Toyotismo) colocando em cena a entrada do neoliberalismo.

A expressão mais alta da racionalidade neoliberal em Angola, pode-se verificar a partir do estreitamento do papel do Estado no enfrentamento das expressões da questão social, legitimado pelo decreto presidencial nº 250/19 de 05 de agosto, de 2019, onde o Estado angolano, capturado pela burguesia nacional, assume a “necessidade de se reestruturar e redimensionar o Sector Empresarial Público (SEP)” aprovando o “Programa de Privatizações para o Período de 2019 a 2022 denominado PROPRIV” (Angola, 2019). É possível verificar essa racionalidade neoliberal nos OGE dos 5 últimos anos, quando verifica-se mais investimentos no setor econômico do que no setor social, legalizando a apropriação de recursos públicos, do fundo público, pela esfera privada. Por exemplo, no OGE 2024, que o investimento na defesa militar e serviços públicos gerais (12,21% do OGE 2024) muito mais do que os investimentos na proteção social na velhice (0,01% do OGE 2024).

Ao examinarmos os encargos relacionados à dívida pública, que no ano de 2024 foi de 59% do PIB, é possível apreender a subserviência do Estado angolano e consequentemente da economia angolana ao banquete da burguesia nacional em articulação à burguesia internacional, na medida em que os recursos (re)produzidos servem para valorizar e acumular o capital destas, – essa afirmação pode ser comprovada ao analisar o relatório do INE (Angola, 2024) publicado em 2024, sobre as estatísticas de comércio externo em Angola, onde se verifica que os combustíveis minerais são os principais produtos exportados, constituindo uma percentagem de 93,8% das exportações, – se constituindo na maior fonte de produção de riqueza a nível nacional – sendo que a maior parte desses produtos vão para Ásia (liderado pela China e Índia) Europa (Espanha, França) e América do Norte (Estados Unidos da América).

Gráfico nº 2 - Principais Grupos de Produtos de Exportação em Angola



Fonte: INE, estatísticas de comércio interno, 2024.

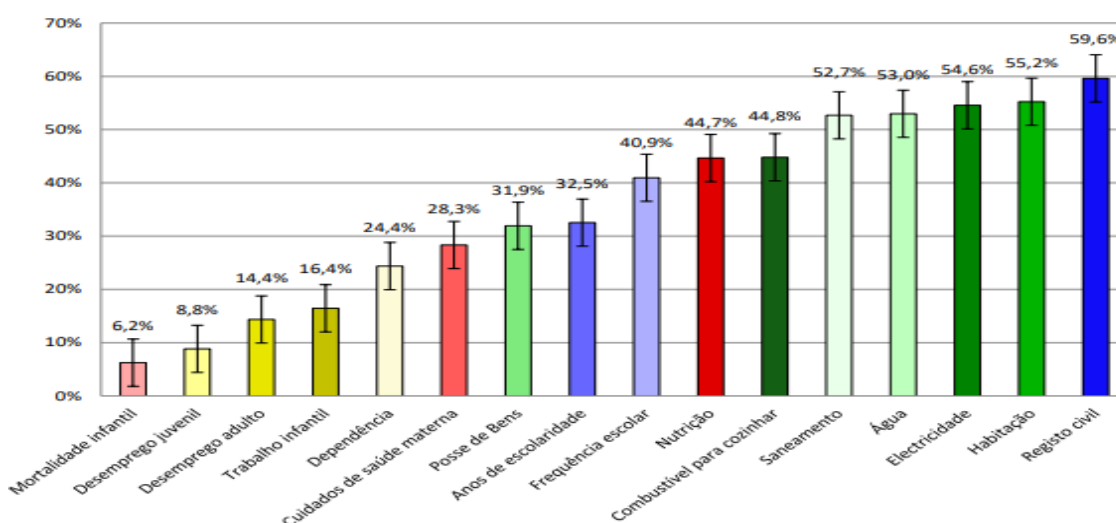
A partir disso é possível apreender que na esfera do capital mundializado, Angola ocupa uma posição de dependência servindo de exportador de matérias-primas para os países imperialistas, fato que acentua a superexploração da força de trabalho nesse país – intensificando o pauperismo, a precarização do trabalho, a alta taxa de desemprego – 32,34% da população geral angolana – a pobreza monetária – 40,60% da população geral – (Angola, 2024), a precarização e mercantilização do ensino e da saúde, a aplicação de impostos como IVA (Imposto sobre Valor Acrescentado), em 2019 – tendo a mesma percentagem quer para os detentores dos meios de produção, quer para os trabalhadores assalariados, como para desempregados, pessoas idosas que nunca estiveram na espera da produção e outros que compõem a superpopulação relativa – a privatização e precarização dos serviços de saúde, a terceirização da assistência, inflação desregularizada, todos esses efeitos incidindo diretamente e implacavelmente à classe trabalhadora angolana.

O relatório do Instituto Nacional de Estatística sobre pobreza multidimensional em Angola realizado em 2020, já havia trazido que “a incidência da pobreza (H) a nível nacional é estimada em 54,0%, ou seja, mais de 5 em cada 10 pessoas em Angola são multidimensionalmente pobres” (Angola, 2020), continuando, o mesmo relatório esclarece que “mais de quatro em cada dez angolanos são pobres com privações em habitação de qualidade adequada (44,2%) ou em eletricidade (43,7%) ou de registo

civil (43,3%)” sendo que “a taxa de incidência da pobreza multidimensional na área rural (87,8%) é mais que o dobro da taxa de incidência na área urbana (35,0%).

Em Angola, as mais comuns privações que afetam maior parte da população angolana, segundo o INE (Angola, 2020, p. 27), são o registo civil, sendo que 59,6% da população geral não tem acesso, as privações ligadas a habitação 55,2% das famílias vivem em casa sem qualquer qualidade, muitas inclusive em lugares de risco, 53,0% da população não tem acesso a água potável, 54,6% da população vive sem acesso a eletricidade pública, 52,7% da população vive em lugares onde o saneamento básico é deficitário e 44,8% da população vive utilizando carvão, lenha/arbustos, palha/capim, cartão/papelão ou produtos agrícolas como principal combustível para cozinhar. “Todas essas privações afectam mais da metade da população do país”. As demais privações podemos ver no gráfico a seguir,

Gráfico nº 3 - Taxas de privação não censuradas, Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) 2015-2016



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), 2020.

Apesar da existência dos normativos jurídicos que garantem proteção social à pessoa idosa em Angola, Pintinho (2016, p. 85), afirma que “a realidade no terreno é completamente diferente”, “[...] a condição actual dos idosos é degradante, sem qualidade o mínimo de dignidade”. Ainda no que diz respeito situação das pessoas idosas em Angola, Gonga e Rocha (2019, p. 5) acrescentam que, “ignorados e marginalizados pela sociedade e pelo Estado, os idosos Angolanos têm um futuro

determinado pela ausência de condições, com políticas e estratégias que não dão qualidade de vida, pelo contrário, precipitam o inevitável”.

Ao falar sobre as principais desigualdades enfrentadas pelas pessoas idosas em Angola, Teresa Celeste apud Pintinho (2016, p. 161) diz que, com relação a dimensão social as situações de “abandono, doenças crónicas, dificuldades na aquisição de medicamentos” são as que mais afetam as pessoas idosas, já no que diz respeito a situação económica, se constata “o trabalho informal e não contribuição no sistema de segurança social” e as acusações de “feitiçaria, a quebra dos valores morais e do papel fundamental do idoso na sociedade” compõem as principais vulnerabilidades que constituem a dimensão cultural.

Baseado na perspectiva francófona sobre o envelhecimento, um dos primeiros autores a abordar as questões relacionadas ao envelhecimento e velhice em Angola, apoiado em Fontaine e Cabaço, considera que para se

Alcançar uma velhice bem-sucedida depende essencialmente da conjugação de três categorias: A primeira é a reduzida probabilidade de doenças, em especial as que causam perdas de autonomia. A segunda consiste na manutenção de um elevado nível funcional nos planos cognitivo e físico, o que por vezes se denomina velhice óptima. A terceira é a conservação de empenhamento social e de bem-estar subjectivo Pintinho (2016, p. 154).

Segundo o autor, “tais condições reúnem em proporções diferentes e dependem do tipo de influências de desenvolvimento que cada indivíduo sofre durante a sua vida”, o referido autor sublinha ainda que “a saúde é o principal condicionante de uma velhice bem-sucedida” sendo que “as doenças de risco e a perda de autonomia, são outras ameaças para as pessoas de idade” (Pintinho, 2016, p. 154-155).

Essa concepção ancorada na perspectiva positivista, na funcionalidade e perda da funcionalidade do organismo, assente no modelo biomédico, cronológico e demográfico do envelhecimento – onde ter mais idade é sinónimo de envelhecimento e como consequência disso se evidencia a falência das funcionalidades vitais humanas, gerando as mais variadas vulnerabilidades sociais para as pessoas idosas – acentua as desigualdades sociais vivenciadas pessoas idosas da classe trabalhadora, enfatizando os aspectos negativos sobre o envelhecimento e a desproteção social experimentada por esses segmentos. Essa visão sobre o envelhecimento parte, segundo Teixeira (2024, p. 10-11), da “noção de que a velhice

homogeneiza os problemas vividos (de saúde física, mental de ausência de recursos, de laços familiares, dentre outros), pois decorrem de uma base comum, os determinantes biológicos”. “Como se todos envelhecessem da mesma maneira e sob as mesmas condições”.

Essa concepção não consegue e não pode observar, pela perspectiva hegemônica de classe social, que os determinantes econômicos, sociais de classe, gênero, raça, etnia, e de localização geográfica dos/as sujeitos/as sociais dentro das estruturas do capital mundializado condicionam o envelhecimento humano. Na sociedade mercantil capitalista, pessoas detentoras de meios de produção não envelhecem da mesma forma que as pessoas da classe trabalhadora, até mesmo no interior da classe trabalhadora não se envelhece da mesma forma, homens e mulheres trabalhadores não envelhecem da mesma forma, as mulheres brancas e negras da classe trabalhadora não envelhecem da mesma forma tampouco sob as mesmas circunstâncias, trabalhadores/as nos Estados imperialistas do capital, não envelhecem não nas mesmas condições que os trabalhadores/as dos estados da periferia do capital, da mesma forma que as etnias também exercem aí o seu papel na reprodução das desigualdades sociais, onde a sobreposição de uma, exclui e/ou subordina outras, portanto, é um processo radicalmente heterogêneo, onde as condições materiais de reprodução ditam as velhices que cada indivíduo deve experimentar dentro desse modo de produção, a velhice dependente, doentia, cheia de carências e privações no acesso à riqueza humana produzida é vivida pelos segmentos mais subalternizados da classe trabalhadora.

O capitalismo é um sistema incontrolável que explora todos os elementos da mesma classe – trabalhadora – porém de maneira severamente desigual, onde a prioridade é dada aos homens e mulheres brancos e brancas. Estamos com isso dizendo que, dentro da própria estrutura capitalista, para a (re)produção do capital, sua lógica exige uma divisão social, racial e sexual do trabalho onde a pirâmide das desigualdades sociais em Angola, desde a época colonial, vai se representar da seguinte forma: no topo da pirâmide homens brancos, seguida de mulheres brancas, homens mulatos (mestiços), mulheres mulatas (mestiças), – resultado da miscigenação colonial – homens negros assimilados, mulheres negras assimiladas e as pessoas indígenas, pessoas que não sabiam ler, tampouco escrever. Após a independência de Angola,

a sociedade estava dividida entre brancos privilegiados, brancos pobres (imigrantes camponeses), mestiços, assimilados – minoria de africanos mais proeminentes, que eram educados e trabalhavam dentro do sistema administrativo de Angola –, e indígenas – isto é, a maioria dos africanos (Visentini, 2012, p. 65).

Durante a fase pós-independência, o país se encontrava em crises profundas, por um lado, devido aos anos intensos de colonização e dominação portuguesa, pelo desenvolvimento da guerra civil, – tendo o seu término somente em 2002 – pela escassez de alimentos pela grande maioria dos angolanos, indígenas sobretudo, e ainda pelo “crescente ressentimento entre os negros pobres que viviam nas favelas de Luanda quanto ao papel desempenhado pelos mestiços no âmbito do governo” (Visentini, 2012, p. 63). Além disso, havia também uma disputa e/ou sobreposição e divisões de etnias, que foram fomentadas durante as reformas administrativas do governo colonial português, aquando da política colonial do Estado Novo. Dentre as etnias em disputa se observam os Ovimbundu (povos do centro-sul do país), os Ambundu (dominado majoritariamente pelos povos de Luanda) e os Bakongo (povo do norte de país). O racismo, na visão de Moura (2020), tem, portanto, em última instância, um conteúdo de dominação, não apenas étnico, mas, também, ideológico e político.

Em algumas localidades, apesar do termo mulato e/ou mulata ser considerado ofensivo e/ou discriminatório, em Angola, ser considerado mulato/a (mestiço) é um privilégio, pois coloca a pessoa numa posição de superioridade em relação às pessoas negras de pele mais retinta. Sendo assim, a política eugenista de embranquecimento da África e consequentemente de Angola, engendrada na época colonial, pelas misturas das raças, legitimou o racismo como base estruturante das relações sociais na formação social angolana, e com isso se estabeleceu o colorismo na região. O colorismo, enquanto expressão do racismo, em Angola, é uma forma de exclusão social, uma vez que discrimina e segrega pessoas em função da tonalidade da pele, quanto mais escura for a pele, menos direitos se tem socialmente.

Em Angola, apesar da maioria da população ser negra, e aqui colocamos como hipótese, “de pele mais escura”, as estruturas econômicas de poder são controladas por pessoas brancas e mestiças. Pessoas negras, retintas, são socialmente colocadas como inferiores. Isso, portanto, pode justificar o fato dos/as nossos/as sujeitos/as da pesquisas serem, todas elas, pessoas negras de pele mais escura, uma vez que estas têm menos possibilidades de ascensão social.

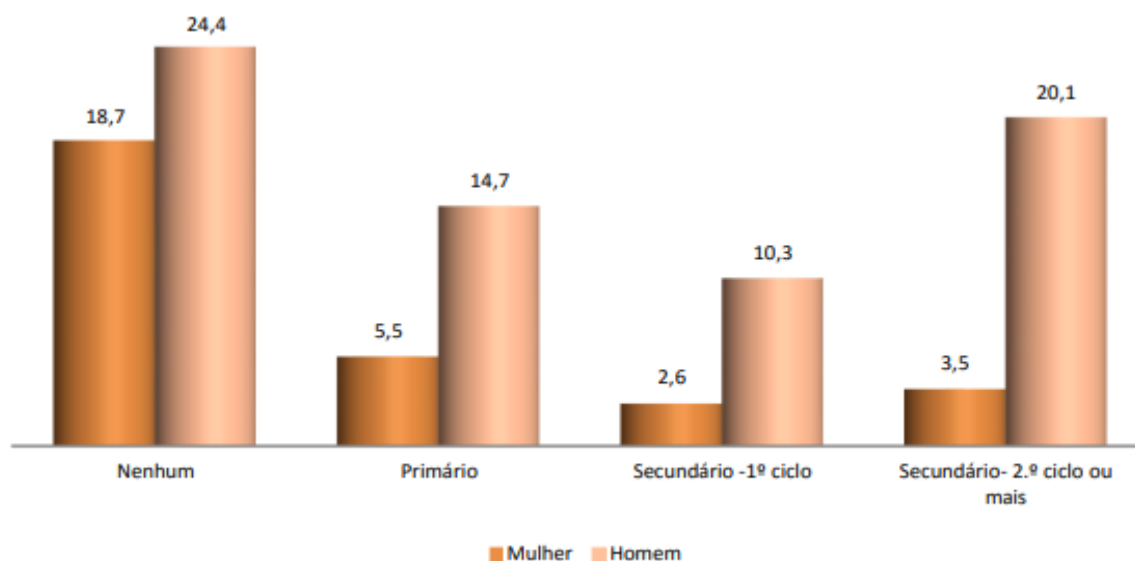
Como podemos ver, desde a época colonial e pós-independência nunca deixou de existir em Angola a exploração e dominação racial, sexual e étnica. Atualmente, no contexto angolano foi apagado a possibilidade de existir exploração ou dominação sobretudo racial, requerida pela divisão social/racial do trabalho na época escravagista pelos invasores colonizadores predominantemente europeus, e brancos. Sendo assim, a possibilidade de existir racismo em Angola, supremacia cultural e exploração e/ou dominação de grupos/classe social foi teoricamente abolida pela ideologia da neutralidade racial e da unidade cultural no país, forjada na concepção de “*um só povo, uma só nação*”. Juntamente com a determinação de classe social, gênero e etnia, o racismo, enquanto ideologia da dominação, vai condicionar o acesso das pessoas negras à riqueza humana produzida. Esse condicionante que se apresenta durante toda a trajetória de vida das pessoas negras – sobretudo daquelas de pele mais retinta – terá sua influência na reprodução da velhice empobrecida e /ou com dependência desses segmentos.

O relatório sobre gênero do Instituto Nacional de Estatística (INE), (Angola, 2020) faz saber grande parte de dos agregados familiares em Angola são liderados por homens representando 2 terços da população e os liderados por homens representam um terço, não obstante a isso, esses homens e homens são majoritariamente trabalhadores por conta própria (trabalho informal).

As desigualdades sociais entre homens e mulheres em Angola podem ser observadas também no acesso à educação, quando “a taxa de alfabetismo é mais baixa entre as mulheres [...]”, este facto, segundo o INE (Angola, 2020, p. 23), deve-se a condição da família, a cultura patriarcal e/ou a falta de oportunidades e condições das próprias mulheres para investirem na carreira académica. Por isso, na análise do envelhecimento é fundamental analisarmos o tipo de sociedade da qual estamos nos referindo, sua função social e a posição dos/as sujeitos/as no processo de reprodução da vida humana – a forma do trabalho – sem esquecer sua condição racial e sexual, uma vez que estes determinantes condicionam e alteram o envelhecimento humano natural. Por isso enfatiza Teixeira (2024, p. 11), que, no modo de produção capitalista,

As desigualdades sociais geradas pelas estruturas e pelos interesses antagónicos das classes sociais, do modo de inserção no mundo do trabalho, do acesso aos recursos, bens e serviços criados socialmente (apropriados por poucos, os detentores dos meios de produção) não são compreendidos como capazes de modificar e interagir com os determinantes biológico-orgânicos previstos geneticamente para a espécie.

Gráfico nº 4- Nível de escolaridade do chefe do agregado familiar por sexo



Fonte: INE, IDREA apud INE (2020, p. 24, grifos nossos).

A escolaridade tem relação com a empregabilidade que é a possibilidade de estar empregado. No modelo de economia actual, a formação é um requisito, não apenas central, como uma exigência frequente das entidades empregadoras. **A falta de escolaridade aumenta o risco de exclusão económica, pelo menos, no sector do emprego.** Não é absolutamente verdade que o **sector informal** é essencialmente gerador de baixos rendimentos, mas é de relevar o carácter **precário e inseguro** das actividades (Angola, 2020, p. 23-24).

A exclusão social da mulher angolana no acesso à educação tem relação direta com a exclusão desse segmento no trabalho formal, por isso, a taxa de trabalhadores no mercado informal e/ou precarizado é muito mais alta para mulheres, sem deixar de mencionar que essas mulheres que se encontram no mercado informal, já que as condições materiais não favoreceram sua inserção no mercado de trabalho formal, não têm acesso à segurança social durante a idade ativa, fato que acentua a vulnerabilidade dessas pessoas quando atingirem a idade considerada velha, uma vez que não terão pensão de aposentadoria. Assim, essas pessoas ficam sem qualquer possibilidade de se reproduzirem, tornando-se totalmente dependentes dos filhos/as e familiares sobretudo.

No que diz respeito às características mais gerais dos agregados familiares em Angola, o INE (Angola, 2020, p. 27, grifos nossos) diz,

[...] **os chefes dos agregados familiares são relativamente jovens**, ou pelo menos, estão no centro da idade produtiva; que **a maioria das mulheres exercem a chefia dos seus agregados em regime de monoparentalidade**,

mas que começa a emergir uma certa consciência da liderança das mulheres, no regime de dupla parentalidade; que **as principais actividades económicas são desenvolvidas no sector primário da economia e no sector terciário, em actividades que demandam pouca capacidade técnica e onde há pouco investimento político e económico**, e que **as mulheres exercem em maior número essas actividades. Os homens dominam as profissões que exigem alguma capacidade técnico-profissional** e, quase que exclusivamente, as profissões militares.

Continuando, o Instituto Nacional de Estatística (INE) sublinha ainda que,

Nos agregados familiares liderados por mulheres, a principal fonte de receitas é trabalho por conta de própria, ao passo que **nos agregados liderados por homens, a principal fonte de receita é o trabalho por conta de outrem**. Estes dados oferecem uma leitura económica interessante, na medida em que, **o emprego autónomo e/ou informal parece ser mais elevado nas mulheres, ao contrário dos homens que estão, maioritariamente, inseridos em trabalhos formais** (Angola, 2020, p. 22, grifos nossos).

Das características, dos agregados familiares, acima mencionadas é possível apreender que em Angola grande parte dos agregados são chefiados por homens jovens/adultos (Angola, 2024). A chefia dos agregados além ter influência na cultura patriarcal, muito forte em Angola, tem relação ainda com o poder económico dos cônjuges, assim, como a maior parte dos trabalhos formais com direito a proteção social na velhice são ocupados por homens, estes acabam tendo o papel de chefes do agregado, e nos casos em que se verifica a chefia de mulheres nos agregados a maior parte delas são separadas e/ou viúvas, ou seja, são contextos em que a mulher só assume a chefia da família quando o homem está ausente, são, portanto, famílias monoparentais. No caso das pessoas idosas, sobretudo mulheres, são pouquíssimas aquelas que são vistas como chefes da família, já que a maior parte delas estão fora do sistema de produção, e por não terem qualquer meio gerador de renda, sendo muitas delas totalmente dependentes dos familiares.

Sendo assim, o reduzido acesso das mulheres à educação, prevalência delas no trabalho informal e no trabalho doméstico, sem proteção social, são evidências que não podem ser ignoradas na análise sobre o envelhecimento em Angola, afinal esses dados mostram o contexto em que as pessoas trabalhadoras envelhecem.

O envelhecimento sendo o processo complexo, heterogêneo e multidimensional, é influenciado não apenas por fatores biológicos. Dentro de um modo de produção que defende a propriedade privada dos meios de produção, para os despossuídos desses meios e privados da riqueza humana produzida, a velhice

vai ser consequência da combinação dos fatores biológicos e sobretudo das condições objetivas que viabilizaram a reprodução daquelas pessoas. Assim, as condições de moradia, o acesso precarizado à saúde e educação, o trabalho informal/precarizado e sem proteção social, são determinantes que produzem a velhice da classe trabalhadora, na maioria das vezes depende, e sem condições de garantir sua contínua reprodução, por isso, pensamos que não é coincidência que expectativa de vida em Angola é de 61 anos, e mesmo em casos em que se ultrapassa essa estimativa não é sinônimo de que a pessoa tenha experimentado as melhores condições de vida.

Nessa sociabilidade, um/a trabalhador/a privado/a do acesso à saúde, educação, com alimentação sem a quantidade de nutrientes necessários o bom funcionamento do organismo, com trabalho e salários precarizados durante toda vida, no mínimo vai ter é uma velhice com vários problemas de saúde e/ou de dependência, isso se conseguir chegar à idade considera velha, se não morrer no decorrer do próprio processo de envelhecimento.

Em contradição a toda essa situação de pobreza em que a população angolana vive submersa, “Angola é um país potencialmente rico em recursos minerais” onde se destaca “que o seu sub-solo possui 35 dos 45 mais importantes minerais do comércio mundial, entre os quais se destacam: petróleo, gás natural, diamantes, fosfatos, substâncias betuminosas, ferro, cobre, magnésio, ouro e rochas ornamentais” (Angola, 2024). Com isso, podemos perceber que Angola é um país extremamente rico em recursos minerais, e se a transformação desses recursos fosse direcionada à satisfação das necessidades humanas, não haveria espaço para toda essa desigualdade social acima referenciada, porém na sociedade mercantil capitalista a natureza é transformada tendo como fim último a valorização do capital. Por isso, Marx, apud Pimentel (2012, p. 20, grifos da autora), demonstrou “que um país é tanto mais rico, quanto mais proletários ele tiver”. Em outras palavras, o próprio mecanismo do processo de acumulação capitalista, multiplica a “massa dos pobres laboriosos”.

Vimos com os dados supracitados que a desigualdade social é produzida e reproduzida pela sociedade capitalista, visto que sua lógica supervaloriza o lucro em relação às necessidades humanas, na medida em que as necessidades humanas são vistas como meio que visam valorizar o capital tendo em vista sempre sua (re) produção.

Estamos falando, portanto, de uma racionalidade neoliberal levada a cabo pelo Estado capitalista angolano articulado, dependente e subserviente ao capitalismo imperialista, na medida em que se verifica-se o crescimento exponencial da economia angolana, o crescimento da dívida pública nacional e em contrapartida os cortes no investimento do setor social, evidenciando o agravamento das expressões da questão social e a precarização das políticas sociais em Angola.

3. TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS EM ANGOLA: NOTAS SOBRE A EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO PAÍS

Este capítulo responde ao primeiro objetivo específico do nosso trabalho (apreender os fundamentos históricos do envelhecimento humano no mundo e na sociedade angolana e os processos de trabalho, questão social e políticas sociais). Este responde fundamentalmente às questões referentes ao trabalho, questão social e políticas sociais em Angola. Para desenvolvê-lo fizemos recurso às pesquisas: bibliográfica (recorrendo às obras completas publicadas, artigos científicos, teses e dissertações relacionadas ao tema) e documental (documentos oficiais produzidos pelo Estado angolano e pelas Organizações Internacionais).

Para entendermos os temas a que nos propusemos trazer nesse espaço, precisamos primeiramente entender a forma atual do trabalho, apreender a questão social, cujas expressões ganham correlações com a emergência das políticas sociais, ademais, somente por esse caminho conseguiremos desvendar a natureza da questão social, suas refrações e a relação com o surgimento das políticas sociais no mundo e em Angola. Vale sublinhar que nem sempre a forma do trabalho foi assalariada, já houve, portanto, outros modos de produção onde não existia trabalho assalariado e portanto, não existia a relação social capitalista.

Neste contexto, é preponderante enfatizar que, parafraseando Lukács (2018), o trabalho, no sentido ontológico, é a categoria fundante do ser social, é justamente por meio do trabalho que o homem se torna um ser social, ou seja, sai do seu estado de natureza e torna um ser social, sendo assim, sem a categoria do trabalho, nem o salto para além da natureza, nem os desdobramentos posteriores do desenvolvimento do processo de sociabilização poderiam vir a ser (Lessa, 2012, p. 139).

Na sociedade primitiva, por exemplo, não existia trabalho assalariado, tampouco questão social. Nesta sociedade o trabalho era coletivo, o ser humano transformava a natureza tendo em conta as suas necessidades, na relação social atual “rompem-se os laços entre o trabalhador e seus meios de vida – o que gera quebras de equilíbrio metabólico –, visto que a satisfação dessas necessidades não é o fim último, mas sim o meio para se obter mais lucros e acumular capital” (Nunes, 2013, p. 198).

Partindo da concepção de que a aparência é só o ponto de partida – que não quer dizer desprovida de qualquer importância – para o conhecimento da essência, e nunca um fim em si mesmo, concordamos com a tese de que, só se consegue perceber o fenômeno – a aparência – apreendendo a essência pela qual o ser é portador daquele. Ou seja, aquilo que lhe tornou o que é hoje – os fundamentos históricos-ontológicos que lhe deram expressão. Assim, apoiados pela ontologia do ser social descrita por Lukács (2018), nos propusemos mergulhar nesse universo onde o conhecimento profundo da realidade é fundamental para a tomada de consciência crítica dos/as sujeitos/as, com realce, da classe trabalhadora.

No trabalho estão contidas in nuce todas as determinações que, como veremos, constituem a essência do novo no ser social. O trabalho pode ser considerado, portanto, como o fenômeno originário, como modelo do ser social; o esclarecer dessas determinações já fornecem um quadro tão claro sobre seus traços essenciais, que parece metodologicamente vantajoso começar por sua análise. (Lukács, 2018, p. 10)

O trabalho no sentido ontológico (essência), abordado pelo autor supracitado, apesar de existirem algumas similitudes, (pois os elementos essenciais são comuns a toda forma de trabalho, quer primitiva, escravista, feudal e nesta última, capitalista), como é o fato de operar “alguma relação entre teleologia e causalidade pela mediação da objetivação, do ponto de vista meramente formal e em um dado nível de abstração” (Lessa, 2012, p. 28), é diferente do trabalho abstrato, aquele que se identifica no modo de produção vigente. O trabalho, no sentido ontológico, anterior ao modo de produção capitalista, o homem transformava a natureza tendo em vista a satisfação das suas necessidades básicas, o que fundamentava uma relação de sustentabilidade e intercâmbio constante com a sua base material, a natureza, porém

O trabalho abstrato é a redução da capacidade produtiva humana a uma mercadoria, a força de trabalho, cujo preço é o salário. Todas as atividades humanas assalariadas são trabalho abstrato. O trabalho enquanto categoria fundante é o complexo que cumpre a função social de realizar o intercâmbio material do homem com a natureza, é o conjunto de relações sociais encarregado da reprodução da base material da sociedade. Uma dada atividade pode ser trabalho abstrato sem ser trabalho no sentido do intercâmbio material com a natureza (Lessa, 2012, p. 28).

Segundo Lessa (2012, p. 29), reduzir o trabalho enquanto elemento fundante do ser social ao trabalho abstrato é um grande equívoco que nos leva a duas possibilidades, a primeira

[...] se converte em uma recaída a uma concepção idealista, que cancela o papel central da objetivação (como veremos, a transformação

teleologicamente orientada do real) no desenvolvimento histórico dos homens, passando do campo marxiano para o hegelianismo ou o kantismo¹⁶; ou então termina em uma concepção irracionalista que recusa a pergunta pelo fundamento último da existência social. Em qualquer dos casos, está sepultada a possibilidade da crítica radical, revolucionária, do mundo em que vivemos (Lessa, 2012, p. 29).

O trabalho assalariado, intrínseco ao de produção capitalista, é um trabalho abstrato. Nesta forma de trabalho rompem-se as relações entre os homens e sua base material, a natureza, pelo fetichismo da mercadoria, força de trabalho. Estas duas categorias – trabalho e trabalho abstrato – cumprem funções sociais radicalmente distintas, como refere Lessa (2012, p. 28-29),

O trabalho abstrato – desconsideradas as formas antediluvianas de assalariamento – é uma necessidade para a reprodução do capital, apenas e tão-somente. Já o trabalho, que corresponde à “eterna necessidade” de “intercâmbio material” com a natureza, é anterior ao capital e, Marx estando correto, continuaria a ser tão essencial para a reprodução social mesmo em uma sociabilidade que tivesse superado o capital.

O trabalho assalariado é, para o trabalhador, fonte de toda a sua desgraça, pois é através dele que a força de trabalho se torna mercadoria. O trabalho ao se tornar abstrato, pelo fetichismo da mercadoria, nega-se – pela lógica do modo de produção capitalista – a condição humana. Partindo dessa compreensão, é legítimo afirmar que,

pela via da alienação do trabalho, o operário passou a trabalhar para o capitalista a quem entrega, na condição de assalariado, o produto de seu trabalho que será apropriado pelo capital. Esse mecanismo de expropriação atinge os objetos mais necessários à vida e ao trabalho, negando o trabalhador aos limites da fome. Assim, alienado do seu produto o trabalhador está alienado de si mesmo (Campelo e Paiva, 2012, p. 97-98).

Diferente das outras formas de sociabilidade, o trabalho na sociedade capitalista é assalariado, e essa mesma sociedade é constituída por classes sociais, embora, alguns teóricos por força da ideologia dominante insistem em camuflar, ou até mesmo não perceber, desta forma, existe portanto, a classe burguesa que é a detentora da propriedade privada dos meios de produção e a classe proletária, que detém a propriedade privada da força de trabalho, usando desta para garantir a sua subsistência.

Os trabalhadores, por conta da sua condição humana de sobrevivência e/ou reprodução, vêm-se *obrigados* a vender a sua força de trabalho para a classe burguesa em troca do salário, que é desproporcional à força empreendida pelo

trabalhador no processo produtivo. Sendo assim, não tendo outras alternativas, por força das condições humanas de reprodução, submetem-se à exploração burguesa.

Assim, é por meio do trabalho assalariado que a classe trabalhadora é expropriada/dominada do fruto do seu trabalho, sendo que, o salário legitimado para esta é ínfimo ao valor da mercadoria que ele produziu. A burguesia, (a classe minoritária) – por deter os meios de produção e por comprar a força de trabalho, mediante salário – usa a força de trabalho dos trabalhadores para acumulação de riquezas, tornando-se desta maneira uma classe privilegiada em detrimento da exploração e expropriação do fruto do trabalho da classe majoritária, a proletária. Esse modo de produção começa a entrar em colapso, por gerar diversos problemas sociais, que com o passar do tempo vão se agravando. O modo de produção capitalista se funda, portanto, na exploração e expropriação da riqueza humana produzida pelos trabalhadores.

Desta forma, trazemos os fundamentos ontológicos que deram à luz a questão social e todas as suas expressões, da qual as políticas sociais – enquanto respostas àquelas expressões – são parte constitutiva da mesma, pois entendemos que a política social, tem as suas raízes na história, na forma social do trabalho, peculiar ao modo de produção capitalista.

Paulo Netto apud Monteiro (2020, p. 235-236) já havia esclarecido que

[...] a intervenção estatal sobre a “questão social” se realiza, [...] *fragmentando-a e parcializando-a* e não pode ser de outro modo: tomar a “questão social” como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho – o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa. Enquanto intervenção do Estado burguês no capitalismo monopolista, a política social deve constituir-se necessariamente em políticas sociais: as sequelas da “questão social” são recortadas como problemáticas *particulares* (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas.

Entendemos, por isso, que somente através da mediação, da singularidade e a universalidade poderemos compreender as suas particularidades, de outra forma achamos ser impossível, dito de outra maneira, só poderemos compreender a política social, serviço social (questão social) se analisado a partir da história, na sociedade da qual eles emergem. Portanto, um processo tão complexo como esse não poderia ser compreendido de forma isolada, ou seja, dissociado da realidade a que lhe deu origem, porém articulado, com todas as suas mediações.

As discussões sobre a questão social, sua gênese e essência vem se debatendo, indubitavelmente em todo o mundo, mesmo que com algumas reflexões despidas de quaisquer criticidade. Em Angola, já começa a apresentar algumas expressões de interesse sobre a temática, uma obra que podemos considerar clássica, em termos de reflexão sobre a temática, é a de Monteiro (2020) onde busca trazer os fundamentos ontológicos do Serviço Social, – profissão que tem como objetivo intervir nas diferentes manifestações da questão social – para assim explicar a sua natureza no contexto angolano.

Autores como Paulo Netto (2001), Iamamoto (2001), e Monteiro (2020), apontam o século XIX como aquele em que a expressão *questão social* passou a ganhar expansão, ela passa a ser utilizada pelos críticos da sociedade filantrópica de diversos lugares. O termo, questão social, surge para designar o fenômeno do *pauperismo* produzido pelo capitalismo industrial, que emerge na Inglaterra mais concretamente em 1760, com a primeira revolução industrial. “Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação” (Paulo Netto, 2001, p. 42). Portanto, segundo o autor, durante esta fase, se verificou um fenômeno totalmente novo, pois na medida em que aumentava a pobreza, aumentava-se também a capacidade social de se produzir riquezas. Mesmo com o desenvolvimento das forças produtivas, com isso, alargada a capacidade da sociedade produzir riqueza humana, contraditoriamente ampliava-se a quantidade de trabalhadores sem condições materiais de subsistência. Com isso, Paulo Netto (2001, p. 43) nos esclarece que,

Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez.

A configuração da questão social que emergiu na Europa central, deixou evidente que se estava diante de uma nova problemática social, diferentemente do que aconteceu nos modos de produção anteriores ao capitalismo, o pauperismo era produzido pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas e por isso, a insuficiência material de se produzir bens para o atendimento das necessidades humanas de toda população. Com a instalação e expansão do capitalismo, as forças produtivas

estavam em um nível de desenvolvimento que viabilizaria a produção com vista a eliminação do pauperismo, porém o que se notava era o desenvolvimento das forças produtivas no sentido da valorização do capital e acumulação burguesa e contraditoriamente se universaliza o pauperismo por toda massa trabalhadora.

Segundo Pimentel (2012) os determinantes do pauperismo dos trabalhadores e suas famílias se processavam na relação de produção regidas pelas leis da acumulação capitalista. Segundo Marx apud Pimentel (2012, p. 19), para a valorização do capital é imprescindível o crescimento da sua parcela variável que se traduz em força de trabalho, portanto, “uma parcela da mais-valia transformada em capital adicional precisa ser sempre retransformada em capital variável ou fundo adicional de trabalho”. Continuando a autora explica que,

[...] no momento de consolidação do capitalismo industrial, a condição essencial para o crescimento do capital é o crescimento do capital variável, ou seja, aquela parte do capital que adquire valor no processo de produção por meio da capitalização da mais-valia e que servirá para a compra da força de trabalho através do pagamento dos salários, assegurando assim a sua reprodução (Pimentel, 2012, p. 19).

O crescimento do capital demandou a requisição e ampliação da força de trabalho, uma vez que é esta que no processo de produção gera valor adicional. Por isso Marx (2013) diz que “a reprodução em escala ampliada, ou a acumulação reproduz a relação capital em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste polo, mais assalariados naquele”.

Com esse novo fenômeno a emergir, começa a surgir, na Inglaterra, massas de trabalhadores – tomados pela consciência das reais condições de reprodução a qual estavam submersos e o desenvolvimento do capitalismo como fenômeno gerador do pauperismo atual – protestando o avanço da industrialização. Suas lutas e resistências eram contra a burguesia, impedindo de forma violenta o avanço das tecnologias nas indústrias têxteis, com o luddismo, e mais tarde pela constituição da associação de trade unions. Segundo, Paulo Netto (2001, p. 43, grifos do autor), essas lutas se constituíram como ameaça à ordem burguesa. Nesse contexto, “[...] a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social”.

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica

específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo (Paulo Netto, 2001, p. 45).

Sendo assim, torna-se imperioso citar Pimentel (2012, apud Monteiro, 2020), uma vez que ao enumerar a base material da questão social, nos dá a possibilidade para analisarmos a indissociabilidade da questão social e suas manifestações da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante, nisto a Pimentel enumera 3 dimensões constituintes da questão social, em primeiro lugar “a sua base material” intrínseca a lei geral da acumulação, “seu aspecto político” ao incitar a revolta dos trabalhadores, tomados pela consciência de classe sobre as condições de vida e de trabalho e por último “a intervenção estatal” as mazelas da questão social.

Segundo Castel, estaríamos atualmente diante de uma nova questão social já que as metamorfoses do mundo do trabalho despoletaram para os trabalhadores novas expressões. Na visão deste autor, a reestruturação produtiva trouxe novas formas de miséria nas condições objetivas dos trabalhadores, tirando de cena a dinâmica da industrialização como base do pauperismo e em seu lugar implantar a precarização do trabalho através de “novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno” (Castel 1999 apud Pimentel, 2012). Diante desse debate, Paulo Netto (2001, p. 48), diz que, “[...] a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela [a ordem burguesa] instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser”, por isso,

[...] inexistente qualquer “nova questão social”. O que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações “tradicionais” da “questão social”, a emergência de novas expressões da “questão social”, a emergência de novas expressões da “questão social” que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. (Paulo Netto, 2001, p. 48).

Para Paulo Netto (2001, p. 48-49), o problema consiste em determinar a relação existente entre as manifestações emergentes e as modalidades imperantes de exploração. Essa determinação não pode desconsiderar a forma contemporânea da lei geral da acumulação capitalista, porém deve considerar a totalidade complexa dos sistemas de mediações que viabilizam sua realização. Para o autor, esses sistemas apesar de carregarem em si a marca da universalidade da lei geral capitalista se objetivam particularidades culturais, nacionais e geopolíticas que requerem determinação concreta. Portanto, a caracterização das expressões particulares da

questão social mais antigas e as novas devem considerar as particularidades históricas, nacionais e culturais das formações sociais específicas em estudo.

Em Angola, autores como Monteiro (2016), Mateus e Monteiro (2021) e Santo (2023), associam o surgimento da profissão – Serviço Social – e das relações sociais capitalistas ao processo de expansão da colonização portuguesa em Angola, – com início no século XX, uma vez que, este processo requisitou a construção de estruturas que viabilizariam o comércio interno e escoação dos produtos, um processo de transformação econômica que encontrava no seu estágio embrionário e com isso se agravam as condições precárias de existência dos trabalhadores escravizados – e à emergência do trabalho assalariado (em 1960). Apesar de ter início na era colonial, o capitalismo se cristalizou em Angola com a emancipação política dos angolanos, via independência em 1975.

Convém sublinhar que “nas décadas de 50 e 60, do século XX, após o fim da segunda guerra mundial (1939-1945), o colonialismo e os impérios coloniais, incluindo o império português, tornaram-se objeto de crescente contestação por parte dos povos colonizados e da comunidade internacional” (Monteiro, 2020, p. 261).

Com a abolição do trabalho compulsório, uma vez que a emergência do capitalismo requisitaria uma forma de trabalho onde os trabalhadores devessem ser livres para vender sua propriedade privada, a força de trabalho, os angolanos autóctones começam a se organizar coletivamente para lutarem contra o governo colonial português, nesse processo surge em 1954 a primeira força política denominada Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), posteriormente o Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) essas organizações tinham como fim último a independência de Angola, portanto, a emancipação política dos angolanos, devendo significar a expulsão do governo colonial português do território angolano.

Em 1960 à início de 1961 em Angola se desencadearam uma série de protestos por parte dos angolanos contra os colonialistas portugueses, que culminaram com o início da luta armada para libertação nacional. Em 4 de Janeiro de 1961, os camponeses angolanos da região da baixa do cassange, em Malanje, se revoltaram contra o trabalho compulsório e a obrigatoriedade do plantio de algodão, destruindo várias “posses” coloniais, fato que levou as autoridades coloniais portuguesas a reagirem macabramente com bombardeando aéreo de toda aquela região, matando

milhares de angolanos. Este acontecimento histórico, conhecido como o *massacre da baixa do cassange* despoletou ainda mais a fúria dos angolanos, levando-os em 04 de fevereiro de 1961 a atacarem várias cadeias coloniais em Luanda, com objetivo de libertar os presos políticos angolanos, esta data marca o início da luta armada de libertação nacional.

As pessoas eram obrigadas a plantar algodão e era absolutamente indiferente que houvesse colheita de milho, massambala (sorgo), batata-doce, mandioca, feijão, aquilo que as pessoas comiam. Não importava, a colheita do algodão tinha que ser garantida. E o algodão só podia ser vendido a uma determinada empresa que tinha o monopólio, as balanças eram falseadas e o preço era baixíssimo. Se não produzissem o algodão devido, eram espancados. Isso são coisas que eu vi. (Arlindo Barbeitos apud Ramos, 2017, p. 1, grifos nossos).

Num momento de altas tensões, de reivindicação das condições objetivas dos trabalhadores angolanos *sempre escravizados*, surge em Angola a profissão Serviço Social (em 1962) e também o primeiro curso superior com o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, afeto à Igreja Católica em colaboração e/ou articulação com o governo capitalista colonial português. A profissão surge, então, num clima de desespero do então governo, como uma arma poderosa para preservar o império colonial português em Angola, perpetuando a dominação dos angolanos autóctones (Monteiro, 2020).

Segundo Santo (2023), pioneira do Serviço Social em Angola, as revoluções angolanas no norte da província ultramarina (Angola colonial) desencadearam vários problemas aos fazendeiros portugueses e suas famílias, o que os levou a se refugiarem em Luanda, com posterior pretensão de regressarem à Portugal, não sendo do interesse do governo português que isso acontecesse, este destinou auxílios às populações deslocadas. Nesse contexto, surgem responsáveis da igreja católica e outras organizações como a Cruz Vermelha cujo objetivo era trabalhar com as populações no sentido de levantar os ânimos, dar “uma boa imagem à Portugal” e enfrentar os problemas despoletados pela revolta dos trabalhadores angolanos. Essa realidade determinou a necessidade da formação de quadros do Serviço Social. (Cardeal Nascimento apud Santo, 2023, p. 96).

Para Santo (2023, p. 102), o Instituto de Educação e Serviço Social formou pessoas em vários cursos, correspondendo aos diversos estratos sociais, reproduzindo a forma como a sociedade colonial estava estratificada.

O interesse na criação de uma escola no âmbito do social e a altura política que Portugal atravessava, com problemas em níveis interno e externo, vem complementar o interesse na manutenção da conjuntura pretendida pelo governo português. Uma escola de serviço social formaria quadros que complementariam, de alguma maneira, o que à altura se chamava vulgarmente “o programa da psico”, em que os militares desenvolviam actividades de apoio às populações, através de escolarização, saúde, incentivando-as a regressar das “matas” e concentrando-as em aldeias, as chamadas aldeias da paz, construídas para o efeito, a fim de melhor controlar as populações, impedindo-as de contactos políticos fora dos objectivos portugueses (Santo, 2023, p. 103).

Nesse momento de pressão dos angolanos através de organizações revolucionárias e lutas pela emancipação política pela conquista da independência e do outro lado a luta pela hegemonia colonial, o governo colonial português instala em Angola a política ultramarina, “um conjunto de princípios e políticas reformistas, adotado por António de Oliveira Salazar” (Monteiro, 2020, p. 261).

De acordo com Monteiro (2020), dentro desses princípios reformistas, levado a cabo pelo Estado novo, as colônias portuguesas passaram a ser consideradas províncias ultramarinas portuguesas. Os Estados que até então eram considerados colônias portuguesas, com essa nova reforma passam a ser partes orgânica do Estado português, dessa forma, Portugal passa a ser considerado um Estado multirracial e pluricontinental⁶. No âmbito dessas reformas, surge um conjunto de “estímulos sociais incorporados nos ensaios de políticas sociais cujo fim seria o aumento da produtividade” e o estancamento do espírito de revolta dos trabalhadores angolanos.

“[...] a organização dos angolanos explorados pelo trabalho assalariado, nesse período, se intensifica, no contexto da reemergência de movimentos reivindicatórios de emancipação política que se assiste em África, na década de 60; situação que leva a Igreja Católica a reafirmar sua interferência na dinâmica social, como já havia feito, no século XIX, diante da situação de operários que viviam em condições de miséria e pobreza (Monteiro, 2020, p. 265).

Com as independências dos países africanos, “rompiam” com a religião dos países europeus colonizadores; abraçavam o socialismo; e permitiam o avanço do protestantismo e das religiões africanas” (Monteiro, 2020, p. 267, grifos do autor). É nesse contexto que por intermédio da Igreja Católica em articulação com o governo

⁶ Para aprofundamento destas questões, sugerimos a leitura da obra de Monteiro (2020), **Serviço Social, Estado e Políticas Sociais em Angola**: mediações teórico-metodológicas, uma vez que foi através desta que conseguimos apreender o conteúdo trazido neste espaço.

capitalista colonial português que se dá a institucionalização do Serviço Social, com a fundação do Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII.

Neste sentido, as tensões entre capital (na época colonial) e trabalho face às situações de guerra desencadeada pela revolta dos angolanos face a um trabalho precarizado – que muito se assemelhava ao trabalho escravo – na fase de industrialização embrionária, e a emergência dos movimentos de libertação nacional que deram à luz questão social em Angola. O surgimento da profissão no contexto angolano não teve outro objetivo senão formar trabalhadores sociais que atuariam nas expressões particulares da questão social, e desta forma apaziguar as contradições entre as classes sociais antagônicas, uma vez que as revoltas dos angolanos colocava em xeque a ordem social estabelecida. Por isso, segundo Paulo Netto (1996, p. 13, grifos do autor), o Serviço Social enquanto prática institucionalizada, legitimada socialmente e legalmente aprovada teve sempre a sua vinculação à “chamada questão social”. O mesmo autor esclarece ainda que

[...] questão social” no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a “questão social” está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e trabalho (Paulo Netto, 1996, p. 13, grifos do autor).

Assim, a questão social enquanto manifestação das contradições entre capital e trabalho (Iamamoto, 2001) vai justificar a emergência da profissão Serviço Social em Angola na época colonial e as primeiras protoformas das políticas sociais, cujo fim último será o desenvolvimento e expansão econômica, vão se dar nesse contexto.

Após a independência nacional em 11 de novembro de 1975, – sob a direção do MPLA-PT, “constituído em Partido do Trabalho, aquando da realização do 1º congresso em dezembro de 1977”, estruturado sob a base dos princípios do marxismo-leninista – em 1977 o Serviço Social é abolido, uma vez que esta era considerada uma profissão que justificava as contradições das classes sociais antagônicas e com isso a dominação e opressão dos trabalhadores. (MPLA-PT, 1985, p.63).

Em 2005, com o Instituto Superior João Paulo II a profissão reemerge, novamente com a Igreja Católica, desta vez em articulação com o governo capitalista angolano, depois do fracasso do projeto societário socialista em 1992, assumido em dois anos após a independência nacional.

Desde a emergência do Serviço na época colonial, no âmbito da reorganização produtiva – no âmbito da inserção dos mecanismos de aumento de produtividade, cita por Monteiro (2016) – a formação superior em Serviço em Angola foi planejada para responder aos interesses do governo colonial português, uma vez que a ordem burguesa em seu estágio embrionário e com resquícios do trabalho escravo se via ameaçada. Esses profissionais foram requisitados no sentido civilizar os angolanos, aportuguesando-os cujo fim último seria estancar a revolta dos *angolanos autóctones*, privilegiando a permanência de Angola como província ultramarina portuguesa e a igreja católica portuguesa como religião dominante. Portanto, o Serviço Social desde a exigência no modo de produção capitalista embrionário em Angola carregou em si a marca positivista conservadora contribuindo na reprodução deste modelo produtivo alavancado pelos portugueses naquela época histórica, legitimando a dominação e a colonização portuguesa e a hegemonia do catolicismo. Até a atualidade, em Angola, essa base positivista e conversadora permanece no estudo da profissão e no fazer profissional já que “não se estuda o Serviço Social na história, mas se procura fazer a história da profissão. Mas ainda é tratada como a história da “ajuda” (Monteiro, 2020, p. 89, grifos do autor). Na mesma linha, o nosso autor diz, “em Angola, o entendimento da compreensão da profissão, como um tipo de ajuda mais refinada, é mais facilmente aceita e encontra o apoio de como a disciplina de fundamentos do Serviço Social é tratada na escola”. “[...] Aprendemos que a essência do Serviço Social é de ajuda ((Monteiro, 2020, p. 89-90). Defende-se, portanto, pela maioria profissional, a tese endogenista do Serviço Social.

É com essa base conservadora da profissão que são norteados os estudos sobre as expressões particulares da questão social, da qual o envelhecimento e velhice fazem parte. Essa base de matriz positivista com vertente predominantemente funcionalista impõe aos estudos do envelhecimento e velhice não como resultado de um longo processo histórico mediatizado pelas determinações políticas, socioeconômica, psicológicas e biológicas, mas como um processo natural influenciando hegemonicamente pelos determinantes biológicos e/ou cronológicos, e assim as velhices são naturalizadas tendo em conta o aumento da idade e os determinantes biológicos. Por isso, no nosso trabalho de conclusão de curso realizado em 2022, nós escrevemos o seguinte:

A idade traz consigo várias modificações fisiológicas, psicológicas, onde o idoso busca ficar por mais tempo sozinho, isolando-se do meio

social, de amigos, colegas e até mesmo dos familiares, **fragilizando-o e privando-o do bem-estar físico, mental e social, afectando sua qualidade de vida (QV), assim como a dos que lhe rodeiam**. Esses factores influenciam para que o idoso procure um lugar onde possa sentir-se útil e com vitalidade (Sambando; Mutange 2022, p. 27).

Equivocadamente as autores continuam,

A família sendo a primeira instituição que acolhe o idoso, deve criar as condições para satisfação das suas necessidades elementares, deste modo, apuramos que, por um lado, **é exatamente a falta de disponibilidade familiar que faz com os idosos recorram ao Centro**, pois vêm o Centro como um meio para se socializarem com outras pessoas, **assim apela-se às família a um maior comprometimento quanto ao seu papel na vida da pessoa idosa** (Sambando; Mutange, 2022, p. 42).

Vê-se aqui muito claramente a tendência individualista dessa perspectiva na medida em que individualiza as expressões da questão social, naturalizando-as e por fim culpabilizando indivíduos e grupos sociais cuja condição socioeconômica atual não dependeu da vontade própria, mas resultado de um processo histórico social, cujo modo de produção capitalista constitui as bases materiais dessa condição.

Essa perspectiva não pode evidenciar que as bases materiais das desigualdades sociais no processo de envelhecimento estão no interior da acumulação capitalista universalizada que impõe particularidades mais devastadoras às periferias do capital, como é o caso de Angola.

As perspectivas, francófona e anglo-saxônica, predominantes nos estudos gerontológicos é hegemônica em Angola, está presente não somente no Serviço Social, como também em outras áreas do saber como Sociologia e outras afins. Por isso, vemos vários estudos no país, onde por um lado, consegue-se captar o fenómeno “a velhice empobrecida, sem dignidade”, porém nas análises sobre o fenómeno são tidas em conta os hábitos individuais, a idade avançada como sinónimo de (re)produção de doenças e por isso, acarretadora de carências. Por se considerar fundamentalmente as questões biológicas e cronológicas, o individualismo é tão acentuado que normalmente resulta na culpabilização dessas pessoas, das famílias por não terem criado as condições de vida necessárias para sua reprodução. Se generaliza as velhices, uma vez que se parte da premissa de que a idade avançada é sinónimo de degeneração, assim, se desconsidera toda universalidade, assentuando a discriminação e o preconceito com a idade avança. Assim sendo, as pessoas não querem envelhecer já que se tem como representação da velhice a imagem de

velhos/as pobres, extremamente enrugados, doentes e com carências de cuidados, resumindo: a velhice dos segmentos mais pobres e subalternizados da classe trabalhadora cuja sociabilidade capitalista superexplorou.

Como enfatiza Teixeira (2008), é a classe trabalhadora que vive a velhice trágica e subalternizada, na medida em que é que experimenta condições de vida e de trabalho precárias, porém como esta classe também não é homogênea, existem refrações dela que experimentam condições materiais de reprodução muito mais precárias e desiguais, uma vez que o acesso aos serviços e/ou direitos sociais, assim como toda riqueza humana produzida é condicionada não somente pela condição de classe, mas de gênero e de raça predominantemente. Pela ideologia da supremacia racial construída socialmente impõe aos homens negros e sobretudo mulheres negras condições de reprodução muito severas e desiguais, pois se impõe a esses segmentos específicos entraves quase insuperáveis no acesso à riqueza humana produzida.

Dentre esses segmentos, temos também as pessoas idosas que não conseguiram acessar ao trabalho formal, – a maioria delas mulheres que se dedicaram durante toda vida exclusivamente ao trabalho do lar, não remunerado – estas encontram-se desprotegidas socialmente, já que não têm direito à chamada proteção social na velhice por via pensão de aposentadoria, por isso, se encontram totalmente dependentes de cuidados, da família, da vizinhança e da sociedade civil, fato que acaba evidenciando a fragilidade e a precarização das políticas sociais nesta realidade.

Beauvoir (1990, p. 24), sublinha que “foi no século II que Galeno fez uma síntese geral da medicina antiga. Ele considera a velhice como intermediária entre doença e a saúde”, assim sendo, ela não é exatamente um estado patológico: entretanto, todas as funções fisiológicas do velho ficam reduzidas ou enfraquecidas”. Segundo a autora, durante séculos, a medicina não fez outra coisa senão parafrasear a obra de Galeno.

Essas perspectivas teórico-metodológicas baseada nas dimensões cronológica e biológica sobre o envelhecimento influenciaram a medicina/geriatria na construção de um perfil epidemiológico da pessoa idosa baseado fundamentalmente na funcionalidade e disfuncionalidade dos órgãos vitais humanos, enfatizando o declínio do organismo com o avanço da idade, e com isso, desconsiderando toda base material

de análise, se associou a velhice dos pobres à doenças e carências, a idade avançada como (re)produtora de doenças. Daí o preconceito com o envelhecimento, já se tem como “imagem de velhice” *a velhice empobrecida, doentia e radicalmente desigual dos segmentos mais pobres*. Portanto, nessas análises sobre o envelhecimento e velhice, as condições socioeconômicas das pessoas idosas da classe trabalhadora não têm como centralidade a forma atual de trabalho.

Assim, o envelhecimento que devia ser visto como um processo heterogêneo dependente fundamentalmente da localização do sujeito na esfera produtiva, com determinações de gênero, raça, e etnia cujas determinações são históricas e sociais, passa a ser visto não como expressão particular da questão social, cuja base material incide sobre as relações sociais de produção, mas como um problema social desencadeado por um processo natural e geral para todos, – uma vez que partem da premissa de que o avanço da idade provoca alterações no organismo humano, sendo esta a causa dos problemas sociais na velhice – e por isso, na atualidade sua solução vai se basear única e exclusivamente na emergência de políticas sociais minimalistas, com intervenção de várias instituições, visando apenas minimizar suas expressões, já que são “fenômenos naturais”.

Por isso, consideramos que, “apreender esse fenômeno na sua imediatez enfatizando apenas o seu aspecto político, sem remeter ao seu sistema de causalidades, localizado na base econômica do modo de produção capitalista, não vai, de modo algum, revelar e equacionar verdadeiramente a questão”. Logo, “[...] as soluções propostas não passam de mecanismos utilizados para minimizar o tormento daqueles que sofrem as mazelas decorrentes do sistema capitalista de produção” (Pimentel, 2012, p. 142).

O trabalho assalariado ao tornar-se expressão, categoria fundante e também problema do capitalismo na medida em que a entrada em cena do trabalho assalariado – agudiza, para os trabalhadores, as expressões da questão social, como a falta assistência médica, o pauperismo, a fome, o desemprego, a falta de habitação, ou seja, torna precário e deficitário o acesso a riqueza humana produzida – enfrenta a questão social pelas suas expressões, através do processo de controle social das políticas sociais. É imprescindível salientar que as políticas sociais, por mais inclusivas que sejam, por sua essência, possibilitam somente amenizar as sequelas da questão

social e não propriamente acabar com sua base material, cuja raiz é o trabalho assalariado.

3.1.1. Proteção Social à pessoa idosa em Angola

A proteção social das pessoas vulnerabilizadas, em Angola, encontra as suas diretrizes na Lei de bases da proteção social, pela proteção social de base, cujo fundamento se justifica pela emergência do PDN (Plano de Desenvolvimento Nacional). Este plano, se acordo com Mateus e Monteiro (2020), tem como fundamento crítico a gestão dos ciclos de crise do capitalismo, uma vez que não existe capitalismo sem crise. O Estado burguês, portanto, pelas políticas sociais mantém o controle sociometabólico das crises do capital.

A proteção social das pessoas vulnerabilizadas é mediatizada pelos indicadores das privações no acesso à riqueza social produzida. Assim, a linha de base da pobreza em Angola fornece os indicadores que visam identificar as pessoas mais pobres, já que são essas que devem usufruir da proteção social mínima (proteção social de base).

3.1.1.1. Linha de base da pobreza

O perfil social, econômico e epidemiológico da pessoa idosa no Beiral, é fundamentado pela política da “Linha de base da pobreza em Angola”, o que viabiliza a avaliação dos critérios para a pessoa idosa ser institucionalmente acolhida ou não pelo e no Lar. A linha de pobreza tem como base 4 dimensões, distribuídos em 16 indicadores, assim, *“uma pessoa é considerada multidimensionalmente pobre, em Angola, se sofrer privações em 30% ou mais das dezasseis privações ponderadas”* (Angola, 2020, p. 12, grifos nossos).

Quadro nº 4- Dimensões, indicadores e linhas de privação, 2020

Dimensão	Indicador	Linha de privação Um agregado familiar é privado se	Peso (ind)	Peso da dimensão
Saúde	Nutrição	Ao menos uma criança menor de 5 anos tem malnutrição crónica (baixa altura por idade) ou malnutrição aguda (baixo peso por altura).	8,3%	25%
	Cuidados de saúde maternal	Ao menos uma mulher em idade reprodutiva (15-49 anos), que esteve grávida nos últimos 2 anos, não fez pelo menos 4 consultas pré-natais ou o parto não	8,3%	

		foi assistido por um profissional de saúde qualificado.		
	Mortalidade infantil	Ao menos uma criança morreu antes de completar 5 anos, nos últimos 5 anos anteriores a entrevista.	8,3%	
Educação	Registo civil	Ao menos um membro de 0-5 anos não tem registo de nascimento.	8,3%	25%
	Anos de escolaridade	Nenhum membro de 12 ou mais anos tem pelo menos 6 anos de escolaridade.	8,3%	
	Frequência escolar	Existe pelo menos uma criança entre 6-14 anos que não frequenta a escola. (idade oficial obrigatória do ensino primário ao I ciclo do ensino secundário).	8,3%	
Qualidade de vida	Combustível sólido para cozinhar	O principal combustível para cozinhar é carvão, lignite, carvão vegetal, lenha, palha, ramos, canas, produtos agrícolas, estrume ou outro.	4,2%	25%
	Acesso a electricidade	Não tem electricidade da rede em casa.	4,2%	
	Tipo de material das paredes, chão e tecto da habitação	O piso da casa é de terra ou as paredes de materiais naturais ou não adequados ou o tecto de materiais naturais ou não adequado.	4,2%	
	Posse de bens	Não possui mais que um dos seguintes bens: rádio, televisão, telefone, computador, geleira/arca, bicicleta, motorizada ou carroça de tracção animal e não possui um carro ou camião.	4,2%	
	Acesso a água apropriada para beber	Não tem acesso a fonte de água apropriada para beber a uma distância inferior a 30 minutos (ida e volta).	4,2%	
	Acesso ao saneamento	Não tem acesso a algum tipo de saneamento apropriado ou se a instalação sanitária da casa é partilhada com outro agregado.	4,2%	
Emprego	Trabalho infantil	Ao menos uma criança de 5-17 anos trabalha (utilizando os padrões da OIT e UNICEF).	6,3%	25%
	Desemprego entre adultos	Algum membro com 25-64 anos não trabalha, mas está disponível para trabalhar.	6,3%	
	Desemprego juvenil	Algum membro com 15-24 anos não trabalha e não estuda	6,3%	
	Dependência	Por cada 5 membros do agregado familiar não existe pelo menos um membro com 15-64 anos que tem emprego remunerado.	6,3%	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), 2020.

A taxa de incidência da pobreza, segundo o INE (Angola, 2020, p. 19), é caracterizada pela percentagem de indivíduos que formam parte de um agregado familiar que foi identificado como multidimensionalmente pobre, permitindo uma análise de todas as pessoas que vivem no agregado, onde são detectados problemas que provavelmente afetam o agregado familiar. Assim, não se supõe que cada pessoa

seja um indivíduo isolado, porém que receba influências constantes do seu meio ambiente mais próximo, ou seja, daquelas pessoas com quem vive diariamente.

Em Angola, são esses indicadores que determinam quem é considerado pobre e/ou quem deve ser abrangido pela política de Acção Social, – destinada às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social – portanto, qual pessoa idosa deve ser institucionalizada no Beiral.

Parafraseando Lessa (2013), a definição de pobreza é influenciada pelas necessidades políticas imediatas e pela perspectiva ideológica dominante. Assim, manipulam-se, estatisticamente falando, os dados da distribuição de renda e de riqueza no sentido de legitimar políticos ou governos. Segundo o autor, “uma das formas mais frequentes de mostrar a melhoria na distribuição de renda é reavaliar para baixo a linha de pobreza. *Retiram-se da miséria, com um golpe de caneta, sem alteração alguma da estrutura produtiva, parcelas inteiras da população*”. Outra forma, “é a avaliação do que seria o consumo mínimo indispensável – a “cesta básica” – (Lessa, 2013, p. 24, grifos do autor).

Os indicadores para se identificar os pobres em Angola, carregam, sem dúvidas, uma perspectiva ideológica de classe, e contribuem para falsear a realidade. Mézáros apud Campelo e Paiva (2014, p. 36, grifos da autora) já havia nos alertado que a posição de classe não é definida por características sociológicas secundárias, como o “*estilo de vida*”, porém pela posição do indivíduo na estrutura do comando do capital. Sendo assim, os critérios acima referenciados não possibilitam de fato identificar todos os segmentos pobres, que constituem a classe trabalhadora angolana. “Ser proprietário de meios de produção é muito diferente de ser proprietário da televisão ou da geladeira, da moradia ou do carro que é o transporte da família” (Lessa, 2013, p. 24). Por conseguinte,

Ao desconsiderarem as diferentes funções sociais das diferentes propriedades, as estatísticas velam a concentração real da riqueza que decorre do fato de que, tipicamente, **o 1% ou os 2% mais ricos da população concentram a propriedade dos meios de produção e os 50% mais pobres possuem principalmente carros, geladeiras, televisões etc** (Lessa, 2013, p. 24).

Posto isso, dentre os pobres idosos, aqueles que constituem geladeira, carro, bicicleta, rádio, computador, casa entre outros, os privados de saúde, educação, registro civil, eletricidade, água potável, “a uma distância inferior de 30 minutos da sua

residência”, por exemplo, são filtrados – segundo os critérios acima – e, os mais miseráveis são elegíveis à Acção Social, portanto, àqueles que devem beneficiar da “Proteção Social de Base” e/ou residir no Lar de Assistência Social à Pessoa Idosa, Beiral. Em vista disso, segundo a nossa pesquisa de campo, estamos diante dos segmentos mais subalternizados da classe trabalhadora angolana, a superpopulação relativa, na sua forma estagnada (Marx, 2013). “Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e, finalmente, das vítimas da indústria – aleijados, doentes, viúvas etc. [...]” Marx (2013, p. 874).

3.1.1.2. Política de Acção Social⁷

Neste ponto, torna-se imperioso contextualizar as normativas que influenciaram a emergência da lei de proteção social e consequentemente das políticas de Acção Social à pessoa idosa em Angola. Para isso, torna-se fundamental analisar o contexto histórico mundial, para entendermos as influências internacionais na emergência das políticas sociais à pessoa idosa em Angola.

Antes do século XX não havia preocupação no cenário mundial sobre as questões do envelhecimento humano, afirma Beauvoir (1990) que os primeiros estudos sobre o processo envelhecimento se deram nos meados do século XIX, norteados pela medicina, as poucas pesquisas sobre o envelhecimento eram somente baseadas nas mudanças físicas e biológicas do organismo com o passar da idade. Com o surgimento da Geriatria no século XX, a partir dessa época até a década de 30 do século XX, “as pesquisas biológicas sobre a velhice não eram mais que o subproduto de outros trabalhos”, “[...] o interesse era subsidiariamente voltado para as mudanças por eles sofridas com a idade” (Beauvoir, 1990, p. 30).

“Enquanto a juventude e a adolescência se constituíram no objeto de numerosas obras especializadas, a velhice não era estudada por ela mesma”, já que os determinantes biológicos e o fenecimento dos órgãos eram a base das pesquisas, e por isso, esta ser associada à doenças. Foi com o surgimento da gerontologia ainda no XX que os estudos deixam de ter o foco somente no processo de senescência do

⁷ Trata-se de um nome próprio, no contexto angolano, e, por isso, foi escrito tal como se encontra escrito nos normativos legais.

organismo, “a patologia da velhice”, mas também no processo de envelhecimento (Beauvoir, 1990, p. 30).

Segundo Beauvoir (1990) nos anos de 1900 a 1950 quadruplicou o número de pessoas idosas nos EUA, porém essas pessoas eram quase que invisíveis. O processo de industrialização no referido país acarretou nas ruas das cidades um número elevado de pessoas idosas, despoletando variados problemas sociais, a partir dessa época várias áreas do saber começaram a se mobilizar para estudar as questões da velhice, procurando soluções para aqueles problemas, esse interesse se expandiu para diversos lugares e países. Doravante, os estudos sobre o envelhecimento se ampliaram, foram criados periódicos especializados, foram criadas ainda sociedades de gerontologia e centros de estudos e pesquisas gerontológicas. Deste modo, “a gerontologia desenvolveu-se em três planos: biológico, psicológico e social. Em todos esses domínios ela é fiel a um mesmo posicionamento positivista; não se trata de explicar por que os fenômenos se produzem, mas de descrever”, [...] suas manifestações” (Beauvoir, 1990, p. 32).

Os estudos do processo de envelhecimento se assentavam na descrição das transformações ocorridas tanto no organismo do homem como da mulher. A gerontologia, portanto, não se preocupava em examinar as raízes materiais da condição de velhice dos/as idosos/as, mas em explicar o funcionamento biológico com o aumento da idade, embora com alguns avanços, sabemos que até hoje ainda é assim, uma vez que a gerontologia social vigente apesar de fundamentar o processo de envelhecimento na tríade “biológico, social e psicológico” não consegue evidenciar que a velhice da classe trabalhadora, expressão particular da questão social, tem as suas causas materiais nas relações sociais de produção e reprodução vigentes. Segundo Beauvoir (1990, p. 47), a “[...] influência dos fatores econômicos nos indica os limites da gerontologia, enquanto esta define biologicamente a senescência individual. “[...] impossível compreender a velhice sem se reportar à gerontologia”, ou seja, ao processo de envelhecimento”.

A involução senil de um homem produz-se sempre no seio de uma sociedade; ela depende estreitamente da natureza dessa sociedade e do lugar que nela ocupa o indivíduo em questão. O próprio fator econômico não poderia ser isolado das superestruturas sociais, políticas e ideológicas de que está revestido; considerado de maneira absoluta, o nível vida não passa, ainda, de uma abstração; com recursos idênticos, um homem pode ser considerado rico no meio de uma sociedade pobre, e pobre no meio de uma sociedade rica. Para compreender a realidade e

a significação da velhice, é, portanto, indispensável examinar o lugar que é destinado aos velhos, que representações se faz deles em diferentes tempos, em diferentes lugares. (Beauvoir, 1990, p. 47-48, grifos nossos).

Em 1982, – lembra-se que nesta fase o mundo estava vivendo a crise estrutural do capital, e em curso a reestruturação no modelo de produção e se afirmando a emergência do neoliberalismo – em Viena, na Áustria, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece a necessidade da atenção às questões relacionadas ao envelhecimento humano, realiza, então, a Primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento. Essa assembleia é considerada um marco histórico, pois até então as questões relacionadas ao envelhecimento nunca tinham sido tema central de debate em um fórum global. Esta assembleia resultou na aprovação de um Plano de Ação Internacional sobre o envelhecimento. Este plano impulsionou a criação dos Princípios das Nações Unidas em favor das pessoas idosas, em 1991, que, segundo a ONU (2002), proporcionava orientação nas esferas da independência, da participação, dos cuidados, da realização pessoal e da dignidade.

Verifica-se que este plano teve como foco os idosos dos países desenvolvidos com poder financeiro, já que seus princípios apelavam a autonomia das pessoas idosas dotadas de poder financeiro que deveriam fazer circular o capital. Esse plano de ação dotado de princípios que os países membros deveriam adotar tinha como fim último a circulação do capital para sua valorização e não ao atendimento das necessidades humanas das pessoas idosas em situação de desproteção social, uma vez que esses princípios previam a adoção, por parte dos governos, de medidas para garantir a segurança sobretudo econômica das pessoas idosas no sentido delas contribuírem para desenvolvimento do mercado em seus países.

Na crise estrutural do capital, década de 70, principalmente nos países que implementaram o estado de bem-estar social, Angola, tinha acabado de conquistar a independência e as maiores forças políticas que influenciaram essa conquista entrando numa guerra civil, que começou antes mesmo da proclamação da independência nacional. Tendo terminado essa guerra civil em 2002, com a morte de Jonas Malheiro Savimbi, ex-líder do maior movimento/partido da oposição, UNITA.

Aconteceu em 2002 a segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, desta vez em Madrid, Espanha. A assembleia contou com a participação de mais países, incluindo países em desenvolvimento. Este encontro resultou na elaboração e aprovação de uma Declaração Política e um novo Plano de Ação Internacional sobre

o envelhecimento de 2002, documentos orientadores na adoção de medidas e políticas públicas que visam promover o envelhecimento saudável, no sentido de se construir uma “sociedade para todas as idades” conceito trazido em 1992, aquando da Assembleia geral das Nações Unidas, na qual se proclamou o ano de 1999 como o Ano Internacional dos Idosos (ONU, 2002).

Estes acontecimentos mudaram o enfoque dado até então ao processo de envelhecimento e a velhice, tendo se constituído em importantes referências na construção de políticas públicas em benefício à pessoa idosa a nível global.

Torna-se importante destacar que nessa época, em 2002, Angola estava no término da guerra civil, o país, portanto, encontrava-se em profundo declínio socioeconómico, visto que as estruturas económicas e sociais tinham sido, maior parte delas, derrubadas durante o conflito civil armado.

Antes de continuarmos com a emergência das políticas sociais na época pós-dependência, convém delimitarmos o contexto sócio-histórico a qual Angola se encontrava.

Até início do século XIX, a Angola colonial continuava a ser para Portugal fonte do capital mais rentável na época, os escravos. Com as constringentes revoltas dos angolanos, e as pressões exteriores, sobretudo britânicas, com interesses na acumulação capitalista, e por isso a instauração de uma forma de trabalho, o trabalho livre, Portugal se viu obrigado a abolir oficialmente, em 1836, o tráfico de escravos, porém somente em 1878, a escravidão foi abolida em Angola. A abolição do tráfico de escravos em Angola estimulou Portugal a procurar uma mercadoria que substituísse os escravos, daí que nessa fase o comércio e exportação de café se tornou o principal produto. Assim, Portugal se viu num outro dilema, onde encontrar mão de obra barata para trabalhar nas plantações de café, visto que a escravidão tinha sido abolida. Para responder a essa demanda Portugal, então, instituiu em Angola o trabalho compulsório “que vigorou de 1878 até 1961” (Visentini, 2012, p. 47).

Segundo, Visentini (2012, p. 47), “a base desse sistema estava assegurada por uma legislação que estipulava que os africanos que estivessem sem ocupação poderiam ser submetidos a contratos de trabalho compulsórios”.

Com a proclamação da república portuguesa, em 1910, e com a continuidade das resistências angolanas, Portugal fez uma série de reformas com vista ao aumento

da produtividade e estancamento das revoltas. Como já referimos acima, as primeiras protoformas de políticas sociais surgem na época colonial com o governo capitalista colonial português, no âmbito da política colonial do Estado Novo português, salazarismo – Portugal sob regime político ditatorial, autocrata e corporativista – (Monteiro, 2016).

Assim, nessa fase, com o surgimento dessa política colonial portuguesa reformista se ampliou no território angolano o número de colonos e fez surgir os mecanismos de aumento de produtividade que Mendes apud Monteiro (2016, p. 103), repartiu em dois:

1. Mecanismos de aumento da produtividade da mão de obra rural (duração da jornada de trabalho, habitação, alimentação, regime de férias vestuário, assistência médica, ação social e previdência social).
2. Mecanismos de aumento de produtividade da mão de obra especializada (definição de salários, qualificação ou formação profissional, previdência social, ação social no trabalho).

Como podemos ver, esses mecanismos trazem consigo protoformas de políticas sociais, embora muito precárias, para fazer manutenção da força de trabalho necessária à expansão da produção no território.

Após a independência nacional, em 1975, MPLA- PT (Partido dos Trabalhadores) sob o regime socialista de orientação marxista leninista, se constituiu assim no partido de vanguarda. Um Estado monopartidário, sem qualquer intenção de dividir o poder com outras forças políticas. Durante esse período (1975 a 1991), MPLA-PT iniciou um processo de nacionalização das terras, planificação da economia e o comércio externo ficou sob o controle estatal, houve, desta maneira, a estatização dos recursos, com ênfase dos latifúndios, outrora apropriado pelos colonialistas portugueses.

A República Popular de Angola considera a agricultura como base e a indústria como factor decisivo do seu desenvolvimento. **O Estado orienta e planifica a economia nacional visando o desenvolvimento sistemático e harmonioso de todos os recursos naturais e humanos do país e a utilização da riqueza em benefício do povo angolano** (Angola, 1975, p. 6, grifos nossos).

Nesta fase, portanto, houve uma forte intervenção do Estado angolano perante à economia, isso se refletiu também na forte “intenção” de intervenção do Estado às situações de vulnerabilidade dos angolanos, pois o contexto histórico estava marcado por carências e conflitos sócio-políticos. Porém como vimos, as bases ideológicas

dos programas de ação social e políticas sociais com realce a de assistência social em Angola surgiram na época colonial, segundo enfatiza Mutange et al. (2024, p. 5698, grifos nossos), “essas bases que não foram apenas expressão da colonização portuguesa, mas sim da instalação capitalista, atravessaram todos os processos da Angola pós-independente, pois o Estado moderno fundado depois de se pôr fim à colonização portuguesa”, é, antes de mais, “[...] um Estado cujos moldes realizam a dimensão política do capital, ainda que na primeira república, desde 1975, se proclamasse um Estado Angolano Socialista. *Nesta república as políticas de proteção social e de saúde apelam um carácter universal*, com forte intervenção do Estado, tratando-se por um “Estado socialista”.

O Estado promoverá as medidas necessárias para assegurar aos cidadãos o direito à assistência médica e sanitária, bem como o direito à assistência na infância, na maternidade, na invalidez, na velhice e em qualquer situação de incapacidade para o trabalho. A República Popular de Angola promove e garante o acesso de todos os cidadãos à instrução e à cultura (Angola, 1975, p. 10).

É importante destacar que mesmo durante a fase da primeira república (1975-1991), o Estado angolano, tratando-se de “Estado Socialista”, manteve relações de cooperação e articulação com o imperialismo estadunidense sobretudo, ocupando uma posição de dependência, já que defendia e aplicava os princípios da Carta da ONU. “A República Popular de Angola respeita e aplica os princípios da Carta da Organização das Nações Unidas e da Carta da Organização da Unidade Africana e estabelecerá relações de amizade e cooperação com todos os Estados” (Angola, 1975, p. 7-8).

Durante a década de 90 do século passado, concretamente em 1991, o governo angolano introduziu “um sistema multipartidário e liberalizou a economia, fazendo uma inflexão em direção aos Estados Unidos” (Visentini, 2012, p. 86). Assim, Segundo Visentini (2012) foi assinado em 1991, na cidade de Estoril, Portugal, um tratado que incluía o cessar-fogo e a realização de eleições no ano seguinte, em 1992 e a criação de uma comissão para formar um exército nacional com as tropas de ambos os lados. Portanto, a partir dessa época, “*as referências ao socialismo foram abandonadas e importantes empresas começaram a ser privatizadas, com a rápida formação de uma nova burguesia oriunda do próprio MPLA*” (Visentini, 2012, p. 86, grifos nossos).

Na visão de Moura (2020), à medida que se aguçava a luta entre os Estados Unidos e a ex-União Soviética, os norte-americanos concentraram suas atividades de dominação nas áreas incluídas em seu leque de influências. Sendo assim, o autor destaca que, “com o pretexto de combater a subversão, estabeleceram governos subalternos externamente e ditatoriais internamente. Como norma, ditaduras militares. Com isso consolidaram sua dominação neocolonial” (Moura, 2020, p. 44).

Durante a segunda república (1992 a 2009), – sob regime democrático de direitos, comandado pelo governo MPLA – o atual governo continuou as relações com o imperialismo. Essas relações vêm se ampliando de tal maneira que atualmente a China se constitui no país que mais importa matérias-primas de Angola. Torna-se importante aqui destacar que concordamos com Mateus e Monteiro (2021, p. 52) quando enfatizam que o subdesenvolvimento de Angola “é reflexo da divisão internacional do trabalho assalariado na medida em que, pelo sistema capitalista, a exploração de mão-de-obra é mais intensa nos países pobres (subdesenvolvidos)”. Portanto, segundo os autores, “a característica fundamental dos países subdesenvolvidos e dependentes é a subordinação da sua economia à economia dos países imperialistas”. Essa coerente afirmação pode ser comprovada quando analisamos os relatórios de exportação, principalmente, dos últimos 15 anos.

Visentini, (2012, p. 88), já enfatizava que “o interesse dos Estados Unidos e da China na região tem aumentado em razão das riquezas minerais, dado que a África já responde por mais de 15% das importações norte-americanas de petróleo”, ao passo que “[...] a China chega a importar 30% do petróleo produzido na África, especialmente de Angola”. Atualmente essa informação pode ser comprovada através do relatório do comércio externo (2024), publicado pelo INE (Angola, 2024), que mostra que quase 50% das exportações angolanas têm beneficiado o continente asiático, primeiramente a China, a Europa, tendo como beneficiários a Espanha e a França e o continente americano, tendo os Estados Unidos da América como principal beneficiado.

Após o abandono da perspectiva socialista por parte do MPLA-PT e fim da guerra civil em 2002, já sob o regime democrático, com a economia liberal e alinhado a ONU, baseado na Cimeira do Milénio, o Governo angolano, em 2004, faz emergir o programa de combate à fome e a pobreza.

O Governo de Angola, tendo em vista a redução acelerada e sustentada da pobreza, apresenta a sua Estratégia de Combate à Pobreza (ECP). Esta estratégia surge num contexto de consolidação da paz e na sequência dos objectivos e prioridades fixados nos programas do Governo que advogam a necessidade de se promover um desenvolvimento económico e social abrangente e sustentável. [...] **O combate à pobreza surge também, no âmbito da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), como estratégia vital para a afirmação do continente africano no contexto internacional e para a redução das disparidades existentes entre África e o mundo desenvolvido.** O programa do NEPAD estabelece, aliás, a necessidade de **assegurar o cumprimento das metas definidas na Cimeira do Milénio com vista à redução da pobreza e da desigualdade e à promoção do crescimento e desenvolvimento económico em África** (Angola, 2004, p. 4, grifos nossos).

Quando se implementou este programa, previa-se que “a incidência da pobreza em Angola era de 68 por cento da população, ou seja, 68 por cento dos cidadãos angolanos têm em média um nível de consumo mensal inferior a 392 kwanzas por mês (de 2001), o correspondente a aproximadamente 1,7 dólares americanos diários”. Portanto, “a incidência da pobreza extrema, correspondente a um nível de consumo de menos de 0,7 dólares americanos diários, é de 28 por cento da população”. Sendo assim, se colocou como causa fundamental da pobreza as guerras intensas que o país viveu, juntamente com a forte intervenção do Estado na economia, uma vez que este se considerava um Estado “supostamente socialista”⁸,

A guerra prolongada, durante os quase 30 anos decorridos desde a luta pela independência, é um dos principais factores determinantes da pobreza do país. É incontestável o impacto negativo que a guerra produziu sobre a vida e liberdade das pessoas, condicionando a sua circulação e

⁸ Dissemos “supostamente socialista” porque, sabe-se desde Marx que a base material da sociabilidade de um país é a sua economia, aqui entendamos a economia como conjunto das relações sociais que os humanos estabelecem entre si no momento da produção (Tonet, 2012). Para a construção de uma sociedade Socialista, (devemos entender aqui o Socialismo como sinónimo de Comunismo), essa base material – a economia – precisaria estar em um nível de desenvolvimento que permita a produção de bens e serviços em abundância, capaz de ser distribuído à todos de acordo com as suas necessidades e capacidade. Durante essa fase, deve-se também observar a supressão do Estado Burguês, a supressão do trabalho assalariado e instalação de uma outra forma de trabalho – o trabalho associado – porém o que se verificou, em Angola, é somente a emancipação política dos angolanos, através da conquista da independência nacional em 1975. Assim, tendo em conta as bases gerais para implantação de uma sociedade comunista, a realidade angolana, naquele momento histórico, demonstrou que não era possível a instalação de uma sociabilidade socialista, já que sua base material, a economia, estava devastada, não sendo capaz, por isso, de se produzir bens em abundância. Nessa fase, se verificou também a retirada da centralidade do trabalho à centralidade da política, por meio da elevação de um Estado ocupado pelos trabalhadores angolanos, e, assim, elevou-se o MPLA à partido democrático. Mesmo assim, apesar de na primeira república (1975 a 1991) o Governo se considerar Socialista, na constituição da república que vigorou nessa época, o Estado enfatizou no artigo 10.º que defendia a propriedade privada dos meios de produção. Portanto, nunca houve socialismo em Angola. “A República Popular de Angola reconhece, protege e garante as actividades e a propriedade privada, mesmo de estrangeiros, desde que úteis à economia do país e aos interesses do povo angolano” (Angola, 1975, p. 7).

despoletando fluxos migratórios em direcção às áreas urbanas ou ao estrangeiro, sobre o funcionamento dos mercados, sobre as infra-estruturas básicas viárias, de fornecimento de água, saneamento e energia, e sobre os sistemas sociais de saúde e de educação. Estes efeitos revelaram-se desastrosos para o desenvolvimento sócio-económico do país, tendo contribuído para que crescentes faixas da população se depauperassem rapidamente. Um outro aspecto perturbador, que decorreu do sistema de gestão administrativa e centralizada, **é a excessiva intervenção do Estado na economia**, que se justificou pelas circunstâncias adversas que prevaleceram quando o país se tornou independente, mas que vieram a ocasionar distorções significativas nas regras e mecanismos de mercado (Angola, 2004, p. 11, grifos nossos).

Prevvia-se, portanto, que com o advento da paz e da “reconciliação nacional”, a estratégia de combate a pobreza seria a alternativa para a erradicação da pobreza em Angola na próxima década, e com isso devesse se considerar o rebaixamento da intervenção do Estado na economia, visto que eram essas as apontadas causas da pobreza.

De 1992 a 2009, fase em que vigora a segunda república, a dinâmica das políticas sociais foi revelando a luta de classes em Angola e a posição do país no capital mundial, pelo capitalismo financeiro, isto através das relações que Angola vai construindo com o ocidente e o oriente, portanto, trata-se de uma fase que declara o abandono do projeto socialista, assumindo formalmente as formas políticas, económicas e sociais do (neo) liberalismo que são bases para a financeirização das políticas públicas angolanas, pelo capital financeiro estrangeiro, para o bem ou para o mal, mas que as consequência não alteram a gravidade das formas de dominação e por isso, exploração política, económica, social e tecnológica dos centros capitalistas em relação à Angola (Mutange et al., 2024, p. 5698).

Contrariamente ao que foi planificado, “o relatório do IPM Global de 2018 mostra que cerca de 1,3 mil milhões de pessoas no mundo vivem em pobreza multidimensional, o que representa 23,3% da população total analisada no estudo”. Sendo assim, “[...] um de cada dois angolanos (51,2%) vivem na pobreza multidimensional, com uma taxa de pobreza de 88,2% nas áreas rurais e 29,9% nas áreas urbanas” (PNUD, 2024). Posto isso, em 2015, a pobreza não foi erradicada como se acreditava, antes pelo contrário, se agudizou de forma devastadora, privando grande parte dos elementos da classe trabalhadora das condições materiais de reprodução.

Em 2004 também emerge em Angola a Lei de Bases da Protecção Social, através da lei nº 7/04 de 15 de outubro de 2004, esta visa essencialmente,

- a) atenuar os efeitos da redução dos rendimentos dos trabalhadores nas situações de falta ou diminuição da capacidade de trabalho, na maternidade, no desemprego e na velhice e garantir a sobrevivência dos seus familiares, em caso de morte;

- b) compensar o aumento dos encargos inerentes às situações familiares de especial fragilidade ou dependência;
- c) assegurar meios de subsistência à população residente carenciada, na medida do desenvolvimento económico e social do país e promover, conjuntamente com indivíduos e as famílias, sua inserção na comunidade, na plena garantia de uma cidadania responsável (Angola, 2004, p. 1950).

Esta lei se encontra subdividida em 3 níveis diferentes, nomeadamente:

1. **Proteção Social de Base;**
2. **Proteção Social Obrigatória;**
3. **Proteção Social Complementar.**

Por uma questão de brevidade, e por não se constituir nosso objetivo, neste momento, abordar as três formas de proteção social, vamos apenas delinear como funciona a proteção social obrigatória e complementar, focando a nossa abordagem na proteção social de base, sendo que esta é destinada à população em situação de desproteção social e/ou vulnerabilidade social.

A Proteção Social Obrigatória se destina a todos os cidadãos nacionais e/ou residentes que estejam inseridos no mundo do trabalho, quer por conta de outrem ou por conta própria. Tem caráter comunicativo, baseia-se na lógica de seguros e é financiada pelas contribuições do trabalhador e da entidade empregadora (Angola, 2004).

Portanto, como vimos essa forma de proteção social é obrigatória para todos os indivíduos que estejam inseridos no mundo do trabalho, por conta de outrem ou por conta própria.

A Proteção Social Complementar é de caráter facultativo e baseia-se numa lógica de seguros, com objetivo de reforçar a proteção social obrigatória (Angola, 2004). Os dois níveis de proteção social supracitados estão assentes em lógica de seguro social, têm como critério o trabalho assalariado.

Diferentemente das formas de proteção social citadas, a Proteção Social de Base é destinada às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social ou desproteção social. Esta é financiada fundamentalmente pelos impostos.

No âmbito da aplicação pessoal, esta se destina à:

- a) pessoas ou famílias em situação grave de pobreza;
- b) mulheres em situação desfavorecida;

- c) crianças e adolescentes com necessidades especiais ou em situação de risco;
- d) idosos em situação de dependência física ou económica e de isolamento;
- e) pessoas com deficiência, em situação de risco ou de exclusão social;
- f) desempregados em risco de marginalização (Angola, 2004, p. 1951).

Constitui-se um dos objetivos da proteção social de base,

A garantia dos níveis mínimos de subsistência e dignidade, através de acções de assistência a pessoas e famílias em situações especialmente graves quer pela sua imprevisibilidade ou dimensão quer pela impossibilidade total de recuperação ou pela participação financeira dos destinatários (Angola, 2004, p. 1951).

Recorda-se que nos anos 70 do século XX, o capital mundializado, sobretudo dos centros capitalistas da Europa e América, estava experimentando a crise do estado de bem-estar social, a crise estrutural do capital e com isso a emergência e a proliferação da racionalidade neoliberal. Após o abandono da perspectiva revolucionária de ideologia marxista leninista em 1992, o governo angolano assumiu a perspectiva democrática, foi nesse contexto que se fortaleceram as relações com imperialismo, e nessa base ideológica foram delineadas as políticas de proteção social em Angola.

Com a entrada em cena da racionalidade neoliberal pela influência do imperialismo, se verificou um estreitamento do papel do Estado angolano na resolução dos problemas sociais, deixando ao mercado a responsabilidade de resolver os efeitos das crises sociais. Por isso, nessa política é possível identificar um Estado minimalista, cujo interesse vai ser apenas dar *condições mínimas* de subsistência aos grupos de maior vulnerabilidade. Nesta lei é possível identificar intenções do Estado angolano de promover o compartilhamento das suas funções na prestação das ações de assistência social às pessoas e famílias em situação de desproteção social. Assim sendo, as políticas públicas que outrora eram defendidas como universais, no seu sentido amplo, na primeira república, agora, têm como critério o trabalho assalariado, cujo poder económico dos sujeitos sociais vai ditar o seu acesso.

Segundo Mutange et al. (2024), dá-se em 2010 o início da terceira república, vigorando até atualidade, “cuja Constituição (de 2010), no seu artigo nº 77 estabelece a interlocução saúde e proteção social, como também estabelece bases da proteção social à pessoa idosa, que serão materializadas pela política nacional para pessoa idosa”, mediante o “decreto presidencial nº 180/12 de 15 de Agosto, e do decreto

presidencial nº179/12 de 15 de Agosto, ambos de 2012, sobre a estratégia nacional para a implementação da política para a pessoa idosa”.

Nas repúblicas anteriores apesar existirem programas de assistência social, afeto à política de proteção social de nível base, cujos beneficiários também incluíam as pessoas idosas, não existia antes uma política destinada às pessoas idosas, isto é, que legitimava as ações, sobretudo, de proteção e assistência a esses segmentos. É somente na terceira república, que se estabelece em 2010 até a atualidade, que surge a *Política para a Pessoa Idosa*, através do decreto presidencial n.º 180/12 de 15 de agosto de 2012, assim como a “*Estratégia Nacional para a Implementação da Política para a Pessoa Idosa*”, pelo decreto n.º 179/12 de 15 de agosto de 2012.

Na política para a pessoa idosa em Angola é possível identificar de forma mais evidente a ideologia neoliberal, na promoção do reducionismo da intervenção Estatal, uma ideologia que se coloca em primeiro lugar a responsabilidade da proteção e do cuidado das pessoas idosas às próprias famílias, independentemente das suas condições objetivas. É possível ainda identificar, nessa política, a projeção de um modelo de política baseado em parcerias institucionais, onde o Estado promove e incentiva a intervenção, em rede, das instituições públicas, privadas, organizações não governamentais, denominações religiosas, grupos filantrópicos e a comunidade em geral na proteção social às pessoas idosas. Essa informação pode ser comprovada a partir do artigo 1.º e 5.º da política para a pessoa idosa, cujo objeto diz o seguinte:

O presente Diploma estabelece as linhas orientadoras de intervenção organizada, articulada e complementar do Executivo, organizações não governamentais, associações e demais actores sociais, na protecção e assistência social à pessoa idosa (Angola, 2012, p. 3544).

De acordo com os objetivos da política para a pessoa idosa é possível identificar a tendência da terceirização da proteção social das pessoas idosas vulnerabilizadas por este sistema social ao incentivar a participação dos diferentes atores sociais, onde a família assume o papel central dessa proteção.

- a) Assegurar os direitos sociais da pessoa idosa, criando condições para promover a sua autonomia, integração e participação na sociedade;
- b) **Assegurar que a conjugação de esforços de todos os actores sociais proporcione as condições que permitam que a pessoa idosa consolide a dignidade que merece na sociedade;**

- c) Promover e defender a concretização dos direitos da pessoa idosa consagrados no ordenamento jurídico nacional e nas normas de Direito Internacional;
- d) **Orientar os órgãos do Executivo, organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento de programas e projetos que visam a melhoria das condições de vida e de cidadania da pessoa idosa, a sua participação e inclusão no processo de formulação, realização e efetivação dessa Política** (Angola, 2012, p. 3544 grifos nossos).

Esse protótipo de política social, que emerge com o desmonte do Estado de Bem-Estar na Europa Ocidental e alguns países da América, promovido pelas organizações imperialistas como a Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Mundial da Saúde (OMS), cujos países membros devem seguir e implementar, inaugura o que alguns autores chamam de familismo. Essas políticas, diferentemente do que se estabeleceu no Estado de Bem-Estar Social, onde a assistência social era prestada tendo em conta a solidariedade entre e interclasses, com a entrada em cena do neoliberalismo, as famílias passaram a ser prestadoras da proteção social, tanto nos cuidados, na assistência e na prestação de necessidades pessoais das pessoas idosas.

Apesar dos normativos referenciados, em Angola, não existem programas específicos de proteção social e/ou assistência social à pessoa idosa, o que existe são programas de proteção social às pessoas e famílias em situação de desproteção social, ratificados pela Política Nacional Social da Acção Social. Como exemplo temos o Programa de Combate à fome e à pobreza e outros programas de apoio à proteção social como o programa kwenda⁹. São programas onde são seleccionados segmentos “mais vulnerabilizados” da população idosa para serem assistidos, geralmente de forma mínima, já que o *Estado minimalista* não deve atender às necessidades de todos/as. Portanto, a proteção social que devia ser assegurada a todos/as segundo suas necessidades, tem como critério a compra e venda da força de trabalho, e às pessoas desprovidas dessa mercadoria, – a força de trabalho – como exemplo os idosos que nunca puderam se inserir no mercado de trabalho formal, são destinados apenas os *mínimos possíveis* para sobreviverem.

⁹ Programa assistencialista, financiado pelo Estado angolano e, majoritariamente, pelo Banco Mundial, destinado às pessoas em situação de desproteção social, de forma temporária. O vocábulo kwenda vem do verbo “Okwenda”, da língua nacional angolana chamada Umbundu. Em português significa “caminhar”.

Convém ressaltar que as políticas sociais revelam o caráter antagônico das classes sociais, elas emergem no sentido de atenuar as desigualdades sociais existentes entre a classe trabalhadora e a classe burguesa. Sua emergência resulta das lutas entre capital e trabalho na apropriação pela riqueza humana produzida. Por isso, salienta Tonet (2015, p. 2), que

Essa luta entre capital e trabalho também foi responsável pela emergência de ações, por parte do Estado e de outras instituições, para amenizar a desigualdade social que brota, necessariamente, da exploração do capital sobre o trabalho. Importante observar que essas políticas sociais não serão simples concessões do Estado burguês, mas resultarão sempre, em grau maior ou menor, da luta entre capital e trabalho. Deste modo, elas poderão contribuir mais para a reprodução dos interesses do capital ou para a defesa dos interesses dos trabalhadores. Tudo dependerá do estado da luta entre as forças em confronto.

No âmbito da assistência social à pessoa idosa, o decreto presidencial nº 179/12, de 15 de Agosto de 2012, estabelece as ações a serem realizadas para a proteção desse segmento populacional. A seguir apresentamos, no quadro, essas referidas ações.

Quadro nº 5- Atribuições dos departamentos ministeriais na proteção e assistência à pessoa idosa em Angola

Domínio	Atribuições dos Departamentos Ministeriais na proteção e assistência à Pessoa Idosa	
Assistência e Reinserção Social	Desenvolver ações voltadas para a prestação de serviços de assistência social para atender as necessidades básicas da pessoa idosa em situação de vulnerabilidade, tais como:	Promover programas de apoio às famílias vulneráveis que vivem com pessoas idosas;
		Capacitar e formar técnicos para o atendimento ao idoso
		Melhorar as condições das instituições existentes de acolhimento à pessoa idosa;
		Adequar nas instituições de acolhimento existentes, espaços de atendimento em regime semi-diurno para os idosos externos, permitindo assim a interação com idosos internos;
		Desenvolver programas de sensibilização e orientação no tratamento e respeito da pessoa idosa, nomeadamente, palestras, colóquios, actividades culturais e desportivas;
		Criar as condições legais e financeiras com vista a atribuição de um subsídio à pessoa idosa não abrangida por outro sistema de segurança social;
		Desenvolver campanhas de informação, comunicação e educação para a promoção de uma imagem positiva da velhice;
		Sensibilizar a sociedade sobre o processo de envelhecimento;

		Criar instituições em sistema de acolhimento na medida das necessidades identificadas localmente para a prestação de cuidados e atendimento ao idoso vulnerável sem protecção familiar;
	Criar centros de dia e comunitários para a prestação de serviços de:	Divulgação de informações de preservação e recuperação de incapacidades;
		Informação à pessoa idosa sobre a legislação pertinente e de seu interesse;
		Prestação de serviços na área da justiça , quando necessário;
		Transmissão de conhecimentos sobre actividades físicas, possíveis de realização pelo idoso diariamente, sem necessidade de apoio de profissionais;
		Desenvolvimento de acções educativas envolvendo à pessoa idosa, a família e a comunidade, sob forma de cursos, palestras, seminários e ensino à distância;
		Promoção de actividades desportivas e culturais comunitárias intergeracionais para integração do idoso em todos os aspectos da vida da comunidade;
		Implantação de grupos de produção e de micro unidades de produção.
Saúde	Realizar estudos para detectar o carácter epidemiológico de determinadas doenças na pessoa idosa, com vista à prevenção, tratamento e reabilitação;	
	Criar instrumentos legais que priorizem o acesso de pessoa idosa aos estabelecimentos de saúde;	
	Regulamentar o modo de subvenção da assistência médica e medicamentosa à pessoa idosa;	
	Garantir o acesso da pessoa idosa ao sistema público de saúde, de modo a permitir a adequada prevenção, diagnóstico, reabilitação e tratamento, promovendo e desenvolvendo as seguintes acções:	Garantir a assistência médica e medicamentosa aos utentes das instituições de atendimento ao idoso;
		Criar unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social;
		Proporcionar atendimento especializado aos idosos portadores de deficiência;
		Promover programas de formação de médicos e enfermeiros especializados em geriatria e de outros profissionais da saúde em gerontologia;
		Incrementar as campanhas de sensibilização e informação aos idosos sobre o HIV/SIDA, o álcool, o tabagismo e outras doenças como diabetes, hipertensão, malária e outras;
		Promover programas de interligação entre a medicina moderna e a medicina tradicional, de forma a garantir a complementaridade nos cuidados de saúde à pessoa idosa.
Educação	Promover e estimular permanentemente a melhoria dos currículos de ensino a fim de aperfeiçoar o entendimento sobre o envelhecimento;	
	Incluir a geriatria no currículo do curso de medicina e a disciplina de gerontologia nos demais cursos de nível superior;	
	Promover cursos de alfabetização para o idoso e oferecer possibilidades de formação permanente;	
	Regulamentar a legislação sobre a educação a todos os níveis, garantindo o acesso facilitado do idoso ao ensino;	
	Aproveitar a capacidade da pessoa idosa como fonte de pesquisa e ensino sobre factos e acontecimentos socioculturais;	

	Promover estudos que concorram para a melhoria da condição da pessoa idosa.
Emprego e Segurança Social	Estabelecer mecanismos contra a discriminação da pessoa idosa quanto à sua participação no mercado de trabalho nos sectores público e privado;
	Proporcionar o envolvimento do idoso em grupos produtivos de diferente ordem;
	Realizar acções de capacitação e informação institucional a todos os níveis sobre a questão do envelhecimento;
	Estimular a criação de programas para a aposentadoria nos sectores públicos privados;
	Promover e coordenar o estabelecimento de oportunidades de auto-desenvolvimento das pessoas em idade de reforma.
Cultura	Pesquisar e identificar métodos de aproveitamento dos tempos livres do idoso, sua participação em actividades culturais enriquecedoras do desenvolvimento pessoal e integração social;
	Facilitar a participação em atividades culturais enriquecedoras do desenvolvimento pessoal e integração social;
	Fiscalizar regularmente a actividade das seitas religiosas que desenvolvam práticas que atendem contra a lei e os direitos humanos e, que visem, sobretudo, penalizar a pessoa idosa;
	Elaborar e desenvolver estudos e discussões sobre o fenómeno feitiçaria e outras causas e rejeição da pessoa idosa;
	Subvencionar o acesso do idoso aos locais de recreação, lazer e eventos culturais;
	Criar instrumentos legais que priorizem o acesso à pessoa idosa aos estabelecimentos desportivos.
Urbanismo e Construção e Ambiente	Implementar projectos de autoconstrução dirigida, destinados a resolver os problemas de habitabilidade do idoso em situação de vulnerabilidade;
	Definir, nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, uma percentagem mínima de unidades residenciais destinadas ao atendimento dos idosos;
	Viabilizar a utilização dos edifícios públicos e privados, para que o idoso os possa utilizar livremente. As obras de adaptação deverão ser realizadas de forma gradual, devendo estabelecer-se nos planos de acção a indicação dos espaços susceptíveis de serem alterados e assinalar-se os que devem ser adaptados como prioridade;
	Estabelecer normas para novas construções que estejam preparadas para o idoso;
	Criar jardins e espaços públicos para lazer, apropriado para o idoso;
	Garantir ao idoso o acesso à água de boa qualidade;
	Estabelecer medidas de implementação de latrinas nas zonas rurais.
Desporto	Trabalhar com o Ministério da Educação no sentido de inserir no programa de formação de professores, matéria relacionada com actividades desportivas para a pessoa idosa;
	Promover actividades de massificação desportiva para a 3.ª idade;
	Incentivar à prática de actividades físicas, visando a promoção da saúde do idoso;
	Subvencionar o acesso do idoso aos eventos desportivos;
	Criar instrumentos legais que priorizem o acesso à pessoa idosa aos estabelecimentos desportivos.
Justiça	Criar legislação específica que garanta a proteção e promoção dos direitos da pessoa idosa;
	Criar mecanismos de denúncia e tratamento de casos de violência de que é vítima a pessoa idosa;
	Elaborar e efectivar programas de registo de identificação para os idosos;
	Criar instrumentos legais que priorizem o atendimento à pessoa idosa aos serviços de justiça.
Transporte	Assegurar à pessoa idosa prioridade no embarque e desembarque no sistema de transportes colectivos;
	Criar passes para o acesso subvencionado do idoso, nos transportes colectivos públicos, excepto nos serviços selectivos especiais quando prestados paralelamente aos serviços regulares;
	Reservar nos transportes colectivos públicos, assentos para os idosos devidamente identificados com uma placa contendo a designação, "reservado exclusivamente para idosos, mulheres grávidas e portador de deficiência física";
	Sensibilizar os automobilistas no respeito pelos direitos do idoso, e o próprio idoso, no respeito às regras de trânsito;

	Adaptar os transportes colectivos às dificuldades motoras do idoso; Criar instrumentos legais que priorizem o acesso à pessoa idosa aos transportes públicos.
Comunicação Social	Capacitar os profissionais de comunicação social mediante a realização de programas especiais que os habilite a estarem informados e actualizados sobre a realidade do envelhecimento e o papel que a pessoa idosa pode desenvolver ao longo da vida;
	Incluir matérias de moral e civismo nos programas educativos e nos meios de comunicação social, promovendo o respeito, consideração e o carinho à pessoa idosa;
	Promover actividades que valorizem a pessoa idosa nos meios de comunicação social, nomeadamente, rádio, televisão e jornais;
	Proporcionar, através dos meios de comunicação social, espaços ou horários especiais voltados à pessoa idosa e ao público, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural e que incida sobre o processo de envelhecimento.
Família	Mobilizar as famílias a participarem activamente nos programas de apoio e assistência ao idoso , aferindo as suas necessidades, níveis de satisfação, relacionamento e participação comunitária e formas de garantir a sua segurança e respeito;
	Impulsionar o desenvolvimento de redes de serviços sociais e sócio-sanitários que permitam o envelhecimento digno em casa, apoiem eficazmente as famílias que cuidam de pessoas idosas;
Agricultura	Incentivar a produção no seio dos idosos e o escoamento dos seus produtos para os mercados existentes;
	Apoiar a agricultura de subsistência desenvolvida pelo idoso no sentido de contribuir para a melhoria da dieta alimentar;
	Organizar os camponeses idosos em cooperativas agrícolas, bem como criar mecanismos adequados ao fomento agrícola, através de créditos, financiamentos, redução de taxas, etc;
	Distribuir “inputs” agrícolas ao idoso que ainda exerça actividade agrícola;
	Reactivar todo circuito comercial que englobe mercados rurais, feiras, cantinas e comércio rural permanente, de modo a favorecer a actividade do idoso;
	Incentivar a utilização da tracção animal para tratamento e cultivo da terra.

Fonte: elaborada pela própria autora com base no decreto presidencial nº 179/12 de 15 de Agosto, sobre Estratégia Nacional para a Implementação da Política para a Pessoa Idosa.

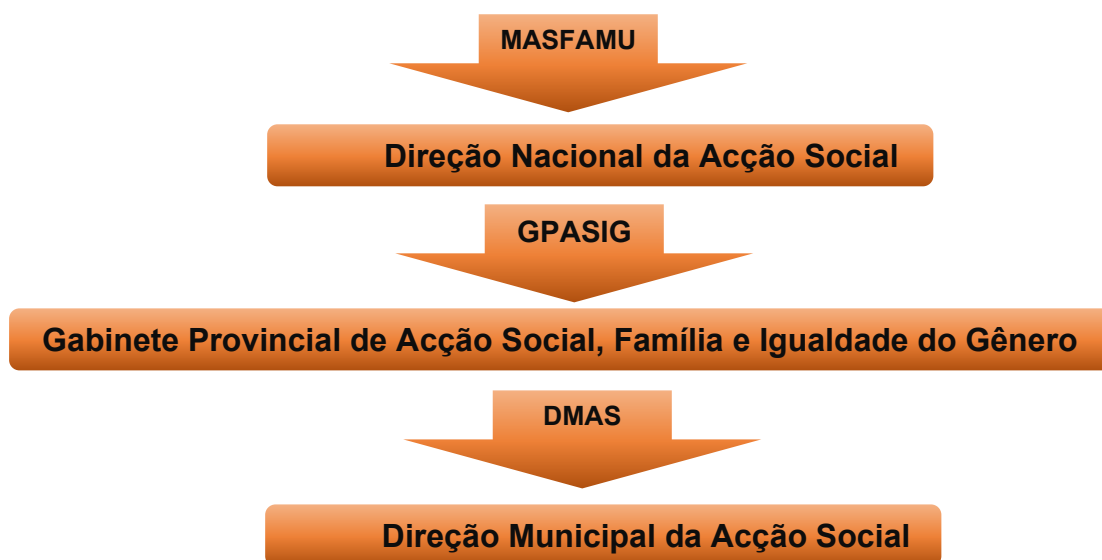
Ao nível governamental, o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) é o órgão central responsável pela coordenação da Acção Social, legitimada através da Política Nacional de Acção Social (PNAS), pelo Decreto Presidencial n.º 37/21, de 8 de fevereiro de 2021, materializando, desta forma, o dispositivo de Base da Proteção Social que encontra o seu fundamento no *Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN)*, atualmente 2023-2027. Este plano, composto por um conjunto de políticas públicas, “tem como fundamento crítico, a gestão dos ciclos de crise do capitalismo – já que não existe capitalismo sem crise” (Mateus; Monteiro, 2021, p. 54).

É certo que – por se considerar a desigualdade social como o conjunto das condições de pauperismo, dos mais diversos níveis, geradas das contradições capital e trabalho na produção e expropriação da riqueza humana produzida – a materialização da PNAS exija a articulação de diferentes atores ministeriais. Por isso,

sua implementação integra o envolvimento de diferentes departamentos ministeriais. Sendo assim, a Acção Social, na sua materialização, chama à participação articulada dos diferentes Ministérios Públicos, no âmbito das suas atribuições. Nesse sentido, o Estado Angolano ao legitimar a emergência do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) – Ministério Público responsável pela Acção Social – pela abolição do anterior Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), coloca o atual Ministério, MASFAMU, a desempenhar o papel central de coordenador das *ações sociais*. Em suma, o que seria proteção social (Assistência Social, Política Social) se expressa como ações sociais e emergenciais de ajuda e filantropia e nisso, elegem-se os beneficiários pelo critério da *mais vulnerabilidade*, quanto mais vulnerável, “mais as chances de receber as ajudas” – dentre os pobres, portanto, elegem-se os miseravelmente pobres.

Segundo Monteiro (2022) é possível “identificar na formação social angolana um capitalismo escravista que não se preocupou em realizar o pleno emprego”, sendo por isso, incapaz de “garantir os direitos mínimos do trabalho assalariado”. Diante disso, se o Estado angolano não pode garantir os direitos mínimos à população em idade ativa, há alguma possibilidade real de garantir os direitos de assistência – legitimados na PNAS – à população em situação de vulnerabilidade, com destaque às pessoas idosas? Esta questão esperamos responder nas páginas subsequentes.

Ao nível da estrutura hierárquica, (Angola, 2021), a materialização da Acção Social encontra-se estratificada da seguinte forma:



A PNAS, enquanto dispositivo que norteia a Acção Social no país, tem como um dos objetivos gerais,

Estabelecer a plataforma integrada da Acção Social, a que denominamos Sistema Nacional de Acção Social, de forma a garantir aos indivíduos e agregados familiares em situação de vulnerabilidade ou carência um nível de vida digno, acesso aos serviços básicos, a efectivação dos seus direitos sociais, a redução dos riscos e dos efeitos negativos desses (Angola, 2021, p. 1757).

Essa política se assenta em 5 fundamentais eixos: Intervenções de Prevenção de Risco; Intervenções de Proteção dos Cidadãos em situação de vulnerabilidade; Intervenções de Promoção Social e Cidadania; Intersectorialidade, Multisectorialidade e Multidisciplinaridade das Respostas Sociais; Municipalização e Combate à Pobreza.

No âmbito da aplicação material, a PNAS destina-se aos seguintes segmentos populacionais: a) Crianças e jovens com necessidades especiais e em situação de risco social ou que vivem fora do núcleo familiar; b) **Pessoas idosas em situação de dependência física, económica, risco de exclusão social e ou isolamento**; c) Pessoas com deficiência; d) Pessoas com albinismo; e) Mulheres e raparigas em situação de vulnerabilidade, incluindo mães solteiras, mães chefes de famílias, viúvas e vítimas de violência; f) Reclusos e ex-reclusos em situação de risco social; g) Tóxico-dependentes; h) Pessoas que padecem de enfermidades crónicas e/ou em cuidados continuados de saúde; i) Refugiados e repatriados; j) Pessoas ou famílias vítimas de calamidades; k) Outros grupos sociais em condições de vulnerabilidade comprovada (Angola, 2021).

Segundo o decreto presidencial n.º 37/21, de 8 de fevereiro de 2021, a **Política Nacional de Acção Social** (PNAS), (Angola, 2021), compreende os seguintes serviços: a) Serviços Básicos de Acção Social; b) Serviços Especializados de Acção Social; c) Serviços Gerais de Acção Social.

Compreendem os Serviços Básicos de Acção Social os seguintes: a) Serviços de educação social, apoio e atendimento integral; b) Serviços de apoio à convivência familiar e da comunidade; c) Serviços de integração social e autonomização económica de famílias e comunidades; d) *Serviços de apoio social ao domicílio para os idosos e pessoas com deficiências*; e) Serviços de encaminhamento social, psicológico e pedagógico junto às comunidades.

Os Serviços Especializados de Acção Social estão subdivididos em dois, os Serviços de Média Complexidade e de Serviços de Alta Complexidade.

Nos Serviços de Média Complexidade encontramos os a) Serviços de mediação social, unificação e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; b) Serviços de abordagem social e acompanhamento de pessoas em situação de rua; c) *Serviços de controlo, tutela e proteção de crianças, mulheres vítimas de violência, pessoa idosas, pessoa com deficiência e outros segmentos da população que sejam vítimas de violência ou exclusão de qualquer outra natureza*; d) Serviços de apoio socioeducativo de menores em cumprimento de medidas de proteção social e prevenção criminal; e) Serviços de apoio socioeducativo para os reclusos, pessoas em liberdade condicional, prisão domiciliária e ex-reclusos; f) Serviços de desenvolvimento de infra-estruturas essenciais ao desenvolvimento humano, hospitais, outros equipamentos sociais e saneamento (Angola, 2021).

Os Serviços de Alta Complexidade compreendem os a) *Serviços de acolhimento institucional*; (no caso das pessoas idosas, temos os Lares de Assistência à Pessoa Idosa); b) Serviços de acolhimento tutelar e de colocação de menores em família substituta; c) Serviços de proteção e acolhimento em situações de calamidades públicas e de emergências; d) Serviços de apoio psicossocial.

Os serviços de Acção Social podem ser desenvolvidos em regime de agenciamento social, no âmbito das relações de cooperação e parceria com instituições privadas ou organizações de economia social e de solidariedade (Angola, 2021).

A nível do MASFAMU existem atualmente dois programas de intervenção social, que encontram o seu fundamento no PDN, esses programas são nomeadamente: Programa Integrado de desenvolvimento local e combate à pobreza e o Programa de promoção do género e empoderamento da mulher.

Ainda no que diz respeito à Acção Social em Angola, faz-se necessário destacar o **FAS- Instituto de Desenvolvimento Local**. O FAS- IDL

[...] é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada para auxiliar, proteger e contribuir na promoção de condições de Desenvolvimento sustentável participativo das populações mais pobres e/ou em situação de vulnerabilidade, através de Programas de combate à pobreza e estabilização económica, tal como se depreende das leituras dos artigos 1.º e 2.º do Decreto Presidencial n.º 317/20 de 17 de Dezembro (Angola, 2024, p. 2).

Ao nível da Acção Social, no FAS-IDL temos o “Programa Kwenda”, programa cujo foco consiste na proteção social não contributiva, ou seja, na Acção Social às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social. Este programa é financiado pelo Banco Mundial, com uma quantia avaliada em 320 milhões de USD e pelo governo angolano, com 100 milhões de USD disponibilizados pelo Banco Nacional de Angola (BNA). Este, teve o seu início em 2020, e inicialmente foi delineado até 2024, porém neste ano (2024) foi aprovado a sua continuidade, em até 2029, após a recente aprovação do Banco Mundial de um empréstimo adicional de 400 milhões de USD.

Este programa tem como principal objetivo: assistir as pessoas e famílias em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social no país. No âmbito da sua intervenção direciona-se às localidades com maior índice de pobreza e vulnerabilidade, com foco especialmente nas localidades rurais. Em Angola, a nível da Acção Social este é o programa que mais se destaca. Sendo assim, defendemos a ampliação do kwenda como política social, sendo estendida para todas as localidades de Angola, uma vez que até em lugares mais desenvolvidos (urbanos e suburbanos) também se encontram pessoas em situação extrema de pauperismo, e sobretudo, que o valor recebido pelos beneficiários seja atualizado tendo em conta o preço atual da cesta básica no país.

O kwenda está dividido em quatro (4) componentes, a citar: 1) Transferências Sociais Monetárias (TSM); 2) Inclusão Produtiva (IP); 3) Municipalização da Acção Social (MAS); 4) Reforço do Cadastro Social Único (CSU).

As transferências sociais monetárias consistem na concepção financeira de uma renda de 33.000 kwanza (valor abaixo de 50 USD), concedida trimestralmente às pessoas e famílias em situação de pobreza extrema e/ou vulnerabilidade social.

A componente da Inclusão Produtiva consiste na identificação e apoio às iniciativas económicas e produtivas das famílias e indivíduos, no quadro do autoemprego e da geração de renda.

A municipalização da Acção Social permite o acesso aos serviços de ação social nos municípios, ou mais próximos dos cidadãos, por intermédio dos Centros de Acção Social Integrado (CASI).

Reforço do Cadastro Social Único tem como premissa contribuir para a construção de uma base de dados que reúne informações dos cidadãos em situação de vulnerabilidade e/ou desproteção social.

Em Angola, no âmbito da assistência, não existe nenhum programa específico de Acção Social à pessoa idosa, o que existe são programas que visam assistir à população em situação de vulnerabilidade social, geralmente de forma imediata e/ou temporária, onde, desta maneira, no âmbito da aplicação material desses programas, são incluídas as pessoas idosas que se encontram em situação de extrema pobreza e/ou desigualdade social.

A título de exemplo, de 2018 a 2022 o MASFAMU desenvolveu o Programa de valorização da família e reforço das competências familiares. Este tinha como um dos objetivos “combater a pobreza extrema das famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade, através da atribuição de prestações, de carácter temporário, com vista a responder a problemas sociais pontuais ou de curto prazo”. No âmbito deste programa, foram “assistidas com cestas básicas” um total de 43.381 pessoas idosas em situação de desproteção social em todo o país (57% desse número pertence às mulheres idosas).

No atual PDN (2023-2027), na esfera do “Programa de Acção Social e Valorização da Família”, eixo 4, um dos objetivos deste consiste em “melhorar as condições de vida e salvaguardar os direitos dos idosos, especialmente dos que se encontram em condições sociais precárias” (Angola, 2023, p. 98). Para isso, o Estado angolano estabelece como prioridade o “reforço e promoção de políticas, investimento e apoio social para idosos”. Em vista disso, as ações a se realizar são as seguintes:

1. Implementar iniciativas e criar incentivos e alternativas para cuidados sociais que encorajem a protecção dos idosos (centros sociais, centros de dia, centros de apoio psicossocial e cuidados sociais domiciliários), especialmente dos que não têm apoio nem cuidados familiares;
2. Realizar acções de monitorização e acompanhamento das condições dos lares e qualidade de vida dos idosos nos lares;
3. Promover uma política de protecção social abrangente e realista para os idosos;
4. Promover o estabelecimento de fundos e planos de reforma privados;
5. Desenvolver incentivos fiscais para o investimento e donativos a instituições e lares para idosos;
6. Incentivar a construção e reabilitação de lares para a terceira idade, que apoiem o envolvimento dos idosos em actividades que os valorizem do ponto de vista cívico e social;
7. Realizar estudos sobre o custo diário de permanência do idoso nas instituições públicas, para melhor atribuição de financiamento;
8. Implementar campanhas para a disponibilização de cestos de alimentos essenciais a idosos, dando prioridade aos que se encontram na pobreza ou noutras situações de precariedade;
9. Promover a inclusão de

idosos em actividades sociais e culturais de âmbito local (Angola, 2023, p. 98).

Relativamente aos serviços de acolhimento institucional às pessoas idosas, o país dispõe de 18 Lares públicos de Acolhimento à Pessoa Idosa, onde 6 províncias (estados) não dispõem dessas instituições. Em Luanda, temos 1 lar de acolhimento, o nosso local de pesquisa. Sendo assim, “foram assistidas 4.438 pessoas idosas em lares de acolhimento”, durante os 5 anos de implementação do referido programa (Angola, 2024).

Às pessoas idosas em situação de vulnerabilidade identificadas em algumas comunidades, segundo o MASFAMU (Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher), foram assistidas um total de 3.225 em 8 Províncias, no ano de 2022, grande parte dessa assistência foi para o sexo feminino, 53% (Angola, 2023). Sendo assim, uma vez que “não são as ideias que condicionam a realidade objetiva”, porém o inverso, “é a realidade objetiva que condiciona as ideias”, a realidade objetiva angolana nos traz à tona que a Proteção Social de Base (destinada aos segmentos idosos em situação de dependência física, económica e/ou de isolamento) se materializa através da prática de assistencialismo, onde o Estado angolano promove uma articulação das diferentes instituições com primazia às famílias, – geralmente desempenhado por mulheres – no cuidado e proteção social às pessoas idosas. Por isso, a Acção Social às pessoas idosas mais vulnerabilizadas nas comunidades geralmente se materializa através de ações de entrega de bens alimentares não perecíveis (cestas básicas) de forma ocasional e/ou emergente ou em transferências sociais monetárias por tempo determinado como é o caso da componente das Transferências Sociais Monetárias do programa Kwenda. Portanto, as pessoas idosas são assistidas no âmbito dos programas de combate à fome e à pobreza. É diante dessa lógica, que considera a proteção social como encargo público, dispêndio de recursos, e por isso, a redução do intervencionismo estatal, que Sposati (2013, p. 656) afirma que

A lógica da sociedade do capital é antagônica à proteção social por considerá-la expressão de dependência, e atribui às suas ações o contorno de manifestação de tutela e assistencialismo, em contraponto a liberdade e autonomia que, pelos valores da sociedade do capital, devem ser exercidas pelo “indivíduo” estimulando sua competição e desafio empreendedor.

Segundo a ideologia dominante, a situação de dependência do sujeito que demanda por proteção social tem as suas raízes no próprio sujeito, já que este não é

capaz de prover sua própria autonomia. Como forma de reduzir o papel do estado no estancamento das desigualdades socialmente produzidas, a tendência é de estimular a autonomia dos beneficiários pela ideologia do empreendedorismo. O beneficiário, portanto, “deve ser treinado para exercer alguma ocupação rentável, deve se submeter a um processo socioeducativo pautado no domínio de procedimentos ocupacionais como cursos de docinhos, salgadinhos, pizza, manicure, depilação, entre outros” (Sposati, 2013, p. 658).

Não é por mero acaso que o programa integrado de combate à fome e a pobreza, em Angola, incentiva os beneficiários às ações de autoemprego e geração de renda, e mais, que as instituições de acolhimento às pessoas idosas em Angola, geralmente recebem doações de grupos filantrópicos, e no caso do Beiral, por exemplo, o jantar é fornecido por uma instituição privada, de segunda à sábado, e aos domingos as pessoas idosas institucionalizadas não têm acesso ao jantar, uma vez que essa empresa não fornece a janta nesse dia específico. Desta feita, “o Estado perde a primazia e passa a ser um organizador da rede de cuidados, e não o principal ofertante desse cuidado e das condições para o realizar”, portanto, um mero regulador e organizador das parcerias” (Teixeira, 2024, p. 20).

Talvez seja por toda a situação de desproteção social vivenciada pelas pessoas idosas da classe trabalhadora subalterna, da qual os/as nossos/as participantes da pesquisa fazem parte, que levou Gonga e Rocha (2019, p. 5) afirmarem que “**Angola não é para velhos**”. Estes fundamentam sua afirmação dizendo que, “sendo um país jovem, seria de esperar que as políticas fossem direccionadas para o desenvolvimento da maioria jovem e criança”. Não obstante a isso, “percebe-se que estes nem sempre são os principais beneficiários ou alvo prioritário do Estado. E se a maioria não é, o que restará então, à minoria, os idosos que são pouco mais que 2% da população Angolana?”.

No que diz respeito às condições dos lares de acolhimento à pessoa idosa, “pode-se tomar como exemplo os relatos, infelizmente comuns que chegam do Beiral, [...]”. Observam-se “queixas de maus-tratos, carências afectivas, alimentares e de cuidados básicos e específicos, número insuficiente de auxiliares e ausência de médico” (Gonga; Rocha, 2019, p. 5)).

Concernente à Assistência à Saúde às pessoas idosas, a Estratégia Nacional para a Implementação da Política para a Pessoa Idosa legitima a necessidade da

criação de unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social para o atendimento das pessoas idosas, porém em todo o país não existe nenhuma unidade de geriatria de referência. As pessoas idosas são atendidas nos hospitais públicos existentes e, geralmente, por um/uma médico/a geral. Esse mesmo decreto presidencial, 179/12 de 15 de agosto de 2012, faz referência à necessidade da prioridade no atendimento das pessoas idosas nos estabelecimentos de saúde, porém, a realidade objetiva demonstra que a prioridade no acesso à saúde geralmente é dada tendo em conta o nível de gravidade da situação de doença do indivíduo, sendo criança, adolescente, jovem, adulto ou pessoa idosa. Com isso, queremos dizer que, normalmente, nas unidades de saúde não existe prioridade para as pessoas idosas, as pessoas são priorizadas ou não tendo em conta a gravidade da sua situação de doença.

As dificuldades no acesso aos serviços de saúde pela população, com ênfase na população idosa, criadas pela precarização e mercadorização dos serviços para a valorização do capital, contribuem diretamente na velhice doentia, com condicionamentos, intensificando muitas vezes situações de doenças adquiridas.

O sistema de saúde em Angola é débil. Tem-se a malária como a doença com maior incidência e maior causa de mortalidade (57,3%), seguido do traumatismo por acidente rodoviário (10,7%), (Angola, 2019, p. 32), o cenário é marcado também pela existência de doenças respiratórias agudas que constituem (11,5%). É imperioso salientar que de acordo com o INE (Angola, 2019) o número de unidades sanitárias privadas é maior do que as unidades públicas, lembrando que estamos nos referindo a um país onde mais da metade da população não tem acesso ao registo civil, habitação, eletricidade, água potável (Angola, 2020), onde 80,5% da população vive do trabalho informal e/ou desprotegido (Angola, 2024), e 32,30% da população se encontra em situação de desemprego (Angola, 2024). Por conseguinte, a realidade objetiva traz à tona a lógica desse sistema mercantil, na medida em que há uma gritante precarização dos serviços públicos de saúde com fim último de obrigar a população a recorrer aos serviços privados (mercado) valorizando a sua acumulação. Ora, ao se precarizar os serviços públicos de saúde, precariza-se e se condiciona a vida do trabalhador, uma vez que é a classe trabalhadora que depende desses serviços.

Em Angola, apesar de existir a Lei de Bases do Sistema Nacional de Saúde, Lei nº 21-B/92 de 28 de agosto de 1992, que ratifica o acesso universal da população aos serviços de saúde, até ao momento, não existe uma política de cuidados, tampouco discussões sobre a necessidade da existência da mesma. Não obstante a existência da política acima citada, da Política para a Pessoa Idosa e da Estratégia Nacional para Implementação da Política para a Pessoa Idosa, que reconhecem a necessidade de intervenção social e pública aos segmentos idosos em situação de dependência, através dos direitos consagrados, as mesmas políticas individualizam e particularizam os cuidados do/a idoso/a para ele/a mesmo, – “os cidadãos são os primeiros responsáveis pela sua saúde, individual e coletiva, tendo o dever de a defender e promover” (Angola, 1992) – e quando este/a já não é capaz de garantir o autocuidado essa tarefa é assumida pelas famílias, geralmente pelas mulheres.

A Proteção Social de Base, embora legítima, no âmbito da aplicação pessoal, à proteção social aos “idosos em situação de dependência física e económica e de isolamento”, no domínio da saúde, por exemplo, não existe, no país, a *atenção domiciliar* aos pacientes que possuam algum problema de saúde e estejam impossibilitados fisicamente de se locomoverem às unidades de saúde. A família, portanto, geralmente, assume a responsabilidade de locomover, de alguma forma, a pessoa idosa até uma das unidades de saúde para ter acesso à assistência médica e medicamentosa. No que diz respeito à assistência medicamentosa, apesar de estar legitimado o acesso à assistência médica e medicamentosa para as pessoas idosas, grande parte desse segmento populacional não tem acesso à medicação gratuita, se verificando, assim, uma acentuada precarização dos serviços públicos de saúde para estimular a população a recorrer ao mercado, cujo fim último consiste na valorização do capital para sua acumulação. Nas unidades públicas de saúde, em Angola, quase nunca há fármacos disponíveis para assistir à população, nem mesmo para os/as idosos/as em situação de dependência e com doenças crônicas e/ou degenerativas.

Por isso, concordamos com Behring e Boschetti (2016), quando afirmam que a proteção social é, essencialmente, destinada aos indivíduos assalariados, aqueles que detêm força de trabalho ativa para a valorização do capital e que estejam inseridos no sistema de produção. Essa proteção social, portanto, serve apenas para fazer a manutenção da força de trabalho, que precisa se manter viva para ser

permanentemente explorada e transformada em riqueza acumulada, e aos desprovidos dessa mercadoria é destinado apenas o mínimo de sobrevivência.

4. PERFIL SOCIOECONÔMICO E EPIDEMIOLÓGICO DA PESSOA IDOSA RESIDENTE NO LAR DE ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA, BEIRAL-LUANDA

Este capítulo faz referência ao segundo – (conhecer o perfil socioeconômico e epidemiológico da pessoa idosa residente no Lar de Assistência à Pessoa Idosa, Beiral- Luanda) – e ao terceiro objetivo específico (interpretar o perfil socioeconômico e epidemiológico da pessoa idosa residente no Lar de Assistência à Pessoa Idosa, Beiral tendo em conta a dinâmica social do trabalho na sociedade angolana), cuja base foi a nossa pesquisa de campo, auxiliada pela pesquisa documental e bibliográfica.

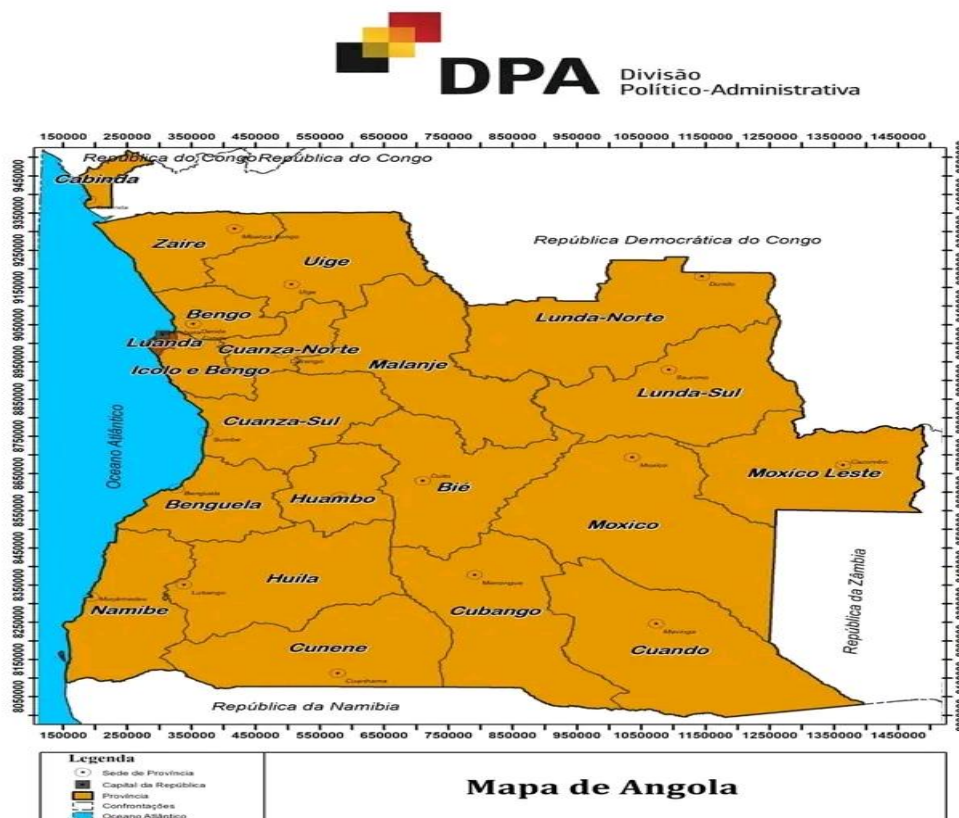
Este capítulo foi organizado em três momentos. Por se tratar de uma pesquisa realizada em âmbito internacional, o primeiro momento aborda sobre a contextualização geográfica do espaço da pesquisa – o país Angola – e sobre a caracterização da instituição onde fizemos a pesquisa de campo – LAPI, Beiral em Luanda.

O segundo momento responde aos procedimentos metodológicos e às técnicas utilizadas para conhecer os perfis a que nos predispomos a pesquisar. Essa fase atende fundamentalmente à questão: como se alcançaram os objetivos específicos da nossa pesquisa. Cada objetivo, portanto, demandou recursos, estratégias e dinâmicas diferentes para a sua realização.

No terceiro momento organizamos e analisamos os dados bibliográficos e documental previamente pesquisados sobre o tema e os dados empíricos levantados no campo, para descrever o significado histórico do perfil socioeconômico e epidemiológico das pessoas idosas residentes no Beiral.

4.1. Contextualização geográfica de Angola: espaço da pesquisa

Figura nº 1: Divisão político-administrativa de Angola



Fonte: Jornal de Angola, edição de 14 de agosto de 2024.

A presente pesquisa foi realizada em Angola. A República de Angola fica localizada na costa ocidental da África Austral (Subsariana), a sul do Equador, ou seja, na África Central. O território é delimitado a norte e a nordeste pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico.

A palavra Angola é uma adaptação dos colonialistas portugueses. Esta deriva do vocábulo “Ngola”, termo derivado do Kimbundu, uma das línguas nacionais angolanas. O termo “Ngola” era utilizado para designar o rei do reino do Ndongo (Ngola Kiluanje), região norte do país.

O país – Angola – foi colonizado pelos portugueses, quando invadido pela primeira vez por Diogo Cão em 1482, mas foi considerado colônia portuguesa somente em 1575 com a posterior invasão do colonialista português, Paulo Dias de Novais, à cidade capital do país, Luanda. O mesmo país possui uma superfície de 1.246.700km². A sua população está estimada em 34.094.077 em habitantes (INE,

2024). Angola está constituída por 21 províncias (estados); 326 municípios e 378 comunas, de acordo com a nova lei político-administrativa (Lei 14/24, de 5 de Setembro), que entrou em vigor em janeiro de 2025.

Os portugueses depois de invadirem Angola, outrora designado “reino do Ngola”, tomaram à força o território e instalaram o seu governo. O governo colonialista português, para garantir a contínua exploração e escravização dos angolanos, oficializaram o português como idioma, língua oficial do país, não obstante a isso, os angolanos autóctones, antes da chegada dos portugueses, já falam línguas como:

- **Umbundu**, falado pelo grupo etnolinguístico ovimbundu (parte central do país), compreendem as províncias (estados) de Huambo, Bié e Benguela;
- **Kikongo**, falado pelo grupo etnolinguístico bakongos, povo da zona norte do país (Uíge, Zaire, Cabinda e uma parte do Cuanza-Norte);
- **Côkwe**, falado pelos povos do leste de Angola, compreendem as províncias do Lunda-Norte, Lunda-Sul, Moxico e uma parte do Bié;
- **Kimbundu**, falada pelos ambundos, povo da região centro-norte do país (Luanda, Malanje, Bengo, Cuanza- Sul e Cuanza-Norte e uma pequena parte do Uíge);
- **Mbunda**, é falado pelo povo Ganguela, localizados na província (estado) do Moxico e na região sudoeste do país;
- **Kwanyama e Ovambo**, esta última é falada pelos povos ovambos, grupo sociolinguístico existente principalmente na província (estado) do Namibe, e uma parte significativa na província do Cunene. A língua ovambo é falada em dialeto ¹⁰ próprios de diversos subgrupos. O subgrupo de maior destaque é o dos Kwanyamas, este que usa o dialeto kwanyama.

Vale ressaltar que, além das línguas supracitadas, em Angola, ainda existem outras línguas nacionais.

¹⁰ Dialeto é uma variante linguística, ou seja, a forma como uma determinada língua é realizada numa região específica, pertencente a outra região maior, da mesma língua.

Reza a história que o contato dos povos originários angolanos com a língua portuguesa deu-se, desta maneira, pela primeira vez em 1482, na altura da primeira invasão dos colonialistas portugueses na foz do rio Zaire, região pertencente à República de Angola.

Depois da expulsão do governo colonial português de Angola, que culminou com a independência do país em novembro de 1975, – foram mais de 400 anos (1575-1975) de exploração do angolano, trabalho servil e/ou escravizado – o governo de Angola, já sob a posse dos angolanos, oficializou o português como o idioma da República Democrática de Angola, outrora República Popular de Angola, em 1975.

O artigo 19º da atual Constituição da República Democrática de Angola, no seu I Título, sobre os Princípios Fundamentais, diz que: 1. “A língua oficial da República de Angola é o português” (Angola, 2022).

Não obstante a isso, o Estado, vai mais longe ainda, no ponto número 2 do mesmo artigo, dizendo o seguinte: 2. “O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional” (Angola, 2022).

Desta feita, Angola torna-se um país plurilíngue, pelo fato de existirem diversas línguas, embora tendo o português como língua oficial, as outras línguas são de igual modo faladas nas comunidades ou região específica de determinada língua.

4.1.1. Caracterização da instituição: campo de pesquisa

O Lar de Assistência à Pessoa Idosa- Beiral foi fundado pelo governo colonial português sob tutela do ex-Instituto de Assistência Social da Província de Luanda, a 13 de maio de 1953, com a finalidade de albergar pessoas idosas portuguesas que foram funcionários da administração pública em Angola, no período colonial, e que estavam em situação de aposentadoria para que os seus subsídios fossem dados à favor da instituição.

Após a Independência de Angola (novembro de 1975), a instituição passou a ser tutelada pela Secretaria da Assistência dos Assuntos Sociais, que atualmente se denomina MASFAMU (Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher), passando, depois desse período, a ser residido por pessoas idosas angolanas e/ou residentes no país. A instituição localiza-se no bairro da Terra Nova, distrito urbano do Rangel, província de Luanda, Angola.

O lar é uma resposta social que visa proteger e prestar serviços permanentes ou temporários às pessoas idosas, que se encontram em situação de desproteção social e sem capacidade – econômica, física e mentalmente – de se autossustentarem. O mesmo lar recebe pessoas acima dos 55 anos de idade para o sexo feminino e 60 anos para o sexo masculino. O lar tem capacidade para albergar cento e cinquenta (150) pessoas idosas, mas devido à instabilidade política, econômica e social, sobretudo, no país, houve momentos em que albergou mais do que a sua capacidade.

O Beiral (Angola, 2024), conta com uma estrutura organizacional de 64 pessoas trabalhadoras. Relativamente às funções:

- A diretora tem as funções de dirigir, coordenar e orientar os serviços e velar pelo seu bom nome e eficiente funcionamento;
- A assistente Social presta aconselhamento e acompanhamento social aos utentes e tenta promover a participação e autonomia dos utentes;
- O psicólogo procede a um acompanhamento psicológico regular a todos os idosos que apresentem vulnerabilidade emocional, depressão, perda de memória e em todas as situações que o justifiquem;
- O médico deve realizar consultas aos usuários (utentes) no lar, mantendo organizado e atualizado o processo clínico do utente, devendo ainda articular-se com médicos de especialidade em caso de necessidade;
- O enfermeiro gere e controla a medicação dos usuários;
- Os vigilantes procedem ao acompanhamento dos usuários no lar e cuidam da sua higiene e conforto diário, recolhendo, distribuindo e arrumando as roupas dos usuários, ministrando aos usuários a medicação prescrita pelo médico, certificando-se sempre da sua toma efetiva;
- O economato faz a recepção e conferência de material, bem como o respectivo inventário e a organização da zona de despensa/armazém consoante o tipo de produtos;
- Os/As cozinheiros/as preparam e confeccionam as refeições, distribuindo-as aos usuários, procede à limpeza da cozinha e suas dependências;
- Os/as trabalhadores/as da lavandaria procede à recolha, lavagem, tratamento e entrega da roupa; os trabalhadores da limpeza procedem à limpeza, higiene e arrumação de toda a instituição;

- O jardineiro promove a criação e tratamento das áreas verdes.

A instituição apresenta uma área total de cerca de 36000 m². Possui um posto médico com enfermeiros em escala permanente, um técnico de laboratório, um farmacêutico e um médico de clínica geral.

O saneamento básico é da responsabilidade da empresa Elisal. O lar possui um reservatório de água com a capacidade de 75000 litros, sendo a distribuição no interior da instituição feita por gravidade. Funciona por meio de bomba que utiliza um gerador com combustível, todavia a instituição relata que muitas vezes não dispõe de meios econômicos para adquirir o combustível, pelo que é necessário acarretar a água em baldes. Possui uma lavandaria com máquinas de lavar e engomadeiras que tratam da roupa dos/as idosos/as. O lar tem um refeitório que serve aos/às idosos/as três refeições por dia (café da manhã, almoço e jantar).

Para ocupação dos tempos livres das pessoas idosas, o lar promove atividade de jardinagem, realiza atividades de recreação e organiza eventos sociais. No interior da instituição existe uma sala de trabalho com as seguintes atividades: alfaiataria, bordados, costura, sapataria, artesanato, música, teatro e pintura.

O lar conta com o apoio social vindo essencialmente de Organizações Não Governamentais (ONGs), Igrejas e pessoas singulares. Esse apoio é traduzido sob a forma de vestuário, bens alimentares e material consumível à nível da instituição. No entanto, este apoio conjuntamente com a verba estatal atribuída, tem-se revelado, muitas vezes, insuficiente para suprir todas as necessidades do Lar (Angola, 2024).

4.2. Procedimentos Metodológicos

Consideramos a metodologia de pesquisa científica como condição que orienta a produção de conhecimento, torna ativo o papel do pesquisador no processo de investigação e dá sustentabilidade ao processo de construção de conhecimento. Nesse contexto, a importância das metodologias não se cinge apenas na orientação do trabalho, mas também na construção científica de todo o conhecimento. Para Marconi e Lakatos (2007, p.17),

A metodologia nasce da concepção sobre o que pode ser realizado e a partir da tomada de decisão fundamenta-se naquilo que se afigura como lógico, racional, eficiente e eficaz, os procedimentos metodológicos compreendem o

tipo de pesquisa, as técnicas de recolha de dados, a apresentação, discussão e análise dos resultados.

Quanto à lógica da pesquisa, o estudo foi norteado pelo método dialético materialista-histórico sendo que dessa forma nos permitiu compreender a dinâmica e as contradições do perfil socioeconômico e epidemiológico da pessoa idosa residente no LAPI, Beiral em Luanda, ou seja, compreender o processo de envelhecimento e velhice da pessoa idosa no LAPI. O referido método admite apreender a estrutura da realidade social

[...] como uma totalidade concreta, uma unidade na diversidade, um complexo constituído de complexos subordinados que a razão deve reconstruir mediante as mediações, desvendando os processos, nos quais o objeto está inserido, reconstruindo seu movimento, suas relações reais e histórias, em suma, a lógica imanente ao objeto. (Teixeira, 2009, p. 66).

Na mesma senda, Tonet (1995, p. 7), afirma que,

A categoria da totalidade, pois, que Lukács afirma ser a nota distintiva do método marxiano – não por acaso um ontométodo – não é construto mental, uma categoria puramente lógica, mas uma categoria, uma característica essencial da própria realidade.

Trata-se de uma pesquisa explicativa, com a finalidade de analisar e interpretar o fenômeno social estudado a partir dos seus condicionantes e/ou determinantes. Quanto à natureza, caracteriza-se por uma pesquisa aplicada ou prática, de abordagem quali-quantitativa.

Quanto aos procedimentos técnicos, estamos diante de uma pesquisa de campo, subsidiada pela pesquisa bibliográfica e documental.

O estudo envolveu numa primeira etapa a pesquisa bibliográfica, através de consulta de material já publicado sobre a temática. Dentre esses materiais fizeram parte: livros, revistas, publicações em periódicos, artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses e material cartográfico, com o objetivo de nos colocar em contato direto com o conteúdo já publicado a respeito do assunto pesquisado.

Na segunda etapa fizemos recurso a pesquisa documental, buscamos, assim, materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, como a Constituição da República de Angola, as Políticas de Proteção Social à pessoa idosa e os normativos jurídicos do LAPI/Beiral em Luanda.

No que diz respeito a população e amostra, a primeira – população – é definida como um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características. Comumente fala-se de população como referência ao total de habitantes de determinado lugar (Gil, 2008, p. 89), ao passo que a amostra, segundo Marconi e Lakatos (2007), é uma porção, ou parcela, selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo. Sendo assim, o LAPI-Beiral conta com uma população de 146 pessoas idosas residentes, como amostra tivemos um total de 20 pessoas idosas das 21 previamente selecionadas pelo critério de exclusão e inclusão. A exclusão de uma pessoa anteriormente selecionada deveu-se ao fato de identificarmos, no campo, que esta não se encontrava em condições para responder aos nossos questionamentos, pois possuía dificuldade na fala.

Quanto aos critérios de inclusão e de exclusão, estes, são condições ou características que determinam se um indivíduo é elegível ou excluído para participar de uma pesquisa. No âmbito da nossa pesquisa, os indivíduos que não apresentaram as condições abaixo mencionadas, foram excluídos de participarem da pesquisa.

- a) Ter 60 ou mais anos de idade;
- b) Ser idoso/idoso residente no LAPI- Beiral, Luanda;
- c) Não ter dificuldade na fala;
- d) Não ter nenhum tipo de doença mental.

Sendo assim, a nossa amostragem se classifica como sendo não probabilística intencional ou por julgamento uma vez que os critérios de inclusão e exclusão, previamente selecionados, retiraram a possibilidade de todos terem a mesma chance de serem selecionados na amostra.

Os critérios de exclusão, principalmente, foram previamente pensados, pois a inclusão deles poderiam causar alguma interferência na recolha de informações, tendo em conta o reduzido tempo que tivemos para a realização da pesquisa de campo.

Por exemplo, uma pessoa idosa com dificuldade na fala poderia dificultar na recolha das informações, visto que a técnica de recolha de dados definida é a entrevista. Da mesma forma que uma pessoa com algum tipo de doença mental podia apresentar risco à pesquisa, no sentido de nos trazer informações que não

correspondem com a realidade, mas expressões de alucinações mentais, por exemplo.

Para a seleção da amostragem se teve o auxílio da Assistente Social residente no LAPI, Beiral. Contatou-se a mesma, em fevereiro do ano de 2024, a fim de sabermos quantas pessoas, dentro do universo ou da população idosa residente na instituição estavam incluídos na pesquisa, tendo em conta os critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. Sendo assim, com ajuda da mesma, selecionou-se os/as sujeitos/as da pesquisa, que se expressam no trabalho como amostra.

Enquanto procedimentos éticos, cabe registrar que o projeto de pesquisa foi encaminhado para análise ao Comitê Ético de Pesquisa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP-Câmpus de Franca, tendo sido aprovado (Anexo A) uma vez que respeitou as normas éticas para estudos envolvendo seres humanos, nomeadamente a preservação da identidade dos/as sujeitos/as. Neste caso, os/as participantes foram questionados sobre a forma como queriam ser identificados no estudo.

Antes da realização da entrevista individual, houve um momento com todos os/as participantes onde se fez a apresentação dos objetivos do estudo e sua relevância. Depois de todo esclarecimento, o momento culminou com o consentimento dos/as participantes para prossecução da entrevista. O termo de consentimento, livre e esclarecido (Apêndice B), foi lido pela íntegra na presença de todas as pessoas idosas participantes da pesquisa, e de forma oral todas elas concordaram com a realização das entrevistas.

O projeto de pesquisa foi igualmente enviado à “Direcção Provincial da Acção Social, Família e Igualdade de Género de Luanda, pois a gestão e supervisão do LAPI-Beiral está sob tutela desta instituição, e somente depois de analisado e aprovado é que foi possível a realização da pesquisa de campo (Apêndice C).

Para a definição da técnica de recolha de informações, foi utilizada a técnica de recolha de informações *Entrevista*, individual do tipo semiestruturada. Esta foi composta por perguntas abertas e fechadas de múltiplas escolhas.

A escolha da técnica deveu-se ao fato da maior parte dos/as participantes da pesquisa não saberem ler e escrever, desta feita, o instrumento de recolha de dados (guião de entrevista) contou com perguntas abertas expressando o perfil

socioeconômico dos sujeitos e perguntas de múltiplas escolhas que expressaram a parte quantitativa da pesquisa, ou seja, o perfil epidemiológico dos sujeitos. Esta técnica nos auxiliou a compreender a totalidade da realidade pesquisada, sendo que não basta analisá-la apenas pela sua dimensão qualitativa. A qualidade da realidade em suas dimensões quantificáveis garante maior possibilidade de captar os fenômenos e a essência que a constituem.

As entrevistas foram ouvidas e gravadas, com o consentimento dos/as entrevistados/as, e realizadas pela mestrandia Zurema Domingos Mutange e pelo Doutorando José Dias Mateus. Os pesquisadores deslocaram-se à instituição de pesquisa, LAPI-Beiral e individualmente entrevistaram os/as sujeitos/as da pesquisa.

O roteiro da entrevista foi estruturado com vista a obter informações que caracterizam as dimensões, social, econômica e epidemiológica dos/as nossos/as participantes da pesquisa (Apêndice A).

A análise dos dados foi feita pela pesquisadora, porém auxiliada pelo pesquisador José Dias Mateus. Na análise dos dados quantitativos foram utilizados instrumentos estatísticos (da estatística descritiva, utilizamos as frequências, relativa e absoluta) e, dessa forma, descrever as características da população estudada, identificando as associações entre as variáveis quantitativas predefinidas no instrumento de recolha de dados, guião de entrevista. A análise foi feita mediante utilização do software Excel 2013.

A maioria das pesquisas sociais desenvolvidas atualmente requer algum tipo de análise estatística. As técnicas estatísticas disponíveis constituem notável contribuição não apenas para a caracterização e resumo dos dados, como também para o estudo das relações que existem entre as variáveis e também para verificar em que medida as conclusões podem estender-se para além da amostra considerada (Gil, 2008, p. 160).

No tratamento (tabulação, apresentação ou digitação) dos dados foram utilizados critérios de seleção e/ou agrupamento de variáveis e indicadores.

Para a análise dos dados que exprimam a dimensão qualitativa da pesquisa, recorreu-se à técnica de análise hermenêutica-dialética.

A articulação da hermenêutica com a dialética é, portanto, um importante caminho para fundamentar pesquisas qualitativas, na medida em que é possível valorizar as complementaridades e divergências entre elas, dentre as quais podem-se destacar que: ambas trazem a ideia do condicionamento histórico da linguagem, das relações e das práticas; ambas partem do pressuposto de que não há observador imparcial; ambas questionam o tecnicismo em favor do intersubjetivismo da compreensão e da crítica; ambas

estão referidas à prática estruturada pela tradição, pela linguagem, pelo poder e pelo trabalho; ambas reúnem o poder para “aproximação da verdade” investigada (Alencar, Nascimento, Alencar, 2012, p. 245).

Segundo Guerra apud Mateus (2022, p. 92), a análise de dados qualitativos pela técnica de análise hermenêutica dialética conjuga a arte de compreender o sentido e/ou significado que a consciência dos/as participantes da pesquisa expressa, com a perspectiva histórica que revelam as vinculações concretas dos objetos em estudo, valorizando a historicidade, a contradição e a relação entre a base material e as representações da realidade.

A hermenêutica, do ponto de vista metodológico, “[...] busca de compreensão de sentido que se dá na comunicação entre seres humanos, tendo na linguagem seu núcleo central”. Para tal, ela “trabalha com a comunicação da vida cotidiana e do senso comum, considerando que o ser humano se complementa por meio da comunicação, sendo preciso compreender seu contexto e sua cultura” (Alencar; Nascimento; Alencar, 2012, p. 244).

A técnica hermenêutica dialética, “[...] busca entender os fatos, os relatos e as observações e apoia essa reflexão sobre o contexto histórico” social considerado este como contraditório em permanente mudança (Alencar; Nascimento; Alencar, 2012, p. 244).

A utilização desta técnica específica é fundamentada pela corrente de pensamento que orientou este estudo – o materialismo histórico-dialético – uma vez que se pretendeu apreender a totalidade concreta da realidade social pesquisada tendo como suporte as dimensões, objetiva e subjetiva, nas quais os/as sujeitos/as sociais se manifestam.

Mediante a técnica mencionada, a análise dos depoimentos foi feita obedecendo as seguintes fases:

- Por meio das gravações, organizou-se todas as informações recolhidas das entrevistas, mediante à transcrição das falas de forma individual. Nesse processo, para a preservação da identidade dos/as participantes, codificamos com identidades como P, e para fazer a distinção dos/as participantes acrescentamos ao “P” a numeração de forma crescente. Assim, P1, por exemplo, responde ao/à sujeito/a de pesquisa número 1, e assim sucessivamente.

- Nesta fase, organizamos as informações por categorias, assim, foram agrupados os dados que exprimem caráter quantitativo e o agrupamento das falas que exprimem a dimensão qualitativa se deu tendo em conta a semelhança, a relevância e a recorrência.
- Por último, na interpretação fizemos a análise das informações recorrendo e estabelecendo relações com os dados oficiais e o referencial teórico.

Os depoimentos obedeceram a essas estruturas de análise, de forma descritiva e foram apresentados em quadros de comparação e/ou relação.

4.3. Resultados da pesquisa: Perfil socioeconômico e epidemiológico da pessoa idosa no LAPI, Beiral- Luanda

Neste subitem estão apresentados os resultados da nossa pesquisa de campo. Na interpretação e discussão, procuramos fazer uma triangulação das informações resultantes das pesquisas documental e bibliográfica com os depoimentos dos/a nossos/as participantes da pesquisa, seguindo a lógica da teoria social crítica, já que esta considera a realidade como um “complexo de complexos” (Lukács, 2018), um composto de fenômeno e essência, portanto, “uma totalidade articulada” cujo fundamento é o trabalho (Tonet, 1995, p. 7).

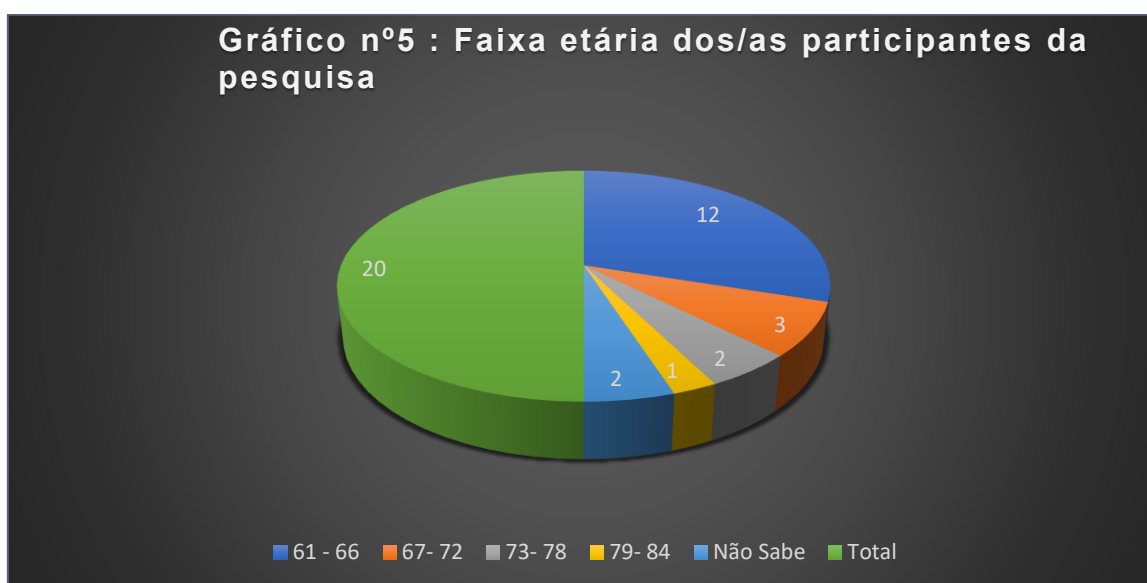
Embora consideramos, concordando com Marx (2013), que o concreto é síntese de múltiplas determinações, para os fins da nossa pesquisa, apreendemos três fundamentais perfis, que de alguma forma indicam que tipo de sociedade é a angolana, da mesma forma que podemos perceber que tipo de sociabilidade rege o mundo, pelas singularidades de cada contexto em sua relação com universalidade do modo de produção vigente, relação esta mediada pelas particularidades

4.4. Perfil sócio-familiar

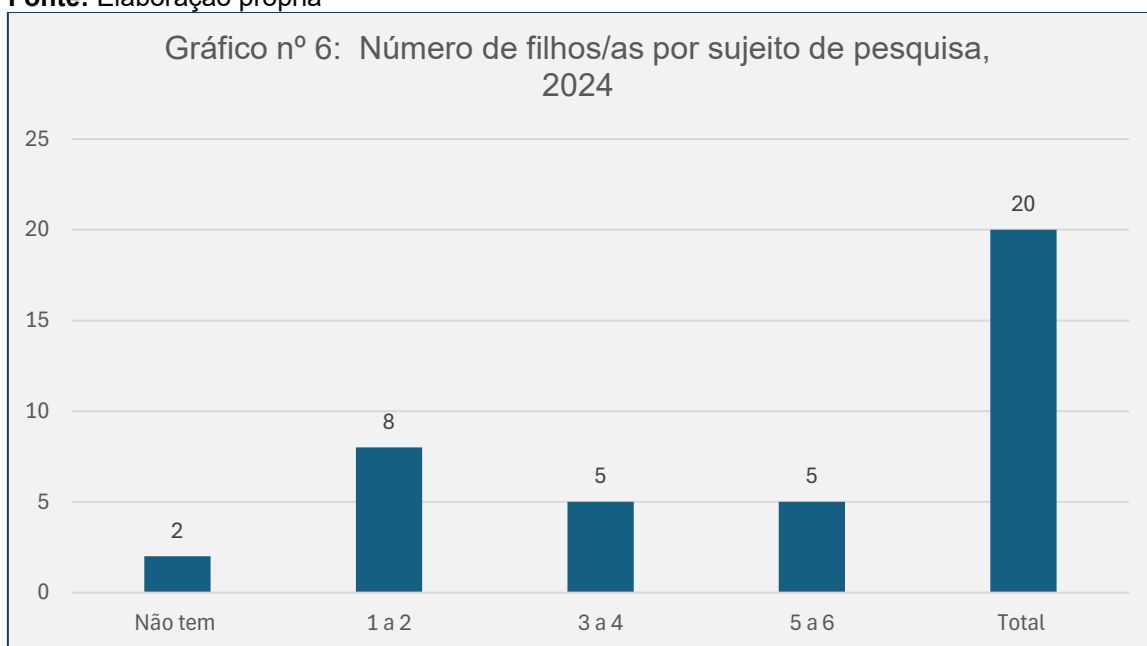
A categoria perfil neste espaço desempenha uma base para captar as particularidades que descrevem as dimensões social e familiar dos/as participantes da pesquisa, cujas subcategorias se expressam em idade, gênero, estado civil, tempo de estadia no Beiral, relação com os familiares e presença dos filhos na vida dos/as participantes da pesquisa, estado civil, cidade de origem, profissão, nível de escolaridade e curso profissional.

Essas características são resultados da totalidade social e familiar de cada sujeito residente no Beiral que participou desta pesquisa, sua importância reside no fato destas nos ajudarem a apreender as particularidades do fenômeno estudado. Assim, foram entrevistadas 20 pessoas idosas de uma população geral de 146 pessoas idosas residentes no Beiral, o número de participantes da pesquisa é justificado pelos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos: (a) ter 60 ou mais anos de idade; (b) ser idoso/idoso residente no LAPI- Beiral, Luanda; (c) não ter dificuldade na fala; (d) não ter nenhum tipo de transtorno mental.

4.4.1. Faixa etária, gênero, tempo de estadia no Beiral e família



Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito à idade, ao observarmos o gráfico nº 5, tivemos um intervalo de 5, partindo da idade mínima dos nossos sujeitos (61 anos de idade). Sendo assim, observa-se que 60% das pessoas idosas entrevistadas se encontram no intervalo dos 61-66 anos, ao passo que 15% encontram na faixa etária dos 67-72, 10% estão entre 73-78, 5% se encontram entre 79-84 anos e 10% desconhecem a sua idade. Estamos perante uma população em que grande parte dos elementos se encontram na fase inicial da velhice (61-66 anos).

Ao nos reportar sobre o número de filhos/as, vimos no gráfico número 6, que 40% das pessoas idosas entrevistadas por nós têm de 1 a 2 filhos, 25% têm de 3-4, outros 25% têm de 5-6 filhos/as e 10% não possuem nenhum filho/a vivo/a, e outra informação que chamou a nossa atenção é que grande parte dessas pessoas tinham “filhos”, ou seja, “homens”. Isso chamou a nossa atenção porque na sociedade vigente “o cuidado foi responsabilizado à figura da mulher”, sendo assim, notamos que grande parte das pessoas idosas que não tinham mulheres (normalmente filhas) nas suas famílias, recorreram ao Beiral exatamente porque a figura da mulher está ausente, logo, responsabilidade do cuidado passou para essa instituição.

Em Angola, a ideologia do familismo é bastante acentuada, está legitimada inclusive na Política para Pessoa Idosa. O familismo nos remete ao modelo conservador, onde o “Estado atua com base na cidadania estratificada, ancorado na inserção formal no mercado de trabalho, e de forma subsidiária para o restante da população, quando a família falha nas suas funções básicas de assistir, cuidar e garantir sobrevivência” (Esping-Andersen apud Teixeira, 2023, p. 23).

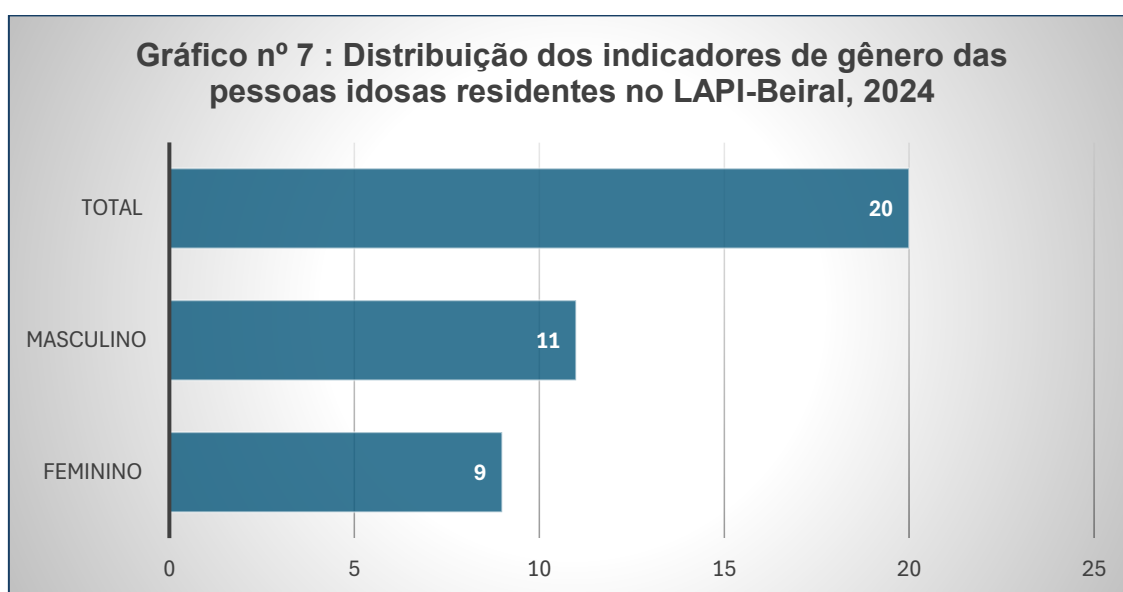
Estamos diante de uma população que não tem acesso à proteção social obrigatória (destinada aos trabalhadores inseridos no formal), por não ter se inserido no trabalho formal, cujas famílias não conseguem garantir sua subsistência. Como nos ensina Teixeira (2023, p. 23, grifos nossos),

O familismo se caracteriza como uma tendência da política social de esperar, incentivar, e fortalecer o papel da família na proteção social, o que amplia as responsabilidades familiares e gera sobrecarga, ao manter as expectativas de sua participação na provisão do bem-estar e da proteção dos seus membros.

Marcado pela racionalidade neoliberal e conservadora, a inserção formal do trabalho, em Angola, é a principal forma de acesso à proteção social. Assim, o Estado angolano assiste de forma mínima e temporária parcelas de um conjunto de pessoas

em situação de vulnerabilidade social, e no nosso caso concreto, pessoas idosas que se reproduziram mediante trabalho informal e já não conseguem, nem elas tampouco sua família, manter sua sobrevivência.

A provisão de assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade em Angola é caracterizada pela pluralidade precária, emergencial e temporária de bem-estar.



Fonte: Elaboração própria

O gráfico nº 7 demonstra que dos 100% das pessoas idosas residentes no LAPI entrevistadas por nós, 11 são do gênero masculino e 9 do gênero feminino. Aqui é importante referenciar que apesar da nossa amostra demonstrar um número inferior de mulheres em relação aos homens, no seu universo, o Beiral é constituído grande parte por mulheres. Essa universalidade traz à tona a posição da mulher no processo de (re)produção material e espiritual da riqueza humana, não deve ser coincidência, por exemplo, que nessa sociabilidade a mulher (negra) na pirâmide das desigualdades sociais ocupa a base desta. Sendo assim, essa posição denuncia a condição de subalternidade vivenciada por essas pessoas nesse sistema de produção.

Segundo o INE (2020, p. 59), em Angola, “há mais mulheres desempregadas, ou seja, pelo menos 30,6%. “[...] No caso de Angola, devido a particularidade de hábitos e costumes (patriarcais), as mulheres estão mais expostas a práticas limitadoras da sua autonomia e liberdade”. Além dos costumes patriarcais que é

predominante em Angola, o INE não admite, e não pode, por causa da perspectiva de classe, que a razão dessa desigualdade social encontra o seu fundamento no ato fundante do trabalho. Numa sociabilidade onde a força de trabalho é vista como mercadoria que viabiliza a produção no sentido da acumulação, e a produção é dominada por homens, a posição da mulher subordina-se, geralmente, à função “reprodutora” desta. Segundo o INE “[...] ao nível nacional a maioria das pessoas empregadas encontra-se no emprego informal 80,5% das quais 72,2% entre homens e 88,5% entre mulheres” (Angola, 2024, p. 13).

Em Angola, “[...] 19% das mulheres chefes de agregados familiares, não possui nenhum nível de escolaridade, ao contrário de 24,4% para os homens chefes dos agregados familiares. Contrariamente ao gênero feminino, “20,1% dos homens chefes de agregados familiares possuem o nível secundário ou o superior, ao passo que as mulheres ficam em apenas 3,5%” (Angola, 2020, p. 14).

Na realidade angolana, fatores como capacidade econômica de prover a reprodução da família e o sexo são decisivos na liderança do agregado familiar. Sendo assim, grande parte dos agregados familiares são chefiados por homens, segundo o Instituto Nacional de Estatística (Angola, 2020, p.15) “este facto pode estar associado ao simbolismo do patriarcalismo, associado aos homens, em detrimento das mulheres”. Pois, “[...] geralmente, nos casos em que mesmo que o homem não trabalhe ou, até, não resida na residência do agregado, (por exemplo pelo facto de possuir outra relação afectiva) é indicado como chefe do agregado”. Segundo nosso entendimento, o patriarcado precede ao modo de produção capitalista, porém com o advento deste modo de produção o patriarcado ganha novas configurações, implicando a separação do momento produtivo e reprodutivo (reprodução social) do capital. Com emergência da industrialização separou-se

[...] **a fábrica, local de produção de valor** – que produz valor novo, essencial, no capitalismo, para a produção da mais-valia –, **do domicílio, local de reprodução da vida** – em que se reproduz, não se cria valor novo, não se extrai mais-valia. Ao separar esses mundos, valorizando moralmente o mundo da produção e tornando o da reprodução ideologicamente desvalorizado, o capital garantia ambos, enquanto dividia ao meio a classe trabalhadora entre homens e mulheres, e não remunerava as essenciais tarefas de reprodução. O trabalho da mulher continuava a existir, mas subsumido pelas atividades exercidas pelo homem fora de casa. Essa separação em que às mulheres coube a casa – excluídas, assim, da economia dominante, isto é, do sistema de assalariamento – reforça a opressão por meio desta nova dependência econômica (Souza, 2015, p. 479, grifos nossos).

A autora continua dizendo que,

No campo, mesmo com a divisão sexual do trabalho, o resultado deste era comum, não havendo a separação entre os frutos de acordo com a atuação de cada um, homem ou mulher. **Quando a industrialização promove a saída dos homens para o trabalho assalariado, fora de casa, e já que a terra não mais garantia sua subsistência, a renda conseguida pelo homem sustentaria todos, criando-se uma relação de dependência econômica de novo tipo, que reforça ainda mais a opressão sobre as mulheres.** Portanto, se antes da industrialização todos dependiam da terra, com o advento da industrialização mulheres e crianças passam a depender do homem (Souza, 2015, p. 479, grifos nossos).

Com isso, é possível apreender que apesar do patriarcado ser precedente ao capitalismo, as novas relações sociais demandadas pelo capitalismo acentuaram a opressão e dominação de mulheres, invisibilizando e precarizando – pelo seu afastamento da esfera salarial – o trabalho exercido pelas mulheres trabalhadoras, sobretudo aqueles exercidos no domicílio. Com a divisão sexual do trabalho a relação de dominação e subserviência da mulher pelo homem se cristaliza na contemporaneidade, atrelando às mulheres a responsabilidade do trabalho do cuidado, não remunerado e invisibilizado. Essa lógica fundamenta o depoimento da sujeita P19, ao se referir às razões que a levaram a residir no Beiral.

Depoimento da sujeita P19 (2024)

“Problema que me trouxe aqui é problema do marido. Já não se entendíamos mais”

A sujeita em questão vivia com o marido, porém como este era o provedor das condições básicas de vida – aquelas que garantem a reprodução da vida – pelo assalariamento do seu trabalho, após desentendimento e posterior separação, esta se viu obrigada a recorrer ao Beiral por não possuir as condições básicas de se autossustentar.

No caso dos homens idosos residentes no Beiral, estes se reproduziam mediante o trabalho informal, viviam sozinhos em suas residências alugadas, e ao perderem suas fontes de renda, condição que garantia sua reprodução, somada à ausência de condições objetivas das respectivas famílias, no sentido de proporcionarem o cuidado, estes idosos se encontram totalmente dependentes do Beiral para sobreviverem.

4.4.2. Estado Civil, Cidade de origem e profissão

Quadro nº 6: Distribuição das categorias gerais que caracterizam as pessoas idosas residentes no LAPI-Beiral, participantes da pesquisa, 2024

Estado civil	Quantidade	Profissão	Quantidade
Solteiro/a	20	Auxiliar de Limpeza	1
Casado/a	0	Camponesa	1
Divorciado/a	0	Carpinteiro	1
Localidade de origem		Comerciante	1
Benguela	1	Costureira	1
Bié	2	Lavadeira	2
Cuanza Sul	1	Mecânico	3
Huambo	6	Militar	1
Luanda	1	Não tem	2
Malanje	3	Pintor	1
Moxico	2	Sapateiro	2
Uíge	2	Trabalhadora doméstica	4
Zaire	2		
Total	20	Total	20

Fonte: Elaboração própria

Com relação ao estado civil, 100% das pessoas idosas participantes desta pesquisa estão solteiras. Algumas viviam maritalmente, porém por morte do/a cônjuge ou dissolução da união hoje se encontram solteiras. Já no que diz respeito ao local de origem, 19 das 20 pessoas idosas residentes no Beiral migraram das províncias do interior do país para a capital. Ou seja, 95% dos/as nossos/as sujeitos/as de pesquisas deixaram as suas localidades de origem para Luanda à procura de melhores condições de vida e de trabalho.

A escassez gerada por esse sistema de produção, nega as condições de vida necessárias dos fragmentos da classe trabalhadora, e nesse caso, como a desigualdade social é mais intensa no “interior” já que o acesso à riqueza humana produzida é muito mais precarizado nas localidades do interior, essas pessoas migraram com o objetivo de encontrarem condições de sobrevivência em Luanda, capital político-econômica do país, pois a concentração dos bens e serviços socialmente produzidos tem maior predominância em Luanda, fato que possibilita, em parte, o acesso aos direitos sociais.

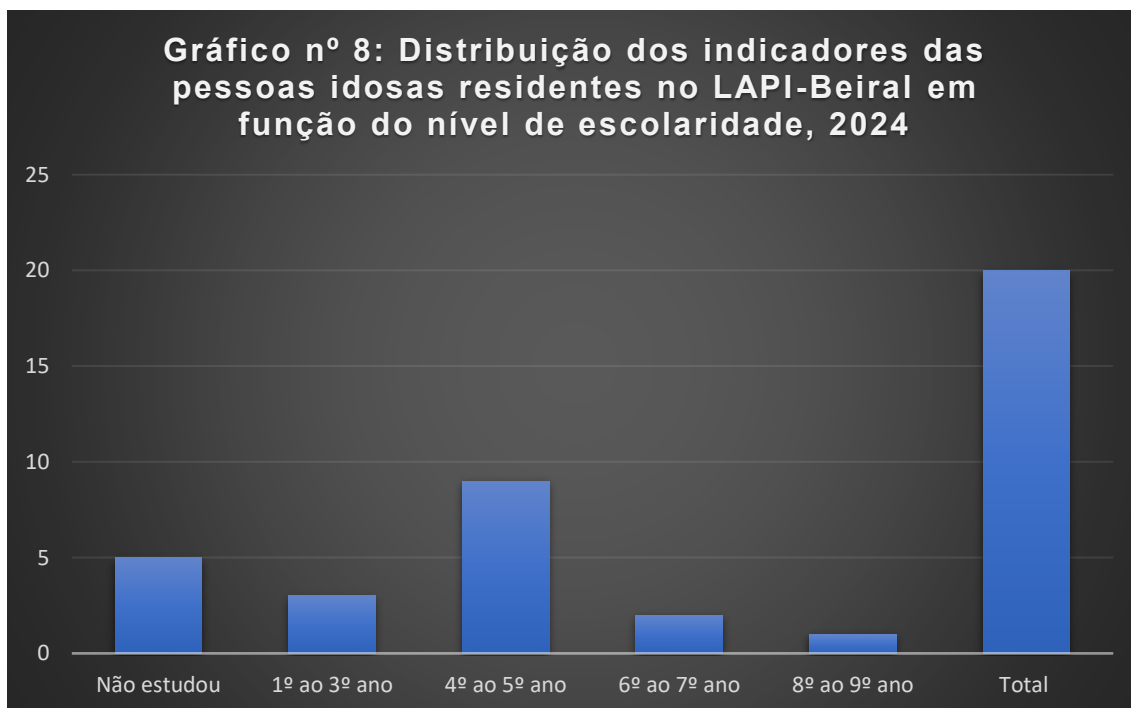
Segundo dados do INE “a província do Bié, Cunene, Lunda Norte Moxico, Cuando Cubango, Uíge, Huíla, Cuanza Sul e Huambo apresentam uma taxa de

incidência da pobreza superior a 70%, o que significa”, portanto, “que pelo menos 7 em cada 10 pessoas nessas províncias são multidimensionalmente pobres” (Angola, 2020, p. 35), portanto, como nos mostra o gráfico, todos os nossos sujeitos de pesquisa são parte orgânica da classe trabalhadora subalterna, uma vez que a única propriedade privada que detém é a sua força de trabalho, que vendem-na para garantir a sua subsistência.

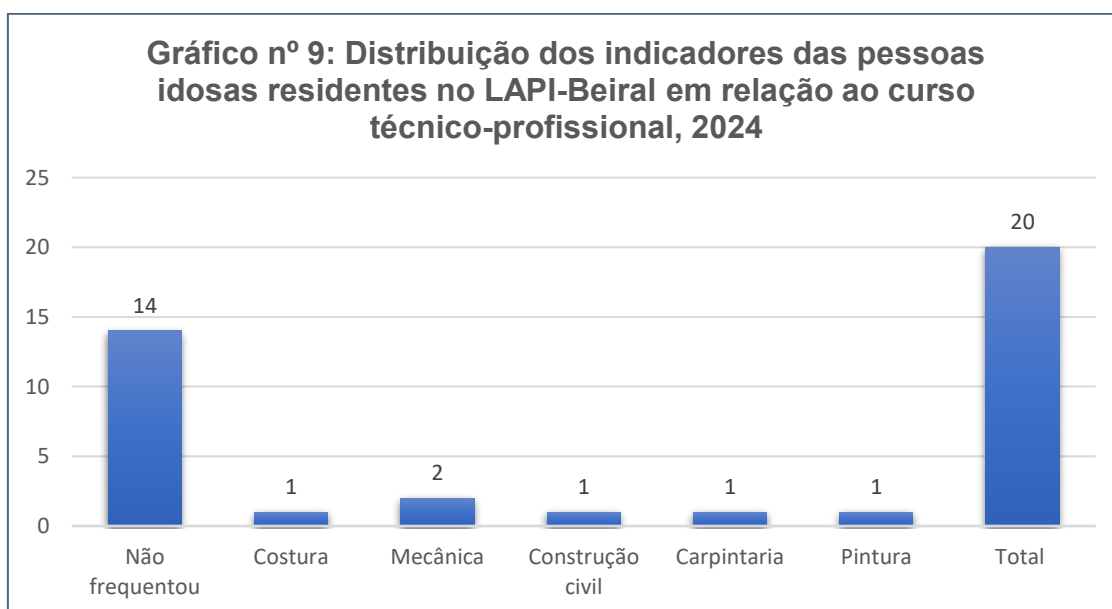
Nos países subdesenvolvidos, como é o caso de Angola, como vimos, esse subdesenvolvimento é produzido pela posição que esse país ocupa na divisão internacional do trabalho, uma vez que a posição de dependência faz com que sua economia se coloque à subserviência dos países imperialistas. Essa condição acentua em maior grau as condições de pobreza dos fragmentos mais subalternos da classe trabalhadora angolana, com destaque, daqueles segmentos que não conseguiram acessar ao trabalho assalariado e com proteção social nos casos previstos por lei.

Sendo assim, essa parcela da classe trabalhadora, da qual fazem parte todos os nossos sujeitos da pesquisa, vivência formas de exploração muito mais intensa, já que o acesso à riqueza humana produzida se dá por intermédio do acesso ao trabalho, e aqui enfatizar pelo trabalho assalariado e/ou “protegido”. Portanto, para essa população idosa que não teve acesso a essa forma peculiar de trabalho restam apenas as políticas sociais de “base” (proteção social de base, Angola, 2004), “minimalistas” e destinadas à população em situação de desproteção social. Logo, a ausência de condições de subsistência levou as pessoas idosas a recorrerem nesse lar de acolhimento.

4.4.3. Nível de escolaridade e curso técnico profissional



Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria

Concernente ao nível de escolaridade das pessoas idosas participantes desta pesquisa, de acordo com o que visualizamos no gráfico número 8, 9 (45%) pessoas dos/as nossos/as entrevistados/as possuem do 4º ao 5º do ensino fundamental 1 (4ª à 5ª classe), ao passo que, 5 não possuem qualquer nível de escolaridade (25%), ou

seja, nunca tiveram acesso à educação escolar, 3 pessoas idosas residentes no Beiral entrevistadas por nós possuem do 1º ao 3º ano (15%), 2 elementos possuem do 6º ao 7º, (10%), e 1 sujeito possui do 8º ao 9º (5%), todos do ensino fundamental.

O gráfico número 9, sobre formação técnico-profissional, destaca que 14 dos/as nossos/as entrevistados/as não frequentaram nenhum curso profissional, 2 sujeitos/as frequentaram o curso profissional de mecânica, 1 fez o curso de costura, 1 fez o curso de construção civil, 1 frequentou o curso de carpintaria e 1 o curso de pintura.

Como vimos, em vários momentos deste trabalho, a força de trabalho é a mercadoria por excelência para reprodução das relações sociais capitalistas, sendo assim, a formação profissional (escolar) é vista como mediação que viabiliza o processo de dar determinada forma a essa mercadoria peculiar. Posto isto, ao requisitar uma determinada força de trabalho, os capitalistas precisam que essa força de trabalho esteja “moldada”, daí que, na sociedade contemporânea, a qualificação profissional do trabalho – pela formação escolar/profissional – se caracteriza como mediação – condição sine qua non – para o emprego (formal e/ou protegido). Trata-se, portanto,

[...] de considerar **o emprego como um mecanismo social fundamental de integração social, de incorporação da classe trabalhadora e da maior parte da população à ordem social e económica capitalista. O emprego, por isso, constitui-se num meio fundamental de acesso à renda, à proteção e ao reconhecimento social através de uma atividade económica considerada legítima.** É nestes termos que a questão do emprego se torna também uma “questão social” e não apenas uma “questão económica” (Vargas, 2020 apud Mateus, 2022, p. 79, grifos nossos).

Apesar do desemprego ser parte constitutiva desse modelo de produção, o nível de escolaridade e/ou a frequência a um curso profissional, apresentam-se como requisitos para o acesso ao emprego. Durante as entrevistas, apreendemos que a falta de qualificação profissional por parte dos nossos sujeitos condicionou, em parte, o acesso ao emprego, ao trabalho formal e protegido. A exclusão desses segmentos ao sistema nacional de ensino e aprendizagem condicionou o acesso destes ao sistema laboral formal, e como se referia Vargas apud Mateus (2022, p. 79) “ao acesso à renda, à proteção social e ao reconhecimento social”.

É nesta perspectiva que podemos perceber a categoria empregabilidade, que determina e é determinada pelas políticas de formação profissional (numa era que é obrigatória a sacralização da competência) e por isso, **a empregabilidade carrega consigo um sistema de inclusão e exclusão da força de trabalho na (re) produção capitalista (sendo que os inclusos**

serão aqueles que apresentam competências profissionais aceitáveis e os excluídos – os desempregados são como tal por não apresentar o quesito “competência aceitável”¹¹. Isto fundamenta a existência conceitual do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional em Angola (INEFOP). Podemos perceber que a empregabilidade apresenta uma realidade contraditória por gerar empregados e desempregados, e assim a exclusão social é assumida como o real próprio ao modo da produção capitalista (Mateus, 2022, p. 63, grifos nossos).

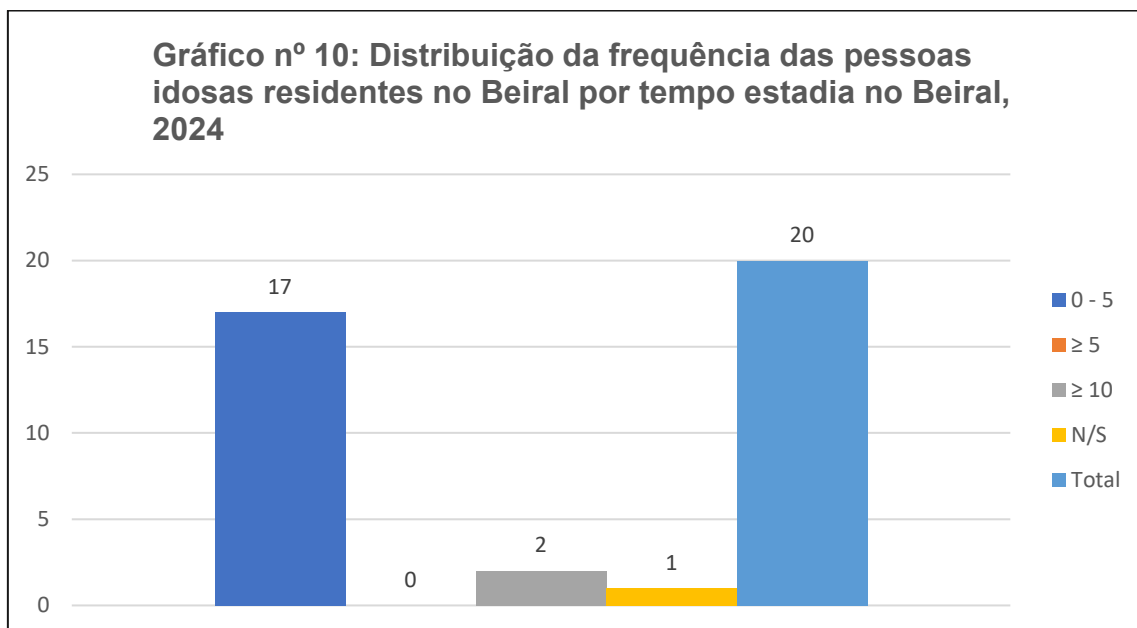
Concordamos com Mateus (2022, p. 63), quando afirma que, na sociedade angolana “[...] embora existam algumas formas de trabalho sem interferência (directa) da política que mediatizaria a forma universal de efectivação vigente de trabalho e/ou até mesmo o emprego e desemprego (os processos de compra e venda) da força de trabalho realiza-se pelas mediações políticas”. Sendo assim, segundo o autor, “para ser trabalhador basta dispor da força de trabalho. E o emprego da força de trabalho depende de um complexo de mediações políticas”.

A desprotecção social da população trabalhadora idosa em Angola é gritante, o acesso à riqueza humana produzida é totalmente precarizado, não é coincidência que em Angola, não existe nenhum programa de protecção social específico para esse segmento, as pessoas idosas são assistidas em diferentes programas destinados ao combate à fome e a pobreza. Assim, a “Acção Social” às pessoas idosas, se realizam pelas ações emergenciais de combate à fome, por isso, como vimos, se expressam em entrega de bens alimentares de forma ocasional e entrega de uma quantia, em dinheiro, por tempo determinado.

Ao fato que chamou a nossa atenção é o fato da grande maioria dos nossos sujeitos (15 pessoas) que possuem algum nível de formação ter adquirido essa formação no tempo colonial (a chamada 4ª classe do colono), quer dizer que estamos diante de pessoas que viveram o cruel processo de escravização e exploração da mão de obra barata e/ou escravizada pelo colonialismo português e que mesmo depois disso, com a independência política, não tiveram a oportunidade de acessarem à educação, pelo sistema da educação.

¹¹Cabe salientar que os excluídos (desempregados) são também excluídos do sistema de protecção social obrigatória.

4.4.4. Residência no Beiral



Fonte: Elaboração própria

Ao relacionarmos com o gráfico nº5, referente à faixa etária dos nossos sujeitos da pesquisa, com o gráfico nº 10, referente ao tempo de estadia no Beiral, vemos que a maior parte dos nossos sujeitos de pesquisa (85%) residem no Beiral há pouco menos de 5 anos, fase em que estes atingiram a idade considerada velha. A lógica da sociabilidade atual nos traz à tona que a estratificação das idades teve como critério o trabalho, logo, a designação de idade ativa ou inativa evidencia à produção (idade ativa ou inativa para o trabalho). Em Angola, “entende-se por pessoa idosa, todos os indivíduos de ambos os sexos, com mais de 60 anos de idade, independentemente da sua condição sócio-económica” (Angola, 2012, p. 3544).

Como vimos, a proteção social tem como fundamento o trabalho, porém na sua estratificação, em Angola, o dispositivo de base da proteção social é destinada às pessoas idosas em condição de dependência. Portanto, ao perder a mercadoria fundamental – a força de trabalho – na reprodução das relações capitalistas, o trabalhador perde o seu valor de uso para o capital, uma vez que “seu valor de troca está inativo”. Por isso, vemos que maior parte das pessoas idosas residente no Beiral se encontram na faixa etária dos 61 aos 66 anos, essa realidade nos demonstra que quando a pessoa idosa torna-se inativa para o capital, já que completou a idade considerada idosa (60 anos em diante), fecham-se as portas do emprego, e para os

indivíduos que viveram toda a sua vida dependendo do trabalho informal e geralmente sem proteção, ao perderem a força de trabalho ativa, acentua-se a situação de dependência e desproteção social, restando assim o Beiral para recorrer, já que este é produto das políticas sociais minimalistas destinadas às pessoas idosas da classe trabalhadora em situação de dependência física, socioeconômica e o/ou de isolamento.

Quadro nº 7: Distribuição da frequência das pessoas idosas/residentes por quarto e a qualidade das relações, Beiral, 2024

Categorias	Nº de residentes no mesmo quarto				Relação com outros	
	1	2	3	4	Boa	Má
Quantidade	1 ¹²	3	14	2	20	0
Total	20				20	

Fonte: Elaboração própria

Quadro nº 8: Distribuição da frequência das pessoas idosas em relação às questões que incomodam sua vida cotidiana, Beiral, 2024

Categorias	Resposta					
	Econômico s	Saúd e	Mobilidad e	Moradia, Relacionamento/seio familiar	Outr o	Todos
Quantidade	0	0	0	1	0	19
Total	20					

Fonte: Elaboração própria

Quanto à questão relacionada ao número de pessoas no mesmo quarto, 14 pessoas responderam que têm compartilhado o quarto com 3 pessoas, 2 compartilham com 4 pessoas, 3 compartilham com duas pessoas e 1 pessoa, por questões de doença, não compartilha o quarto com ninguém. Quando procuramos saber sobre o relacionamento interpessoal, todas as pessoas idosas responderam que o relacionamento é saudável.

¹² Por causa da doença que exige estar isolado

Uma das questões que se pode colocar aqui é a “liberdade”, já que entendemos que, geralmente, pessoas institucionalizadas têm a sua liberdade condicionada e/ou reduzida, uma vez que devem seguir padrões de vida já delineados e pré-estabelecidos por outrem, e à elas só restam “seguir as regras”. Isso do ponto de vista material e espiritual condiciona as possibilidades de objetivação do ser, uma vez que uma das condições que viabiliza a objetivação do ser é a capacidade de idealizar sua ação (teleologia), tendo em conta os recursos que se tem disponíveis. Portanto, colocar quatro pessoas ou mais compartilhando o mesmo quarto pode reduzir ainda mais a liberdade condicionada – da classe trabalhadora – da sociabilidade vigente.

As informações apresentadas no quadro 7 nos mostram que 19, das 20, pessoas idosas entrevistadas por nós vivem insatisfeitas, já que as condições materiais em que elas se encontram não lhes possibilita se realizar enquanto seres humanos. Contudo, dentre os problemas citados, os predominantes foram a combinação dos problemas econômicos, de saúde, mobilidade, moradia e de relacionamento familiar.

Ao estudar a lógica capitalista, percebe-se que a exploração e a desproteção social da classe trabalhadora é maior acentuada em países periféricos, na medida em que seus recursos servem as burguesias imperialistas. Portanto as contradições apresentadas na formação social capitalista angolana apresentam-se mais acentuadas e precárias em relação às sociedades mais desenvolvidas.

Segundo Monteiro (2022) podemos identificar na formação social angolana um capitalismo do tipo escravista, cuja preocupação não era garantir o emprego pleno, então, estamos diante de um capitalismo que não pode garantir os direitos mínimos do trabalho assalariado. Se os trabalhadores assalariados ativos, inscritos no sistema salarial formal não usufruem dos direitos mínimos do trabalho assalariado, o que resta daqueles segmentos da classe trabalhadora que se encontram em idade inativa para o trabalho e que nunca acessaram ao trabalho formal e com proteção social na velhice, como é o caso dos nossos sujeitos, que condições são preparadas para estes segmentos?

Quadro nº 9: Subjetividade dos/as sujeitos/as de pesquisa quanto às razões de residir no Beiral, 2024

	Sujeitos de Pesquisa (SPn)					
	P1,2	P3, 9, 15, 17, 20	P4	P5, 6, 18	P7,8, 10, 11, 14	P19
Categorias	“Estava pagar renda, daí o dono estava me chatear, para eu procurar, e estivemos no covid, quando a minha patroa me mandou ir em casa[...], não tinha mais para onde correr, [...] depois fui parar na casa do filho. Então, no filho... AH! A filha (nora) já não estava se dar bem com a mãe, então é quando vim se trazer aqui”. “O mo filho foi mbora trabalhar, mas a mulher dele, olhou para mim, não, mamã sobe no carro, vo te trezere, depois eu aviso no to filho e ela é que trouço aqui”.	eu vivia lá no bairro, a pessoa que eu vivia com ele faleceu (minha tia), e eu não tinha mais onde ir ficar, as vizinhas me trouxeram aqui. Não tenho condições, é por isso eu estou aqui. Os filhos têm casa de renda, eu não tenho casa, vou ficar onde? Não dá. Vivia com os meus filhos, então, não consegui mais condições, dinheiro já não tem, por isso que venho aqui. “Meu amigo me trouxe aqui, casa não tem, não tem dinheiro.”	Eu vivia com o último filho, mas o que me trouxe aqui é que ele não tem trabalho. Não trabalha, estudou, estava na universidade, através da doença ele saiu na universidade, então, eu deixei também de trabalhar por causa de doença e então está assim. Emprego não tem, tem que andar procurar comida, fazer biscato e aquilo foi um sofrimento para mim mãe, e doença, é doença que eu passei, e através da doença eu vi no meu filho, eu quando saí lá não despedi meu filho.	Vim parar aqui por maltratos, as filhas não tinham aquele amor próprio mesmo de uma filha para mãe. Vivia na casa de uma minha prima-irmã. Ela me tirou da casa dela e fiquei na casa de uma outra vizinha lá, notra rua, com aquela chuva toda a TPA¹³ me trouxe para aqui.	“o hospital é que me enviou aqui.” “Vim parar aqui porque, [...] tinha saído da minha irmã para procurar coiso, trabalho. Então [...] agora para vortar em casa, em casa na minha irmã por onde saí, perdi, comecei andar à toa. A polícia é que me apanhou memo, é que me trouxe aqui. a minha vida foi na vida militar [...] fiquei cego, e fui operado no hospital militar, invés de melhorar, pioraram e vim parar aqui no Beiral.	Problema que me trouxe aqui é problema do marido. Já não se entendíamos mais.

Fonte: Elaboração própria

¹³ Televisão Pública de Angola

Quadro nº 10: Fragmentos de relatos sobre encontro com familiares realizados pelas pessoas idosas entrevistadas, residentes no LAPI- Beiral, 2024

	Sujeitos de Pesquisa (SPn)				
	<i>P1, p2</i>	<i>P4</i>	<i>P3,5, 7, 8, 11, 13, 15</i>	<i>P6, 9, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 20</i>	<i>P10</i>
Categorias	Nunca mais se encontrei com eles, porque eu, a minha nora está a me fazer porcaria à toa, que não gostei(1).	Só o rapaz que eu vivia com ele que é o último filho. Só vinha uma vez desde que eu estou aqui, mas sempre nos comunicamos. Ele liga, no telefone do papá Alfredo e se comunicamos.	Não me visitam. Não recebo visitas.	Nem sempre. Dez vez em quando, essa semana não vieram. Associações, irmãos da Igreja, aqui vem muita gente. Dos filhos não, só visitas religiosas, empresas só.	Nunca visitaram porque eles não sabem que eu estou aqui.

Fonte: Elaboração própria

Quanto ao quadro nº 9, referente às razões que impulsionaram as pessoas idosas a residirem no Beiral, nos remete novamente à emergência do sistema sociometabólico do capital em Angola, que impôs a reestruturação da sociedade e dos seus modos de produção e reprodução. Ao se tornar hegemônico, o modo de produção capitalista modificou os anteriores modos de produção, modificando assim as formas de vivência dos angolanos. Assim, para os angolanos, antes da emergência do capitalismo na era colonial, o cuidado dos “mais velhos” era assumido no seio familiar, apesar de evidenciar naquela altura a emergência do modo de produção escravista, a terra – meio pelo qual se sustentava a vida – era comunal, e apesar da escassez era gerada pelo baixo nível das forças produtivas. Nessa época, as famílias conseguiam prover a sua sustentabilidade, mesmo com todas as contradições das condições objetivas. Naquele momento histórico, a pessoa idosa tinha um valor imprescindível na reprodução da sociedade, portanto, sua presença era preservada e muito venerada.

Ao envelhecer, as pessoas idosas eram cuidadas pelas respectivas famílias e apesar de que o cuidado esteve intrinsecamente ligado à mulher, havia também uma certa atenção pelos demais membros da família e da sociedade. Com a cristalização da compra e venda da força de trabalho em Angola, o trabalho do cuidado se manteve no seio familiar e responsabilizado à figura mulher. A família se constitui na primeira instituição na provisão de cuidado, independentemente de possuir ou não condições materiais e espirituais de o fazer.

O estado angolano legitimou nos normativos legais referentes à pessoa idosa que “o atendimento e a protecção à pessoa idosa devem ser assumidos diretamente pelas respectivas famílias, proporcionando-lhe as condições para a satisfação das suas necessidades elementares” (Angola, 2012, p. 3544). Assim, a família, o Estado, o conjunto da sociedade e as Organizações Não Governamentais (ONG) viriam como secundárias, formando o que alguns autores chamam de pluralismo de bem-estar.

Nesse caso, as palavras da p1 e p2 evidenciam uma realidade onde a precarização do trabalho, sobretudo pelo trabalho informal e/ou sem proteção e pelo desemprego se cristalizou, cuja pandemia da Covid-19 a agudizou, negando as possibilidades dessas pessoas de prover o seu autocuidado e da sua família. Ao se verem negadas das condições de subsistência, recorreram às famílias, porém ao estarem na casa dos seus filhos com as suas noras, por uma série de desavenças

entre sogras e noras, estas se viram obrigadas a recorrerem ao Beiral. Assim, é possível apreender que, na sociedade contemporânea o cuidado às pessoas idosas foi atrelado à mulher, sobretudo à filha, e quanto esta não existe passa para neta, nora e por aí vai, e muitas vezes, uma única mulher acaba assumindo sozinha as responsabilidades de prover à sua família, a casa e o cuidado à pessoa idosa. Essa situação (a sobrecarga do cuidador, geralmente mulher) pode estar relacionada com os conflitos pessoais que muitas vezes acaba produzindo os maus-tratos relatados pelas sujeitas p5 e p6 e p18.

Na sociedade angolana, as famílias, mais concretamente as mulheres – geralmente, desempregadas ou com trabalho informal – são responsabilizadas pelo cuidado das pessoas idosas, mesmo sem terem condições materiais e espirituais de o fazerem. Segundo o último relatório sobre a proteção social em Angola (Angola, 2024), se estima que se tenha em Angola **1.346.015 pessoas idosas**, que correspondem a 4,06% da população geral, destas um total de **1.187.078** pessoas idosas nunca beneficiaram de qualquer pensão, pois, durante sua vida ativa se reproduziram mediante trabalho informal, ou seja, não tiveram acesso ao trabalho protegido. (Angola, 2024). São essas pessoas idosas, portanto, sem pensão, sem renda e sem qualquer tipo de benefício, que ficam sob o cuidado das mulheres das suas famílias, e quando estas já não conseguem garantir esse cuidado, recorrem aos lares de acolhimento.

No caso dos/as sujeitos/as P7, P8, P10, P11, e P14, foi possível apreender que a coordenação e a articulação da Acção Social à pessoa idosa enunciada pela PNAS e pela Política para Pessoa Idosa através da Estratégia Nacional para Implementação da Política para a Pessoa Idosa encontram-se extremamente fragilizadas pela precarização dos próprios serviços via precarização e flexibilização das políticas de Saúde e sobretudo da *Acção Social*, como vimos o investimento em políticas sociais é ínfimo. A precarização das políticas sociais é justificada pela ideologia da *escassez dos recursos* para favorecer grupos sociais economicamente mais fortes, e desviar o fundo público no sentido de atender aos interesses privados e assim garantir a acumulação e privatização da riqueza socialmente produzida.

O estudo sobre proteção social em Angola (Angola, 2024), realizado em 2022, faz saber que 31% da população angolana vive abaixo da linha da pobreza, ou seja, 31% da população vive com um valor abaixo de 2,15 USD por dia. Neste mesmo ano,

o investimento na proteção social foi de 0.16% do PIB. Os dados apresentados acima apesar de oficiais, acreditamos que a realidade é muito mais profunda do que nos apresentam esses dados pois “num país com sérios problemas de transparência carregam consigo várias tendências de inibir o que é real” (Mateus, 2022, p. 75).

A articulação dos serviços de Acção Social legitimada pela PNAS é idealismo, já que não se expressa na realidade social, basta tomarmos como exemplos os depoimentos dos/as sujeitos/as **P7, P8, P10, P11, P14**.

“O hospital é que me enviou aqui”.

“Vim parar aqui porque, [...] tinha saído da minha irmã para procurar coiso, trabalho. Então [...] agora para vortar em casa, em casa na minha irmã por onde saí, perdi, comecei andar à toa. A polícia é que me apanhou memo, é que me trouxe aqui”.

“A minha vida foi na vida militar [...] fiquei cego, e fui operado no hospital militar, invés de melhorar, pioraram e vim parar aqui no Beiral”.

4.4.5. Participação nos movimentos sociais

Quadro nº 11: Distribuição das respostas das pessoas idosas entrevistadas, residentes no LAPI- Beiral com relação à participação em movimentos sociais, sindicato, 2024

Participação em	Quantidade
Sindicato	0
Movimento social	0
Outros	0
Nenhum	20
Total	20

Fonte: Elaboração própria

Uma situação que chamou a nossa atenção é o fato das pessoas idosas residentes no Beiral nunca terem participado de qualquer movimento social ou sindicato, e o fato de confundirem estes movimentos com partidos políticos e organizações religiosas. Ou seja, estamos diante de uma população idosa que desconhece os seus direitos e por isso, não os reivindica, mesmo diante de tanta desproteção e tanta miserabilidade. O conhecimento da realidade material a qual estamos submersos e sobretudo a tomada de consciência de classe são mediações

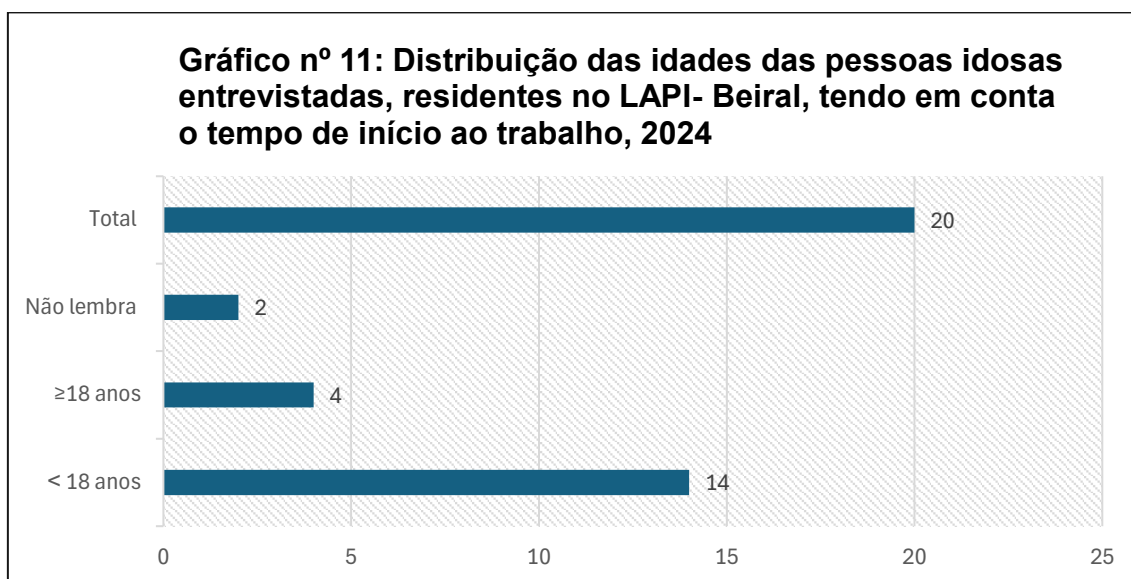
que possibilitam as lutas sociais para o acesso aos direitos, nota-se, portanto, aqui a importância do acesso à educação escolar, que para estas pessoas foi negado.

A emergência das organizações sindicais é expressão da desigualdade social fundada nas contradições existentes entre as principais classes sociais, no momento da produção capitalista. Assim, a existência dos sindicatos evidencia a existência dos antagonismos sociais que se fundam a partir da base material dessa sociabilidade, do trabalho assalariado, portanto, a exploração do trabalho pelo capital. Por isso, como disse Benedito (2020, p. 210), os sindicatos se expressam através de “ações que objetivam reivindicações de conquista ou de manutenção de direitos para uma determinada coletividade”. Sendo assim, a formação de organizações sindicais pelos trabalhadores constitui momento fundamental na luta pela conquista e/ou ampliação dos direitos sociais, e sobretudo na formação de espaços para pensar, pelo mesmo pensar, formas de sociabilidade que visam a satisfação das necessidades humanas e não a acumulação da riqueza humana produzida.

4.5. Perfil econômico

A constituição dessa dimensão visa apreender as particularidades que fundamentam a situação econômico-social dos/as nossos/as entrevistados/as. Por meio de subcategorias como idade de início ao trabalho, acesso ao emprego e renda mensal buscamos interpretar a condição econômica das pessoas idosas entrevistadas. Sabemos que o trabalho é a mais importante atividade social, aquele que viabiliza a (re)produção social, na sociedade capitalista, pela ideologia da empregabilidade da força de trabalho, precariza-se a vida das pessoas que precisam vender sua força de trabalho para viverem. Ao buscarmos essas dimensões nos possibilitará desvendar os condicionantes materiais que refletem a situação atual das pessoas idosas residentes no Beiral entrevistadas.

4.5.1. Idade de início ao trabalho



Fonte: Elaboração própria

Outra informação que deve ser destacada aqui é o fato desses sujeitos (14 indivíduos) terem começado as suas atividades de renda antes mesmo de serem considerados adultos, ou seja, são pessoas que começaram a vender sua força de trabalho antes de completarem 18 anos de idade¹⁴, portanto, também viveram a exploração pelo trabalho infantil.

A concentração de riqueza pelas classes dominantes, na sociabilidade vigente, retira a possibilidade dos fragmentos pobres da classe trabalhadora de viver as etapas da vida de forma *natural*, já que as condições objetivas, marcada pela ausência de condições básicas que viabilizam a reprodução natural/normal, obrigam os trabalhadores a venderem sua força de trabalho, mesmo sem possuir as condições necessárias para o fazer. Estamos nos referindo ao trabalho infantil, um trabalho que “priva as crianças da sua infância, do seu potencial e da sua dignidade, e que é prejudicial ao seu desenvolvimento físico e mental” (Angola, 2021, p. 7655).

Em 2021, segundo o INE (Angola, 2021) existiam em Angola mais de 25.800 crianças submetidas à exploração do trabalho infantil, crianças com idades

¹⁴ Idade cronológica formal, legitimada pelo Governo angolano, para o início às atividades de renda e/ou remuneratória.

compreendidas entre 5-17 anos de idade. A ausência de condições objetivas necessárias à reprodução humana obriga as crianças à subserviência do trabalho infantil e explorado, por isso, vemos em Angola crianças com idade escolar, sem nem condições de acessarem ao sistema de ensino, submetidas ao trabalho infantil. “A taxa de incidência da pobreza multidimensional na área rural (87,8%) é mais que o dobro da taxa de incidência na área urbana (35,0%)” (Angola, 2020, p. 12). “Mais de 5 em cada 10 pessoas em Angola são multidimensionalmente pobres”. No caso concreto das crianças, o relatório sobre a pobreza multidimensional em Angola (Angola, 2020, p. 13) “destaca a importância de se prestar atenção à situação das crianças menores de 9 anos, com a maior taxa de incidência da pobreza multidimensional (64,3%) comparado com qualquer outro grupo etário”.

4.5.2. Acesso ao Concurso Público/acesso ao emprego

Quadro nº 12: Distribuição da frequência das pessoas idosas residentes no Beiral em relação ao acesso ao concurso público, 2024

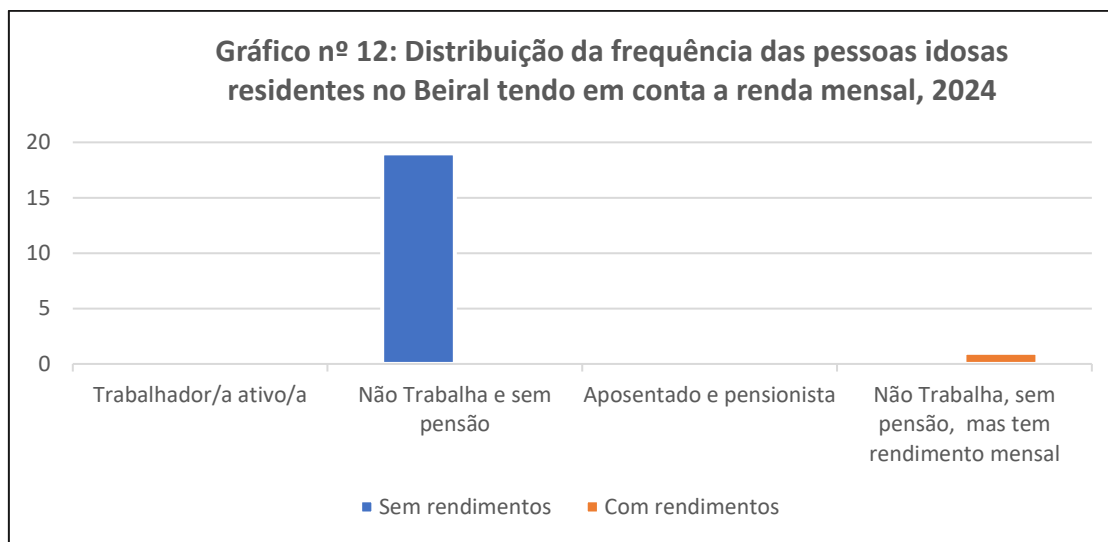
Categorias	Quantidade
Nunca	20
Estado	0
Privado	0
Total	20

Fonte: Elaboração própria

As categorias, renda, nível de escolaridade e participação em concursos públicos encontram-se interligadas. Conforme podemos visualizar no quadro nº 12, as 20 pessoas idosas entrevistadas afirmaram que nunca tiveram acesso ao emprego formal e que o não acesso ao sistema de educação condicionou a sua participação em concursos públicos, pois estes geralmente têm como critério determinada formação e determinado nível de escolaridade, pelo que, por falta dessas condições foram obrigadas a se reproduzirem, a si e suas famílias, mediante trabalhos informais e sem proteção social. Diante disso, por situações diversas perderam seus empregos, mediação que possibilita a sua reprodução, e sem qualquer pensão, se viram obrigados a recorrerem ao Beiral.

Na sociedade capitalista, para se ter acesso ao trabalho formal e com proteção social nos momentos legitimados pela lei – desemprego, acidente de trabalho, doença, morte, maternidade, invalidez e velhice – se exige um conjunto de mediações que viabilizam esse acesso, dentre eles, destaca-se a ideologia da empregabilidade.

4.5.3. Renda mensal



Fonte: Elaboração própria

No que concerne à renda mensal, como é possível visualizar no gráfico 12, 19 pessoas idosas afirmaram que não trabalham atualmente e que não beneficiam de nenhuma pensão, sendo assim, não dispõem de nenhuma renda. 1 pessoa idosa afirmou que não trabalha, porém possui uma renda mensal que o governo atribui por reconhecimento aos “antigos combatentes e veteranos da pátria”. Estamos, portanto, diante de um segmento da classe trabalhadora que não conseguiu acessar ao trabalho formal e protegido, e por isso, não beneficia de nenhuma proteção social na velhice.

As declarações das pessoas idosas P3, P9, P15, P17, P20 trazem à tona uma realidade marcada pela ausência de condições que viabilizam a reposição da força de trabalho e conseqüentemente da falta de condições básicas, aquelas que garantem a reprodução do trabalhador. Portanto, “[...] estamos diante de um capitalismo que não pode garantir os direitos mínimos do trabalho assalariado (Monteiro, 2022, p. 214). Soma-se a isso a ausência de cuidadores familiares e da falta de capacidade da família em prover o cuidado, e por isso, essas pessoas recorreram ao Beiral.

Eu vivia com o último filho, mas o que me trouxe aqui é que ele não tem trabalho. Não trabalha, estudou, estava na universidade, através da doença ele saiu na universidade, então, eu deixei também de trabalhar por causa de doença e então está assim. Emprego não tem, tem que andar procurar comida, fazer biscoito e aquilo foi um sofrimento para mim mãe, e doença, é doença que eu passei, e através da doença eu vi no meu filho, eu quando saí lá não despedi meu filho (Sujeita P4, 2024).

Na fala da sujeita P4 fica explícito que existe em Angola uma intensa precarização do sistema de proteção social que tem relação com a precarização do trabalho. Assim, os indivíduos fora do circuito produtivo não conseguem ter acesso a alimentação, a assistência médica e sobretudo medicamentosa, já que o trabalho assalariado é a mediação que viabiliza o seu acesso.

Segundo o INE (Angola, 2024) numa população estimada em 33.086.278 em 2022, a população em idade ativa produtiva¹⁵ foi estimada em 18.229.152, destas últimas 11.432.959 pessoas estavam empregadas, porém somente 2.508.526 estavam inscritas no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), sendo assim, 15.703.871 pessoas em idade ativa estavam fora do sistema nacional de segurança social. Sabemos que essa realidade se agudizou com o advento da subida da taxa de desemprego no país, com a inflação e a subida dos preços da cesta básica sobretudo.

De acordo com os dados oficiais (Angola, 2024) 32,30% da população angolana, em idade ativa, está desempregada. No que diz respeito à população empregada, salienta-se a forte proporção do emprego informal (79,9% da população empregada) – apenas 1 em cada 5 angolanos empregados têm emprego formal, o que corresponde a cerca de 7% da população total.

Estamos diante de um contexto em que a manutenção da vida humana é extremamente precária para a classe trabalhadora, mais ainda para aqueles segmentos que estão na condição de desemprego e para os segmentos considerados vulneráveis. Por isso, segundo Mateus (2022) para estes, os desempregados, o trabalho informal e sem proteção se apresenta como uma alternativa de se enfrentar precariamente as expressões da questão social. Sendo assim, o autor demonstrou que na sociedade angolana

¹⁵ Na sociedade vigente a idade ativa faz referência à idade socialmente estratificada para produção, que no caso de Angola tem início aos 15 anos e vai até aos 60 anos de idade.

[...] a empregabilidade é uma ideologia, uma das expressões da questão social, de gestão da força de trabalho no sistema capitalista, um método de extração intensiva e flexível da mais-valia, sendo que, na medida em que inclui menor parte dos trabalhadores no sistema salarial, exclui a maior parte, transferindo-os para o exército industrial de reserva (o mundo dos desempregados), com apenas alternativas de realizar trabalho informal (Mateus, 2022, p. 4).

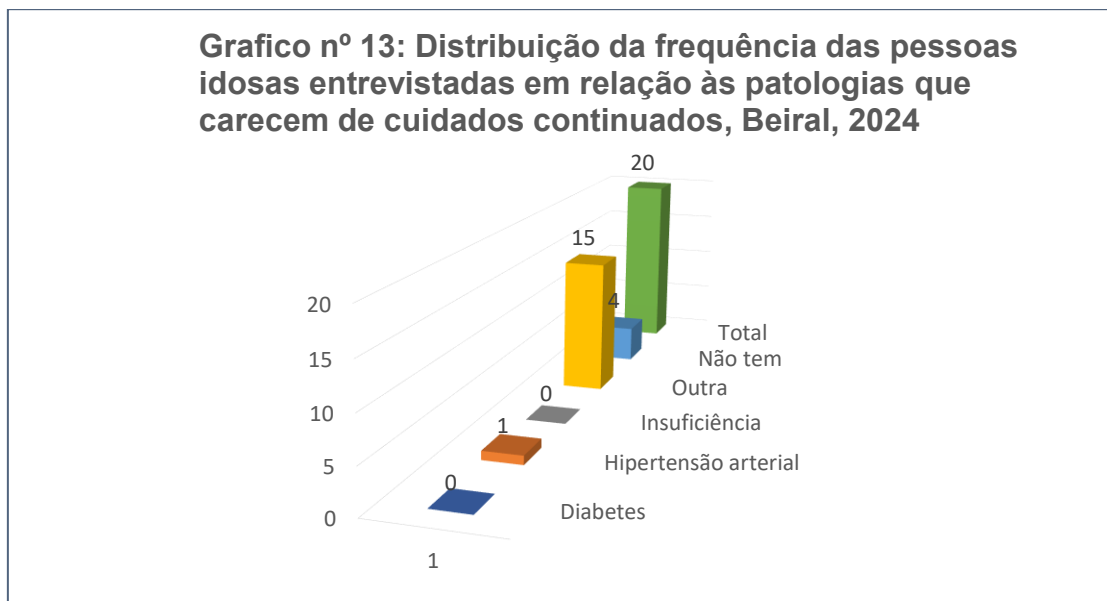
A ideologia da empregabilidade na medida em que exclui a maior parte da população trabalhadora angolana do sistema nacional de segurança social pela exclusão da maioria dos segmentos da classe trabalhadora do cenário formal e protegido do trabalho, precariza toda a vida do/a trabalhador/a e as possibilidades dessas pessoas proverem seu próprio cuidado e da sua família. Por isso, segundo Mateus (2022, p. 62-63), pela reprodução das condições materiais vigentes “a relação entre empregabilidade e protecção social realiza-se pela reprodução de trabalhadores cuja decomposição perfaz a totalidade de excluídos e inseridos no processo produtivo, através da qualificação profissional”. Para o autor “[...] tal exclusão e inserção depende das políticas públicas de emprego e sobretudo das políticas que perfazem o Estado de bem-estar social”. Posto isto, segundo Mateus (2022, p. 63), “Angola que nem tem experiência de Estado de Bem-Estar Social, apresenta uma situação muito precária de intervenção nas variadíssimas formas de precarização dos trabalhadores”. E como vimos, essa precarização é mediatizada pela compra e venda da mercadoria força de trabalho, ato fundante da sociabilidade atual.

4.6. Perfil epidemiológico

Este perfil busca captar as particularidades que perfazem a situação epidemiológica das pessoas idosas entrevistadas no Beiral, 2024. Este se desfaz pelas subcategorias que se expressam em “patologias que carecem cuidados continuados, assistência médica e frequência à assistência médica”.

A constituição deste perfil é de grande relevância pois entendemos que a situação de saúde/doença é resultado de uma totalidade social. Entendemos que, apesar do determinante biológico, são as condições objetivas de reprodução que condicionam o aparecimento ou não de doenças crônicas e/ou degenerativas.

4.6.1. Patologias que carecem cuidados continuados



Fonte: Elaboração própria

4.6.2. Assistência médica

Quadro nº 13: Distribuição da frequência das pessoas idosas entrevistadas tendo em conta a assistência médica, Beiral, 2024

Avaliação	Quantidade	Local de Assistência	
		No Beiral	Fora do Beiral
Sempre	0	0	0
Às vezes	19	18	1
Nunca	1	0	0
Total	20	19	

Fonte: Elaboração própria

No que se refere ao perfil epidemiológico das pessoas idosas que compuseram a nossa amostra, como ilustra o gráfico nº 13, 15 pessoas idosas entrevistadas apresentam doenças como lombalgia, reumatismo e trombose, 4 dos nossos sujeitos de pesquisa não apresentam qualquer tipo de doença que carece de cuidados continuados e 1 indivíduo com hipertensão arterial. Ao buscarmos o tempo de prevalência e o historial da doença, vimos que todas as doenças que os/as nossos/as sujeitos/as apresentam são doenças adquiridas antes mesmo de completarem 60 anos de idade.

Trouxemos essa realidade porque nos estudos sobre a velhice é comum se referirem à velhice – dos segmentos mais pobres da classe trabalhadora,

empobrecida e com ausências de condições de subsistência – como sinônimo de doença, assim, no decorrer do nosso trabalho demonstramos que os condicionantes objetivos se imbricam com os condicionantes biológicos, sendo que os primeiros – os condicionantes objetivos – ditam o “devir a ser” nesse processo. Portanto, como dizia Tonet (2015), da relação entre o momento subjetivo e o momento objetivo, a prioridade é dada ao momento objetivo. Aqui, estamos querendo dizer que apesar do envelhecimento ser um processo constituído por fatores biológicos, as condições materiais na qual as pessoas idosas são/foram submetidas determinam o desenvolvimento ou não de doenças crônicas e/ou adquiridas, e pelo fato dessas doenças, geralmente, se agudizarem na velhice, são tidas como doenças da velhice.

No que diz respeito à assistência médica e medicamentosa, 19 pessoas idosas afirmaram que “às vezes” têm sido assistidas, e 1 pessoa afirma que nunca recebeu assistência. Quando procuramos saber do porquê, apuramos que a carência de medicamentos e de estruturas com equipamentos necessários à assistência médica no Beiral é o principal elemento. Das 19 pessoas assistidas, uma tem feito essa assistência numa unidade pública de saúde fora do Beiral, porém, segundo esta, há algum tempo que já não faz essa assistência por falta de condições para se locomover à referida unidade de saúde. No caso da pessoa que afirmou que nunca recebeu assistência, fundamenta que sempre que recorre à unidade de saúde do Beiral, nunca têm medicamentos para as suas enfermidades.

A precarização dos serviços de saúde no Beiral é expressão de como se apresentam os serviços públicos de saúde em Angola. Precarizam-se os serviços para valorizar o mercado no sentido de acumulação. A pesquisa documental trouxe evidências de que há pouco investimento no setor social, com destaque, sobretudo, à saúde e a proteção social, ao se precarizar o setor social condenam a classe trabalhadora à doenças adquiridas e mortes prematuras, uma vez que é a classe trabalhadora que depende dos serviços públicos para o atendimento das suas demandas, portanto, a precarização da vida da classe trabalhadora não se realiza somente pela precarização desses serviços, a miserabilidade que permeia a vida desses segmentos se realiza ao se constituir o trabalho como uma mercadoria, ou seja, a compra e venda da força de trabalho como base material da sociabilidade vigente.

Quadro nº 14: Distribuição dos depoimentos das pessoas idosas entrevistadas em relação ao programa de Acção Social que beneficiam, Beiral, 2024

	Sujeitos de Pesquisa (SPn)			
	<i>P1, P2, P3, P4, P16, P17, P18, P19, P20</i>	<i>P5, P9, P10, P11, P12</i>	<i>P6, P7, P8, P14, P16</i>	<i>P13</i>
Categorias	Não. Temos apoio das técnicas que trabalham aqui, as vezes quando a pessoa não tem sabão, vem pede e te dá, pepsodente te dá, escova te dá e outras coisas mais. Mas, ano passado quando eu cheguei aqui, vinha muitas visita, e davam panos, vestuário.	Sim, de vez em quando os grupos religiosos e associações também aparecem, mas religioso é mais. Apoio aqui tem, apoio aqui dão, ajuda de grupos solidários, da igreja.	Não. Aqui não temos nenhuma ajuda, porque normalmente aqui só tem vindo aqui umas visitas da igreja, igreja universal, esses é que têm consolado os mais velhos, as vezes deixam uma banana, um pãozito assim sucessivamente, ya.	É só mesmo doações, principalmente a empresa Kavaco, ela que dá o jantar todos os dias, menos os domingos.

Fonte: Elaboração própria

Quadro nº 15: Distribuição dos depoimentos das pessoas idosas entrevistadas em relação a avaliação da sua vida em geral, Beiral, 2024

	Sujeitos de Pesquisa (SPn)					
	P1	P3, P6, P20	P2, P5	P4, P7, P11	P9, P10, P13, P14, P15, P16, P17, P18, P19,	P8, P12
Categorias	Não, é assim, a pessoa quando está num sítio, está sossega, mas pronto, mas sempre pensa o futuro, o quê que vai ser amanhã minha vida, sempre tem que pensar, e vocês estão num sítio, dizendo que, é o Estado que está me ajudar, depois amanhã, o que será de mim? Sempre tem que pensar isso.	Prefiro estar aqui, quando acordo tomo banho[...], pego na vassoura, limpeza aí donde que nós sentamos, o sino toca, tamó ir matabichar. “Sinto-me muito bem”. Aqui to boa, [...], quando tenho problema, pego na minha bíblia começo a ler e a louvar, até porque também num posso pensar muito porque sou hipertensa.	“Eu aqui num to pensare mais nada, num to pensa nada. Vire mo filho, já num aceto mais ir lá, porque já me fizeram mal. Mo filho num me fez mal, mas a mulher dele é que fez.” “Muito pensativa, muitas angustias, os pensamentos são demasiados. Então, aqui estou mesmo bem, muito melhor que ao lado deles, as angustias também ao lado deles são demasiada, aqui estou mesmo melhor.”	“O que incomodam a minha vida aqui nós não temos dinheiro, se você pega 100 kz¹⁶ assim é já qualquer coisa, num temos memo dinheiro, e outra coisa. Se tivesse dinheiro ia aí fora, aí passa pão, tem bombó, ginguba pessoa compra porque dantes a nossa comida foi papa de manhã, mas agora é canja mata-bicho.” “Dinheiro memo é que tá me dar dor de cabeça, a pessoa sem dinheiro num tem como, pronto como fazer a vida, não precisa muito, mas um bocado que dá para pessoa ajeitar a vida, a vida corre.	Eu fico um pouco satisfeito porque é o único sítio onde que estou agasalhado, que o governo está a tomar conta dessa gente e o bocadinho é esse que estamos a sobreviver com ele, almoço, mata-bicho assim sucessivamente. Eu quero voltar aos meus filhos, isso mesmo é que eu estava a prever porque já antecipei aqui, num estão a se preocupar, nem já me levar no sítio onde que eu vivia, onde estão lá os meus documentos, nem nada.	“Graças a Igreja mesmo. A igreja está ajudar mesmo, por causa dos pensamentos, sem mãe, sem pai, sem filho, todos morreram.” “Eu já sabia, eu como evangelista que tudo que acontece Deus já provê, por isso que a deficiência é que me faz sofrer, mas senão na vida que tamos a viver hoje, tamos no século 21, a bíblia já disse que haverá um tempo, o tempo é esse chegou, apenas temos que esperar a vinda do Senhor, tudo vai passar”

Fonte: Elaboração própria

¹⁶ Valor inferior a 1 USD

Quanto ao quadro nº 14, a subjetividade dos sujeitos entrevistados revela os complexos ideológicos que permeiam a sociedade angolana, cuja formação econômico-social é predominantemente capitalista, segundo Monteiro (2022), que emergiu na era colonial sem a preocupação de realizar o pleno emprego, sendo, por isso, incapaz de realizar os *direitos sociais* dos trabalhadores assalariados. Assim, “os valores, princípios, anseios, desejos, pensamentos, enfim, são complexos subjectivos que expressam o modo de ser social na vigência contemporânea [...]”. Daí é que “tais complexos subjectivos nunca são auto-explicativos – é sempre síntese de variadíssimas determinações” (Mateus, 2022, p. 118). Com isso, queremos dizer que a subjetividade é construída socialmente, é, portanto, produto da interatividade humana, pelas relações que os humanos estabelecem entre si no processo de produção e reprodução humana. Sendo assim, a subjetividade que as pessoas idosas expressam aqui deve ser localizada pelos complexos ideológicos da sociedade da qual elas fazem parte. Assim, quando questionamos às pessoas idosas se já beneficiaram de algum programa de assistência do Estado angolano, elas prontamente responderam que nunca, porém recebem *ajuda e apoio* de diferentes grupos filantrópicos e religiosos. Fato que nos levou a apreender que na sociedade angolana há uma certa tendência de se associar política social de assistência e “ajuda e/ou filantropia”.

As mediações que viabilizam a interpretação da realidade social e consequentemente sua intervenção têm como foco a reprodução da ordem social vigente, capitalista, com todas as suas contradições. Essas mediações carregadas de ideologias para manutenção da ordem têm como fim a alienação dos sujeitos, na medida em que o é legitimado como um direito (Acção Social), manifesta-se como ajuda ou apoio social e/ou Estatal. Por isso, a assistência é encarada pelos próprios beneficiários como “ajuda”.

Consideramos que, (lasi apud Monteiro, 2019, p. 275), “a consciência está num movimento constante, numa unidade de contrários intrínseca e excludente, ao mesmo tempo, é moldada, interagindo com a realidade objetiva desde a nascença do indivíduo e no seu desenvolvimento”. Logo, é evidente que “a consciência tem diferentes estágios, desde o senso comum, ou alienação moldada pela ideologia difundida pela classe dominante dos meios de produção, passando pelo

questionamento das relações presentes em nossa sociedade, levando a atingir ou não uma consciência de classe”.

Desta feita, uma sociedade que carrega o fardo da escravização, do capitalismo tardio e dependente, as subjetividades que se expressam aqui é reflexo da alienação produzida pelas ideologias dominantes cuja base se funda no modo de (re)produção social vigente.

Como vimos, Em Angola, a Acção Social (política social) às pessoas ou grupos em situação de vulnerabilidade se manifesta, geralmente, em forma de ajuda e filantropia, onde os complexos ideológicos dominantes são usados para mobilizar a sociedade, como uma grande família, no sentido de participarem do estancamento das expressões particulares da questão social. Dentro dos complexos das subjetividades entrevistadas por nós, é descartada as possibilidades de reivindicações, – ato político de manutenção de direitos trabalhistas socialmente conquistados, resultado do embate entre trabalhadores e capitalistas – já que se trata de “favor”. Portanto, na visão destes, “ainda que for o mínimo, desde que está a ser feito, é o que importa”.

O Estado minimalista angolano, impulsionado pela racionalidade neoliberal imperialista, com ideologia da escassez dos recursos, precarizam-se os serviços de assistência, as políticas sociais, saqueando o fundo público, – produto da riqueza social – destinando-o às iniciativas privadas com fim de valorizar a acumulação e privatização do capital.

Quanto ao quadro 14, a realidade objetiva das pessoas idosas residentes no Beiral é marcada por muitas ausências das condições básicas de vida. Mesmo assim, maior parte dessas pessoas por falta de “liberdade”, já que entendemos que a liberdade se manifesta pelas possibilidades de escolhas, vem-se obrigada a residir no Beiral, mesmo com as complexas contradições que aquela realidade apresenta. 15 pessoas idosas disseram que estão **pouco satisfeitas** com a vida que têm, ao passo que 5 responderam que estão satisfeitas. Dentre as 15 pessoas pouco satisfeitas, os motivos evidenciados foram diversos, desde problemas de saúde, falta de moradia e condições de subsistência, problemas econômicos, e algumas pessoas idosas, inclusive, afirmaram que se tivessem as condições materiais de reprodução social prefeririam estar em suas próprias residências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver esse trabalho foi possível verificar que de fato a realidade social é síntese de múltiplas determinações sociais e históricas. Ela em si é um complexo de complexos, e que a realidade objetiva constitui as bases fundamentais para determiná-la. Embora, nesse processo, a realidade subjetiva tenha a sua importância, é a realidade objetiva que dita as regras do que deverá ser.

No nosso trabalho, nossa maior pretensão foi buscar aproximações que visavam responder a nossa pergunta inicial: Qual é o perfil socioeconômico e epidemiológico da pessoa idosa no Lar de Assistência à Pessoa Idosa (LAPI), Beiral em Luanda?

Sendo assim, diante da pergunta acima citada, surgiram outras questões que se configuraram como questões norteadoras, são elas as seguintes: Quem são as pessoas idosas que residem no LAPI, Beiral? De onde vieram? Trata-se do envelhecimento da classe trabalhadora? Quais segmentos da classe trabalhadora? Quais determinações concorrem/concorreram no processo de envelhecimento das pessoas idosas no Beiral? E por último, que velhice as pessoas residentes no Beiral estão tendo?

Pensamos nós que até aqui foi possível produzir aproximações sobre o fenômeno a que nos propusemos pesquisar, desde já adiantamos que não se trata de uma pesquisa acabada, pois partimos do pressuposto de que a realidade é dinâmica, por isso, ela permanece em constante mudança.

Para desvendarmos o perfil socioeconômico e epidemiológico da pessoa idosa no Beiral, foi necessário partirmos das relações sociais de produção e reprodução da vida, portanto, da realidade social, norteamos por um método que nos demonstra que a realidade social é sobretudo histórica e social (materialismo histórico dialético), na medida em que ela é produto da interatividade humana, e não simplesmente expressão da vontade individual dos sujeitos. Assim, a particularidade do fenômeno constitui em si elementos da universalidade e da singularidade,

Ao partirmos do trabalho enquanto categoria fundante das relações sociais foi possível apreender os complexos ideológicos que configuram o perfil das pessoas idosas residentes no Beiral se fazem com a emergência da compra e venda da força de trabalho na sociedade angolana, na época colonial. O trabalho assalariado, ao

emergir em Angola na década de 60 do anterior século traz consigo novas configurações no modo de ser do angolano, já que muda radicalmente a forma de interatividade social, as relações sociais que se materializam pelo trabalho.

Ao privatizar os meios de subsistência humana e a riqueza social produzida que antes era coletiva, criou-se a desigualdade social no acesso à riqueza humana. Com isso, queremos dizer que o perfil socioeconômico e epidemiológico das pessoas idosas no Beiral tem raízes na história humana, e só é possível apreendê-la se recorrermos à ela. Por isso, ao apreendermos os fundamentos históricos do envelhecimento humano no mundo e na sociedade angolana e os processos de trabalho, questão social e políticas sociais foi possível desvendar que o envelhecimento com ausência das condições sociais de subsistência se constitui como expressão da questão social e é vivida pelos segmentos mais pobres da classe trabalhadora angolana, aqueles cuja força da ideologia dominante os afastou dos sistemas formais de produção da vida, o trabalho.

A precarização das políticas sociais em Angola evidencia o caráter antagônico dos interesses das classes sociais, na medida em que a riqueza humana produzida privilegia em primeira instância a burguesia internacional via equacionamento da dívida pública nacional, e aos interesses da pequena burguesia nacional via investimentos ou financiamento aos interesses privados e/ou particulares, e o Estado angolano se constitui como instrumento ideopolítico no delineamento desses interesses.

Assim, se dá golpe aos mais pobres, ao desviarem a riqueza social produzida (via distribuição do OGE), que seria destinada à minimização do impacto das desigualdades sociais produzidas, – via investimento em políticas sociais – uma vez que são os segmentos mais pobres da classe trabalhadora que gozam dos direitos sociais legitimados, sobretudo pela proteção social de base. Nesse sentido, se precarizou a vida de milhares de trabalhadores pela ideologia dominante da empregabilidade da força de trabalho, cujos critérios afastaram as pessoas idosas por nós entrevistadas do trabalho formal e protegido. Sendo assim, pelo quadro nº 5, sobre as *categorias gerais que caracterizam os sujeitos da pesquisa*, é possível apreender que todos os nossos sujeitos da pesquisa são segmentos da classe trabalhadora, cujo sistema dominante explorou de forma mais severa, excluindo-os da

mediação que possibilita a autossustentabilidade, o trabalho assalariado formal-protegido e por isso, os obrigou a se reproduzirem mediante o trabalho informal.

Em Angola, é comum ouvirmos que *as políticas foram bem delineadas, e que o problema consiste na sua materialização*, essa falácia carregada de ideologia dominante, impede os sujeitos sociais de questionarem as bases ideológicas que sustentam as políticas sociais em Angola, a começar pelo delineamento da linha de base da pobreza, aquela que define que são os pobres e, sobretudo, quem deve beneficiar da assistência estatal via proteção social de base.

Neste caso concreto, manipulam-se os critérios no sentido de reduzir os pobres, e como diz Lessa (2013), a tendência é de reavaliar para mais baixo possível a linha da pobreza e dessa forma diminuir os investimentos destinados à eles, e demonstrar melhorias na redistribuição da renda. Assim, em Angola, para se definir os pobres, o critério não é o trabalho, mas as condições mínimas de subsistência. Confunde-se, portanto, meios de produção com bens de primeira necessidade como geladeira, bicicleta, televisão, rádio, tipo de casa, as paredes da casa, acesso à água potável numa distância inferior a 30 minutos (ida e volta), acesso à energia elétrica em casa, o tipo de combustível sólido utilizado para cozinhar, entre outros¹⁷. São esses critérios que definem, sobretudo, o perfil socioeconômico das pessoas em condição de vulnerabilidade, e no nosso caso, das pessoas idosas que devem residir no Beiral.

Segundo Salvador e Teixeira, apud Mateus (2022, p. 112),

[...] os dados não falam por conta própria! Estes são cotejados por sujeitos ligados a projetos políticos marcados por antagonismos de classes (e suas frações) cujos porta-vozes anunciam e denunciam aspectos do orçamento público em consonância aos seus interesses, os quais podem ser puramente económico-corporativos ou ético-políticos, em termos gramscianos.

As políticas sociais em Angola devem ser questionadas, uma vez que elas se expressam como mediação que manipula a situação dos vulnerabilizados. A precarização das políticas sociais em Angola passa primeiramente pela sua idealização e/ou concepção, ou seja, a precarização “prática” da ação social se dá necessariamente pelas bases teóricas e metodológicas que fundamentam o Sistema

¹⁷ Ver mais no quadro nº 4 deste trabalho, sobre as dimensões, indicadores e linhas de privação, 2020.

Nacional de Acção Social. Assim como toda prática é fundamentada por determinada(s) teoria(s), a precarização da Acção Social em Angola, é uma das expressões da precarização pautada nos fundamentos teóricos e metodológicos que fundamentam sua prática, ou seja, nas políticas sociais, sobretudo, aquelas de proteção social de base.

Assim, o Estado angolano ao legitimar a ação social (política social) como um conjunto de “ações sociais”, chamando, na sua implementação, a participação das organizações filantrópicas, as igrejas, a sociedade civil, as organizações sem fins filantrópicos, legitima a pluralidade das ajudas no estancamento das manifestações da questão social. A *Acção Social* em Angola é uma política de proteção social de base cujo responsável pela sua materialização é o Estado angolano, e não um conjunto de ajuda e filantropia, onde todos os atores sociais devem ser chamados para implementar! Como vimos, no caso das pessoas idosas residentes no Beiral, diferentes organizações sociais têm levado comida ao Beiral, e outros bens de primeira necessidade que a instituição carece.

Parafraseando Mateus (2022), a ideologia da empregabilidade é viabilizada pelas políticas de educação, formação profissional, emprego, juventude e pela política de população. Ao precarizar essas dimensões, precariza-se a vida da maior parte da população. Como vimos, nos depoimentos dos nossos sujeitos, a falta de acesso à educação, a formação profissional condicionou a empregabilidade desses sujeitos, arrastando-os ao trabalho precário e informal. Trata-se de uma população que se reproduziu mediante condições mínimas/precárias, num contexto marcado por pauperismo, desemprego em massa de trabalhadores, salário-mínimo nacional muito abaixo da cesta básica, com precárias políticas de assistência, e que carrega em si os vestígios da exploração e escravização portuguesa, marcado por um capitalismo periférico e dependente aos centros capitalistas, cujos recursos servem às grandes potências.

As pessoas idosas residentes no Beiral são parte orgânica da classe trabalhadora angolana, aquelas que ao lhes ser negado direito ao acesso ao trabalho formal pela ideologia dominante da empregabilidade, se viram afastadas das condições básicas de vida. Essas pessoas viveram oscilando durante toda a sua vida entre o desemprego e o trabalho informal, sendo, por isso, que as doenças que apresentam hoje é produto das condições de carência que permearam suas vidas.

Seu perfil socioeconômico evidencia a existência de uma população que vive abaixo da linha de pobreza, uma população com grau elevado de privação no acesso à riqueza humana, sem as condições mínimas de prover sua subsistência, razão pela qual se encontram a residir no Beiral.

Como vimos, a maior parte dos nossos sujeitos de pesquisa migraram de localidades do interior do país para a capital, Luanda, procurando melhores condições de trabalho e, portanto, de vida. A concentração de pessoas em Luanda se justifica pelo fato de Luanda ser a capital política e econômica do país, e por isso, concentrar maior parte das infraestruturas de poder nela. Segundo o INE (Angola, 2020) Luanda é a província com a menor taxa de incidência da pobreza, com 23,7%.

Trata-se de uma população idosa que do ponto de vista físico encontra-se muito envelhecida, aparentando ter uma idade acima do real. Portanto, toda a situação de pobreza e miséria vivenciada por essas pessoas aceleraram o seu processo de envelhecimento, desencadeando doenças como lombalgia, reumatismo e trombose, doenças, hipertensão. Apesar disso, não se constatou doenças severas, porém a precariedade dos serviços de assistência médica e medicamentosa pode agravar o estado de saúde/doenças dessas pessoas.

Pelos indicadores sociofamiliares, foi possível identificar uma população institucionalizada, cujas famílias não puderam cuidar por falta de recursos financeiros e/ou de subsistência. Nota-se um distanciamento social entre os familiares e as pessoas idosas, em alguns casos, as pessoas idosas afirmaram que as famílias não têm noção de que elas se encontram naquela instituição, e que a instituição não evidencia esforços para reverter essa situação.

Em Angola é muito comum a partidarização das instituições estatais, ou seja, é comum os responsáveis máximos das instituições públicas serem membros do partido no poder, MPLA, para manter sua hegemonia, e perpetuar seus interesses. Sendo assim, se nota uma autonomia muito relativa dessas instituições, principalmente no concerne a luta e a defesa dos interesses dos grupos mais desfavorecidos, estas portanto, se vêm reduzidas a objetivar os interesses dominantes, ainda que milhares de pessoas sejam afetadas. Ao estarem institucionalizadas no Beiral, denotamos que as pessoas idosas têm a sua autonomia reduzida, principalmente no diz respeito à efetivação dos seus direitos de cidadania, como por exemplo, fazer parte dos

movimentos sociais, uma vez que estes são vistos como organizações de rebeldia que visam desestruturar a ordem social estabelecida.

Esse estudo fornece mediações que contribui para dar visibilidade à velhice empobrecida e vulnerabilizada da classe trabalhadora angolana. Traz à tona a velhice dos segmentos mais subalternizados desta classe, daqueles/as que se reproduziram mediante trabalho informal, pelo acesso precário a riqueza social produzida, no sentido de despertar a tomada de consciência de classe enquanto processo que possibilita perspectivar lutas sociais com vista à emergência, ampliação e materialização de políticas sociais que visam proteger de forma permanente pessoas trabalhadoras e a importância dos movimentos sociais como espaços que viabilizam reivindicar a realidade social atual pela conquista de direitos sociais e objetivam formas de supressão de toda forma de exploração e subalternização do humano pelo humano.

Abordar o perfil socioeconômico e epidemiológico da pessoa idosa residente no LAPI-Beiral, implica também mencionar os desafios do mesmo lar no processo de reprodução da vida material dos idosos, sabendo que o perfil é uma construção tecida por múltiplas determinações históricas dos nossos sujeitos de pesquisa, ou seja, o lar de acolhimento em menção é parte da construção do perfil dos idosos.

Estamos diante de uma instituição pública, que executa políticas específicas de proteção social de base à pessoa idosa em Angola. Isto quer dizer que os desafios que esta instituição enfrenta levam em conta os condicionamentos da própria história do Estado angolano e sua relação com a mundialização do capital, o projeto de sociedade angolano manifesto nas mediações teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operacionais das políticas de proteção social (mormente a de base), sem ignorar a singularidade da instituição que se confronta com as qualidades da subjetividade dos usuários no complexo da busca da humanização dos serviços à pessoa idosa, enfim, os desafios são a elaboração dialética de tensões entre as condições objetivas e subjetivas do perfil dos nossos sujeitos de pesquisa.

Os desafios ligados à história própria de Angola e seu lugar na globalização do capital, dimensiona a sua condição de periferia, de economia dependente, de formas de dominação e exploração política, econômica e social dos centros capitalistas sobre Angola, o que configura uma morfologia das políticas públicas angolanas próprias à

subserviência da reprodução do capital conduzido pelo império americano, Japão e toda Europa ocidental (Amin, 2020).

Essas políticas públicas, nas quais se constituem as de proteção social, são fundadas nos documentos da Organização das Nações Unidas (a atual Agenda); União Africana (a Agenda 2063: a África que queremos) bem como pela sua relação com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, portanto estaremos perante um projeto de sociedade que apenas tende a olhar para as pessoas idosas como parte da classe trabalhadora para a qual as políticas de proteção social são vistas como desperdício de recursos financeiros, pela lógica empresarial do Estado burguês de custo-benefício das políticas, e isso é visível no Orçamento Geral do Estado angolano dos últimos anos.

Atrelado a isso, ou melhor, como expressão dessa forma de racionalidade (instrumental) as mediações teórico-metodológicas são manifestas na linha de base de pobreza em cuja tecnificação das práticas do Beiral – e aqui salienta-se o desafio metodológico de intervenção – estão imbuídas critérios de se assistir apenas as pessoas idosas em situação extrema de vulnerabilidade econômica, física/social e epidemiológica, critérios que não dão conta nem do número de pessoas idosas nesta situação e por isso, como pela incapacidade de atender as demandas, selecionam-se apenas os mais miseravelmente vulnerabilizados para serem assistidos.

Como dizia Campelo e Paiva (2012, p. 220) essa racionalidade formal-abstrata passou a ser um imperativo no processo de conhecimento, alicerçada em princípios que naturalizam a realidade, desconsiderando as mediações e as contradições que a produzem. Portanto, essa racionalidade limita a intervenção estatal, evidenciando uma impossibilidade na materialização da ação social no seu carácter universal, como está legalmente legitimada, uma vez que pela precarização dos recursos destinados se torna impossível assistir a todas as pessoas subalternizadas.

Ao reconhecermos a categoria do trabalho como fundante do ser social, reconhecemos que é pelas mediações que se realizam no trabalho que homem transforma a natureza, adequando-a às suas necessidades individuais e/ou coletivas, e nesse processo ele próprio se transforma, tornando possível o devir humano, ou seja, mediação que torna possível a transição do ser natural ao ser social, o humano genérico. “É esse ser, capaz de transformar a natureza de tal forma a não mais ser escravizado pelas necessidades biológicas básicas, mas repleto de necessidades

humanas e sociais, que é compreendido como humano”. Posto isto, “muito mais do que um conjunto de aspectos psicológicos e biológicos, o ser humano pleno é aquele que se ergue ante a natureza e, ao invés de se adaptar a ela, adapta-a aos seus interesses, ao produzir, a partir do que lhe é oferecido naturalmente, um mundo humanizado” (Roggenkamp e Subtil, 2015, p. 332).

Ao falar de humanização na sociabilidade capitalista precisamos ter em conta as contradições sociais e limites que a mesma sociabilidade impõe para (re)produção da classe trabalhadora. Assim, a lógica capitalista, para sua reprodução, impõe limites às ações e serviços que visam essencialmente atender às necessidades humanas, dando predominância ao mercado e suas leis, nas dimensões que constituem e categorizam o humano-genérico.

Com isso, estamos querendo dizer que numa sociedade capitalista, cuja lógica é a exploração do trabalho no sentido de valorização e acumulação do capital, a humanização dos serviços é abstrata e condicionada, já que essa lógica privilegia o lucro e acumulação, em detrimento do ser humano. Sendo assim, o acesso à riqueza social produzida é condicionado pela posição de classe, pela raça, gênero e etnia.

Uma sociedade cujo fundamento se consolida na compra e venda da força de trabalho, na exploração do ser humano pelo ser humano, na privatização e acumulação da produção humana, os valores como, a humanização e a valorização da vida humana se manifestam como inviáveis, sendo totalmente afetados pelos interesses privados da propriedade que regem essa sociabilidade, uma vez que os valores do mercado dominam toda a vida social. Não se trata de maldade humana, o problema consiste na base material que funda essa sociedade, nas relações sociais que os homens estabelecem entre si na (re)produção social, ou seja, no trabalho assalariado. Segundo Marx e Engels (2009), não são as ideias que determinam a realidade material, mas o contrário, é a realidade material que as determinam, sendo assim, por melhores intenções que os humanos tenham com a humanização dos serviços e das relações sociais, eles sempre estarão aos limites que a sociedade capitalista impõe para sua produção e reprodução.

Em Angola, a ideologia da escassez dos recursos é utilizada para justificar a impossibilidade da materialização das políticas que compõem o setor social, com ênfase à proteção social de base, destinada às pessoas em situação de vulnerabilidade. Com essa ideologia, portanto, é justificada a impossibilidade de

distribuição da riqueza humana produzida. Como vimos no gráfico 1 e no quadro nº 2, relativamente à distribuição do OGE 2023, 2024, o PIB angolano, fruto da riqueza social produzida, privilegia os interesses privados da classe social dominante em detrimento dos investimentos com políticas sociais. Vimos, através desses orçamentos, a precarização da proteção social pelo escasso recurso e/ou financiamento disponibilizado.

O fundo público angolano tem servido abundantemente aos interesses do capital do que aos interesses da classe trabalhadora angolana, na medida em que vemos a transferência em grande escala dos recursos públicos tributários ao equacionamento da dívida pública e aos interesses econômicos e/ou privados, financiamento às iniciativas privadas. Essa evidência nos ajuda a destrinchar a função social do Estado, sendo que este não é neutro, sua emergência histórica cumpre uma determinada função na luta pelos interesses antagônicos das classes sociais.

Como destaca Farias apud Teixeira (2006, p. 72, grifos nossos), o Estado não pode ser visto como um valor universal, um ideal abstrato, uma forma fixa, irregular e aleatória. Antes pelo contrário, *o fenómeno estatal obedece a leis que trazem a marca da história, em articulação orgânica com as formas assumidas pelo ser social na produção e na reprodução social.*

Esta entidade – o Estado – tem a função de *conciliar* os interesses antagônicos das classes sociais, perpetuando a reprodução da ordem social capitalista com todas as suas contradições.

Ainda que se venham ampliar os direitos sociais humanos, pela ampliação dos seus recursos, esses nunca serão capazes de romper a ordem social vigente, sempre serão equacionados dentro dos limites do capital. Portanto, as necessidades humanas, a humanização dos serviços, dos recursos não são prioridade para o capital, mas meio para a sua valorização.

O OGE angolano dos últimos 5 anos têm contribuído para ampliação das desigualdades sociais, já que privilegia a concentração dos recursos públicos para valorização dos interesses privados, da burguesia nacional e internacional. Essa realidade evidencia a luta das classes sociais contraditórias pelo fundo público angolano, onde são priorizados os interesses da classe social hegemônica, agudizando assim as variadas expressões da questão social, sobretudo aos grupos e

segmentos mais pobres e socialmente considerados vulneráveis, como as pessoas idosas que nunca conseguiram acessar ao trabalho formal/protegido, o caso dos nossos sujeitos da pesquisa.

Parafraseando, Tonet (2015), o Estado, em todas as suas formas é ontologicamente burguês, é da sua natureza defender e priorizar sempre a propriedade privada dos meios de produção, portanto, defender os interesses da classe social, política e economicamente mais poderosa. No caso específico de Angola, podemos mais uma vez evidenciar a veracidade dessa afirmação pelo artigo 37.º da Constituição da República Democrática de Angola, sobre os direitos e limites da propriedade privada, no seu ponto 2, *o Estado respeita e protege a propriedade [privada] e demais direitos reais das pessoas singulares, colectivas e das comunidades locais, só sendo permitida a requisição civil temporária e a expropriação por utilidade pública, mediante justa e pronta indemnização, nos termos da Constituição e da lei* (Angola, 2022, p. 33).

Continuando na questão da humanização, segundo Chaximbe e Sarreta (2023), o Estado angolano reconhece a necessidade da humanização da assistência, por isso, aprovou pelo despacho n.º 1114 de 2014 o Programa Nacional de Humanização da Assistência na Saúde (PNHAS). Este programa tem como objetivo central melhorar as relações entre profissional de saúde e utente, dos profissionais entre si, entre os serviços de saúde e a comunidade. Porém, a humanização no sentido genérico é muito mais que relação profissional utente.

Consideramos que a humanização é um processo do *devir humano do homem*, como nos coloca Lukács (2018), *nesse processo está intrínseco a objetivação do ser social*. A humanização é construída socialmente, esse processo implica necessariamente a apropriação, pelo ser humano, da riqueza socialmente produzida. Assim, o ser social se humaniza na medida em que consegue se objetivar pelo acesso às suas categorias mais essenciais, trabalho, arte, cultura etc. No caso de Angola, temos um contexto marcado por miséria e pobreza extrema, onde a privatização do “básico necessário” é superior aos 50% da população (Angola, 2020), portanto, um cenário marcado pela precarização da vida humana.

Assim, numa sociedade onde o trabalho é abstrato e/ou alienado (trabalho assalariado), mediatizado por um conjunto de condições que dificultam o acesso pela classe trabalhadora, sendo o acesso à arte e à cultura – uma das condições que

viabiliza a humanização do ser social – estranhado, mercantilizado e por isso privatizado e precarizado, por melhores que sejam as intenções das políticas sociais, estas não contribuirão para a mudança radical dessa realidade. Como dizia Marx apud Tonet (2015, p. 2, grifos nossos) *dada a dependência ontológica do Estado em relação à economia, as políticas sociais, por mais que possam contribuir para a defesa dos interesses dos trabalhadores, sempre esbarrarão nos limites insuperáveis postos pela reprodução do capital*. Portanto “[...] elas poderão contribuir mais para a reprodução dos interesses do capital ou para a defesa dos interesses dos trabalhadores. Tudo dependerá do estado da luta entre as forças em confronto”.

Apesar do caráter limitante das políticas sociais, sem dúvidas, constituem mediação imprescindível para a reprodução da classe trabalhadora, uma vez que é através delas – as políticas sociais – que esta classe consegue se reproduzir. Por isso, embora as limitações dessas políticas, é, necessariamente, fundamental enfatizar que a história humana é produzida e reproduzida socialmente, a realidade material não é imutável, ela é histórica e social, ou seja, é produto das relações humanas, portanto, é mutável. Assim, apesar das limitações apresentadas aqui, o mesmo espaço também nos apresenta possibilidades de reverter o momento atual. Marx apud Tonet (2015, p. 2, grifos do autor) dizia que, “não há dúvida que a emancipação política representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual”.

É nesse espaço contraditório de interesses que os humanos se manifestam como vítimas e protagonistas da história. Portanto, as políticas sociais ao se manifestarem como mediações necessárias para reprodução dos trabalhadores/as, criam possibilidades materiais para que a classe trabalhadora se organize coletiva e politicamente, criando condições estratégicas para uma ruptura radical no atual sistema, isto é, mudando a base material de reprodução capitalista, tirando de cena o trabalho assalariado e implantando o trabalho associado, que ao nosso ver, pelos seus fundamentos parece ser humanamente superior.

Defendemos assim, as lutas pela defesa e ampliação das políticas públicas. Estas lutas devem ser associadas à organização política da classe trabalhadora no sentido de se criar uma ruptura no atual sistema social econômico, lembrando que para isso, deve-se universalizar este objetivo.

Na luta pela defesa e/ou ampliação das políticas sociais se deve criar possibilidades de divulgação de uma ideologia que possibilite a construção de uma consciência crítica e, portanto, política dos sujeitos sociais subalternizados, uma ideologia que esteja em conformidade com a realidade social prática e/ou material destes, uma concepção de mundo que demonstre aos subalternizados que é possível a construção de uma sociabilidade que tenha como premissa o atendimento das necessidades humanas, e não a privatização da riqueza humana, daí a importância, dos intelectuais. Sendo assim, urge a necessidade de se articular o que Tonet (2023) designa por lutas imediatas com o objetivo geral da classe trabalhadora, que é, acabar com toda forma de exploração do humano pelo humano. Nessa tarefa fundamental, Gramsci destaca a importância do intelectual orgânico.

Segundo Gramsci apud Alves (2010, p. 74) “é muito comum um determinado grupo social, que está numa situação de subordinação com relação a outro grupo, adotar a concepção do mundo deste, mesmo que ela esteja em contradição com a sua atividade prática”.

Para Lênin e Gramsci, a classe operária não chega a essa consciência crítica de maneira espontânea, não se torna independente por si sem se organizar; esta organização deve partir de fora e remete diretamente à questão política dos intelectuais. “Para Gramsci, não existe organização sem intelectuais. Estes representam o elemento de ligação teórico-prática, o nexo que liga a estrutura à superestrutura” (Alves, 2010, p. 76).

Essa organização para Gramsci apud Alves (2010, p. 76), precisa “abranger as relações de todas as classes sociais entre si e suas relações com o Estado; [para] que proporcione uma visão global da sociedade e não a experiência imediata do proletariado”. Essa organização precisa se expressar como uma vontade política coletiva, com adesão de todos os segmentos e refrações da classe trabalhadora, deve ser de caráter nacional, para que depois possa abranger aos grupos internacionais.

As lutas de classes em Angola andam muito rebaixadas, fato que acentua a exploração dos trabalhadores pela inobservância sobretudo dos seus direitos elementares legitimados, fato que agudiza as expressões particulares da questão social. Assim sendo, é necessária a organização política de uma frente dos/as trabalhadores/as angolanos, independentes do governo, comprometidos com a causa dos trabalhadores/as, para isso, os intelectuais orgânicos precisam se colocar na linha

da frente, no sentido de direcionar teoricamente as lutas, elevando a consciência crítica da classe.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil: subsídios para elaboração de políticas**, 2019.

ALENCAR, Tatiane de Oliveira Silva.; NASCIMENTO, Maria Angela Alves do.; ALENCAR, Bruno Rodrigues. **HERMENÊUTICA DIALÉTICA: uma experiência enquanto método de análise na pesquisa sobre o acesso do usuário à assistência farmacêutica**. Bras Promoç Saúde, Fortaleza: 243-250, abr./jun., 2012.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: **Lua Nova**, São Paulo, 80: 71-96, 2010.

AMIN, Samir. **Somente os povos fazem sua própria história: ensaios políticos de Samir Amin**. Tradução de Dafne Melo, 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Edição especial actualizada. Promulgada em fevereiro de 2022. 1ª ed. Luanda: Tribunal Constitucional. Lexdata, 2022.

ANGOLA, **Decreto Presidencial nº 13/06**, de 17 de Maio. Dispõe sobre Condições de Instalação e Funcionamento do Centro de Dia de Assistência à Pessoa Idosa e Portadora de Deficiência, Diário da República: órgão oficial da República de Angola. Luanda, I Série, n. 60, p. 982, maio, 2006.

ANGOLA, **Decreto Presidencial nº 37/21**, de 08 de Fevereiro. Dispõe sobre Política Nacional de Acção Social, Diário da República: órgão oficial da república de Angola. Luanda, I Série, n. 24, p. 1753, fev. 2021. Disponível em: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/ang200831.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2023.

ANGOLA, **Decreto Presidencial nº 54/22**, de 17 de Fevereiro. Dispõe sobre Salário Mínimo Nacional, Diário da república: órgão oficial da república de Angola. Luanda, II Série, n. 32, p. 1794, fev. 2022. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://www.lexlink.eu/FileGet.aspx%3FFileId%3D3030559&sa=U&ved=2ahUKEwi1pbHkj-uFAxWzDbkGHakGBIAQFnoECAgQAq&usq=AOvVaw1kgsBopAjAZxFy4FZrr9WG>. Acesso em: 30 abr. 2024.

ANGOLA, **Decreto Presidencial, nº 148/12**, de 26 de Abril. Dispõe sobre Quadro Indicativo de Pessoal do Lar de Assistência à Pessoa Idosa, Diário da República: órgão oficial da república de Angola. Luanda, I Série, n. 79, p. 1886, abr. 2012.

ANGOLA, **Decreto Presidencial, nº 180/12**, de 15 de Agosto. Dispõe sobre Política Para a Pessoa Idosa, Diário da República: órgão oficial da república de Angola. Luanda, I Série, n. 157, p. 3544, ago. 2012.

ANGOLA, **Decreto Presidencial, n.º 239/21**, de 29 de Setembro. Dispõe sobre Plano de Acção Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil, Diário da República: órgão oficial da república de Angola. Luanda, I Série, n.º 184, p. 7654, set. 2021.

ANGOLA, **Decreto Presidencial, nº 250/19**, de 05 de Agosto, sobre o Programa de Privatizações para o período de 2019- 2022, Diário da República: órgão oficial da república de Angola, I Série, nº 101, p. 4975, 2019.

ANGOLA, Governo de. **Angola é um país potencialmente rico em recursos minerais**, 2024. Disponível em: <https://governo.gov.ao/angola/recursos-minerais-simbolos>. Acesso em: 30 out. 2024

ANGOLA, Instituto Nacional de Estatística. **Anuário Estatístico de Angola 2014-2017**. Luanda, 2019. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_637873633710251001.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

ANGOLA, Instituto Nacional de Estatística. **Estatísticas de comércio externo**. Luanda, 2024. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_638547241562492793.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

ANGOLA, Instituto Nacional de Estatística. **Indicadores de emprego e desemprego: inquérito ao emprego em Angola**. Luanda, 1ª ed, 2024.

ANGOLA, Instituto Nacional de Estatística. **Pobreza multidimensional em Angola**. Luanda, 2020. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_637494425092204878.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

ANGOLA, Instituto Nacional de Estatística. **Relatório temático sobre o género: inquérito de despesas, receitas e emprego em Angola 2018-2019**. Luanda, 2020.

ANGOLA, Instituto Nacional de Estatística. **Resultados definitivos do recenseamento geral da população e habitação de angola - 2014**. Luanda, 2016.

ANGOLA. **Lei Constitucional**. Edição INA, 1975.

ANGOLA, Lei nº 7/04, de 15 de Outubro **sobre Lei de Bases da Proteção Social**, Diário da República: órgão oficial da república de Angola. Luanda, I Série, nº 83, p. 1951: outubro, 2004.

ANGOLA, Lei nº 21-B/92, de 28 de agosto **sobre Lei de Bases do Sistema Nacional de Saúde**, Diário da República: órgão oficial da república de Angola. Luanda, outubro, 1992.

ANGOLA, Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher. **Anuário estatístico da acção social, família e promoção da mulher**. Luanda, 2023.

ANGOLA, Ministério da Economia e Planeamento. **Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027: impacto socioeconómico sustentável**. Luanda, 2018. Disponível em: [https://www.mep.gov.ao/assets/indicadores/angola2050/20231030\(3\)_layout_Final_Angola_PDN%202023-2027-1.pdf](https://www.mep.gov.ao/assets/indicadores/angola2050/20231030(3)_layout_Final_Angola_PDN%202023-2027-1.pdf). Acesso em: 19 dez. 2023.

ANGOLA, Ministério das Finanças. **Orçamento Geral do Estado 2023: resumo Da Despesa Por Função A. 2023** Disponível em: https://plataformacipra.gov.ao/public/ficheiros/arquivos/Gov_AngolaOGE331905230238041684503484.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

ANGOLA, Ministério das Finanças. **Orçamento Geral do Estado 2024**: relatório de fundamentação. 2023. Disponível em: <https://cms.minfin.gov.ao/api/assets/portal-minfin/b95da7f3-248b-448a-b4ec-d36e38d5b458/>. Acesso em: 22 set. 2024.

ANGOLA, Ministério das Finanças. **Orçamento Geral do Estado 2024**: resumo da despesa por função A. 2023. Disponível em: <https://cms.minfin.gov.ao/api/assets/portal-minfin/770a3cd4-2070-4d63-b8dc-a1dfc41fd65e/>. Acesso em: 22 set. 2024.

ANGOLA, Ministério do Planeamento. **Estratégia de combate à pobreza**: reinserção social, reabilitação e reconstrução e estabilização económica. Luanda, 2004.

ANGOLA, Novo Jornal. **Proposta de Lei da Divisão Política Administrativa aprovada com votos do MPLA – País passa a contar com 21 províncias e 378 comunas – Luanda dividida em duas**. Edição de 14 de agosto de 2024. Disponível em: <https://www.novojornal.co.ao/politica/interior/proposta-de-lei-da-divisao-politica-administrativa-dpa-aprovada-com-os-votos-do-mpla---o-pais-passa-a-contar-com-21-provincias-e-378-comunas---luanda-dividida-em-duas-120761.html>. Acesso em 19 nov. 2024.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Martins. 2 edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete, **Política social: fundamentos e história**, v. 2., São Paulo: Cortez, 2016.

BENEDITO, Jonorete de Carvalho. **A contribuição do Serviço Social brasileiro ao enfrentamento ao “racismo e ageísmo”**: um estudo sobre a produção de conhecimento expressa nos encontros nacionais de pesquisadores em serviço social realizados na segunda década do século XXI. Orientadora: Nanci Soares. Co-orientadora: Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva. 2022. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de ciências humanas e sociais, Universidade Estadual Paulista (UNESP) “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Franca, Franca, 2022.

BRASIL, 01/10 – **Dia Nacional do Idoso e Dia Internacional da Terceira Idade**: a jornada para igualdade, 2020. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/01-10-dia-nacional-do-idoso-e-dia-internacional-da-terceira-idade-a-jornada-para-a-igualdade/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira. **Perfil socioeconômico e epidemiológico da população idosa do Distrito Estadual de Fernando de Noronha – PE**. Orientador: Eduardo Maia Freese de Carvalho. 2004. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães – CPqAM, Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz., Recife, 2004.

CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**: um estudo sobre a racionalidade na produção de conhecimento do Serviço Social. Orientadora: Edelweiss Falcão de Oliveira. Co-orientador: Jorge Luis Acanda González. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. São Paulo: Cortez, 2014.

CARDOSO, Monique Fonseca.; SANTOS, Ana Cristina Batista dos.; ALLOUFA, Jomária Mata de Lima. **Sujeito, Linguagem, Ideologia, Mundo: técnica hermenêutico-dialética para análise de dados qualitativos de estudos críticos em administração**. XXXVII EnANPAD, Rio de Janeiro, 2013.

CHAXIMBE, Orlando Clementino Mununga.; SARRETA, Fernanda de Oliveira. **Serviço social e humanização da atenção na saúde de Angola**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

DILOLWA, Carlos Rocha. **Contribuição à história económica de Angola**. 2ª ed, Luanda: Editorial Nzila, 2000.

DUSSEL, Henrique. **A produção teórica de Marx: um comentário ao Grundrisse; tradução José Paulo Netto**, 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Nova York e HelpAge International, Londres. **Envelhecimento no Século XXI: celebração e desafio**, 2012.

GIL, António Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed, São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Jonuel. **A economia de Angola: da independência à crise mundial de 2008**. In: revista tempo do mundo | rtm | v. 2 | n. 3 |dez. 2010.

GONGA, António; ROCHA Mandele. ignorados e marginalizados pela sociedade e pelo Estado, os idosos Angolanos têm um futuro determinado pela ausência de condições. **Mosaiko Inform**, nº 45, Luanda, 2019. Disponível em: <https://mosaiko.op.org/wp-content/uploads/2020/06/MOSAIKO-INFORM-45-Direitos-dos-Idosos.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. 2ª ed, São Paulo: Cortez, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. In: Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2, n.3. Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

KOSIK, Karel. **A dialética do Concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1985.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LESSA, Sérgio. **Capital e Estado de Bem-Estar: o caráter de classe das políticas públicas**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**; [tradução de Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl, **Trabalho Assalariado e Capital**. Edição em Português da Editorial Avante, 1982, t1, pp 142-177.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

MATEUS, José Dias; MONTEIRO, Amor António. Serviço Social e Formação Profissional em Angola: crítica à ideologia dominante. In: E. J. (org), **Serviço Social nos países de língua portuguesa: interculturalidade e desafios**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021, p. 51-73.

MATEUS, José Dias. **Factores de empregabilidade dos jovens de Viana: o caso dos intermediários na Administração Municipal**. Orientador: Daniel Luciano Muondo. 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Departamento de Serviço Social, Instituto Superior João Paulo II – ISUP-JP II, Universidade Católica de Angola – UCAN., Luanda, 2022.

MPLA-PT. **Angola: trabalho e luta**. Luanda: Edições DIP, 1985.

MONTEIRO, Amor António. **Natureza do Serviço Social em Angola**. São Paulo: Cortez, 2016.

MONTEIRO, Amor António. **Mediações teórico-metodológicas no Serviço Social, no Estado e nas políticas sociais em Angola**. Orientadora: Raquel Raichelis Degenszajn. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 2019.

MONTEIRO, Amor António. **Serviço Social, Estado e Políticas Sociais em Angola: mediações teórico-metodológicas**. Manaus: Alexa Cultural: Embu das Artes/SP, EDUA, 2020.

MONTEIRO, Amor António. Serviço Social e os Desafios da Covid-19 em Angola. In: Edna Maria Goulart Joazeiro (Org.). **Atenção à saúde em tempo de pandemia da Covid-19: contextos nacionais e internacionais**. Teresina: EDUFPI, 2022. Cap. 2, p. 211-240.

MOURA, Clóvis. **Racismo e luta de classes no Brasil** - textos escolhidos de Clóvis Moura. Brasil: Editora Terra Sem Amos, 2020.

MUTANGE, Zurema Domingos; MATEUS, José Dias; ISSENGUELE, Isaiás Francisco Gaspar; SARRETA, Fernanda de Oliveira; SOARES, Nanci. **Serviço social e a interlocução entre saúde e proteção social da pessoa idosa em Angola**. LUMEN

ET VIRTUS. São José dos Pinhais, v. XV, n. XLI, p. 5694-5710, out. 2024. Disponível em: <https://kommo.cc/K/T4DODL/T32NNR>. Acesso em: 18 out. 2024.

NUNES, Letícia Soares. A questão socioambiental e a atuação do assistente social. **Textos e Contextos** (Porto Alegre). v. 12, n. 1, p. 196-212, jan./jun. 2013.

ONU. **Declaração Política e de Ação Internacional para o Envelhecimento de 2002**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/manual/5.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2024.

ONU. **Em Doha, ONU defende apoio em grande escala aos países menos desenvolvidos**. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/03/1810862>. Acesso em 06 de maio de 2024.

ONU. **Expectativa de vida saudável sobe em 10 anos na África**, 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/08/1797252>. Acesso em: 01 maio. 2024.

Organização Mundial da Saúde. **Traçabilidade da cobertura universal de saúde na região africana da OMS**. Brazzaville, 2022. Disponível em: <https://www.afro.who.int/pt/publications/acompanhamento-da-cobertura-universal-da-saude-na-regiao-africana-da-oms-2022>. Acesso em: 04 set. 2024.

Organização Pan-Americana da Saúde. **A Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos como ferramenta para promover a Década do Envelhecimento Saudável**. Washington, DC: OPAS; 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.37774/9789275726945>. Acesso em: 26 abr. 2024.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1996.

PAULO NETTO, José.; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

PAULO NETTO, José. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. In: Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2, n.3. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

PAULO NETTO, José. **Crise do Capital e Consequências Societárias**. In: Serviço Social e Sociedade. n.111. p. 413-429, jul/set. 2012.

PELA, Josefina Laura Tula Nombo. **Assistência social aos idosos: perspectivas teóricas e práticas**. Luanda: Visionários Editores, 2023.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “nova questão social”? raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje**. 2ª edição. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PINTINHO, Marcelino. **A exclusão social dos idosos: análise do contexto familiar em Angola-Luanda**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

PNUD, Angola. **INE lança consulta pública sobre pobreza multidimensional em Angola**, 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/angola/ine-lanca-consulta-publica-sobre-pobreza-multidimensional-em>. Acesso em: 21 nov. 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano.; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**, 2ª edição. Rio Grande do Sul: Editora Feevale, 2013.

RAMOS, Mauro. Hoje na História | Massacre da Baixa de Cassange, em Angola. **Brasil de Fato**: uma visão popular do Brasil e do Mundo, São Paulo, 2 jan. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/01/02/hoje-na-historia-or-massacre-da-baixa-de-cassange-em-angola>. Acesso em: 21 out. 2024.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Tradução Edgar Valles, Lisboa: Seara Nova, 1975.

ROGGENKAMP, Carla Irene.; SUBTIL, Maria José Dozza. **(Des)humanização e sociedade Capitalista: paradoxos de trabalho, arte e educação**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 64, p. 331-342, set., 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641944>. Acesso em: 6 jan. 2025.

SAMBANDO, Mélvire Mimosa Nanjango.; MUTANGE, Zurema Domingos. **O contributo dos centros de dia para a promoção da qualidade de vida da pessoa idosa**: uma análise do centro de dia Kudissanga Kwa Makota, Luanda. Orientador: Daniel Luciano Muondo. 2022. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social - Faculdade de Serviço Social, Universidade de Luanda, Luanda, 2022.

SANTO, Felisbela Augusta Espírito. **A institucionalização do Serviço Social em Angola**: contribuição do Instituto Pio XII para a sua história. Cascais: Editora Caneta de Estilo, 2023.

SANTOS, Alessandro Henrique da Silva.; SILVA, Jéssica Aline de Melo e.; VANDERLEI, Lygia Carmen de Moraes. Pesquisa quantitativa: um exemplo prático na área do Serviço Social. In PAIVA, Sálvea De Oliveira Campelo e; ARRUDA, Fernanda Tavares; COSTA, Náíade Melo (Orgs.). **Pesquisa sobre o envelhecimento humano no serviço social: contribuições refletidas a partir da prática profissional**. Recife: Edupe, 2022. cap. 7, p. 105-116.

SOARES, Nanci.; FARINELLI, Marta Regina.; LIPORONI, Andréia Aparecida Reis de Carvalho. Conselho de Direito: *uma análise do controle democrático e a participação social dos velhos trabalhadores*. In COSTA, Joice Sousa; DEL MASSO, Maria Candida Soares; SOARES, Nanci; PAIVA, Sálvea De Oliveira Campelo e. (Orgs.). **Aproximações e ensaios sobre a velhice**. Franca: UNESP-FCHS; São Paulo, Cultura Acadêmica, 2017. cap. 11, p. 173-192.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica. In: **Temporalis**, Brasília, ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

SPOSATI, Aldaíza. **Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/WcYSGg6ys8ZbQfLwf9zCtkn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2025.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento do trabalhador no tempo do capital: problemática social e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira contemporânea**. Orientadora: Marina Maciel Abreu. 2006. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento na perspectiva da Gerontologia Social Crítica**. Paraíba: Editora Terra sem Amos, 2024.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. In: **Argumentum**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 63-77, jul./dez. 2009.

TEIXEIRA, Solange Maria. Diferentes perspectivas teóricas acerca do envelhecimento e de políticas públicas para as pessoas idosas: situando o serviço social no debate. In: PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo e (Org.). **Envelhecimento, trabalho e instrumentalidade do serviço social: questões emergentes da prática profissional do/a assistente social**. Recife: Edupe, 2021. cap. 4, p. 75-97.

TEIXEIRA, Solange Maria. Proteção social no contexto neoliberal: em cena o neofamilismo. In: TEIXEIRA, Solange Maria (Org.). **Política de assistência social e o trabalho social com famílias**. Teresina: Edufpi, 2023. cap. 1, p. 19-34.

TONET, Ivo. Pluralismo Metodológico: um falso caminho. In: **Serviço Social e sociedade**, n. 48/1995.

TONET, Ivo. Expressões sócio-culturais da crise capitalista na atualidade. In: CFESS/ABEPSS (orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

TONET, Ivo. **Qual o rumo?** Maceió, 2023. Disponível em: https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Qual_o_rumo.pdf. Acesso em: 01 maio. 2024.

TONET, Ivo. **Qual política social para qual emancipação**. In: Revista Serviço Social, v. 17, n. 37, 2015.

TONET, Ivo. Trabalhar e envelhecer na sociedade capitalista atual. In: SOARES, Nanci; PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo e; LIPORONI, Andreia Aparecida Reis de Carvalho (Orgs.). **O envelhecer da classe trabalhadora: luta e resistência diante dos ataques aos direitos conquistados**. São Carlos: Pedro & João editores, 2023. cap. 2, p. 41-58.

TONET, Ivo. **Trabalho associado e revolução proletária**. In: Novos Temas. n. 5/6, Brasília, v. 17, n. 37, p. 279–295, 2012.

UNICEF, **Análise sobre o orçamento geral do estado 2023: visão geral**. 2023 Disponível em: <https://www.unicef.org/esa/media/13336/file/Angola-National-Budget-Brief-2023-PT.pdf>. Acesso em 26 de maio de 2024.

Universidade Católica de Angola (CEIC), **Relatório Económico de Angola**, 2019-2020. UCAN editor, Luanda, 2021.

VAN-DÚNEM, Telma. Preço da cesta básica já custa nove vezes mais do que o salário mínimo. **Expansão**, Luanda, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://expansao.co.ao/angola/interior/preco-da-cesta-basica-ja-custa-nove-vezes-mais-do-que-o-salario-minimo117475.html#:~:text=O%20pre%C3%A7o%20de%20uma%20cesta,Uni%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20dos%20Sindicatos%20Angolanos>. Acesso em: 27 jun. 2024.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As revoluções africanas**: Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

World Health Organization. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde/ World Health Organization; tradução Suzana Gontijo. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/7685/envelhecimento_ativo.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 26 abr. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Perfil socioeconômico e epidemiológico da pessoa idosa no LAPI, Beiral- Luanda

Nº	Categorias da dimensão social
Identidade	Nome (opcional) Idade: Sexo: Estado civil: Cidade de origem: Nº de filhos:
Q1	Com que frequência a/o senhora/senhor se encontra com familiares e/ou amigos?
Q2	Foi sua opção residir no Beiral? Há quanto tempo vive no Beiral?
Q3	Por que a/o senhora/senhor veio residir no Beiral?
Q4	Quantas pessoas vivem com a/o senhora/senhor no mesmo quarto?
Q5	Como é a sua relação com as pessoas daqui do Beiral?
Q6	A/o sra/sr. é/foi beneficiária/o de um ou mais programas e serviços da política de assistência? Se sim, qual?
Q7	Em caso afirmativo, como é/foi o acesso aos programas e serviços?
Q8	A/o sra/sr. Já frequentou a escola? Se sim, qual é seu nível de escolaridade?
Q9	Se não, por quê?
Q10	A/o sra/sr. Já frequentou alguma instituição de formação profissional? Por quê?
Q11	A/o sra/sr. Participa de movimentos sindicais? Se sim, quais?
Q12	A/o sra/sr. Participa de qualquer outra associação ou movimento social? Qual?
Q13	Como a/o sra./sr. Se sente em relação à sua vida em geral? a) Muito satisfeita/o () b) Satisfeita/o () c) Pouco Satisfeita/o () d) Insatisfeita/o ()
Q14	Caso a/o sra./sr. Se sente pouco satisfeita/o ou insatisfeita/o com a vida, quais são os principais motivos? a) Problemas econômicos () b) Problemas de saúde () c) Problemas de moradia () d) Problemas de mobilidade () e) Conflitos nos relacionamentos () f) Outros ()
Categorias da dimensão económica	
Q15	Qual ou quantas profissões a/o sra/sr. Tem?

Q16	Com que idade a/o sra/sr. Começou a trabalhar?
Q17	Qual é a sua situação atual de trabalho? a) Continuo trabalhando () b) Aposentado () c) Aposentado e pensionista ()
Q18	Qual é a sua renda mensal?
Q19	Já participou em algum concurso público? Se sim, Em que sector? a) Privado () b) Estatal ()
Q20	A/o sra./sr. Já se sentiu prejudicado ao acessar determinado trabalho por falta de qualificação profissional? Se sim, em que idade?
Categorias do perfil epidemiológico	
21	O sr, Sra tem alguma doença que carece de cuidados continuados a) diabetes b) Hipertensão arterial c) insuficiência renal d) outras
23	Há quanto tempo? Pode nos falar um pouco sobre o historial da doença por favor?
24	O sr, sra. tem tido assistência médica? Se sim, com que frequência? Onde tem sido?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____. IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº ____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **o perfil socioeconômico e epidemiológico da pessoa idosa no Lar de Assistência à Pessoa Idosa (LAPI)-Beiral em Luanda**. O projeto de pesquisa será conduzido por **Zurema Domingos Mutange**, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, orientado pelo(a) Prof (a). Dr(a) **Nanci Soares**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C. Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: **Dissertação**, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição.

1. **Envolvimento na pesquisa:** *ao participar deste estudo o (a) sr. (sra.) permitirá que o (a) pesquisador (a) (Zurema Domingos Mutange) tenha acesso as suas respostas respeitando sua liberdade. O (a) sr. (sra.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para si. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.*
2. **Sobre a entrevista:** *o (a) pesquisador (a) vai apresentar um guião de perguntas sobre o tema da pesquisa, e o (a) sr.(sra.) responderá com toda liberdade às questões.*
3. **Riscos e desconforto:** *a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.*
4. **Confidencialidade:** *todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador (a) e o (a) orientador (a) terão conhecimento dos dados.*

5. **Benefícios:** *ao participar desta pesquisa o (a) sr. (sra.) não terá nenhum benefício direto. Mas, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a atual realidade da pessoa idosa em Angola, de forma a perspectivar contributos nas políticas sociais de proteção a este segmento populacional.*
6. **Pagamento:** *o (a) sr. (sra.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.*

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto, preencha, por favor, os itens que se seguem: Confiro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Franca, 20 de Abril de 2024 .

Assinatura do participante

Documento assinado digitalmente
 ZUREMA DOMINGOS MUTANGE
Data: 04/02/2025 23:01:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(assinatura)

Pesquisador Responsável

Nome: Zurema Domingos Mutange

Endereço: Av. Adhemar Pólo Filho, nº 2050, Jardim Lima, Franca/SP, CEP: 14403-070

Tel: +55 16 99635-4170

E-mail: z.mutange@unesp.br

Documento assinado digitalmente
 Nanci Soares
Data: 02/02/2025 11:11:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(assinatura)

Orientadora

Prof. (ª) Dr. (ª) Nanci Soares

Endereço: Rua Dr. Mário de Assis Moura, 280, AP. 212, Bloco Wood – Nova Aliança, Ribeirão

Preto – CEP: 14.026-578 Tel: 55 16 981233331 E-mail:

APÊNDICE C – CARTA DE SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE CAMPO



unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Campus de Franca

FCHS

60 ANOS

Faculdade de Ciências
Humanas e Sociais
Campus de Franca

A
SUA EXCELÊNCIA DIRECTORA DA
ACÇÃO SOCIAL, FAMÍLIA E
IGUALDADE DO GÉNERO, LUANDA

Assunto: Solicitação de autorização para realização de pesquisa científica

Prezada,

Sra. Directora provincial da Acção Social, Família e Igualdade do Género de Luanda

Vimos, respeitosamente, solicitar autorização para realização da pesquisa científica com o tema "**O perfil socioeconómico e Epidemiológico da pessoa idosa no Lar de Assistência à Pessoa Idosa (LAPI)- Beiral em Luanda**", realizada no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil. A pesquisadora, Zurema Domingos Mutange.

O projeto de pesquisa tem como objetivo: Compreender o perfil socioeconómico e epidemiológico da pessoa idosa no Lar de Assistência à Pessoa Idosa (LAPI)- Beiral/Luanda.

Informamos que a coleta de dados no Beiral/Luanda será através da técnica de "Entrevista Semi-estruturada e Questionário", tendo como participantes algumas/uns das/os idosas/os do mesmo Lar.

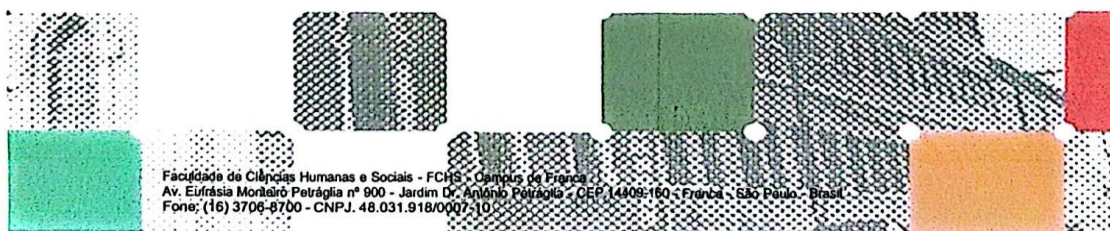
A pesquisadora resguardará os princípios éticos, sendo anônima e voluntária. A realização das entrevistas e questionários está prevista para o ano 2024.

A pesquisa é relevante, pois, os resultados advindos da mesma serão utilizados para fins académicos, bem como, poderão contribuir para propostas que vão além de políticas públicas, aquelas que viabilizam a emancipação humana na qual a pessoa idosa pode realizar-se.

Agradecemos a atenção e certos de merecer a vossa atenção, reiteramos votos de estima. Atenciosamente,

Discente
Zurema Domingos Mutange
Pesquisadora responsável

Docente orientadora
Profa. Dra.
Nanci Soares



Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - FCHS - Campus de Franca
Av. Eufrásia Monteiro Petráglia nº 900 - Jardim Dr. Antônio Petráglia - CEP: 14409-160 - Franca - São Paulo - Brasil
Fone: (16) 3706-8700 - CNPJ: 48.031.918/0007-10

Digitalizada com CamScanner

O G.A.S.F.I.G
T/C
Ass 9/2/2024



ANEXO

ANEXO A – PARECER DO CEP/UNESP-FRANCA

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNESP-CAMPUS FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: o perfil socioeconômico e epidemiológico da pessoa idosa no Lar de Assistência à Pessoa Idosa (LAPI)-Beiral em Luanda

Pesquisador: Zurema Domingos Mutange

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 79271324.0.0000.5408

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.869.204

Apresentação do Projeto:

O tema é relevante e pertinente: o perfil socioeconômico e epidemiológico da pessoa idosa no Lar de Assistência à Pessoa Idosa (LAPI)-Beiral em Luanda.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos, geral e específicos, estão bem delimitados considerando o que a análise ética necessita para a emissão de parecer.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios foram devidamente registrados no projeto.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo é pertinente, o objeto e os objetivos estão bem delimitados, os procedimentos metodológicos elucidados, amostragem nitidamente exposta, bem como os cuidados éticos igualmente registrados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram corretamente apresentados.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8806

E-mail: comiteetica.franca@unesp.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNESP-CAMPUS FRANCA



Continuação do Parecer: 6.869.204

Considerações Finais a critério do CEP:

O estudo é pertinente, o objeto e os objetivos estão bem delimitados, os procedimentos metodológicos elucidados, amostragem nitidamente exposta, bem como os cuidados éticos igualmente registrados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2330183.pdf	23/04/2024 17:08:58		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	23/04/2024 17:08:25	Zurema Domingos Mutange	Aceito
Outros	DI.pdf	23/04/2024 17:07:56	Zurema Domingos Mutange	Aceito
Outros	ENTREVISTA.pdf	23/04/2024 17:06:54	Zurema Domingos Mutange	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	23/04/2024 17:05:53	Zurema Domingos Mutange	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2330183.pdf	23/04/2024 11:44:06		Aceito
Outros	ENTREVISTA.pdf	23/04/2024 11:43:21	Zurema Domingos Mutange	Aceito
Outros	ENTREVISTA.pdf	23/04/2024 11:43:21	Zurema Domingos Mutange	Postado
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2330183.pdf	23/04/2024 11:32:46		Aceito
Outros	DI.pdf	23/04/2024 11:31:08	Zurema Domingos Mutange	Aceito
Outros	DI.pdf	23/04/2024 11:31:08	Zurema Domingos Mutange	Postado
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	23/04/2024 11:21:02	Zurema Domingos Mutange	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	23/04/2024 11:21:02	Zurema Domingos Mutange	Postado
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	23/04/2024 11:20:30	Zurema Domingos Mutange	Aceito

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8806

E-mail: comiteetica.franca@unesp.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNESP-CAMPUS FRANCA



Continuação do Parecer: 6.869.204

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	23/04/2024 11:20:30	Zurema Domingos Mutange	Postado
Folha de Rosto	FR.pdf	23/04/2024 11:17:34	Zurema Domingos Mutange	Aceito
Folha de Rosto	FR.pdf	23/04/2024 11:17:34	Zurema Domingos Mutange	Postado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 05 de Junho de 2024

Assinado por:

**José Fernando Siqueira da Silva
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16

Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160

UF: SP **Município:** FRANCA

Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8806 **E-mail:** comiteetica.franca@unesp.br